

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA ó UNB
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS ó IREL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GIORDANO SOUSA DE ALMEIDA

Renegociação do Tratado de Itaipu entre Lugo e Lula

Brasília

2015

GIORDANO SOUSA DE ALMEIDA

Renegociação do Tratado de Itaípu entre Lugo e Lula

Dissertação apresentada ao instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional e Comparada

Orientadora: Professora Doutora Tânia Maria Pechir Gomes Manzur

Brasília

2015

Banca Examinadora

Professora Doutora Tânia Maria Pechir Gomes Manzur

Presidente

Professor Doutor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

Membro

Professor Doutor Tomaz Espósito Neto

Membro

Professor Doutor Pio Penna Filho

Suplente

Aos meus pais, José e Neuza, que sempre
fizeram tudo pelos meus estudos.

*O Brasil é e quer ser amigo do Paraguay,
quaisquer que sejam os homens que o
governem. Não ha conflicto de interesses
entre os dois paizes. Não temos a pretensão*

de exercer influencia politica em nenhum dos Estados limitrotrophes. O que desejamos mui sincera e convencidamente é que todos elles vivam em paz, prosperem e enriqueçam. Um visinho turbulento é sempre um vizinho incommodo e perigoso.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, em ofício reservado para o ministro plenipotenciário do Brasil, em Assunção, em 1 de fevereiro de 1905.

A economia da América do Sul passa pelo Brasil?

Da América do Sul, sim. Criamos em eixo definitivo de poder e influência [...].

Onde essa influência é maior?

Em geral, ela sempre se dá associada aos Estados Unidos. No Paraguai, contudo, prescindimos dessa associação.

Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil, em 6 de março de 2000, ao conceder entrevista à revista *Época*.

Agradecimentos

Esta dissertação é fruto do trabalho, realizado entre os anos de 2013 e de 2015; muito embora meu interesse pelo Paraguai tenha surgido ainda quando cursava a graduação em Relações Internacionais, na Universidade Católica de Brasília. Por meio do projeto Monitor Sul-Americano, coordenado pelo professor e doutor Carlos Eduardo Vidigal, tive a oportunidade de cobrir a imprensa paraguaia, durante um semestre acadêmico. Acostumado a ler e a ouvir declarações positivas sobre o Brasil, muito impressionou-me o discurso dos meios de comunicação do país vizinho. Nos jornais paraguaios, deparei-me com um Brasil explorador e imperialista, o que me levou a estudar a conjuntura responsável pela viabilização da assinatura do Tratado de Itaipu, ainda durante a década de 1970, e os seus desdobramentos, uma vez que esse acordo é tomado, por setores da sociedade guarani, como o símbolo máximo do ímpeto imperialista e explorador das autoridades brasileiras.

Dito isso, sou eternamente grato e tenho de agradecer a uma imensa quantidade de pessoas que viabilizaram a realização desta pesquisa, duramente minha visita acadêmica aos Estados Unidos, meu período na Universidade de Brasília e minhas três viagens a Assunção. Antes de tudo, devo agradecer a minha família ó meu pai José, a senhora minha mãe Neuza e minha querida irmã Amanda ó pelo incansável, irrestrito e incondicional apoio emotivo e financeiro a todos os meus projetos de estudo, no decorrer desses últimos 12 anos. Também agradeço aos amigos Simone Franco e Luiz Henrique Castilho, e aos mestres e invejáveis conhecedores de política externa brasileira Delchi Bruce e Rômulo Dias. Todos foram importantes na revisão de meu pré-projeto enviado para a seleção do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (I-REL/UnB).

Nos Estados Unidos, agradeço a Perter Brightbill, pela acolhida em sua residência, e a todo apoio dado pelos bibliotecários da *School of International and Public Affaris* da Universidade Columbia, na cidade de Nova York. A atenção dada por Sean Knowlton, o responsável pela seção da América Latina junto à biblioteca Lehman, foi imprescindível para o levantamento de informações a respeito dos países da bacia do Prata. No Brasil, devo agradecer à Coordenação Geral de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, principalmente aos senhores Pedro Garcia e Clóvis Aguiar, que sempre foram muito solícitos

a toda e qualquer informação a respeito dos meandros do arquivo diplomático brasileiro sediado em Brasília.

Além do Itamaraty, devo agradecer aos colaboradores da secretaria do I-REL/UnB, principalmente a Odalva e Anderson, que, apesar de todos os trâmites burocráticos de qualquer instituição pública de ensino superior brasileira, sempre foram muito solícitos. Ademais, ainda na Universidade de Brasília, devo agradecer a condescendência das professoras Cristina Yumie e Maria Helena Castro, quando tive de me ausentar, com o intuito de realizar minhas pesquisas, nos EUA, ao professor Pio Penna Filho, pela cessão de sua vasta biblioteca de fontes primárias, ao professor Daniel Jatobá, pelas suas instigantes aulas a respeito da América Latina ó interessante diálogo entre a história e a filosofia, o que ainda é muito pouco presente na área de Relações Internacionais ó e à confiança dada pela professora Danielly Becard, quando fui seu colaborador, na disciplina Introdução aos Estudos das Relações Internacionais.

Certamente, esta pesquisa não seria possível sem todo o apoio que recebi no Paraguai; por isso, primeiramente, agradeço a Gustavo Sotero, amigo ainda dos tempos de graduação, que, ao colocar-me em contato com a líder juvenil Linda Vera Marchuk, possibilitou a incursão na vida sociopolítica paraguaia, o que não teria sido fácil, somente, por meus esforços. Nesse sentido, agradeço, enormemente, a Leonardo Gómez Berniga ó jovem líder que, certamente, em alguns anos, galgará postos importantes na vida política de seu país ó pela viabilização das entrevistas com Ricardo Canese, um dos principais negociadores paraguaios, à época da renegociação do Tratado de Itaipu, durante o governo de Fernando Lugo, e com Jorge Lara Castro, vice-ministro das relações exteriores da República do Paraguai durante parte do período estudado por este trabalho. Também agradeço a Fabi Barrientos Buisson, Amanda Núñez e Zully Laconich pela vida social, em Assunção, e à equipe dos jornais *Última Hora* e *ABC Color*, pelo acesso a seus arquivos. Para mim sempre foi muito interessante procurar ouvir, ler e entender as opiniões e as imagens que os paraguaios formaram a respeito do Brasil.

Também, devo agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos, concedida durante o período de 17 meses, aos Professores Tânia Manzur ó pela confiança e pelos ensinamentos durante meu período de um

ano e meio como docente-estagiário, e, também, pelas orientações em meu trabalho com Francisco Doratioto, grandíssimo conhecedor da história das relações internacionais platinas, por sua sempre disponibilidade de dialogar comigo, e Tomaz Espósito Neto ó jovem pesquisador da Universidade Federal da Grande Dourados que tem realizado importante e interessante trabalho de pesquisa e coordenação a respeito das relações entre Brasil e Paraguai, a partir da década de 1990 ó por suas orientações e referências bibliográficas a respeito de meu tema de pesquisa.

Por último, agradeço aos demais pesquisadores que tem se debruçado sobre as relações brasileiro-paraguaias, como a pesquisadora Sara Toledo do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, às autoridades que se dispuseram a conversar comigo, formal ou informalmente, como Helena Claudia Cantizano, atualmente, Chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais do Ministério de Minas e Energia, Gustavo Cudas, diretor paraguaio da Itaipu Binacional, entre 2010 e 2011, Dr. Rosinha, parlamentar responsável pela relatoria do projeto de alteração do Anexo C, junto ao plenário da Câmara dos Deputados e, atualmente, Alto Representante-Geral do MERCOSUL, Celso Amorim, ministro das relações exteriores do Brasil, entre 2013 e 2010, e Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, entre 2003 e 2009. Também, devo deixar registrado meu agradecimento às pessoas que me ajudaram a viabilizar as entrevistas com essas autoridades ó como a jornalista da *Piauí* Claudia Antunes e a pesquisadora Mariana Klemig ó, aos meus revisores textuais Nathalia Souza, Janira Campos, Fabi Linhares, Rodrigo Mota, Jorge Jimenez e Truyitraleu Tappa e às minhas assistentes Helen Rigaud e Thaianne Honda Cotts pela ajuda, na organização de todo material coletado para a pesquisa.

Também, agradeço a todos meus colegas de curso que, por meio de nossas conversas e de nossa convivência, durante esses últimos dois anos, muito enriqueceram meus conhecimentos a respeito de seus trabalhos de pesquisa, dentre eles, Jesus Ferreira, Luciana Campos, Felipe Baptista, Sebastián Granda Henao, Tomas Moerman, Jean Lima, Hugo Agra, Márcio Barbato, Gustavo Zeimath, Maria Helena Notari, Aline Alencar, Rafael Rocha, Thaís Menezes, Heloísa Gimenez e Paula Gomes.

Brasília, 20 de maio de 2015.

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar o processo de ratificação do ajuste no Anexo C do Tratado de Itaipu, ocorrido, no Congresso Nacional brasileiro, em decorrência do acordo assinando entre o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e seu homólogo paraguaio Fernando Armino Lugo de Méndez, em julho de 2009. Especificamente, procurou-se entender se haveria alguma relação especial existente entre os Governos brasileiro, chefiado pelo Partido dos Trabalhadores, e o paraguaio, chefiado por um novo líder aliado aos movimentos progressistas, em decorrência de suas afinidades ideológicas, o que não se demonstrou, completamente, factível. Em um primeiro momento, estudou-se, pelo prisma teórico geopolítico-realista, a conjuntura internacional da bacia do Prata que levou à construção da hidrelétrica de Itaipu, no marco das relações brasileiro-paraguaios e da rivalidade argentino-brasileiro. Posteriormente, à luz das interpretações atribuídas à Teoria das Elites, entendeu-se que a eleição de Fernando Lugo decorreu do desmembramento do tradicional Partido Colorado paraguaio e da união entre o mais importante partido oposicionista e a mais carismática liderança social guaranis. Por último, analisaram-se os embates do Parlamento brasileiro, com vistas a analisar o processo de anuência àqueles ajustes, o que se demonstrou polarizado entre dois grupos: os transigentes e os renitentes.

Palavras-chave: Anexo C do Tratado de Itaipu, Parlamento e Política Externa brasileiros, Partido dos Trabalhadores, Fernando Lugo.

ABSTRACT

This research aims to understand the ratification process which the Annex C of the Itaipu Treaty was subjected at the Brazilian Parliament, due to the July 2009 compromise agreed between Brazilian President Luiz Inácio Lula da Silva and his Paraguay counterpart Fernando Armindo Lugo de Méndez. Initially, this investigation searched if there were any special affinity between these heads of States, which could have favored the 2008 agreement, since the Brazilian Labor Party and President Lugo had the same ideological background. In the first chapter the River Plate basin international system conjuncture which led to the construction of the Itaipu hydroelectricity plant was studied by a geopolitical and realist approach. Secondly, the emergence of Fernando Lugo as a political leader was studied by Elite theory, and it was concluded that his election for the Paraguayan Presidency was a result of two associated phenomena: the lack of coordination amid Colorado Party incumbents and the pragmatic coalition between Fernando Lugo, the most charismatic social leader at the time, and the liberals, the strongest opposition party. Finally the debate which occurred at the Brazilian Parliament was analyzed, and two political factions come to light as a result of it: compromisers and naysayers.

Key words: the Annex C of the Itaipu Treaty, Parliament, Brazilian Foreign Policy, Fernando Lugo.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar el proceso de ratificación del Anexo C del Tratado de Itaipu, que tuvo lugar en el Congreso Nacional brasileño, como resultado del acuerdo firmado entre el presidente brasileño Luiz Inácio Lula da Silva y su homólogo paraguayo Fernando Armindo Lugo de Méndez, en julio de 2009. Inicialmente, se buscaba entender si había alguna relación especial existente entre los gobiernos brasileño, encabezado por el Partido de los Trabajadores, y el paraguayo, dirigido por un líder progresistas, puesto que los dos tenían afinidades ideológicas lo que, no se demostró completamente factible. En un primer momento, se estudió, por el prisma teórico geopolítico-realista, la situación internacional de la cuenca del Plata, que llevó a la construcción de la central hidroeléctrica de Itaipú, en el marco de las relaciones entre Brasil y Paraguay y de la rivalidad argentino-brasileña. Posteriormente, a la luz de las interpretaciones atribuidas a la Teoría de las Elites, se entendió que la elección de Fernando Lugo resultó del desmembramiento del tradicional Partido Colorado paraguayo y de la unión entre el partido opositor más importante y el carismático liderazgo social de Fernando Lugo. Por último, se analizaron los conflictos en el Parlamento brasileño, con el fin de estudiar el proceso de consentimiento de esos ajustes, lo que se demostró polarizado entre dos grupos: los transigentes y los obstinados.

Palabras clave: Anexo C del Tratado de Itaipu, Parlamento y Política Externa brasileños, Partido de los Trabajadores, Fernando Lugo.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour objectif d'analyser le processus de ratification de la modification de l'annexe C du Traité d'Itaipu, qui a eu lieu au Congrès National brésilien. Il est la conséquence de l'accord signé en juillet 2009 entre le président brésilien Luiz Inácio Lula da Silva et son homologue paraguayen Fernando Armino Mendez Lugo. Bien qu'à la fin l'hypothèse ne s'ait pas totalement vérifiée, d'une perspective plutôt idéologique nous avons tenté de mettre au jour notamment une possible relation spéciale entre les gouvernements brésilien, dirigé par le Parti des Travailleurs, et celui du Paraguay, dont le nouveau leader était allié aux mouvements progressistes. Dans un premier temps, sous le prisme théorique géopolitique-réaliste, nous avons étudié la conjoncture internationale du bassin du Prata qui a provoqué la construction du barrage hydroélectrique d'Itaipu. D'un côté, ce dernier a marqué le rapprochement des relations entre le Paraguay et le Brésil ; d'un autre, la recrudescence de la rivalité argentine-brésilienne. Dans un second temps et à la lumière des interprétations attribuées à la Théorie des Elites, nous avons montré que la victoire aux présidentielles de Fernando Lugo a découlé du démantèlement du traditionnel Parti « Colorado » paraguayen ainsi que de l'union entre le plus important parti de l'opposition et le charismatique Fernando Lugo. Enfin, l'analyse des divergences au sein du parlement brésilien nous a permis de comprendre les différents accords au sujet de la modification de l'annexe C qui ont été défendus par les deux principaux groupes: les partisans et les opposants.

Mots-clés : Annexe C du Traité d'Itaipu, Parlement et Politique extérieure brésiliens, Parti des Travailleurs, Fernando Lugo.

Sumário

Introdução	18
Capítulo 1 - A construção da hidrelétrica de Itaipu: a rivalidade argentino-brasileira e a política externa paraguaia.....	24
1.1 O fator geopolítico	24
1.2 A construção da hidrelétrica de Itaipu: a reaproximação brasileiro-paraguaia, a política externa de Alfredo Stroessner e a rivalidade regional pelo controle da bacia do Prata.....	32
Capítulo 2 ó A redemocratização paraguaia e a ascensão de Fernando Lugo (1989 ó 2008)	78
2.1 - A redemocratização paraguaia e a ascensão de Fernando Lugo (1989 ó 2008): a integralização da democracia.....	79
2.1.1 O Governo de Andrés Rodríguez (1989-1993): a mudança na continuidade	81
2.1.2 O Governo de Juan Carlos Wasmosy (1993-1998): entre o Estado Democrático de Direito e a força das armas.....	87
2.1.3 Os Governos de Raúl Cubas Grau e de Luis Ángel González Macchi (1999-2003): o ápice da desordem.....	98
2.1.4 O Governo de Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) e as eleições de Fernando Lugo: a vitória da fé sobre a política	106
2.2. A redemocratização paraguaia e a ascensão de Fernando Lugo (1989 ó 2008): síntese e reflexões	125
Capítulo 3 ó O Governo de Fernando Lugo, as reivindicações a respeito de Itaipu e a ratificação dos novos entendimentos pelo Parlamento brasileiro.	129
3.1 A Eleição de Fernando Lugo	129
3.1.1 O sacerdote como presidente: Fernando Lugo e as aporias do poder.....	139

3.1.2 - Os pleitos do Governo de Fernando Lugo em relação ao Tratado de Itaipu.....	147
3.2 O processo de ratificação das alterações do Anexo C do Tratado de Itaipu pelo Parlamento brasileiro: entre transigentes e renitentes	154
3.2.1 Os Transigentes	162
3.2.2 Os Renitentes	168
Conclusão.....	173
Referências Bibliográficas	179
APÊNDICE A ó Entrevista com o Embaixador Celso Nunes Amorim.....	192
APÊNDICE B ó Entrevista com o Alto Representante-Geral do Mercosul Dr. Rosinha	221
APÊNDICE C ó Entrevista com o Diretor da Itaipu Binacional Gustavo Cudas.....	228
APÊNDICE D ó Entrevista com o Vice-Chanceler Jorge Lara Castro.....	329
APÊNDICE E ó Entrevista com o Deputado Ricardo Canese	338
ANEXO A.....	355
ANEXO B	357
ANEXO C	358
ANEXO D.....	359
ANEXO E	360
ANEXO F	361
ANEXO G.....	362
ANEXO H.....	363
ANEXO I	370

Lista de Siglas e Abreviações

ALCA ó Área de Livre Comércio das Américas

ANDE - *Administración Nacional de Electricidad*

ANR ó *Asociación Nacional Republicana*

ANTELCO - *Administración Nacional de Telecomunicaciones*

ATPDEA ó *Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act*

CEB ó Comunidades Eclesiais de Base

CEPRA - *Coordinadora Ejecutiva para la Reforma Agraria*

CNBB ó Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COPACO - *Compañía Paraguaya de Comunicaciones*

COPASA ó *Compañía Paraguay de Saneamiento*

DEM ó Democratas

ELETROBAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A

EUA ó Estados Unidos da América

FCCL ó *Ferrocarriles del Paraguay*

FOCEM - Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL

INDERT - *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra*

MERCOSUL ó Mercado Comum do Sul

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti

MRE ó Ministério de Relações Exteriores

NAFTA ó *North American Free Trade Agreement*

OMC ó Organização Mundial do Comércio

ONU ó Organização das Nações Unidas

PC do B ó Partido Comunista do Brasil

PTB ó Partido Trabalhista Brasileiro

PDC ó *Partido Democrata Cristiano*

PDT ó Partido Democrático Trabalhista

PEN ó *Partido Encuentro Nacional*

PMDB ó Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP ó Partido Progressista

PPS ó Partido Popular Socialista

PPQ ó *Partido Pátria Querida*

PR ó Partido da República

PRB ó Partido Republicano Brasileiro

PRF ó *Partido Revolucionario Febrista*

PPSo ó *Partido País Solidário*

PSP ó *Partido Socialista Paraguayo*

PSD- Partido Social Democrático

PSOL ó Partido Socialismo e Liberdade

PT ó Partidos dos Trabalhadores

PSDB ó Partido da Social Democracia Brasileira

SGP ó Sistema Geral de Preferências

UDN ó União Democrática Nacional

UE ó União Europeia

URSS ó União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

Este trabalho objetiva analisar o processo de ratificação dos ajustes ao Anexo C do Tratado de Itaipu pelo Parlamento do Brasil, negociados entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e seu homólogo paraguaio Fernando Armindo Lugo de Méndez, em 2009, e encaminhado aos dois plenários do Poder Legislativo brasileiro, após todos os trâmites constitucionais, em 2011. Em um primeiro momento, sob o signo da rivalidade brasileiro-argentina, analisa-se o processo que levou à aproximação entre o Brasil e o Paraguai, durante as décadas de 1950 e de 1970, simbolizado pela construção da hidrelétrica de Itaipu. Posteriormente, por meio da Teoria das Elites, procurou-se estudar a ascensão de Fernando Lugo ao Palácio dos López, para, por último, não só explorar a centralidade do pleito referente ao Tratado de Itaipu como plataforma de campanha do recém-eleito presidente, como também o embate parlamentar brasileiro a respeito dos ajustes ao instrumento negociados entre aqueles dois mandatários. Nesse sentido, as concessões brasileiras ao Paraguai devem ser entendidas, na seara histórico-diplomática, como o resultado do estreitamento das relações entre Brasília e Assunção, que, com a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, subordinou o projeto de desenvolvimento guarani ao brasileiro, e, no eixo político-partidário, como consequência do matiz dado à integração regional sul-americana, pelo Partido dos Trabalhadores e pelo grupo de diplomatas que assessorou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ainda que o Paraguai se caracterize pelos seus baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e institucional, sua centralidade geográfica, na bacia do Prata, alçou esse pequeno país à condição de importante variável, não só para a diplomacia brasileira, como também para o funcionamento do sistema platino de relações internacionais. Enquanto, no âmbito sistêmico, essa importância se comprava pela ativa participação desse país nos dois conflitos bélicos dessa região, a Guerra entre Solano López e a Tríplice Aliança (1864-1870) e conflito do Chaco (1932-1935), e pela sua instrumentalização como fator de poder nas ideologias geopolíticas dos setores militares de Brasil e de Argentina, o que levou a acirrada disputa pela hegemonia regional entre esses dois países, durante a década de 1970, na seara da diplomacia brasileira, o Paraguai apresenta-se como fator de constante vigilância, não só em razão da grande quantidade de cidadãos brasileiros ali residentes, como também em decorrência da grande soma de capital nacional investida no país vizinho e das constantes críticas feitas por setores da sociedade paraguaia, contrários à presença e à influência do Brasil.

Do ponto de vista demográfico, as relações brasileiro-paraguaias vêm historicamente adensando-se, na medida em que cresce o número de brasileiros vivendo em território guarani. Em 2008, as repartições consulares do Ministério das Relações Exteriores do Brasil estimaram a existência de 487.571 concidadãos, vivendo em território paraguaio, o que representa não só a segunda maior comunidade brasileira no exterior, como também a maior população estrangeira residente, no Paraguai. Embora esses números pareçam insignificantes, a presença de brasileiros concentra-se, em área contígua aos dois países, e relaciona-se à produção de *commodities*, em grandes latifúndios monoexportadores, o que, do lado paraguaio, gera receio em suas autoridades acerca da possível incorporação desses territórios ao Brasil e reivindicação, por parte de movimentos campesinos, pela desapropriação dessas terras, e, do lado brasileiro, preocupações acerca da segurança de seus compatriotas e de seus investimentos, já que o Brasil desponta como grande investidor (TREZZI, 2012).

De acordo com o Banco Central Paraguaio, o Brasil é o segundo maior investidor externo, no Paraguai, atrás, somente dos EUA. Da soma dos US\$ 511 milhões investidos por brasileiros, em 2012, 31% destinaram-se à construção da fábrica de cimento da construtora Camargo Correia. O restante subdividiu-se entre os setores de autopeças, confecções, calçados e plásticos, o que coloca o país vizinho como importante para o processo de internacionalização das empresas brasileiras e o Brasil como um dos principais parceiros comerciais do Paraguai. Em 2011, as importações oriundas do Paraguai cresceram 38%, embora, nesse mesmo ano, exportações brasileiras com destino a esse país tenham diminuído 1,4% (LANDIM 2013).

Além dos aspectos telúrico-migratórios e econômicos, o nacionalismo guarani, muitas vezes travestido de contundentes críticas ao Brasil, também, desponta como fator de preocupação. Conformado no final do século XIX, o nacionalismo paraguaio ou o *Lopizmo* caracteriza-se pelo enaltecimento de importantes figuras ditatórias guaranis, como a do caudilho Francisco Solano López, o que, desde o início do século XX, tem gerado discursos agressivos em relação ao Brasil, como pode ser comprovado, ainda hodiernamente, pela existência de inúmeros editoriais por parte do mais importante periódico de Assunção, o *ABC Color*, contrários ao Brasil, como o de 20 de maio de 2007, intitulado *õBrasil, un país imperialista y explotadorö* (DORATIOTO, 2012).

Se, a construção da hidrelétrica de Itaipu, do lado brasileiro, tem sido interpretada como um marco no processo de aproximação entre Brasília e Assunção, e, do lado paraguaio, como a subordinação do desenvolvimento guarani ao projeto regional brasileiro, a vitória de Fernando Armindo Lugo de Méndez, nas eleições presidenciais de 2008, veio questionar os benefícios do estreitamento desses laços, em decorrência, principalmente, da simbologia aportada por essa candidatura. Fernando Lugo não só trazia a esperança de um novo projeto de país, como também sua imagem política fora constituída em oposição à tradicional *Alianza Nacional Republicana*, o Partido Colorado, que, desde sua assunção ao poder, em 1954, havia se utilizado de vários expedientes ilícitos, como a corrupção, o nepotismo e o enriquecimento ilícito, com o propósito de perpetuar-se no poder. Nesse sentido, se, na seara doméstica, sua eleição caracterizou-se por um contundente discurso anticolorado e indicava o comprometimento com um novo modelo de atuação política e de desenvolvimento, no âmbito internacional, nada mais natural que a diplomacia do presidente Lugo procurasse se diferenciar da do Partido Colorado, o que levou a emergência de um discurso crítico em relação à aproximação com o Brasil, que teve o Tratado de Itaipu como o centro das reivindicações do novo governo.

De acordo com o novo Presidente e seu *entourage*, o Tratado de Itaipu, da forma como fora assinando em 1973, não só representava a alienação da maior riqueza paraguaia a favor do Brasil, como também simbolizava a concertação entre dois governos ditatoriais. Consequentemente, ainda em consonância com o novo Governo paraguaio, a emergência de dois verdadeiros governos democráticos, em ambos os lados da ponte da Amizade, propiciava a oportunidade única para que aquele acordo fosse renegociado, em condições mais favoráveis a Assunção, garantindo não só a equidade entre os dois sócios, mas também os recursos para o desenvolvimento paraguaio, o que, por conseguinte, levou as reivindicações paraguaias a se centrarem em seis temas prioritários: 1) a livre disponibilidade da energia, o que, na prática, significaria a possibilidade de venda da energia produzida pela parte paraguaia de Itaipu a terceiros países; 2) o aumento do preço pago pela energia cedida ao Brasil; 3) a dívida de Itaipu; 4) a cogestão total do empreendimento, visto que, tradicionalmente, as diretorias financeiras e técnicas são ocupadas por brasileiros; 5) transparência administrativa; e 6) execução de obras complementares acordadas ainda durante a negociação do Tratado, em 1973 (CODEIRO, 2009).

Detalhadamente, o Tratado de Itaipu pode ser entendido como uma engenharia jurídico-diplomática, uma vez que esse é constituído por três tipos de documento: o tratado, os anexos e as notas reversais. O Tratado relaciona-se aos termos negociados entre os Governos brasileiro-paraguaio a respeito da utilização compartilhada dos recursos hídricos do rio Paraná, os anexos regulamentam a forma que o tratado deve ser implementado, e as notas reversais são responsáveis pelas ratificações das mudanças acordadas entre os dois governos. Nesse sentido, a principal novidade trazida pelos ajustes negociados entre os Governos de Lula e de Lugo decorreu da necessidade de ratificação do acordo por parte do Legislativo brasileiro. Enquanto, na literatura brasileira, como em Cordeiro (2009), a necessidade de ratificação da nota reversal responsável pela triplicação do valor pago pela energia paraguaia cedida ao Brasil é tido como pré-condição constitucional, de acordo com o artigo 49 da Constituição Federal de 1988 que versa a respeito da competência exclusiva do Congresso Nacional para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, do lado paraguaio, de acordo com Gustavo Codas, chefe da Assessoria Internacional da Presidência da República do Paraguai, durante o Governo de Lugo, o encaminhamento ao Congresso brasileiro foi uma decisão de política acertada entre aqueles dois mandatários.

De acordo com Codas (Apêndice C), o Governo brasileiro receava possíveis ações de partidos de oposição junto ao Supremo Tribunal Federal, com o propósito de impedir a implementação da nota reversal de setembro de 2009. Dessa forma, com o intuito de evitar os prolongados trâmites jurídicos e de legitimar o acordo perante a sociedade brasileira, o Governo de Lula preferiu realizar o embate político, nas casas legislativas, do que deixar a última palavra sobre o tema para aquele colegiado, já que, ainda de acordo com o assessor internacional (Apêndice C), a Presidência e a chancelaria brasileiras não ficariam por anos esperando que o Supremo decidisse sobre um negócio que é puramente político e que vai saber com que critérios o Supremo vai ter que decidir uma coisa dessas.

Especificamente, é dentro desse contexto caracterizado pelo estreitamento das relações brasileiro-paraguaias e da ascensão de Fernando Lugo que este trabalho se desenvolveu, ao longo de três capítulos. Como fio condutor capaz de unificar as diferentes seções do estudo procurou-se estudar, primeiramente, a construção da hidrelétrica de Itaipu como o símbolo da escolha pela via brasileira em detrimento da argentina, no processo de inserção regional

guarani, para, posteriormente, analisar a ascensão de Fernando Lugo e de seu projeto de política externa e os embates ideológicos entre os partidos políticos brasileiros, acerca do projeto internacional desse país, demonstrando que, acima de tudo, o comprometimento da diplomacia brasileira com o Paraguai é uma política de Estado que, independentemente, do Governo presente, no Palácio do Planalto, se perpetuará, ainda que por meio de diferentes matizes.

Em a construção da hidrelétrica de Itaipu: a rivalidade brasileiro-argentina e a política externa paraguaia, por meio da consulta a fontes primárias e de revisão bibliográfica, procurou-se demonstrar que, de acordo com o prisma geopolítico brasileiro a o conceito realista de balança de poder, a aproximação brasileiro-paraguaia deve ser entendida, no âmbito sistêmico, como decorrente da premeditada ação da diplomacia brasileira, com o propósito de mitigar a influência argentina, na região da bacia da Prata, o que, no âmbito do relacionamento entre Brasília e Assunção, caracterizou-se pela complementaridade dos projetos nacionais de desenvolvimento, visto que não só o Governo de Stroessner procurou se aproximar do Brasil com intuito de povoar o inóspito oriente paraguaio, como também o Brasil consolidava seu processo de ocupação a Oeste. Como resultado e de acordo com o Índice de Capacidades Nacionais, observou-se a criação de um novo equilíbrio, na região do Prata, em que a disputa regional brasileiro-argentina foi suplantada pela preponderância de Brasília.

No segundo capítulo, a redemocratização paraguaia e a ascensão de Fernando Lugo, procurou-se estudar o conturbado período entre 1989 e 2008, como condição para a chegada de Fernando Lugo ao Palácio dos López. Dessa forma, por meio da consulta a fontes secundárias, a análise enfatizou o ainda persistente e difícil trabalho para a consolidação da democracia paraguaia, demonstrando que a ascensão de Lugo foi decorrente muito mais das fissuras internas do Partido Colorado do que da força da coalização em torno do ex-sacerdote.

Por último, estudou-se a centralidade das demandas do Governo de Lugo a respeito do Tratado de Itaipu e as condições domésticas brasileiras que possibilitaram a ratificação dos ajustes ao Anexo C desse instrumento. Dessa forma, na seção, o Governo de Fernando Lugo, as reivindicações a respeito de Itaipu e a ratificação dos novos entendimentos pelo Parlamento brasileiro, estudaram-se as características da política externa do Governo de

Lugo e a ratificação do acordo assinado em setembro de 2009 entre os presidentes Lula e Lugo, pelo Congresso brasileiro.

Enquanto a centralidade dos pleitos guaranis referentes ao Tratado de Itaipu deve ser tomada não só como a única força motriz capaz de unificar o vasto conjunto de alianças que propiciou a eleição de Fernando Lugo, mas também como símbolo de um governante que ascendeu com a promessa de moralizar a política paraguaia, o que, na seara externa, perpassaria pela ressignificação das relações com o Brasil; o embate entre as correntes de opinião formadas por **transigentes** e **renitentes**, ocorrido no Legislativo brasileiro, procurou demonstrar as características dadas à política externa pelo Partido dos Trabalhadores, durante o período em tela. Dessa forma, ao analisar os ajustes ao Anexo C do Tratado de Itaipu, o componente partidário oriundo do PT acerca da inserção internacional brasileira deve vir acompanhado da histórica premissa diplomática nacional referente aos países limítrofes ao Brasil, por meio da qual o Governo brasileiro busca a prosperidade, a paz e riqueza, no relacionamento com seus vizinhos, visto que um vizinho turbulento é sempre perigoso¹.

¹ Na citação original: O Brasil é e quer ser amigo do Paraguay, quaesquer que sejam os homens que o governem. Não ha conflicto de interesses entre os dois paizes. Não temos a pretensão de exercer influencia politica em nenhum dos Estados limitrotrophes. O que desejamos mui sincera e convencidamente é que todos elles vivam em paz, prosperem e enriqueçam. Um visinho turbulento é sempre um vizinho incommodo e perigoso. In: Doratioto (2000, p. 136), apud RIO BRANCO para CUNHA, officio reservado nº 3, 2a. Sec., Rio de Janeiro, 1.2.1905.

Capítulo 1 - A construção da hidrelétrica de Itaipu: a rivalidade argentino-brasileira e a política externa paraguaia

Nesta parte do estudo, procurou-se entender os imperativos políticos que deram origem à construção da hidrelétrica de Itaipu. Mais do que um empreendimento, a usina deve ser tomada como um marco nas relações internacionais platinas, uma vez que, do lado brasileiro, a parceria simbolizou a contenção da influência argentina, e, do paraguaio, a criação de um novo eixo de desenvolvimento.

Por meio de consulta a fontes primárias ó majoritariamente os telegramas e os despachos telegráficos entre a Secretaria de Estado e as embaixadas brasileiras de Assunção e de Buenos Aires ó e secundárias, defende-se o argumento que, à luz das ideias geopolítico-brasileiras e da concepção realista de Balança de Poder, a construção de Itaipu representou a confluência dos interesses brasileiro-paraguaios, o que possibilitou a diversificação dos eixos de comunicação do Paraguai ó anteriormente concentrados, na bacia do Prata ó e o fortalecimento da presença regional brasileira. Dessa forma, em um primeiro momento, apresentam-se reflexões geopolíticas acerca da região do Prata, para que, posteriormente, se analise o processo de aproximação brasileiro-paraguaio, no cerne da rivalidade argentino-brasileira e da política externa paraguaia do Governo de Alfredo Stroessner.

1.1 O fator geopolítico

As primeiras centelhas responsáveis pelo desenvolvimento da Geografia Moderna são oriundas das reflexões dos naturalistas alemães Alexander Von Humboldt e Carl Ritter, na virada do século XVIII para o século XIX. Inseridos no contexto do processo que levaria à consolidação do Estado alemão, em 1870, e da consolidação definitiva das metodologias empirista e racionalista, esses pensadores iniciaram o estudo sistemático dos fenômenos naturais, ao enfatizar o método comparativo e a busca da unidade, nos fenômenos.

Ainda que Humboldt e Ritter não tenham logrado a constituição de uma escola de pensamento geográfico, Moraes (2005, p. 67) entende que eles foram importantes para o posterior desenvolvimento das reflexões de Friedrich Ratzel, um dos responsáveis pela consolidação definitiva da Geografia como campo de conhecimento da ciência moderna. Assim como seus predecessores, Ratzel também acompanhou o processo de unificação do Estado alemão, o que

lhe possibilitou a criação de um sistema de pensamento que agregasse características geográficas ao processo de formação e de consolidação do poder estatal.

Por meio do desenvolvimento conceitual de *Sentido do Espaço*, Ratzel (apud CASTRO, 2005, p. 19) argumentou que os aspectos naturais condicionam o desenvolvimento nacional e que os Estados têm a função de garantir o exercício do poder da nação sobre os territórios ocupados, uma vez que esses são uma realidade geográfica, definidos pela apropriação do solo. Consequentemente, de acordo com Ratzel (apud BECKER, 2007, p. 277, p. 283), os Estados têm como prioridade suas fronteiras e sua dimensão espacial que se materializam pelo tamanho do território nacional e pela posição em relação ao exterior. Nesse sentido, Castro (2005), Moraes (2005) e Becker (2007) entendem que Friedrich Ratzel foi o propulsor do estudo da relação entre política e geografia, o que, no limiar do século XIX, foi entendido, pelo cientista político Rudolf Kjellén, como a geopolítica.

Além do processo de unificação alemã, Castro (2005, p. 76) e Moraes (2005, p. 57) entendem que o desenvolvimento do Capitalismo e das inovações tecnológicas proporcionadas por esse sistema foi definitivo para a compreensão do globo como espaço político unificado, o que, em âmbito global, daria surgimento, no século XX, às reflexões acerca da relação entre domínio territorial e estratégias de poder. Nesse sentido, observa-se que a Geografia Política assume dupla importância, já que, em âmbito interno, essa é responsável pela consolidação do Estado nacional, e, no externo, pelas disputas interestatais a respeito do domínio territorial como meio para garantir e exercer poder.

A discussão a respeito da natureza do Estado está simbioticamente relacionada à da geografia, uma vez que, de acordo com Castro (2005, p. 17), o Espaço Político - aquele delimitado pelas estratégias e regras da política, que se caracteriza como lócus da relação entre controle e conflito - é oriundo da interação entre o território, a base material e simbólica das sociedades, e o poder estatal, aquele responsável pelo controle das expressões sociais. Nesse sentido, o território torna-se ambiente de conflito, visto que diferentes estratos sociais podem vir a competir para que o espaço seja ocupado como meio para a realização de interesses específicos.

Na seara internacional, a competição pela ocupação do território deu origem a um conjunto de ideias relacionadas à instrumentalização do território como forma de poder. De acordo com essa concepção, os Estados diferenciam-se por sua capacidade de influenciar o espaço, o que torna o controle de rotas de circulação, do território e dos mares condicionantes de poder. Becker (2007, p. 277) entende que a compreensão das partes do centro e do sudeste asiáticos como núcleo do globo, de onde se estenderiam eixos territoriais em direção às demais partes do mundo, deram origem às ideias de Mackinder, Haushofer, Spykman e Mahan a respeito da importância do controle dos mares e da porção terrestre daquelas partes da Ásia como meio para o exercício supremo de poder por parte do Estado.

Em decorrência dessa perspectiva, surgem duas linhas de pensamento a respeito do domínio territorial como fonte de poder. Essas ou entendem o domínio da massa terrestre ou o dos mares como meio para a obtenção da supremacia em âmbito global. Enquanto Mackinder, Haushofer, Spykman fazem parte do primeiro grupo de pensadores, Mahan entende que o controle dos mares e dos oceanos é a chave para a liderança global. Mackinder e aqueles influenciados por seu pensamento, como Spykman, entendiam (apud BECKER, 2007, p. 278) que o mundo era dividido em duas grandes unidades: o *Heartland* e o crescente extremo. Enquanto este se refere à região marítima entre a América e a parte ocidental afro-europeia e entre a América e a região nipo-australiana, aquele corresponde à massa euro-asiática, e, por meio dessa, é possível o acesso ao crescente extremo, o desenvolvimento autárquico e a proteção territorial contra ataques marítimos. Nesse sentido, no âmbito da disputa anglo-russa dos séculos XIX e início do século XX, Mackinder prescreveu a seus concidadãos uma política ativa no tocante à presença britânica no continente asiático, o que se materializou na contenção dos russos, quando o Reino Unido buscou exercer diretamente sua influência no controle territorial do atual Afeganistão e do antigo Reino da Pérsia (FROMKIM, 2008, p. 219).

A interação entre a análise geográfica, o exercício do poder estatal por meio do território e as prescrições a respeito de ações de política externa também foi componente da ação internacional dos países sul-americanos, localizados na bacia do rio da Prata. No tocante ao relacionamento brasileiro-paraguaio, e tendo como perspectiva que a interação entre os dois países se encontra no marco daquela região, pode-se dizer que os fatores geográficos exerceram influência no desenvolvimento do sistema platino de relações internacionais.

Especificamente, a própria constituição do território nacional brasileiro está imbricada de aspectos geopolíticos. De acordo com Mauro (1991, p. 108, p. 143, p. 156), à época da consolidação do sistema colonial lusitano, na América, enquanto os portugueses deslocaram frotas de Pernambuco para a reconquista de São Luís do Maranhão, e, posteriormente, fundaram a cidade de Santa Maria de Belém, com o intuito de expulsar os invasores europeus, por meio do controle da foz do rio Amazonas; os bandeirantes da região de São Vicente partiam em direção ao Sul e ao Oeste do continente americano em busca de metais preciosos e de mão de obra para a lavoura açucareira, o que possibilitou a expansão do território português e o domínio da região central do planalto sul-americano.

À época da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, o Príncipe Regente Dom João empreendeu movimentos expansionistas em direção ao Norte e ao Sul do território luso-americano. Com o intuito de compensações territoriais frente aos franceses, Caiena foi tomada por uma guarnição portuguesa, e, ao Sul, Dona Carlota Joaquina pleiteou o domínio lusitano sobre o Vice-Reinado do Prata (COSTA; PEDREIRA, 2008, p. 236, p. 241).

Não obstante, a criação do Império do Brasil consolidou as diretrizes fundamentais a respeito da importância do controle do território como instrumento de política externa. Ao Norte, com receio das pretensões territoriais estrangeiras, a Coroa resistia aos pleitos relacionados à livre navegação do rio Amazonas, e, ao Sul, com o intuito da manutenção da integridade territorial, o Império impeliu política direcionada à manutenção da livre navegação da bacia do Prata. Nesse sentido, pode-se dizer que a reflexão a respeito da interação entre poder estatal e território foi constante no desenvolvimento das ações brasileiras tanto domesticamente quanto em seu entorno regional (BUENO; CERVO, 2008, p. 40, p. 102), (DORATIOTO, 2002, p. 166).

Especificamente, no tocante à região platina, existe um consistente pensamento brasileiro que propugna o fortalecimento das ligações dos países platinos com o Brasil. A consolidação dessa conexão dar-se-ia pela diminuição da importância do porto de Buenos Aires, como via natural para a comunicação dos países mediterrâneos da bacia do Prata com o exterior, e pela construção de rodovias, de ferrovias e de concessões de portos francos em território brasileiro. Essas ações não só deslocariam as órbitas de influência do Paraguai e da Bolívia, como também seriam fator essencial para a constituição da hegemonia brasileira na região platina,

conforme o pensamento de Mário Travassos, de Lysias Rodrigues e de Golbery do Couto e Silva.

Nascido no final do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, o marechal Mário Travassos não só presenciou duas guerras mundiais, como também foi membro da Força Expedicionária Brasileira, o que lhe proporcionou uma vivência de questões relacionadas ao expansionismo europeu e suas consequências para a estabilidade do mundo. Influenciado pelo pensamento de Mackinder, em 1931, Travassos publica seu livro, *Projeção Continental do Brasil*, que, de acordo com Mello (1997, p. 56), é a transposição dos conceitos daquele para a realidade sul-americana.

Travassos (1947) entende que a América do Sul é caracterizada pela existência de dois antagonismos geográficos, representados pelos oceanos Atlântico e Pacíficos e pelas bacias amazônica e platina. Nesse sentido, o autor entende que a região de convergência geopolítica regional é o planalto boliviano, já que esse conecta o mundo platino ao amazônico e é o centro geográfico da América do Sul, o que acaba elevando a importância do território boliviano, como a principal fonte de hegemonia regional.

Especificamente, à época de seu trabalho, Travassos entendia que a região-pivô sul-americana se encontrava conectada estreitamente à órbita de influência argentina. A região central e mais importante do planalto boliviano, o triângulo formado pelas cidades de Cochabamba, Santa Cruz de la Sierra e Sucre, ligava-se, diretamente, a Buenos Aires, ou pelos rios da bacia do Prata ou pela rede ferroviária argentina, o que aumentava o poder relativo do país vizinho frente ao brasileiro na busca pela liderança da região.

Foi de acordo com essa perspectiva que o Marechal desenvolveu seu projeto para a América do Sul. De acordo com Travassos (1947), o Governo brasileiro deveria trabalhar na substituição do eixo de comunicação norte-sul, que ligava as cidades de Cochabamba e de Assunção à cidade de Buenos Aires, pela conexão no sentido Oeste-Leste, que favoreceria o Brasil. O autor também advogava pelo fortalecimento das vias de comunicação da bacia amazônica em detrimento da platina, pelo deslocamento do principal eixo econômico boliviano da cidade de Cochabamba para a de Santa Cruz de la Sierra, já que essa é limítrofe ao território brasileiro de Mato Grosso, e pela extensão da ferrovia responsável pela ligação

entre Corumbá e Santos, o que possibilitaria uma alternativa à utilização do porto de Buenos Aires. Dessa forma, Travassos (1947) defendia o fortalecimento da infraestrutura do Brasil platino ó correspondente as atuais regiões brasileiras do sul e do sudeste ó que tem como eixo principal a ligação entre as cidades de São Paulo e de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, o que propiciaria a conexão entre Bolívia, Paraguai e Uruguai aos portos brasileiros de Santos, Paranaguá, São Francisco, Porto Alegre e Rio Grande, em detrimento do porto de Buenos Aires.

Após dezesseis anos da publicação do livro de Mário Travassos e no esteio de sua obra, o brigadeiro Lysias Rodrigues publica seu trabalho, *Geopolítica do Brasil*, em 1947. Influenciado pelas reflexões políticas relativas à Guerra Fria, Rodrigues (1947) entendia que, durante o século XX, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se confrontariam em busca da supremacia do poder mundial. Consequentemente, o Brasil deveria aproximar-se dos EUA, o que o tornaria o principal aliado norte-americano na parte meridional da América.

Ainda de acordo com Rodrigues (1947), a busca por esse alinhamento deveria calcar-se em duas estratégias: a atlântica e a sul-americana. Enquanto a primeira prescrevia a incorporação da Guina Francesa ao território brasileiro, como meio de garantir o controle da foz do rio Amazonas, já que, após as conquistas da região euro-asiática e do norte africano, os soviéticos procurariam o controle do Atlântico Sul, tornando o espaço entre os estados do Amapá e do Ceará importante para a manutenção da navegação do Atlântico sul, região de projeção comercial e militar do poderio norte-americano; a segunda dava importância às fronteiras terrestres brasileiras.

Segundo Rodrigues (1947), na América do Sul, haveria três áreas críticas em que forças antagonicas se materializavam, o que poderia ocasionar o acirramento das tensões entre o Brasil e seus vizinhos. Dentre as áreas mencionadas pelo autor, a região de Iguazu, na fronteira entre Brasil e Argentina, tornava-se preponderante em relação à de Letícia e Tabatinga, localizada na fronteira entre o Brasil e a Colômbia, e à da Bolívia, já que, em Iguazu, se concretizavam as questões relativas à utilização do potencial energético dos rios da bacia do Prata, ao aprisionamento geográfico paraguaio, decorrente de sua condição mediterrânea ó o que haveria proporcionado o desenvolvimento de uma diplomacia pendular

entre o Brasil e a Argentina ó, e à região de Palmas, no Oeste do estado de Santa Catarina, que, no século XIX, foi área litigiosa entre os governos brasileiro-argentinos. Nesse sentido, Rodrigues (1947) entendia que o Palácio do Catete deveria adotar medidas relacionadas à mitigação das tensões naquelas três regiões. Enquanto, no caso da região do Prata, essas ações relacionar-se-iam à neutralização das forças concêntricas, responsáveis pelo direcionamento das vias de comunicação platina para o porto de Buenos Aires, o que fortaleceria a importância dos portos ao Sul do território brasileiro, no caso boliviano, Rodrigues (1947) advogava pela construção de ferrovias que diminuíssem a dependência da Bolívia em relação sistema platino, e, no da região da Colômbia, a ocupação do território por meio do adensamento da presença de brasileiros na região fronteira entre os dois países.

No bojo da produção geopolítica brasileira das décadas de 1950 e de 1960, o general Golbery do Couto e Silva publicou, em 1966, uma compilação de artigos sobre esse tema, intitulada, assim como a obra do brigadeiro Rodrigues, *Geopolítica do Brasil*. Em linhas gerais, as reflexões de Silva (1967) a respeito da geopolítica nacional podem ser divididas nos aspectos internacional e regional. Em decorrência dessas categorias, o General advoga a respeito das ações que o Governo brasileiro deveria seguir em relação a sua inserção internacional. No tocante ao contexto internacional, Golbery do Couto e Silva divide o mundo em três hemisférios: o do núcleo de poder, o das áreas esplanadas e o das áreas interiores. Enquanto o hemisfério das áreas interiores é formado pela América do Sul, pela África ocidental e pela Antártida, e é entendido como o perímetro de defesa imediato do Brasil, o núcleo de poder relaciona-se aos espaços territoriais e às zonas de influência direta de EUA e de URSS, e as áreas esplanadas, às áreas de intermediação entre as zonas de influência americano-soviéticas, formados pelo Ártico, pela Europa, pelo Oriente Médio, pela Índia e pela Indonésia.

Fortemente influenciado pela conjuntura da Guerra Fria e pela política de contenção dos EUA em relação a URSS, Silva (1967) entendia que os Estados Unidos deveriam reconhecer o Brasil como seu principal aliado no tocante à proteção do sistema capitalista. Geograficamente e considerando a preferência pelo estreitamento das relações com os norte-americanos e a sistemática daquela guerra, as forças brasileiras poderiam defender a África ocidental e o Sul do oceano Atlântico, visto que, nessas regiões, o Brasil era o único país indiscutivelmente aliado aos americanos, porquanto as duas outras nações importantes dessa

região do Atlântico, a Argentina e a África do Sul, desenvolvia uma política nacional-populista de cunho anti-imperialista e estava envolvida em questões raciais, respectivamente.

Em relação ao aspecto regional, o General divide a América do Sul em cinco áreas geopolíticas: a zona de Reserva Geral, entendida como a área mais dinâmica da economia sul-americana e formada pelas cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte; a Amazônia, formada pelos rios da bacia Amazônica; a Patagônia e o Prata, formada pelas regiões brasileiras do Sul e partes do Centro-Oeste, pelo Uruguai, pela Argentina e pela Chile; a do Nordeste brasileiro, composta pela espaço entre as cidades de São Luís do Maranhão e de Salvador; e área de Soldadura Continental, tomada como a região mais importante, já que é o eixo articulador da região amazônico-platina.

Formada pelos atuais Estados brasileiros do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e Rondônia, e pelos territórios da Bolívia e do Paraguai, Golbery entende a região continental de soldadura como extremamente vulnerável tanto em âmbito doméstico quanto externo. Enquanto, internamente, à época dos escritos do autor, a região se encontrava inabitada e pouco conectada à zona de Reserva Geral, internacionalmente, nessa região, materializava-se a rivalidade brasileiro-argentina, já que o Paraguai e a Bolívia possuíam uma política externa pendular, que se caracteriza, geograficamente, pela dependência em relação ao porto de Buenos Aires, como via de comunicação com o exterior marítimo, e, politicamente, pela aproximação ora do Brasil, ora da Argentina, o que poderia ó agregada às tensões político-diplomáticas entre esses dois países ó desequilibrar o sistema platino de relações internacionais. Nesse sentido, Silva (1967) entende que, domesticamente, o Governo brasileiro deveria incentivar a colonização do Oeste nacional, formado por aqueles Estados, e o deslocamento, por meio de investimentos em infraestrutura, dos estados boliviano e paraguaio, para a órbita de influência brasileira, o que garantiria o exercício da hegemonia do Brasil, regionalmente, já que, dentre os três países da região de Soldadura Continental, somente, o Brasil é majoritariamente independente do sistema fluvial platino como rota de comunicação com o mundo.

Em suma, observa-se a complementariedade entre os pensamentos de Travassos, Rodrigues e Golbery do Couto e Silva. Os três pensadores atribuem grande importância à região do Prata, já que, à época de seus trabalhos, a Argentina não só era tomada como o principal rival

brasileiro, como também o catalizador das relações platinas, tendo em vista o controle da foz do rio da Prata e seu sistema ferroviário que possibilitava a conexão entre as principais cidades mediterrâneas platinas à cidade de Buenos Aires. Dessa forma, os autores entendem que o Governo brasileiro deveria agir no intuito de neutralizar a influência argentina, na bacia do Prata. Essa ação ocorreria por meio da construção de densa infraestrutura entre os países mediterrâneos da região platina e o Oeste brasileiro, o que não só mitigaria a importância das conexões entre Buenos Aires e essa região, como também deslocaria o Paraguai e a Bolívia para órbita de influência brasileira.

1.2 A construção da hidrelétrica de Itaipu: a reaproximação brasileiro-paraguaia, a política externa de Alfredo Stroessner e a rivalidade regional pelo controle da bacia do Prata

a) A reaproximação brasileiro-paraguaia

Em linhas gerais, após a guerra de 1864, entre a Tríplice Aliança e Solano López, as relações internacionais paraguaias caracterizaram-se pelo estreitamento dos contatos com a Argentina. Após o fim do conflito, em 1870, enquanto a Argentina se consolidava como país unificado e agroexportador, o Brasil caminhava para o fim do regime monárquico. O conflito platino dinamizou as atividades da pecuária e da agricultura nas províncias argentinas de Santa Fé e Entre Rios, e enriqueceu os fornecedores portenhos que supriam as forças armadas da Tríplice Aliança; contudo a disputa platina impeliu persistentes desequilíbrios nas contas públicas brasileiras, entre os anos de 1870 e de 1880, o que enfraqueceu, economicamente, o Império do Brasil. Nesse sentido, após o período de consolidação dos Estados nacionais platinos e em decorrência da preponderância econômica dos interesses argentinos, na bacia do Prata, o Paraguai vinculou-se à órbita de influência argentina (DORATIOTO, 2002, p. 473, p. 460), (BUENO; CERVO, 2008, p. 125-128).

O estreitamento dos laços paraguaio-argentinos, iniciado no final do século XIX, consolidou-se nas primeiras décadas do século XX, já que, durante esse período, os argentinos eram os maiores investidores estrangeiros, os empresários portenhos controlavam os setores de transporte e bancários do país, e o Governo de Buenos Aires possuía o controle da navegação dos navios paraguaios em direção à foz do rio da Prata, uma vez que, somente em 1967, argentinos e paraguaios assinam tratado de livre navegação. Dessa forma, até a década de

1940, o relacionamento internacional paraguaio caracterizou-se pela primazia das relações com a Argentina, embora, desde 1917, e, mais especificamente, desde o Governo de Washington Luís (1926-1930), a diplomacia brasileira tenha tentado a reaproximação com o Paraguai, por meio da reativação da escala em Assunção da linha do Lloyd brasileiro, da ligação telegráfica entre os dois países e da assinatura do Tratado Complementar de Limites Ibarra-Mangabeira (1927); porém, em decorrência da ascendência argentina sobre o Paraguai e da conjuntura desfavorável ao Brasil, a reaproximação frustrou-se (DORATIOTO, 2011, p. 329, p. 335, p. 337), (SILVA, 2012, p. 94-95).

Durante esse período, as relações brasileiro-paraguaias foram marcadas pelo sentimento antibrasileiro, oriundo do pretense alinhamento do Rio de Janeiro a La Paz, nas questões do Chaco, e pelas discussões a respeito da soberania das ilhas de Margarita e do Chapéu. Ademais, as intensas relações econômicas entre Argentina e Paraguai e a aproximação entre esses dois países, durante a Guerra do Chaco (1932-1935), garantiram a supremacia argentina, em detrimento do Brasil, no relacionamento com o Paraguai (MADRID; RAPOPORT, 1998, p. 263-264), (YEGROS; BREZZO, 2011, p. 124-128), (SILVA, 2012, p. 51, p. 60, p. 65).

Ainda que, entre 1936 e 1945, tenham ocorrido ensaios para a reaproximação entre Rio de Janeiro e Assunção, somente com a chegada de Alfredo Stroessner (1954-1989) à presidência do Paraguai, o relacionamento bilateral definitivamente consolidou-se. No âmago desse processo, encontrava-se, a implementação de políticas, propositalmente, destinadas à diversificação das linhas de comunicação do Paraguai com o exterior, já que, em decorrência de sua posição geográfica, o sistema fluvial guarani é tributário da foz do rio da Prata, condição que, historicamente, no decorrer do relacionamento argentino-paraguaio, foi utilizada como instrumento de poder pelo Governo argentino. Dessa forma, a inserção internacional paraguaia durante o Governo de Stroessner, pode ser entendida como a busca guarani pelo exercício pleno de sua soberania, uma vez que, no âmbito da conjuntura responsável pela aproximação brasileiro-paraguaia, também, foi assinado o *Tratado de Navegación, de los Ríos Paraná, Paraguay y de la Plata*, entre Assunção e Buenos Aires, em janeiro de 1967, o que, propiciou, juridicamente, o fim do controle argentino sobre as vias naturais de comunicação do Paraguai com o exterior (DEBERNARDI, 1996, p. 120), (SILVA, 2006, p. 58).

A consecução dos objetivos do Governo paraguaio também foi proporcionada pela situação internacional vivenciada por seus dois maiores vizinhos. À luz da concepção de Balança de Poder, utilizada como meio de interpretação das relações interestatais, pelas Relações Internacionais, grande parte do período vivenciado pelo Governo de Stroessner foi marcado pela rivalidade² brasileiro-argentina, acentuada pela redistribuição de poder no relacionamento entre os países platinos. Conseqüentemente, a inserção internacional paraguaia durante o período de Alfredo Stroessner pode ser entendida ou como o resultado da busca brasileira pela hegemonia regional, explicação que poderia ser sustentada pela ativa diplomacia do Itamaraty no tocante a seu entorno estratégico, ou como a incapacidade argentina de fazer frente às ações brasileiras, interpretação que poderia ser defendida pelas inconstâncias da política externa argentina e pela incapacidade de transformar seus projetos em realidade, ou ainda como um êxito da diplomacia guarani, já que, por meio do relacionamento equilibrado entre seus dois maiores vizinhos, Assunção mitigou a influência argentina, sem necessariamente, se submeter aos imperativos brasileiros. Nesse sentido, ao longo desta seção e à luz dos aspectos geopolítico-regionais e da utilização da ideia de Balança de Poder, a construção da hidrelétrica de Itaipu deve ser tomada como símbolo da conjunção dos interesses brasileiro-paraguaios que, no esteio da conturbada situação vivenciada pela Argentina, possibilitou o fim da completa dependência do Paraguai em relação à Buenos Aires e o fortalecimento da presença brasileira na região da bacia do Prata.

Ainda que a ideia de Balança de Poder não esteja consensualmente definida na literatura de Relações Internacionais, pode-se afirmar que esse termo se relaciona ou aos padrões de interação interestatais ou à política externa deliberadamente contrária a emergência de uma força hegemônica. Como consequência da primeira definição, as relações internacionais podem ser definidas como a interação entre estados, classificáveis, hierarquicamente, de acordo com suas características. Por meio dessa conceituação e em decorrência daquela segunda afirmação, as ações estatais, no âmbito das relações internacionais, visam ou à

² Vidigal (2007) entende que, a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), as relações brasileiro-argentinas se caracterizaram pela confluência dos interesses e das percepções de mundo em detrimento da rivalidade; entretanto a expansão dos interesses brasileiros em direção aos países vizinhos, agregada às concepções geopolíticas argentino-brasileiras e à instabilidade política argentina, impossibilitaram a total aproximação entre os dois países mais importantes da bacia do Prata.

manutenção, ou à revisão dos padrões de relacionamento interestatais, ou ainda a responder a uma ação específica de outro Estado (EVANS; NEWNHAM, 1998, p. 41-44).

De acordo com Hans Morgenthau (1985, p. 125-129), a atuação internacional, calcada naquele prisma interpretativo, toma o equilíbrio como fator fundamental das interações estatais, uma vez que esse impossibilitaria a emergência de um Estado dominante, capaz de impor sua política sobre os demais. Dessa forma, em ambiente caracterizado pelo constante antagonismo entre interesses múltiplos e individuais, os Estados buscam a anulação de suas mútuas vantagens, de modo a garantir a diminuição de poder do mais forte ou o aumento da capacidade de influência do mais fraco, mecanismo que opera ou pelo conflito direto ó quando dois estados disputam a hegemonia entre si ó ou pela competição, que se caracteriza pela disputa de influências entre dois Estados em relação a um terceiro.

Ao aplicar essa interpretação ao relacionamento regional dos países platinos, pode-se afirmar que, durante grande parte do Governo de Stroessner, os Estados brasileiro e argentino não só procuraram influenciar o destino dos demais países da região, como também se enfrentaram, diretamente, pela supremacia regional, como será visto, ao longo desta seção, por meio da regulamentação do uso dos recursos hídricos da bacia do Prata. Ademais, à luz das interpretações de Evans e Newnham (1998, p. 41-44), durante o período dessa disputa, o sistema platino passou de um relativo equilíbrio de forças entre Brasil e Argentina para um novo arranjo, caracterizado pela consolidação dos interesses brasileiros.

Formado por Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai, o sistema platino de relações internacionais ocupa 4,3 milhões de km², ao Sul do continente americano. Historicamente, ainda no período colonial, o sistema fluvial da bacia do Prata, principalmente por meio dos rios Paraguai e Paraná, foi utilizado como via natural de escoamento dos metais preciosos oriundos das minas bolivianas de Potosí, sobre o controle da Espanha, o que tornou a região cobiçada sobretudo por Portugal. Após os processos de independência, a rivalidade luso-castelhana pelo controle do sistema platino foi herdada pelos governos brasileiro-argentinos, transformando esse território no palco de inúmeras batalhas relacionadas à constituição do espaço e do imaginário nacional daqueles países, durante o século XIX (MAURO, 1991, p. 143).

No decorrer do século XX, a rivalidade pelo controle territorial do Prata transformou-se em disputas por áreas de influências entre os dois maiores países da região, a Argentina e o Brasil. Geograficamente, os argentinos estão em condição de vantagem na disputa pela influência regional, uma vez que todos os rios da bacia do Prata desaguam na parte inferior desse sistema fluvial, onde se localiza a maior e mais importante cidade argentina, Buenos Aires. Ademais, a própria constituição espacial da Bolívia, do Paraguai e do extremo Centro-Oeste brasileiro, situados na parte superior dessa bacia, condicionou os objetivos regionais de política externa desses países, o que, durante o final das décadas de 1960 e 1970, foi materializado nas disputas a respeito da criação do marco jurídico para a utilização dos rios platinos, que, no longo prazo, possibilitou a prevalência dos interesses brasileiros, nessa região (SOARES, 1986, p. 356).

No cerne dessa rivalidade, a acirrada disputa brasileiro-argentina pela liderança das relações internacionais platinas possibilitou à diplomacia paraguaia a realização de movimentos que fortaleceram o Estado guarani, já que, primeiramente, a aproximação com o Brasil possibilitou a diminuição da importância das rotas de comunicação pelo estuário do Prata, o que pode ter levado à assinatura do Tratado de Livre navegação paraguaio-argentino de 1967, e, em um segundo momento, a consolidação do regime de Stroessner, visto que a vultuosa soma de recursos oriunda da construção da hidrelétrica de Itaipu proporcionou período de grande bonança econômica. Dessa forma, em linhas gerais, entre os anos de 1870 e 1973, pode-se afirmar a existência de mudanças no padrão de inserção internacional paraguaio, caracterizado, no final do século XIX, pela proximidade com a Argentina, e, na metade do século XX, pelo processo de aproximação com o Brasil. Especificamente, enquanto, entre o fim da guerra entre a Tríplice Aliança e Solano López e a ascensão do Governo de Alfredo Stroessner, o Estado guarani teve sua inserção vinculada à Argentina, entre o início do Governo de Stroessner (1954) e a assinatura do Tratado de Itaipu (1973), o Governo paraguaio maximizou sua política externa ora por meio do estreitamento dos vínculos com a Argentina ora com o Brasil, o que não foi possível, após a construção de Itaipu, já que, por meio desse empreendimento, consolidou-se o movimento de aproximação dos paraguaios à órbita de influência brasileira. (MENEZES, 1984, p. 19-20), (MELLO, 1996, p. 165), (YEGROS; BREZZO, 2011, p. 141).

Não obstante, é válido ressaltar que o rio Paraná foi o centro da querela brasileiro-argentina a respeito da utilização dos rios da bacia do Prata. Em decorrência de seu elevado crescimento econômico, o Governo brasileiro tomou o sistema fluvial platino como variável-chave para a expansão de sua matriz energética, o que levou à construção de 16 usinas hidrelétricas, que atendem, majoritariamente, as demandas da região mais dinâmica do Brasil, formada pelos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. Símbolo máximo da capacidade de produção energética dessa região, a hidrelétrica de Itaipu é umas das únicas usinas que não está sob a completa jurisdição do sistema elétrico brasileiro, uma vez que essa foi construída em parceria com o Governo paraguaio, o que, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, impossibilitou o estreitamento das relações brasileiro-argentinhas (SOARES, 1986, p. 357).

Mais que uma parceria, a usina de Itaipu simbolizou o momento cujo hiato entre o desenvolvimento argentino e brasileiro se exacerbou. Caso sejam utilizadas as variáveis de crescimento econômico e de tamanho populacional ó os dois elementos identificados por Vidigal (2007), na documentação diplomática argentina, utilizados para comparar o desenvolvimento brasileiro-argentino ó, observa-se que o período entre 1960 e 1980 ó o momento da disputa a respeito da utilização dos rios da bacia do Prata ó foi caracterizado pela redistribuição de poder no relacionamento entre os países da região. Enquanto, de acordo com o anexo A, o PIB e a população brasileiros cresceram, em média, a uma taxa de 7,46% e 2,94%, respectivamente, os dados referentes à Argentina, colocam esse país como o quarto mais importante na região, uma vez que, em média, as taxas argentinas são somente superiores às do Uruguai.

Se a análise for restrita ao Paraguai, o foco deste trabalho, esse país, durante o período em tela, tornou-se o segundo mais importante da bacia do Prata, visto que, enquanto a Argentina crescia, econômica e populacionalmente, em média, a taxas de 3,43% e 1,48%, o Paraguai desenvolvia-se, economicamente, a 6,22% e aumentava sua população a 2,74%. Nesse sentido, as atuações da diplomacia argentina destinadas a retardar ou obstruir as iniciativas do Governo brasileiro ó como a da hidrelétrica de Itaipu ó foram resultado não só da passagem da Argentina da função líder para a de coadjuvante, nas relações platinas, como também símbolo de um país que perdeu a disputa pela influência no Paraguai, uma vez que, como será demonstrada ao longo deste trabalho, a política externa brasileira conseguiu dinamizar as

relações brasileiro-paraguaias em detrimento das relações paraguaio-argentinas (VIDIGAL, 2007).

No período pré-Stroessner e principalmente no âmbito do fim da Segunda Guerra Mundial, a principal preocupação brasileira no tocante a sua inserção regional caracterizou-se pelos receios em relação à política externa argentina. Suas investidas relacionavam-se à assinatura de acordos econômicos e de cooperação aduaneira ó como os assinados com a Bolívia e o Chile, durante os governos de Gualberto Villaroel e de González Videla, respectivamente ó e à substituição de empresas brasileiras por argentinas, em projetos de infraestrutura, como o da construção da ferrovia entre Concepción e Pedro Juan Caballero, concedido à empresa Nordeste do Brasil. Acima de tudo, o Governo brasileiro temia que a ofensiva argentina tivesse como alvo o isolamento do Brasil, já que, aqueles acordos, na visão da chancelaria³, das Forças Armadas e do Ministério da Guerra, intencionavam atrair ou neutralizar Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile, em caso de conflito armado com o Brasil. Nesse sentido, o chanceler brasileiro à época Raul Fernandes⁴, em carta direcionada ao presidente Dutra, advogava pela presença ativa da diplomacia brasileira junto àqueles países.

Enquanto, no caso do Chile, o Governo brasileiro respondeu o acordo chileno-argentino de 1946, por meio da assinatura do Tratado de Comércio entre os Governos de Dutra e Videla, em 1947, no da Bolívia, Raul Fernandes, ainda naquela missiva, advogava pela continuidade da ofensiva brasileira. O ministro entendia que os movimentos da chancelaria brasileira vinham atingindo seus objetivos, visto que o Rio de Janeiro já havia conseguido impedir, durante a década de 1940, a assinatura dos acordos boliviano-argentinos destinados à extração do ferro da região de Mutum, e à exploração e à extração de 500 mil hectares de borracha, no departamento de Beni, fronteiro ao então território brasileiro do Guaporé ó atual estado de Rondônia ó, e onde se localiza o rio Mamoré, um dos mais importantes cursos fluviais tributário do rio Amazonas.

³ Chanceler Raul FERNANDES para o presidente Eurico Gaspar DUTRA. Carta. Confidencial, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1947. AHI-Brasília. 900.1(42) ó POLÍTICA INTERNACIONAL. BRASIL -1944/ 1965 CONFIDENCIAL.

⁴ Chanceler Raul FERNANDES para o presidente Eurico Gaspar DUTRA. Carta. Confidencial, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1947. AHI-Brasília. 900.1(42) ó POLÍTICA INTERNACIONAL. BRASIL -1944/ 1965 CONFIDENCIAL.

Ainda no tocante à Bolívia, os militares⁵ já advertiam o Palácio do Catete a respeito da ofensiva argentina em relação a La Paz. De acordo com esse setor, o Governo da Argentina, por meio de sua embaixada e das unidades militares fronteiriças, tentava não só desestabilizar o Governo boliviano, como também coloca-lo contra o Brasil e os EUA, visto que, na Segunda Guerra Mundial, a Bolívia havia aderido ao bloco das Nações Unidas, declarara guerra às potências do Eixo e assinara a Carta do Atlântico, o que demonstrava o afastamento boliviano do posicionamento argentino, já que, durante esse conflito, Buenos Aires manteve sua neutralidade, que só foi rompida, no final da Guerra, quando a Presidência Argentina aderiu ao Tratado de São Francisco (1946). Dessa forma, em decorrência do posicionamento estratégico do altiplano boliviano ó de onde se poderia partir para a destruição ou o controle dos interesses vitais da América Latina ó, as Forças Armadas entendiam a necessidade da presença brasileira, na Bolívia, o que era, também, defendido pelo chanceler Raul Fernandes (GARCIA, 2012, p. 148).

Segundo Fernandes⁶, o Governo brasileiro deveria dar continuidade aos acordos de 1938, relacionados à exploração de petróleo e à construção de infraestrutura. No tocante às obras logísticas, defendia-se o aparelhamento do porto de Corumbá como forma de inviabilizar a construção do porto boliviano no lago de Cárceres, o que desviaria o comércio da Bolívia em direção à bacia do Prata, e a ligação ferroviária com a Bolívia como instrumento econômico e de política externa, já que a linha férrea possibilitaria o transporte de manufaturados brasileiros em direção à Bolívia e do petróleo boliviano rumo ao Brasil, e mitigaria a importância da estrada de ferro, controlada pela Argentina, entre Yacuíba e Santa Cruz de la Sierra.

Especificamente, em memorando confidencial, a Chancelaria⁷ advertia para os objetivos da política externa da Argentina. De acordo com a análise, Buenos Aires procurava romper o

⁵ General João PESSOA para o chanceler Oswaldo ARANHA. Carta. Confidencial, Rio de Janeiro, 15 de março de 1944. AHI-Brasília. 900.1(42) ó POLÍTICA INTERNACIONAL. BRASIL -1944/ 1965 CONFIDENCIAL.

⁶ Chanceler Raul FERNANDES para o presidente Eurico Gaspar DUTRA. Carta. Confidencial, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1947. AHI-Brasília. 900.1(42) ó POLÍTICA INTERNACIONAL. BRASIL -1944/ 1965 CONFIDENCIAL.

⁷ Memorando. Memorando. Confidencial. Rio de Janeiro, junho de 1953. AHI-Brasília. 900.1(42) ó POLÍTICA INTERNACIONAL. BRASIL -1944/ 1965 CONFIDENCIAL.

equilíbrio das forças existentes no continente, o que deveria ser respondido por meio do apoio brasileiro a Bolívia, Uruguai, Paraguai, em detrimento do conflito direto entre os dois maiores países do Cone Sul.

Ainda segundo esse memorando, em relação ao Uruguai, recomendava-se o apoio moral, político e material que permitisse a independência de Montevideu frente às pressões argentinas. Ademais, o Governo brasileiro entendia que a manutenção do Uruguai e do Chile como países independentes e liberais levaria ao isolamento do Governo da Argentina. Não obstante, o Governo brasileiro reconhecia as pressões de seu maior vizinho ó inclusive por meio da ameaça de corte ao fornecimento de alimentos ó em relação ao Governo boliviano de Paz Estenssoro (1952-1956), com o intuito de frustrar a assinatura das notas reversais complementares à execução do acordo brasileiro-boliviano de 1938. No caso do Paraguai, além das pressões de ordem econômica, a chancelaria brasileira atentava para aquelas oriundas do próprio posicionamento geográfico paraguaio no seio do sistema platino, o que poderia levar ao estrangulamento de suas vias de comunicação. Nesse sentido, o Rio de Janeiro procurava articular um plano destinado a mitigar a influência de Buenos Aires junto a Assunção, por meio da concessão de portos francos aos produtos paraguaios, da diversificação das rotas de comunicação guarani e do aproveitamento do potencial energético da região de Sete Quedas, já que poderia contribuir para o desenvolvimento do país vizinho por meio do fornecimento de energia, na ordem de 10% a 20% do que fosse gerado pelo possível empreendimento.

Ainda com o intuito de mitigar a influência argentina, a diplomacia brasileira, também, procurou estreitar as relações com a nação guarani. Enquanto, no Governo do coronel Franco (1936-1937), o Brasil buscou influenciar o Paraguai por meio da concessão de benefícios, como a interligação da rede ferroviária entre os dois países e a formação de oficiais militares em escolas brasileiras; no governo de Higinio Morínigo (1940-1948), a cooperação incrementou-se não só pela afinidade ideológica entre os governos, como também pela doação de equipamento militar do Brasil ao Paraguai e pela influência brasileira exercida na decisão de rompimento das relações diplomáticas do Paraguai com os países do Eixo; porém essa política era contrabalanceada pelos estreitos vínculos entre Assunção e Buenos Aires, decorrentes não só do importante trabalho realizado pelo Palácio San Martín no decorrer das negociações do tratado de paz que pôs fim à Guerra do Chaco e demarcou os limites entre o

Paraguai e a Bolívia, como também em razão da interferência do Governo argentino, na Guerra Civil Paraguai de 1947 (DORATIOTO, 2011, p. 496).

Nesse conflito, diferentemente da diplomacia brasileira que buscava a conciliação e a não intervenção em assuntos internos do país vizinho, o Governo argentino enviou ajuda militar ao governo Morínigo. Consequentemente, o prestígio do Governo da Argentina foi fortalecido perante o Paraguai, o que pode ser simbolizado pelo apoio paraguaio às pretensões argentinas referentes à Antártida, pelo envio da missão naval argentina ao Paraguai e pela assinatura do Convênio de União Econômica, durante o governo de Frederico Chávez (1949-1954) (DORATIOTO, 2011, p. 506-507).

No esteio das tentativas de incremento das relações brasileiro-paraguaias, a chefia do Itamaraty procurava mitigar a influência argentina junto ao Governo do Paraguai. De acordo com as instruções do chanceler Raul Fernandes para o embaixador brasileiro em Assunção⁸, o Governo brasileiro entendia que assinatura daquele acordo econômico colocaria, definitivamente, o país guarani na zona de influência argentina. Agregado a isso, o Palácio San Martín esforçava-se para diminuir a influência do Rio de Janeiro junto ao Paraguai, o que pode ser simbolizado pela tentativa argentina de por fim à Missão Militar Brasileira, sediada em Assunção. Nessa conjuntura, Fernandes intensificava seus pedidos para que o Brasil se esforçasse com o intuito de conter o expansionismo argentino.

Especificamente, foi durante o Governo de Perón (1946-1955) que a diplomacia brasileira elevou suas preocupações em relação à política externa argentina. Ao instruir a embaixada brasileira, em Buenos Aires, Hidelbrando Accioly⁹ pedia atenção para os arroubos expansionistas do país vizinho. De acordo com Accioly e Macedo Soares¹⁰, o governo de Perón não só se armava com o intuito de um possível conflito com o Brasil, como também buscava majorar a influência argentina, ou por meio de golpes de Estado ou pela obstrução de

⁸ Raul FERNANDES para Mário SAVARD DE SAINT BRISSON MARQUES. Telegrama 93. Secreto-urgente. Rio de Janeiro 3 de julho de 1950. AHI-Brasília 921.1(42) (00) ó chefes de missões diplomáticas Brasil/Universo (33) a (43) ó 1949-1966.

⁹ Hidelbrando ACCIOLY para embaixada em BUENOS AIRES. Telegrama 96. Secreto. Rio de Janeiro 18 de novembro de 1948. AHI Brasília 921.1(42) (00) ó chefes de missões diplomáticas Brasil/Universo (33) a (43) ó 1949-1966

¹⁰ José Carlos MACEDO SOARES para João Carlos MUNIZ. Telegrama 227. Secreto. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1956. AHI Brasília 921.1(42) (00) ó chefes de missões diplomáticas Brasil/Universo (33) a (43) ó 1949-1966.

ações brasileiras, o que constituía a criação de política externa contrária à paz regional. Nesse sentido, João Neves da Fontoura¹¹, ao instruir o novo embaixador em Assunção, não só solicitava a intensificação dos projetos de cooperação brasileiro-paraguaios, como também aventava a possibilidade de aproximação entre o corpo diplomático brasileiro e o general Alfredo Strossner, chefe das forças armadas paraguaias, e grande apreciador do Brasil.

Caso a conjuntura descrita anteriormente seja interpretada à luz da Balança de Poder, pode-se perceber que o sistema platino ó formado por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai ó passava por um momento de disputa acirrada entre Brasil e Argentina. Enquanto Buenos Aires procurava ampliar sua presença regional, a diplomacia brasileira buscava movimentar-se, cautelosamente. Dessa forma, buscava-se evitar o conflito direto com a Argentina por meio do apoio dado aos demais países da região platina, o que, na visão de Morgenthau (1985), é característico das situações de competição, em que há uma disputa de influência entre dois Estados em relação a um terceiro. No âmbito platino, essa concepção toma um contorno mais visível, caso se matize o pensamento de Morgenthau a respeito do equilíbrio de poder com as diretrizes geopolíticas do brasileiro Mário Travassos, já que, visando à manutenção do equilíbrio nas relações platinas, Travassos entende que a construção de um denso aparato infraestrutural entre o Brasil e os países mediterrâneos do Prata deslocaria a Bolívia e o Paraguai para a órbita de influência brasileira.

Em virtude do que foi mencionando, entre o fim da guerra de 1864 e a primeira metade do século XX, a inserção internacional paraguaia caracterizou-se pelo estreitamento dos vínculos entre Assunção e Buenos Aires. No esteio da rivalidade brasileiro-argentina ó acentuada, majoritariamente, após o fim da Segunda Guerra Mundial ó e à luz das concepções da geopolítica nacional, o Palácio do Catete moveu-se, com o propósito de adensar sua presença perante os demais países da bacia do Prata. Nesse movimento, a disputa pela influência junto ao Governo paraguaio demonstrou-se importante, já que, de acordo com o pensamento de Morgenthau, essa intencionava a diminuição do poder e da influência argentina junto àquela região.

¹¹ João Neves da FONTOURA para Americano FREIRE. Telegrama 4. Secreto.. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952. AHI Brasília 921.1(42) (00) ó chefes de missões diplomáticas Brasil/Universo (33) a (43) ó 1949-1966.

b) A política externa de Alfredo Stroessner

Outro fator importante, na disputa entre Brasil e Argentina, pela supremacia regional, decorreu das transformações pelas quais o Paraguai passaria, após a chegada ao poder do general Alfredo Stroessner, em 1954. O General incorreu em movimentos que aproximaram, definitivamente, seu país à zona de influência brasileira, embora essa convergência tenha sido resultado da associação entre os objetivos domésticos paraguaios e os desígnios de projeção da política externa brasileira, junto à região do Prata.

Fruto do casamento entre um imigrante alemão e uma *criolla* paraguaia, Alfredo Stroessner Matiauda nasceu, em 1912, na cidade de *Encarnación*, distante 365 km da capital Assunção. Ainda que Alfredo Stroessner tenha experimentado curto período no exílio, em decorrência de sua atuação contra o Governo do presidente Natalício Gonzáles (agosto a dezembro de 1948), a combinação entre disciplina e competência possibilitou que, em um período de 17 anos, o jovem oficial exercesse todos os postos da hierarquia militar, culminando com sua promoção a General de Brigada, por bravura e merecimento, em 1947, com apenas 36 anos de idade, o que o tornou o general mais jovem da América do Sul (LEWIS, 1980, p. 57), (MIRANDA, 1990, p. 67).

Desse momento em diante, o general Alfredo Stroessner exerceu os mais importantes comandos dentro da hierarquia militar. Primeiramente, exerceu a chefia da Primeira Região Militar (1951-1954), a mais importante do País, para, em 1954, ser nomeado Chefe das Forças Armadas, pelo então presidente Frederico Chávez (1949-1954) que, em maio desse mesmo ano, foi deposto pelo próprio Stroessner. A derrubada de Chávez decorreu de suas ações relacionadas à debelação de um pretense complô contra seu governo, liderado pelo major Virgílio Candeia. (FARINA; PAZ, 2010, p. 18-20)

Em maio de 1954, o major foi preso por ordens de Chávez, o que, na concepção de Stroessner, foi desrespeitoso à honra e à disciplina militar. Em decorrência disso, em 5 de maio de 1954, o General tomou o palácio presidencial e empossou Tomás Romero Pereira como presidente provisório, situação que durou até 11 de junho de 1954, quando, apoiado pelo *Asociación Nacional Republicana* (ANR) ó o Partido Colorado ó, Alfredo Stroessner foi eleito para a Presidência, permanecendo no cargo durante 35 anos, entre 15 de agosto de 1954 e 3 de fevereiro de 1989 (MIRANDA, 1990, p. 48).

Complementarmente, a Embaixada Brasileira em Assunção¹² entendia que a tomada do governo pelo General Stroessner era nada mais que a continuidade da interferência dos militares na vida política do país, o que foi uma constante no período entre os governos de Eusebio Ayala (1932-1936) e de Frederico Chávez (1949-1954). Durante esses anos, ou o Exército atuou como força moderadora da política nacional ou exerceu diretamente seu comando. Os diplomatas brasileiros em Assunção entendiam que a intromissão do presidente Chávez na hierarquia militar ó simbolizada pela prisão do Major Candeia ó não só diminuía o prestígio de Stroessner entre seus pares, como também, perante os membros do Partido Colorado. Nesse sentido, em ambiente caracterizado pelas conspirações, pelos desentendimentos político-partidários, pelo crescente prestígio dos militares mais próximos a Chávez e pela tradição intervencionista do Exército na política paraguaia, Stroessner teria assumido o poder com o intuito de garantir seu posto à frente do Comando-Geral das Forças Armadas.

No tocante ao relacionamento brasileiro-paraguaio, entre os meses de junho e julho de 1954, a Embaixada Brasileira em Assunção não previu o adensamento nas relações bilaterais. De acordo com o embaixador Moacyr Ribeiro Briga, a assunção de Stroessner marcava o fortalecimento da ala peronista, uma vez que os principais nomes do novo governo ó Romero Pereira e Epifânio Méndez ó eram não só amigos pessoais de Perón, como também se identificavam com a ideologia do político argentino¹³. Como símbolo desse momento, o Governo peronista afirmou que não haveria a necessidade de reconhecimento do novo governo ó uma vez que esse fora implantado de forma constitucional ó, devolveu os troféus de guerra oriundos do conflito entre Solano López e a Tríplice Aliança e, imediatamente após o golpe, despachou para Assunção a Missão Cavagna Martinez, com o intuito de garantir a continuidade da União Econômica, criada em 1953¹⁴.

¹² Embaixada do BRASIL para Secretaria de ESTADO. Telegrama 120. Confidencial. Assunção 19 de junho de 1954. AHI-Brasília 901. (43). Telegramas Expedidos. Embaixada de Assunção. 1954-1955. Confidencial.

¹³ Moacyr Ribeiro BRIGA para Secretaria de ESTADO. Correspondência Especial 448. Confidencial. Assunção, 19 de julho de 1954. AHI-Brasília 901. (43). Telegramas Expedidos. Embaixada de Assunção. 1954-1955. Confidencial.

¹⁴ Embaixada do BRASIL para Secretaria de ESTADO. Telegrama 120. Confidencial. Assunção 19 de junho de 1954. AHI-Brasília 901. (43). Telegramas Expedidos. Embaixada de Assunção. 1954-1955. Confidencial.

Não obstante, Farina e Paz (2010) entendem que o governo de Stroessner (1954-1989) pode ser dividido em três períodos: consolidação (1954-1970), fortalecimento (1970-1982) e decadência (1982-1989). Enquanto o primeiro período caracterizou-se pelo fortalecimento das relações entre o Governo, a ANR e as Forças Armadas, o segundo foi marcado pelo vigoroso crescimento econômico, e o terceiro, pela crise econômica doméstica e pela fragmentação interna dos colorados, o que ocasionou o fim do regime.

O período entre 1954 e 1970 caracterizou-se pelo fortalecimento das conexões entre o Partido Colorado e Stroessner, pela total cooptação das Forças Armadas, pela unificação das tendências políticas internas coloradas e pelo controle da oposição. Dessa forma foi possível a criação do strossnismo: forma de exercício político caracterizada pela estreita relação entre o Partido Colorado, as Forças Armadas e o Governo, que tinha como figura central Alfredo Stroessner (MIRANDA, 1990, p. 48).

A busca pelo fortalecimento das relações entre Stroessner e a ANR eram decorrentes de sua percepção política. Acima de tudo, o General receava repetir os erros de Raimundo Rolón, presidente paraguaio, nos dois primeiros meses de 1949. Nesse curto período, o fortalecimento das Forças Armadas em detrimento do Partido inviabilizou a administração de Rolón, uma vez que grande parte da burocracia estatal não só era filiada ao Partido, como também afugentava a ideia de um governo totalmente militarizado que não pudesse estar submetido à hierarquia partidária. Nesse sentido, a cooptação das Forças Armadas obedecia a um duplo movimento. Primeiramente, Stroessner procurava enfraquecer a ala militar opositora a seu governo por meio do aumento dos gastos militares, da distribuição de favores e do isolamento de figuras mais radicais, que poderiam se sublevar; e, em um segundo momento, o General percebeu que grande parte do oficialato paraguaio era filiada ao Partido, o que o tornava mais leal àquela agremiação que às Forças Armadas. Dessa forma, Stroessner buscou constituir uma aliança colorado-militar que pudesse legitimar seu governo perante o Partido e a caserna (LEWIS, 1980, p. 58-60), (MIRANDA, 1990, p.75).

Por último, o General Stroessner procurou unificar o Partido Colorado e controlar as forças opositoras, já que, a derrubada do presidente Frederico Chaves possibilitou a emergência de três forças políticas: os epifanistas, os democráticos e os guionistas, que posteriormente se juntaram aos democráticos. Embora esses grupos fossem aliados de Stroessner, os mesmos

também procuraram desenvolver seus projetos de poder, o que desencadeou a criação de uma política interna ofensiva, com o intuito de isolar todo e qualquer movimento que pudesse fazer frente aos poderes do General (LEWIS, 1980), (MIRANDA, 1990), (FARINA; PAZ, 2010).

Ex-aliado de Frederico Chaves, Epifanio Méndez Fleitas foi a principal personagem da corrente epifanistas. Tomado como reformador de cunho nacionalista, Epifanio Méndez foi nomeado presidente do Banco Central Paraguai, no início do Governo de Stroessner, em decorrência de seu apoio ao golpe de 1954 e de seus aliados no âmbito das Forças Armadas e da Polícia Nacional ó entre eles, o general Caferino Gaoma, chefe do 40º Batalhão de Polícia, o mais importante de Assunção. Além disso, seu discurso de cunho peronista¹⁵ agregado a sua exímia oratória e seu domínio da língua guarani, o que, no Paraguai, possibilita maior penetração junto à classe obreira e à população rural, aumentava sua popularidade entre os humildes e o empresariado, uma vez que, como presidente daquele Banco, Epifanio Méndez controlava e direcionava os empréstimos realizados pelo governo. Nesse sentido, em decorrência de seu crescente poder e da chegada de Pedro Eugenio Aramburu, opositor à ideologia peronista, à Presidência da Argentina, em 1955, Mendez Fleitas, amigo do ex-presidente Perón, exilado em Assunção, não só foi obrigado a se retirar do Paraguai, em 1956 ó como forma de responder às demandas do novo Governo argentino ó, como também foi expulso do Partido Colorado, o que eliminou, dessa forma, um forte e possível nome opositor à autoridade de Stroessner (ROETT; SACKS, 1991, p. 53, p. 55, p. 67).

Entrementes, no ano de 1955, com o intuito de unificar as forças antagônicas do Partido Colorado, Alfredo Stroessner autorizou a volta ao Paraguai de dissidentes históricos colorados que se encontravam exilados desde o conflito civil de 1947. Entre eles, encontrava-se Edgar Ynsfrán, colaborador próximo ao ex-presidente Natalício Gonzáles, que, após sua volta a Assunção, tornou-se proeminente entre os correligionários da facção democrática da ANR, o que lhe possibilitou assumir importantes funções na administração governamental; porém, assim como Epifanio Méndez Fleitas, Ynsfrán foi isolado, politicamente, quando, em, 1966,

¹⁵ De acordo com Nickson (1993, P. 462-463), o peronismo caracteriza-se pela implementação de um conjunto de medidas, destinando, no campo social, às classes operárias, e, no campo econômico, à industrialização, à intervenção estatal e à nacionalização de companhias estrangeiras.

época em que atuava como ministro do interior, emergiram escândalos políticos que envolviam seus protegidos, com atuação na Polícia Nacional, o que ocasionou sua demissão e seu ostracismo político (MIRANDA, 1990, p. 64), (ROETT; SACKS, 1991, p. 57).

A derrota das forças ligadas a Epifanio Méndez Fleitas e a Edgar Ynsfrán possibilitou o fortalecimento do Governo de Stroessner. Acima de tudo, o General conseguiu unificar um fragmentado partido político sob os alicerces de sua própria ideologia. Na consolidação da nova fase da ANR, Stroessner, por meio da ajuda do coronel César Gagliardone, prefeito de Assunção entre os anos de 1960 e de 1964, conseguiu verticalizar a estrutura colorada, uma vez que, a partir desse momento, as decisões eram tomadas na cúpula do Partido, e essas deveriam ser implementadas, sem hesitação, pela parte inferior da estrutura partidária (LEWIS, 1980, p. 100-102).

Outro fator importante, na consolidação do governo de Stroessner, foi a promulgação da constituição de 1967, que fortaleceu o regime e o controle da oposição liberal, reinserida no contexto político paraguaio após a conturbada situação do continente americano, na mudança da década de 1950 para a de 1960. De acordo com Lewis (1980), a vitória de Romulo Betancourt sobre um governo ditatorial e militar, na Venezuela, em 1958, a Revolução Cubana, em 1959, e, no âmbito da administração norte-americana de John Kennedy (1961-1963), a instituição da Aliança Para o Progresso, em 1961, que pressionava para o estabelecimento de regimes democráticos na América Latina, possibilitaram a volta dos exilados liberais paraguaios à cena política; porém aquela Carta Magna impossibilitou atuação mais vigorosa por parte da oposição (LEWIS, 1980, p. 110), (MIRANDA, 1990, p. 77).

Diferentemente da constituição de 1940, elaborada, durante o governo do General Estigarribia (1939-1940), que proibiu a reeleição e extinguiu o sistema bicameral, a constituição de 1967 e sua emenda de 1977 possibilitaram a reabertura do Senado e a reeleição infinita de Stroessner, respectivamente. Dessa forma, com o controle do aparato estatal, Stroessner sempre reelegia-se, e, ainda que houvesse uma democracia formal, seu controle era exercido diretamente na escolha dos senadores, o que propiciava a utilização do Senado como escola de formação política, já que, de suas fileiras, eram escolhidos os líderes que protegeriam o regime não só no âmbito do Poder Legislativo, como também na administração federal e no sistema judiciário (FARINA; PAZ, 2010, p. 45-49).

Por último, deve-se mencionar a conjuntura externa, à época da assunção de Stroessner ao poder, como catalizadora do fortalecimento de seu governo. Ainda que, no relacionamento bilateral, os EUA e a URSS coexistissem, pacificamente, na América Latina, a Casa Branca buscava a manutenção de seus interesses, por meio do apoio a governos ideologicamente convenientes. Essa política procurava a destruição de movimentos que, com o intuito de se afirmarem nacionalmente, pudessem buscar o auxílio soviético. Dessa forma, a estreita semelhança de objetivos entre a política de contenção norte-americana e as doutrinas de segurança nacional¹⁶ possibilitou o incremento da cooperação entre os EUA e os governos latino-americanos, majoritariamente de cunho autoritário. No caso do Paraguai, a cooperação bilateral não só inviabilizou a atuação de movimentos oposicionistas ao governo de Stroessner, como também disponibilizou recursos para o desenvolvimento guarani (MIRANDA, 1990, p. 108), (CANTERO; PERRONE, 2000, P. 126-128).

Quanto à política exterior, durante o Governo de Stroessner, o Paraguai passou por dois momentos distintos, que, também, foram condicionados pela conjuntura vivenciada pelo Brasil e pela Argentina. Primeiramente, Stroessner procurou dar continuidade à política pendular paraguaia: ação iniciada, durante o Governo de Higinio Morínigo, com o intuito de preservar a soberania guarani, por meio do equilíbrio entre seus dois maiores vizinhos, visando à cooperação com aquele capaz de oferecer melhores condições; porém, em um segundo momento, caracterizado pela descontinuidade da política externa argentina oriunda de suas convulsões políticas internas, pela continuidade das iniciativas brasileiras relacionadas à mitigação do poderio argentino na região do Prata e pela consolidação das iniciativas de Stroessner no sentido de diminuir as desvantagens paraguaias relacionadas à condição mediterrânea, o General paraguaio privilegiou as relações com o Brasil, de modo a diminuir a dependência paraguaia frente ao sistema de comunicação platino, controlado por Buenos Aires, e a expandir o desenvolvimento paraguaio rumo a região oriental o que, na visão de Stroessner, possibilitaria a criação de um novo pulmão econômico para o Paraguai. Dessa forma, pode-se afirmar que a aproximação brasileiro-paraguaia ocorreu em decorrência ora da

¹⁶ De acordo com Coimbra (2000), em geral, o desenvolvimento das doutrinas de segurança nacional caracterizou-se pela revisão do conceito de Defesa Nacional. Em detrimento do combate ao inimigo externo, o conceito, por meio do enfoque dado por essa doutrina, passa a combater as forças internas de agitação, provocadas e alimentadas pelo movimento comunista internacional.

confluência dos interesses brasileiro-paraguaios relacionados à tenaz política brasileira destinada à diminuição do poderio argentino na bacia do Prata e à criação de um novo eixo de comunicação do Paraguai com o exterior, ora do incapacidade argentina de fazer frente a esses movimentos (MENEZES, 1987), (BIRCH, 1988), (SILVA, 2006).

Como dito anteriormente, no início do Governo de Strossner, tudo indicava para o fortalecimento das relações paraguaio-argentinas, visto que os membros mais influentes do novo Governo ó Tomás Romero Pereira, ministro do interior, Epifânio Mendez, presidente do Banco Central, General Hermínio Morínigo, ministro da defesa nacional, tenente-coronel Mário Ortega, chefe de polícia e o major Virgílio Candeia, comandante da Divisão de Cavalaria, a mais forte divisão armada do país ó eram ideologicamente peronistas; porém, com o fim do Governo de Perón, a Argentina passou por um período de grande instabilidade política, o que, também, se refletiu na condução de sua política externa. No período entre 1955 e 1979, enquanto, na Argentina, 12 presidentes passaram pela Casa Rosada, no Brasil, somente sete indivíduos ocuparam a presidência, durante esses 24 anos, o que demonstra o verdadeiro descompasso conjuntural existente entre os dois países.

No âmbito da política externa, enquanto o Governo brasileiro se preocupava com o desenvolvimento de uma política contínua para a região, o Governo da Argentina agiu, inconsistentemente, em relação aos rumos de sua política externa, uma vez que, somente com o Brasil, durante 1966 e 1979, a Argentina optou, no mínimo, por quatro políticas distintas: 1) aproximação, durante o Governo de Arturo Frondizi (1958-1962); 2) introspecção, durante a presidência de Onganía (1966-1970); 3) desconfiança, durante o período de Lanusse (1971-1973); e 4) nova aproximação, no termo de Rafael Videla (1976-1981); opções esses que, pela sua diversidade, devem ter dificultado o relacionamento da Argentina com a região. Em consequência disso, o Encarregado de Negócios brasileiros em Assunção Paulo Vicente Gatti, ainda em 1955, mui acertadamente, entendia que a instabilidade interna do vizinho abriria espaços para que o Itamaraty neutralizasse as influências argentinas junto a Assunção¹⁷ (VIDIGAL, 2007).

¹⁷ Paulo Vicente GATTI para José Carlos da Macedo SOARES. Telegrama 370. Confidencial. Assunção, 30 de dezembro de 1955. AHI-Brasília 901. (43). Telegramas Expedidos. Embaixada de Assunção. 1954-1955. Confidencial.

Diametralmente à política externa argentina, desde a presidência de Juscelino Kubitschek (1951-1955), o Governo brasileiro vinha dando continuidade aos projetos iniciados ainda durante o segundo Governo de Vargas (1951-1954). Nessa conjuntura, por meio dos subsídios oriundos da Comissão Mista Brasileiro-Paraguai, iniciada em 1952, os dirigentes brasileiros começaram a pavimentar as rodovias que ligariam as cidades paraguaias de Coronel Oviedo e Pedro Juan Caballero à região oeste dos estados do Paraná e do atual Mato Grosso do Sul, a construir a ponte sobre o rio Paraná e a hidrelétrica de Acaray, o que não só levou o desenvolvimento ao oriente paraguaio, simbolizado pela construção da atual Ciudad del Este, em 1957, como a materialização do novo pulmão econômico destinado ao Brasil, em complemento àquele direcionada à Argentina (SILVA, 2006, p. 69, p. 88).

De acordo com a conjuntura descrita anteriormente, pode-se depreender que, na primeira fase do Governo de Stroessner (1954-1970), houve um processo de contínua aproximação entre os Governos brasileiro e paraguaio, o que não, necessariamente acontecia no relacionamento paraguaio-argentino. Enquanto, do lado brasileiro, a política explicitada, durante a década de 1940, a respeito da contenção regional argentina, começou a tomar forma por meio dos projetos de infraestrutura que ligariam o Paraguai à fronteira oeste brasileira; as relações paraguaio-argentinadas passavam por momentos conturbados em decorrência dos atritos oriundos da concessão de asilo político ao presidente Juan Perón, do apoio argentino à oposição paraguaia e dos óbices causado por Buenos Aires acerca da livre navegação das embarcações paraguaias na bacia do Prata (LEWIS, 1980), (SILVA, 2006).

No tocante à livre navegação nos rios platinos, um dos temas mais sensíveis para a administração paraguaia, Stroessner enfrentava a oposição da Armada Argentina¹⁸. No auge das tensões, em 1965, o Governo argentino denunciou a Ata de Buenos Aires que desobrigava a condução de embarcações por práticos argentinos, caso esses navegassem pelo rio Paraguai. Como resposta, o Palácio dos López afirmou que jamais reconheceria a condição de curso interior, atribuída pela Argentina, ao rio Paraguai, a partir da confluência com o rio Paraná, na região de Corrientes, o que levou à nomeação do General Rosa no lugar do civil Benitez, como embaixador argentino em Assunção, indicativo de possíveis retaliações argentinas ao

¹⁸ Jayme de Souza GOMES para Secretaria de ESTADO. Telegrama 446. Secreto. Assunção, 25 de outubro de 1966. AHI Brasília - 920 (41) (00) ó revelações políticas e diplomáticas Argentina/ Universo 1954/ 1966 ó Secreto.

Governo paraguaio. Ainda que essas represálias não tenham se concretizado, o desentendimento entre os dois países levou ao início das negociações a respeito da livre navegação na bacia do Prata, o que se materializou, em 1967, quando Assunção e Buenos Aires assinaram o Tratado de Livre Navegação a respeito dos rios dessa bacia.

No mesmo período em que as relações paraguaio-argentinas enfrentavam dificuldades em decorrência da livre navegação, nos rios platinos, emergia a disputa fronteiriça brasileiro-paraguaia acerca da soberania territorial da região de Sete Quedas-Saltos del Guairá¹⁹, o que levou à assinatura, em 1966, da Ata das Cataratas, acordo responsável pelas linhas gerais, posteriormente aplicadas, no Tratado de Itaipu (1973), como será visto mais adiante. Especificamente, no ano de 1962, em 13 de fevereiro, o periódico *Jornal do Brasil* publicou matéria, informando que o então ministro de Minas e Energia brasileiro Gabriel Passos pedira a contratação de serviços técnicos para realização de estudos a respeito do aproveitamento energético do Salto de Sete Quedas. No dia 12 março daquele ano, instruído pelo chanceler paraguaio Raúl Sapena Pastor, o embaixador paraguaio junto ao Governo brasileiro Raúl Peña encaminhou nota de protesto ao ministro de relações exteriores do Brasil José Clementino de San Tiago Dantas. O Governo paraguaio entendia que, como a fronteira estava demarcada nos termos da ata de 1874, o governo brasileiro não poderia dispor unilateralmente da capacidade energética daquele Salto. Como resposta, em 19 de setembro de 1962, o ministro de relações exteriores Afonso Arinos de Melo Franco informou ao Governo Paraguai que o Brasil possuía soberania sobre o conjunto dos Saltos de Sete quedas, já que, de acordo com a interpretação brasileira, a fronteira entre os dois países terminava na linha seca, diante da quinta queda daquele salto. Nesse sentido, as sete cataratas estava inteiramente sob a jurisdição do Brasil (SILVA, 2006, p.72-76).

Em 10 de junho de 1963, o Governo paraguaio enviou nova nota ao Governo brasileiro, contestando a afirmação anterior de que o Salto de Sete Quedas estaria completamente sobre a jurisdição do Brasil. O embaixador Peña insistia na afirmação de que o Salto não pertencia exclusivamente a nenhuma dos dois países, e incisivamente afirmava que o Paraguai possuía direitos de soberania territorial na parte ocidental da ribeira do Salto; por isso também possuía

¹⁹ Gomes (2011) entende que, até hoje, Brasil e Paraguai não acordaram a respeito dos limites territoriais da região, onde, antigamente, estavam localizadas as Sete Quedas; contudo, com a construção da hidrelétrica de Itaipu a questão perdeu relevância.

direitos relacionados à soberania fluvial e à utilização das águas. O Governo paraguaio entendia que a água dos Saltos pertencia em condomínio aos dois países, e propunha que os estudos para o aproveitamento do potencial hidrelétrico e sua possível utilização fossem feitos em conjunto (SILVA, 2006, p.70-72).

Entre 1963 e 1966, ano da assinatura da Ata das Cataratas, responsável pelo apaziguamento das relações no tocante à disputa territorial, outros acontecimentos foram importantes. Ainda em 1963, o ministro de Minas e Energia do Brasil Oliveira Brito realizou visita ao Paraguai, para esclarecer o posicionamento de seu Governo, informando que jamais fora feito nenhum estudo para o aproveitamento da capacidade energética do Salto de Sete Quedas, visto que as águas eram comuns aos dois países. Esse posicionamento comprovou-se, quando, em janeiro de 1964, os presidentes João Goulart e Alfredo Stroessner se encontraram na cidade de Três Marias, no estado de Mato Grosso, e o Governo paraguaio publicou comunicado, afirmando que os dois mandatários concordavam com o aproveitamento do potencial energético em conjunto. Ademais, os dois presidentes resolviam criar, o quanto antes, uma comissão mista, destinada aos estudos demandados pela questão; no entanto, em 1965, a realidade mudou, já que o governo de Goulart fora substituído, em 1964, por meio de golpe de Estado, pelo do General Humberto Castello Branco. Ainda que, no campo retórico, essa mudança teoricamente, não houvesse afetado as negociações a respeito da utilização do salto, na prática, o Governo brasileiro tomou medidas consideradas acintosas pelo país vizinho, quando deslocou, para a região em litígio, um destacamento de fronteira, o que deixou o Governo paraguaio muito receoso a respeito da militarização da questão (ESPÓSITO, 2012, p. 38).

A demanda fronteira paraguaia desencadeou o aumento do sentimento antibrasileiro, em Assunção. Os editoriais dos periódicos *La Tribuna* e *ABC Color* procuravam afirmar o caráter expansionista e imperialista brasileiros, que, de acordo com essas publicações, tradicionalmente, pautaram o relacionamento entre os dois países, características que podem ser simbolizadas, ainda de acordo com esses periódicos, pela assinatura do Tratado Cotegipe-Lozaga, assinado sob o julgo de forças militares brasileiras, que haviam ocupado Assunção, na década de 1870, com o intuito de diminuir o território paraguaio. Ademais, o próprio conceito jurídico do *uti possidetis*, tradicionalmente defendido pela diplomacia brasileira, em suas contendas territoriais, e o envio de forças militares à região próxima ao território demandando pelos paraguaios, em 1966, corroboravam para que a imagem brasileira fosse

matizada por pretensos desígnios imperialistas e expansionistas, o que desencadeou uma onda de protestos em frente à embaixada brasileira, em Assunção (BREZZO; YEGROS, 2010, p. 147), (GOMES, 2011, p. 14).

Em decorrência da contestação territorial, a questão do aproveitamento energético do rio Paraná foi transferida do Ministério de Minas e Energia para a Chancelaria²⁰. A partir desse momento, ocorreu intensa troca de notas ó que não cabe a esta pesquisa analisar ó entre as diplomacias brasileiro-paraguaias a respeito da soberania territorial da região de Sete Quedas. O impasse começou a desfazer-se, quando a proposta brasileira a respeito do aproveitamento conjunto do potencial energético do rio Paraná ganhou proeminência sobre o pleito territorial paraguaio, ainda mais quando as obras decorrentes da construção de uma usina hidrelétrica, em parceria, inundaria o território reclamando pelos paraguaios²¹.

É válido ressaltar que, quando se iniciaram as questões de fronteira entre Brasil e Paraguai, o setor elétrico brasileiro, representado pela Eletrobrás, colocou-se receoso a respeito da construção de um empreendimento daquela envergadura em parceria com o Paraguai. Debernardi (1996, p. 76) aponta que, por parte do setor elétrico, havia desconfianças de que, no futuro, o empreendimento poderia estar à mercê de forças internas paraguaias, ainda mais, quando se considera que o Tratado de Itaipu fora assinando entre duas ditaduras, uma vez que a argumentação a respeito da ilegalidade do tratado poderia ser levantada pelo povo guarani. Consequentemente, o setor elétrico brasileiro preferia que o Governo investisse em outros planos energéticos, já que, o de Itaipu, não teria o total controle por parte das autoridades brasileiras.

²⁰ De acordo com Nickson (1993, p. 268) e Espósito (2012, p. 118), os estudos a respeito do aproveitamento energético da região de Sete Quedas iniciaram-se, no ano de 1956, porém, durante as presidências de Jânio Quadros (janeiro-agosto de 1961) e de João Goulart (1961-1964), essas pesquisas adensaram-se. A publicação da consultoria, realizada pelo escritório de engenharia de Oscar Marcondes Ferraz, encomendada pela gestão de Gabriel Passos (1961-1962) à frente do Ministério de Minas e Energia, acabou dando mais visibilidade às questões relacionadas ao aproveitamento energético do rio Paraná.

²¹ A construção da hidrelétrica de Itaipu submergiu apenas 10% da área reclamada pelo Governo paraguaio. Dessa forma, com o intuito de neutralizar possíveis demandas guaranis referentes à região, a Diretoria Executiva de Itaipu criou o Refúgio Biológico de Maracaju, em 1984, no restante da área que não foi inundada pelas obras da Usina, o que, de alguma forma, acabou tornando a região patrimônio binacional, uma vez que a empresa responsável pela preservação dessa área ambiental, a Itaipu Binacional, pertence tanto ao Brasil quanto ao Paraguai (GOMES, 2011, p. 95).

Com o intuito de pôr fim à querela, em 1966, o ministro das relações exteriores do Brasil Juracy Magalhães iniciou negociações junto a seu homólogo paraguaio, o chanceler Sapena Pastor, para por fim ao litígio fronteiriço. De acordo com Gomes (2011, p. 74), os Tratados Cotegipe-Lozaga de 1872 e o Complementar de Limites de 1927 não deixam nenhuma dúvida a respeito dos direitos brasileiros sobre o território reclamado pelo Paraguai²², conquanto a possibilidade de discussão a respeito do aproveitamento conjunto do potencial energético do rio Paraná tenha parecido à diplomacia paraguaia como um consentimento brasileiro no tocante a suas demandas fronteiriças. De acordo com Espósito (2012, p. 144), em nenhum encontro bilateral, o Governo brasileiro incorporou a sua delegação representante da Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores, e, no decorrer das conversas entre os chanceleres, o ministro brasileiro afirmou (MAGALHÃES e GUEIROS, 1996, p. 349) que *um tratado entre dois países só pode ser revisto por outro tratado ou por uma guerra. [...]* Como o Brasil não estava disposto a aceitar novo tratado, perguntei-lhe se o Paraguai se considerava em condição de promover uma guerra. Dessa forma, fica patente que a diplomacia brasileira jamais teve a intenção de renegociar suas fronteiras com o país vizinho. Nesse sentido, com o intuito de debelar a tensão das relações brasileiro-paraguaias, em junho de 1966, foi assinada a Ata das Cataratas, que declarava o condomínio das águas na região fronteiriça entre Brasil e Paraguai, a divisão equitativa da energia produzida na região, caso realmente houvesse a construção da hidrelétrica, e o estudo conjunto do potencial hidrelétrico da região de Sete Quedas. Complementarmente, na visão de Barboza (1992), a construção de Itaipu, além de resolver o problema de fronteira, possibilitaria a maior presença do Estado brasileiro na zona fronteiriça trinacional, região considerada ponto de conexão de vias de transporte e de transmissão energética.

De acordo com Debernardi (1996, p. 73-75), a Ata das Cataratas pode ser considerada uma vitória da diplomacia paraguaia frente à brasileira, já que a posição do Brasil, afirmando que as Sete Quedas eram exclusivamente nacionais, fora substituída pela interpretação paraguaia, que entendia a posse daquelas águas como conjuntas. Nesse sentido, por meio desse

²²Gomes (2011, p. 74) afirma que os Tratados de 1872 e de 1927, assim como as respectivas atas das comissões mistas de demarcação, não deixam dúvida sobre a posse da região de Sete Quedas. A leitura desses documentos, ainda segundo o autor, possibilitam, somente, duas interpretações: ou a região pleiteada seria totalmente brasileira, ou, a partir da quinta queda desse complexo natural, localizada à frente da Serra de Maracaju, as águas seriam condominiais. No decorrer das negociações, a segunda interpretação prevaleceu, o que tornou possível a assinatura do acordo que pôs fim a disputa brasileiro-paraguaia.

instrumento, entendeu-se que a energia produzida pelo salto seria dividida em partes iguais e que a mesma, caso não fosse utilizada, teria como comprador preferencial ou o Brasil ou o Paraguai.

Não obstante, enquanto, no âmbito brasileiro, a assinatura da Ata das Cataratas e posteriormente do Tratado de Itaipu pode ser entendida como a sobreposição de interesses diplomáticos frente aos do setor energético, do lado paraguaio, as negociações que encaminharam a assinatura desses instrumentos implicavam significação ainda maior. A importância desse acordo deve ser vista à luz da conjuntura paraguaio-argentina e das próprias condições guaranis.

Como dito anteriormente, desde a chegada de Alfredo Strossner ao poder, seu Governo começou a empreender política de aproximação com o Brasil, com o intuito de aumentar a autonomia de sua nação frente aos argentinos. Dessa forma, aquele litígio fronteiriço não poderia ser um empecilho para um dos projetos diplomáticos paraguaios mais importantes à época: a busca por uma segunda saída ao mar como forma de criação de uma segunda alternativa à primeira saída, localizada na foz do rio da Prata e controlada pela Argentina.

Ademais, no âmbito doméstico, o Governo Strossner entendia que a construção da hidrelétrica de Itaipu atenderia a dois objetivos: aumentar o potencial energético do Paraguai e as receitas do Estado. Debernardi (1996, p. 147, p. 159, p. 271) afirma que o Estado paraguaio era consciente de sua insuficiência em relação a sua capacidade de geração de energia, visto que os rios com maior potencial energético estavam localizados ou na fronteira com o Brasil ou com a Argentina. Caso o Governo paraguaio quisesse se tornar autossuficiente em produção energética, seria necessária a cooperação com um de seus dois vizinhos, mormente quando se considera que a importação de outras fontes energéticas seria penosa para um país carente de recursos financeiros. Nesse sentido, a construção daquela hidrelétrica teria duplo sentido: garantir as fontes energéticas paraguaias e o aumento da receita do Estado, já que, de acordo com a Ata das Cataratas, o excedente energético não utilizado pelo Estado paraguaio poderia ser vendido para o mercado internacional.

O conflito brasileiro-paraguaio, iniciado, em 1962, com o protesto do Palácio dos López a respeito dos estudos brasileiros para utilização de potencial energético, em região não

demarcada territorialmente, foi solucionado com a Assinatura da Ata das Cataratas (1966). Em virtude do que foi mencionado, é válido ressaltar que o Governo brasileiro sempre se recusou a discutir a soberania da região pleiteada pelo Paraguai, do que se conclui que a demanda guarani foi suplantado pelos possíveis ganhos econômicos oriundos do aproveitamento conjunto da potencial energético da região, o que pode ser corroborado pela recusa paraguaia a respeito do encaminhamento da querele fronteiriça à arbitragem internacional e pela inexistência da resposta guarani à nota verbal nº 92 de 25 de março de 1966, na qual consta toda a fundamentação histórico-jurídica a respeito dos legítimos direitos brasileiros sobre a região de Sete Quedas. Não obstante, o governo guarani, apesar de continuar a insistir em suas demandas relacionadas a serra de Maracaju e às Sete Quedas, nunca respondeu à nota n. 92 (GOMES, 2011, p. 70).

Após a assinatura da Ata das Cataratas, em 07 de agosto de 1967, foi aprovado o Plano de Ação para a construção da hidrelétrica de Itaipu, o que possibilitou a cooperação entre as burocracias do setor energético dos dois países, a Eletrobras e a ANDE, e o cumprimento dos propósitos estabelecidos pelo terceiro parágrafo daquele acordo. Nesse sentido, após seis anos de estudos, em 26 de abril de 1973, foi assinando o Tratado de Itaipu.

A assinatura do Tratado de Itaipu foi um marco no relacionamento brasileiro-paraguaio. Em seu discurso, na cerimônia de troca dos instrumentos de ratificação, o chanceler paraguaio Sapena Pastor eloquentemente afirmava que *o Itaipú es la realización más grande de la nuestra história, después de la independencia nacional*^{23 24}. Ademais, Pastor entendia que a hidrelétrica proporcionaria o desenvolvimento não só da energia para o crescimento paraguaio, como também a exploração das jazidas de ferro e a construção de usina de cimento, atividades intensivas em energia. No mesmo diapasão, na comunicação interna da chancelaria brasileira, o Tratado conseguiu incrementar ao máximo histórico conhecido as relações brasileiro-paraguaias e como, posteriormente, ficou simbolizado pela Missão Fanzer de 1974, que procurava a criação de um programa global de cooperação técnica entre os dois países. Esse programa deveria atender as demandas do Governo paraguaio relacionadas a

23 ALENCAR para Secretaria de ESTADO. Telegrama 563. Secreto. Assunção, 13 de agosto de 1973. AHI 6 Brasília AMRE (B46) (B44) Maço Especial. Secreto.

24 Itaipu é a maior realização de nossa história, depois de nossa independência (tradução nossa).

áreas de transporte, siderurgia, cimento, desenvolvimento da região do Alto Paraná, produção de alimentos, dinamização do comércio bilateral, reflorestamento e agropecuária²⁵.

Caso se compare a inserção regional brasileira durante as décadas de 1940 e 1970, percebe-se que as concepções oriundas da década de 1940, como a criação de uma densa infraestrutura entre os países mediterrâneos do Prata, começavam a tomar forma. No tocante ao Paraguai, em 1973, o tão desejado segundo pulmão econômico paraguaio já tomava seus contornos atuais. Os portos de Santos e de Paranaguá eram francos aos produtos guaranis, as rodovias entre Assunção e a parte oriental paraguaia já eram realidades e, por meio da imigração maciça de produtores brasileiros, a agricultura do país vizinho apresentava bons resultados (YEGROS; BREZZO, 2011, p. 142-147).

Em relação à conjuntura regional e à luz das ideias de Balança de Poder, entre 1950 e 1980, consolidou-se o hiato existente entre o Brasil e a Argentina. De acordo com os anexos A e B, enquanto, na comparação populacional, econômica e de consumo de energia elétrica, o Brasil cresceu, em média, a 2,94%, 7,46% e 9,4%, a Argentina aumentou, em média, 1,48%, 3,43% e 6,63%. Não obstante, o Brasil aumentou sua corrente de comércio ó a soma entre importações e exportações ó em 24,06% e sua produção de energia em 3,36%, o que aprofundou as diferenças entre os dois países, visto que a corrente de comércio argentina aumentou 19,30% e a geração de energia em 2,09%. Nesse sentido, firmou-se novo equilíbrio de forças entre os dois principais países da bacia do Prata, uma vez que, no tocante ao crescimento econômico, por exemplo, a diferença entre as médias brasileiro-argentinas, durante as décadas de 1960 e de 1970, passou do explícito equilíbrio de 0,1% para a indubitável supremacia brasileira de 5,5%.

Como afirmado anteriormente, o Tratado de Itaipu foi um marco no relacionamento brasileiro-paraguaio. Domesticamente, esse instrumento possibilitou que o Governo de Stroessner passasse por grande período de fortalecimento entre os anos de 1970 e de 1982. Farina e Paz (2010, p. 35, p. 59, p. 65) atribuem a robustez do regime ao bom desempenho da economia paraguaia, relacionado ao desenvolvimento da agricultura, na parte oriental do país, às atividades ilícitas e às obras públicas.

25 Hidelbrando Tadeu VALADARES para João Hermes Pereira ARAÚJO. Memorando secreto-urgente 103. Brasília, 30 de junho de 1974. AHI- Brasília Memorandos. 1974. Caixa I. Secreto.

No tocante ao desenvolvimento da agricultura, Menegotto (2004, p. 31-35), Brezzo e Yegros (2010, p. 142), atribuem a expansão da produção agrícola a um duplo movimento, por parte dos governos brasileiro-paraguaios, que teve como núcleo a região fronteira entre os dois países. Do lado brasileiro, ainda que, desde o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), houvesse políticas relacionadas ao fortalecimento da agricultura, foi somente, em 1964, por meio do Estatuto da Terra e dos Planos Nacionais de Desenvolvimento que a agricultura brasileira se profissionalizou. Em decorrência disso, ocorreu a expansão da fronteira agrícola da região centro-sul brasileira em direção aos países vizinhos, como o Paraguai e a Bolívia, e aos estados brasileiros da região Centro-Oeste e Norte, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Enquanto o Governo brasileiro criava mecanismos para a expansão e o desenvolvimento do setor agrícola, o Estado paraguaio, por meio dos planos de desenvolvimento econômico das décadas de 1960 e de 1970, incentivava o povoamento de sua região oriental, principalmente aquela do Alto Paraná, fronteira ao Estado homônimo brasileiro. Nesse sentido, durante a década de 1970, a população brasileira ó concentrada, principalmente, nos estados do Paraná e na região sul do Mato Grosso pré-1977 ó começou a imigrar rumo à parte oriental do Paraguai (FOGEL, 1988).

Não obstante, de acordo com Menegotto (2004, p. 59-61) e Miranda (1990, p. 105), o processo de apropriação do território oriental paraguaio por produtores brasileiros, a um baixíssimo preço, na década de 1970, foi proporcionado pela permissiva legislação paraguaia, no tocante à propriedade de terras em região fronteira, ao conhecimento trazido pelos brasileiros no cultivo não só da soja ó principal produto da região ó, mas também do milho, da mandioca, do tabaco, do algodão e do arroz, e à corrupta relação entre burocratas paraguaios do Instituto do Bem Estar Rural e fazendeiros brasileiros. Consequentemente, houve a expulsão do campesinato em direção às cidades, o que acelerou o processo de urbanização do Paraguai, já que, entre 1950 e 1992, o percentual da população guarani residente nas cidades, passou de 35% para 50,3%, e a concentração de brasileiros na região paraguaia do Alto Paraná, que tem como núcleo a cidade de San Alberto, onde, de acordo com dados de 1992, 50,34% da população era de brasileiros.

No tocante às atividades ilícitas, Brezzo e Yegros (2010, p. 156-158) afirmam que, durante aquele período, o Paraguai passou a ser o maior importador, regional, de uísque, cigarro, perfume, vinhos de alto padrão, relógios de marca e pedras preciosas, embora apenas 5% do total das mercadorias fossem destinados ao mercado local, uma vez que a grande maioria desses bens era reexportada, por meio de Ciudad del Este, ao Brasil e à Argentina. Esses autores observam a especialização do espaço paraguaio relacionada às atividades ilícitas. Enquanto a cidade de Pedro Juan Caballero, fronteira à localidade brasileira de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, se especializou no tráfico de armas e de substâncias alucinógenas, principalmente a maconha, Ciudad del Este funciona não só como entreposto para a reexportação de produtos importados em direção ao Brasil e à Argentina, como dito anteriormente, como também é polo de recepção de automóveis roubados, no Brasil, o que, de acordo com Farina e Paz (2010, p. 74-76), chegou a representar 80% dos automóveis paraguaios, na década de 1980.

Outro grande fator de crescimento econômico foi a realização das obras relacionadas à construção da hidrelétrica de Itaipu. De acordo com Miranda (1990, p. 112), somente, no ano de 1977, as obras de Itaipu foram responsáveis pelo investimento de US\$ 1 bilhão, sendo que 25% desse valor foram investidos diretamente em território paraguaio. Consequentemente, Gonzáles (2010, p. 56) afirmam que as obras relacionadas à construção de Itaipu foram responsáveis pela criação de uma nova classe socioeconômica, *los barones* de Itaipu, e pela altíssima liquidez do sistema financeiro paraguaio, o que proporcionou o aumento do crédito, destinado principalmente ao consumo (ROETT; SACKS, 1991, p. 70-72).

Por todos esses aspectos, a construção da Hidrelétrica de Itaipu deve ser considerada um marco no relacionamento entre Brasil e Paraguai. Enquanto, do lado guarani, a usina impulsionou, fortemente, o crescimento econômico, durante os anos de 1970, o que trouxe abundância de capital e estabilidade política para o país vizinho, do lado brasileiro, conseguiu-se não só atrair, indubitavelmente, o Paraguai à órbita de influência brasileira, como também garantir a continuidade do fornecimento energético para a região sudeste.

c) A rivalidade regional pelo controle da bacia do Prata

Apesar de a assinatura do Tratado de Itaipu ter possibilitado período de forte crescimento econômico, no Paraguai, e garantido o suprimento energético para dar continuidade à

consolidação do processo de industrialização brasileiro, esse instrumento exacerbou as tensões existentes entre Brasil e Argentina. A normalização das relações bilaterais só ocorreria, em 1979, quando os Governos de Alfredo Stroessner, de João Batista Figueiredo e de Jorge Videla assinaram o Acordo Tripartite de Cooperação Técnica e Operacional entre Itaipu e Corpus.

Fruto de arranjo técnico-diplomático, o acordo trilateral de 1979 não só compatibilizou os projetos hidrelétricos de Itaipu e de Corpus, como também normalizou as relações brasileiro-argentinas, na bacia do Prata, já que, durante as décadas de 1960 e de 1970, o Itamaraty e o Palácio de San Martín desconfiavam, mutuamente, de suas intenções, nessa região. Dessa forma, enquanto o Governo brasileiro entendia que as ações de Buenos Aires procuravam dificultar o processo de desenvolvimento nacional, a diplomacia argentina interpretava o fortalecimento dos laços econômicos e infraestruturais entre o Brasil e os demais países do Prata – Uruguai, Paraguai e Bolívia – como símbolo do projeto destinado à concretização da hegemonia brasileira regional e à neutralização da influência argentina, já que, naquele período, o Brasil desenvolveu arrojado programa de cooperação com os países ribeirinhos da bacia do Prata (SOARES, 1986, p. 395), (MELLO, 1996, p. 126, p. 219).

Com a Bolívia foi assinando uma variedade de acordos, em 1974, que não só possibilitou a troca do gás natural boliviano pelos apoios financeiro e tecnológico brasileiros para o desenvolvimento dos polos petroquímico e siderúrgico, na região de Santa Cruz de La Sierra, como também a concessão das cidades de Corumbá, Porto Velho, Belém e Santos como portos francos aos produtos bolivianos e a construção da linha ferroviária entre as cidades de Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba. Já com o Uruguai e o Paraguai, procurou-se o adensamento da infraestrutura entre os países, por meio do alongamento de importantes rodovias brasileiras, como a BR-116 e a BR-153, até a fronteira uruguaia, e do financiamento da Rodovia do Atlântico, que, ao conectar o sistema viário paraguaio-brasileiro, possibilitaria a comercialização de produtos guaranis, no porto de Paranaguá, já cedido como porto franco ao país vizinho (GUGLIAMELLI, 1979, p. 74, p. 79, p. 138), (MELLO, 1997, p. 225-226), (BANDEIRA, 2003, p. 286-287).

De acordo com Soares (1986, p. 384), o período das décadas de 1960 e de 1970 caracterizou-se pela emergência da Diplomacia dos Recursos Naturais, marcada pela disputa acirrada entre

Brasil e Argentina, pela preponderância no relacionamento com os parceiros menores da bacia do Prata. Nesse sentido, entre 1966 e 1973, os convênios de cooperação entre esses parceiros e os dois candidatos à hegemonia platina multiplicaram-se.

Enquanto, em 1969, o Governo argentino renovava as comissões mistas responsáveis pelos estudos do potencial energético de Salto Grande, na fronteira argentina-uruguaia, e das cataratas de Yacyretá e de Apipé, na parte argentino-paraguaia do rio Paraná, como resposta à Ata das Cataratas (1966); na Bolívia, o Governo do Brasil buscava contrabalancear a influência argentina, reforçada pela concessão de porto franco aos produtos bolivianos, na cidade de Rosário, em 1968, por meio dos Acordos de Cochabamba (1974), anteriormente descritos. O ápice da Diplomacia dos Recursos Naturais ocorreu, em 1973, quando, em um período de oito meses, o Governo de Stroessner assinou, com o Brasil e a Argentina, dois importantes instrumentos para o aproveitamento conjunto do potencial energético do rio Paraná: os Tratados de Itaipu (abril de 1973) e de Yacyretá (dezembro de 1973) (SOARES, 1986, p. 377-379).

Além da multiplicação dos acordos de cooperação, a disputa entre Brasil e Argentina, também, materializou-se no campo jurídico. Entre 1966 e 1971, no âmbito das Reuniões de Chanceleres da Bacia do Prata, as chancelarias brasileiro-argentinas disputaram a primazia pela criação do marco jurídico a respeito da utilização dos recursos hídricos platinos. Especificamente, a querela entre os dois países teve início na visita de Zavala Ortiz a Brasília, em 1964. Nessa oportunidade, ficaram claros os posicionamentos a respeito da utilização do potencial energético do rio Paraná. Enquanto Buenos Aires se colocava contrário à construção de barragens naquele rio, já que essa empreitada poderia modificar seu regime de águas, Brasília afirmava que suas obras jamais procurariam prejudicar o funcionamento dos rios platinos (VIDIGAL, 2007, p. 44).

Detalhadamente, a posição argentina relaciona-se a sua localização, na bacia do Prata. Com o intuito de defender-se de possíveis danos decorrentes de obras realizadas, a montante, os argentinos defendiam a absoluta integridade hidrológica desse sistema fluvial. Nesse sentido, em momento anterior à realização de obras destinadas à utilização das águas platinas, deveriam ocorrer consultas prévias, em que o país a montante ficaria responsável pelo

fornecimento de informações ao Estado a jusante, e esse determinaria os impactos dessas ações em seu território (VIDIGAL, 2007, p. 224-226).

A convergência das posições argentino-brasileiras não foi fácil. Do primeiro encontro em que o Governo argentino explicitou suas opiniões a respeito da utilização do potencial do rio Paraná, em 1964, até o fim do impasse, em 1979, por meio da assinatura do acordo trilateral argentino-brasileiro-paraguaio, foram 15 anos de discórdia que se materializaram tanto no âmbito regional como internacional. Regionalmente, o foro para as negociações a respeito da utilização dos rios da bacia do Prata foi o encontro entre os chanceleres dos países platinos. (BANDEIRA, 2003, p. 413-415).

Convocado por Buenos Aires, logo após a assinatura da ata brasileiro-paraguaia a respeito das Sete Quedas, em 1966, o encontro buscava construir um acordo que pudesse coordenar os interesses dos países platinos a respeito da utilização dos rios transnacionais, o que foi trabalhoso em decorrência da tensão existente entre os Governos argentino-brasileiro. De um lado, o Palácio San Martín, apoiado pelo Governo uruguaio, defendia o princípio da Consulta Prévia, calcado na Declaração de Montevideú, emanada da VII Conferência Pan-Americana, em 1933 ó que, em seu quinto artigo, versava sobre a proibição de obras destinadas ao aproveitamento dos potenciais hídricos, caso essas pudessem causar prejuízos para outros Estados ribeirinhos ó, no Projeto Revisto da Comissão Jurídica Interamericana de 1965 e nas regras de Helsinque sobre o uso das águas internacionais. A coadunação das interpretações oriundas desse código poderia levar à paralização de obras, sediadas em território brasileiro, caso essas estivessem localizadas em leitos fluviais tributários, direta ou indiretamente, do rio da Prata e pudessem causar danos aos demais países ribeirinhos. Do outro lado, o Governo brasileiro era contra a tese argentina, ainda que concordasse com o princípio de total proibição de projetos capazes de causar prejuízos a outros estados platinos. O Itamaraty entendia que a tese da Consulta Prévia ingeria na soberania brasileira, visto que os rios eram sucessivos; logo o Governo brasileiro não deveria submeter seus projetos nacionais à concordância das autoridades argentinas (CAUBET, 1980, p. 71), (VIDIGAL, 2007, p. 105).

No bojo dessa disputa, três instrumentos foram importantes para a regulamentação das relações entre os estados platinos a respeito da utilização de seus recursos hídricos transnacionais: a Declaração Conjunta dos Chanceleres da Bacia do Prata (1966), o Tratado

de Brasília (1969) e a Declaração de Assunção de (1971). Enquanto o acordo de 1969 criou um foro de consultas permanente entre os países da região, as declarações de 1966 e 1971 tenderam a materializar percepções distintas a respeito da utilização dos recursos hídricos dos rios platinos. Especificamente, a primeira declaração procura afirmar o desenvolvimento conjunto e harmônico da bacia do Prata, o que pode ser interpretado como uma concessão à posição argentina, uma vez que essas ações perpassariam necessariamente pela compreensão do sistema platino como uma unidade única e indivisível, em que a transnacionalidade dos recursos ganharia primazia em relação à soberania nacional, o que era terminantemente impensável para o Governo brasileiro. Nesse sentido, a diplomacia do Brasil procurou relativizar o entendimento da bacia do Prata como uma unidade transnacional por meio da diferenciação entre rios contíguos e sucessivos, o que levaria à constituição de dois princípios distintos a respeito da utilização dos rios platinos, conforme pode ser observado na Declaração de Assunção²⁶ (CAUBET, 1980, p. 72), (VILELA, 1984, p. 149-150).

Enquanto, nos rios contíguos a soberania é compartilhada entre os Estados ribeirinhos, e, conseqüentemente, a utilização de suas águas deve ser regulamentada por acordo bilateral, nos rios sucessivos, há o total exercício da soberania nacional na utilização dos recursos hídricos, desde que não haja prejuízo a outro Estado. Dessa forma, sedimentaram-se os princípios que viabilizariam a assinatura do Tratado de Itaipu, já que os receios argentinos a respeito dos possíveis danos causados por obras à montante do rio Paraná foram esvaziados, primeiramente, por meio da afirmação brasileira de que as obras desenvolvidas por seu Governo jamais visariam ao prejuízo de outro Estado, e, em um segundo momento, por meio do acerto a respeito dos rios contíguos, deixando clarividente que as negociações a respeito da

²⁶ De acordo com Vilela (1984, p 158), nas III e IV Reuniões Extraordinárias de Chanceleres da Bacia do Prata, considerou-se de sumo interesse deixar acertados os pontos sobre os quais já havia acordo entre os Estados, e que representavam a base sobre a qual deveriam prosseguir os estudos em matéria de aproveitamento de rios internacionais. Em síntese, estes são os princípios emanados da Declaração de Assunção: 1) nos rios internacionais contíguos, a soberania é compartilhada entre os Estados ribeirinhos, e qualquer aproveitamento de suas águas deverá ser precedido de acordo bilateral; 2) nos rios internacionais de curso sucessivo, cada Estado pode aproveitar as águas conforme suas necessidades, desde que não haja prejuízo a outro Estado da Bacia; 3) os dados hidrográficos e meteorológicos devem ser objeto de divulgação e de troca entre os países da Bacia do Prata; 4) os Estados devem disponibilizar seus estudos cartográficos e hidrográficos sobre a Bacia do Prata, de maneira a facilitar a caracterização desse sistema fluvial; 5) os Estados devem manter as condições de navegabilidade dos trechos de rios, que estão sob sua soberania; 6) os Estados devem manter as condições de navegabilidade dos trechos de rios, que estão sob sua soberania; 7) os Estados que realizarem obras, nos rios da Bacia, devem adotar as medidas necessárias para que não haja prejuízos para navegabilidade; 8) na realização de obras no sistema fluvial, os Estados devem adotar medidas que visem à preservação do meio-ambiente.

construção da hidrelétrica de Itaipu eram assuntos bilaterais, concernentes especificamente ao Brasil e o Paraguai, nos quais Buenos Aires não teria espaço (VIDIGAL, 2007, p. 115-118).

Nesse período, o embaixador Azeredo da Silveira²⁷ identificou o crescimento de campanha antibrasileira pelos meios de comunicação argentinos, que, de acordo com o diplomata, contava com o endosso da presidência e da chancelaria argentinas. Na IV Reunião dos Chanceleres da bacia do Prata, o chanceler argentino Pablo Pardo discursou, enfaticamente, a respeito das pretensões brasileiras. Autorizado pelo discurso do presidente Lanusse, que, dias antes, ao receber o presidente chileno Salvador Allende, criticou, publicamente, o Brasil, Pardo afirmou que a Argentina se colocava contrária às pretensões de lideranças do Brasil, o que, na interpretação de Azeredo, era símbolo da magnitude dada ao tema do aproveitamento dos rios internacionais de curso sucessivo pelo Governo argentino. Consequentemente, o Embaixador brasileiro na Argentina advogava que, a partir daquele momento, toda e qualquer política em relação à Argentina deveria levar em consideração a ofensiva do país vizinho, ainda mais que, internamente, aquele discurso tenderia a isolar as forças argentinas favoráveis ao Brasil, e, internacionalmente, possibilitaria algum tipo de diálogo em torno das pretendidas demonstrações brasileiras de imperialismo com os países do Cone Sul.

O ápice das divergências jurídicas brasileiro-argentinas decorreria da possibilidade de assinatura do Tratado de Itaipu. Em 1972, na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, a Argentina já havia advogado pela inclusão do princípio da Consulta Prévia, na declaração de Estocolmo; porém a posição brasileira, caracterizada pela defesa da segurança nacional e do desenvolvimento econômico, conseguiu angariar um número maior de países adeptos. A diplomacia do Brasil não só relacionava o princípio da soberania à livre utilização de recursos naturais nacionais, como também prometia que o conflito seria solucionado na Assembleia Geral das Nações Unidas, o que se confirmou, visto que, por meio da Resolução 2995/AGNU/ 1972, os governos brasileiro-argentinos

²⁷ A F Azeredo da SILVEIRA para Secretaria de ESTADO. Telegrama 1237. Secreto-urgentíssimo. Buenos Aires, 26 de julho de 1971. AHI-Brasília 900.1(00) ó Política Internacional. Castanhos de 24 a 41 ó 1967... Caixa SL LXXXVIII ó Secreto.

solucionaram a questão do Prata²⁸, ainda que, em 1973, com a assunção de novo governo, a posição de Buenos Aires tenha mudado (SOARES, 1986, p. 395).

O fim do Governo de Lanusse (1971-1973) e o curto período de Héctor Cámpora (maio a julho de 1973) e o retorno de Perón à Casa Rosada, inviabilizaram a implementação da resolução de 1972. Oficialmente, o Governo de Perón abandonou os entendimentos com o Brasil, porque a Argentina não fora informada a respeito das manobras destinadas ao enchimento da represa da hidrelétrica de Ilha Solteira, localizada sobre o rio Paraná, um dos afluentes da bacia do Prata, no estado de São Paulo; contudo, de acordo com Soares (1986, p. 406), a atitude de Perón refletia os receios argentinos, após a assinatura do Tratado de Itaipu. De acordo com o Palácio de San Martín, as obras da hidrelétrica não só poderiam dificultar a comunicação fluvial entre as províncias argentinas, localizadas próximas ao rio Paraná, como também inviabilizar os próprios projetos hidrelétricos argentinos para a região. Nessa conjuntura, a diplomacia de Perón procurou internacionalizar, ao máximo, a questão, o que foi logrado pela inclusão de parágrafos relacionados à tese de Consulta Prévia na Declaração Final do Movimento dos Não Alinhados, no encontro de 1973, na resolução 3129/AGNU/1973 e na resolução 3281/AGNU/ 1973, responsável pela Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados.

Com a morte de Perón e a derrubada de seu sucessor imediato, sua esposa Isabelita Perón, em 1976, o Governo do General Jorge Videla (1976-1981) atribuiu duas prioridades para a diplomacia argentina: a solução das controvérsias a respeito do rio Paraná e o encaminhamento dos projetos hidrelétricos argentinos na bacia do Prata. De acordo com Soares (1986, p. 399), nesse momento, as condições para o fim da disputa brasileiro-argentina emergiram.

À luz da comparação entre as documentações diplomáticas brasileiro-argentinas, Vidigal (2007, p. 233) entende que o grande obstáculo para os entendimentos entre Brasília e Buenos Aires era decorrente da dificuldade argentina de aceitar sua passagem da situação de

²⁸ A resolução 2995/ANGU/ 1973 recomenda a não realização de obras que possam causar prejuízo em região fora de sua jurisdição, e, caso isso possa ocorrer, as informações a respeito do empreendimento devem ser compartilhadas e de conhecimento público (UNITED NATIONS, 1972).

protagonista para de deuteragonista na política internacional da bacia do Prata. Complementarmente, Azeredo da Silveira, entendia que a aproximação brasileiro-argentina dependeria, primeiramente, da aproximação dos setores favoráveis ao Brasil, na chancelaria argentina²⁹ e da resolução das questões a respeito da soberania do canal de Beagle com o Governo do chileno Augusto Pinochet (1974-1990) e das ilhas Malvinas com os britânicos³⁰.

Ainda que as questões de Beagle e das Malvinas tenham sido solucionadas, já durante a década de 1980, o que torna a análise de Azeredo da Silveira parcialmente correta, prioridade dada ao Brasil pela administração de Videla, simbolizada pela nomeação de importante defensor da aproximação argentino-brasileira, o embaixador Oscar Camilón, para chefiar o posto de Brasília, indicava que, acima de tudo, a distensão do relacionamento os dois vizinhos dependeria de um passo consistente da diplomacia argentina, já que, durante quase toda década de 1970, a conturbada situação interna argentina impossibilitou a condução de uma política externa consistente, o que, sob a percepção brasileira, significava a ausência de um interlocutor confiável, em Buenos Aires, para tratar da agenda bilateral. Dessa forma, a estabilidade institucional proporcionada pelo Governo de Videla e a prioridade dada ao relacionamento brasileiro-argentino, principalmente, no tocante à resolução da querela dos rios platinos, possibilitou o entendimento entre os dois países (VIDIGAL, 2007, p. 198, p 200, p. 206, p. 213).

Embora o Acordo Tripartite de 1979 tenha sido assinado pelo presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), durante a gestão de Saraiva Guerreiro à frente do Itamaraty, por meio da documentação atribuída a Azeredo da Silveira³¹, chanceler, durante a presidência de Ernesto Geisel (1974-1979), percebe-se que as negociações acerca daquele tratado já estavam encaminhadas durante a gestão do ministro de Geisel. De acordo com o chanceler, a possibilidade de acordo a respeito da compatibilização das obras de Itaipu e Corpus emergiu da aceitação, por parte dos argentinos, das condições brasileiras.

²⁹ AF Azeredo da SILVEIRA para Secretaria de ESTADO. Telegrama 1306. Secreto. Buenos Aires, 04 de agosto de 1971. AHI - Brasília Política Internacional Castanhos de 24 a 41 ó 1967... Caixa SL LXXXVIII Secreto.

³⁰ AF Azeredo da SILVEIRA para Secretaria de ESTADO. Telegrama 1015. Secreto. Buenos Aires, 01 de julho de 1971 AHI - Brasília Política Internacional Castanhos de 24 a 41 ó 1967... Caixa SL LXXXVIII Secreto.

³¹ Informação senhor Presidente da República, elaborada pelo chanceler Antônio F Azeredo da Silveira, secreto-exclusivo, Brasília, 29 de novembro de 1977. AHI - Brasília õCastanhoõ, Avulso.

De acordo com Azeredo da Silveira, primeiramente, a Argentina garantiu a manutenção da liberdade de navegação do rio da Prata ó uma vez que Buenos Aires havia ameaçado denunciar o acordo de 1856, com o intuito de forçar o Governo brasileiro a discutir o aproveitamento dos recursos hídricos da bacia do Prata ó, e, posteriormente, o Palácio San Martín trabalhou com o intuito de findar as agressivas campanhas da imprensa local contra o Brasil e o seu Governo. Ademais, Buenos Aires renunciou a tese da Consulta Prévia e aceitou a continuidade das obras de Itaipu, posto que os dois governos estivessem conversando sobre o tema.

Juridicamente, o Embaixador calçou as conversões brasileiro-argentinas, que, posteriormente, teriam o Paraguai como participante, nos princípios da Declaração de Assunção (1971), que versava a respeito da livre disponibilidade das águas da bacia do Prata, desde que não causasse prejuízo sensível a outro Estado, e no reconhecimento do cota média de 98,5 metros acima do nível do mar como a fronteira hídrica entre Argentina, Brasil e Paraguai, tendo como ponto de referência a cidade de Foz do Iguaçu. Dessa forma, a Argentina deveria ser compensada pela construção da hidrelétrica de Itaipu, já que esse projeto se encontrava a 100 metros do nível do mar, o que corresponde à diferença de 1,5 metros entre o projeto e a fronteira hídrica entre os países.

Ainda de acordo com o Azeredo, o acordo foi possível em virtude de novas informações prestadas aos argentinos, por parte do Brasil. Previamente, a chancelaria argentina entendia que a hidrelétrica de Itaipu seria construída com 24 ou 30 turbinas, o que ocasionaria agudas modificações no regime do rio Paraná; porém, na verdade, o Governo brasileiro já havia decidido pelas 18 unidades geradoras, dados que esvaziaram as argumentações do país vizinho. O arremate final para as negociações ocorreu, quando os negociadores paraguaios deixaram claro que a prioridade de seu governo era a construção da hidrelétrica de Itaipu, e, caso a hidrelétrica de Corpus fosse construída, seu projeto não só deveria possibilitar a utilização dos rios nacionais paraguaios para a geração de energia, como também inundar a menor quantidade possível do território paraguaio.

Complementarmente a Azeredo da Silveira, Soares (1986, p. 406-409) entende que, do lado argentino, as negociações foram possíveis, uma vez que o presidente argentino Videla tinha se dado conta que a internacionalização da querela argentino-brasileira não havia solucionado a

contenda. Conseqüentemente, Buenos Aires passou a advogar por solução técnica para o problema em detrimento de uma saída jurídica, como, até então, fora tentado. Do lado brasileiro, o Governo tomou ciência do aumento dos esforços econômicos para a construção de Itaipu, em decorrência das Crises do Petróleo de 1973 e de 1979, das dificuldades para a inserção internacional brasileira, na América Latina, decorrentes das tensões brasileiro-argentinas, e da necessidade de cooperação, entre os dois maiores países da América do Sul, como meio para impedir a ingerência de potências externas, na região, o que havia sido tentado, durante o Governo de Jimmy Carter (1977-1981), como forma de pressionar o Brasil para o fim de seu programa nuclear (SOARES, 1986), (BANDEIRA, 1995).

Dado o exposto, em 1979, foi possível a assinatura do Acordo Tripartite, entre Argentina, Brasil e Paraguai, para o aproveitamento dos recursos hidráulicos no trecho do rio Paraná, desde onde se localizavam as Sete Quedas até a foz do rio da Prata. Oriundo de um arranjo técnico-diplomático, o acordo estabeleceu os níveis e as variações fluviais que viabilizariam a construção das hidrelétricas de Itaipu e de Corpus e que garantiriam a manutenção do sistema fluvial, restrito ao território paraguaio. Ademais, concordou-se sobre a navegabilidade do rio Paraná e a respeito da elaboração conjunta de estudos sobre os impactos da utilização dos rios da bacia do Prata.

Nas palavras de Azeredo da Silveira³², a chancelaria brasileira fora bem sucedida na condução das negociações com o Governo argentino. O Governo brasileiro não só buscou esclarecer a opinião pública nacional com o intuito de demonstrar que a hidrelétrica de Itaipu era um direito nacional, que não afetava à construção do projeto argentino de Corpus, como também assegurou o apoio paraguaio para a continuação do projeto, o que deixou a Argentina na incômoda posição de advogar unilateralmente, por uma obra de caráter binacional.

Complementarmente, Vidigal (2007, p. 264) entende que o sucesso da empreitada brasileira foi decorrente do avançado estágio na construção da usina e da percepção, por parte do Governo argentino, de que a hidrelétrica de Itaipu era uma questão de segurança nacional, o que transformava as obras em absoluta prioridade para o Governo brasileiro. Dessa forma, o

³² Informação senhor Presidente da República, elaborada pelo chanceler Antônio F Azeredo da Silveira, secreto-exclusivo, Brasília, 29 de novembro de 1977. AH/ MRE. õCastanhoõ, Avulso.

Governo argentino teve de tomar o posicionamento brasileiro, nas negociações, como irreversível.

Dado o exposto, pode-se afirmar que a assinatura do Acordo Tripartite de 1979 simbolizou novo arranjo, nas relações internacionais platinas. Enquanto, na década de 1970, o Governo da Argentina mobilizou todos os esforços para impedir a ascensão definitiva do Brasil, como o país hegemônico, no final da década de 1970, já estava claro para os tomadores de decisão do país vizinho que a disputa não só malograra, como também acintosa para o relacionamento bilateral. Acima de tudo, ainda na década de 1970, já estava claro que o Brasil havia se estabelecido como o país mais importante do Prata, em termos socioeconômicos, o que obrigava o Palácio San Martín a negociar, de acordo com as regras brasileiras.

d) O fim do governo de Stroessner e o início da transição democrática paraguaia

Após a bonança dos anos de 1970, a economia paraguaia começou a entrar em declínio, o que favoreceu a derrocada do governo de Stroessner, em 1989. Em linhas gerais, o ocaso do regime foi decorrente de uma combinação de fatores político-econômicos nacionais e da conjuntura internacional, relacionada ao renascimento das democracias sul-americanas e à pressão dos EUA pela democratização do Paraguai.

No âmbito econômico, Gonzáles (2010, p. 61) e Miranda (1990, p. 125) apontam que a década de 1980 se caracterizou por acentuada crise econômica que teve início no ano de 1982 e se alastrou até o fim do governo de Stroessner. Após o fim das obras intensivas em capital humano de Itaipu, os investimentos externos diretos destinados ao Paraguai foram reduzidos. Agregado a isso, os principais produtos exportados pelos paraguaios sofreram acentuada queda no mercado internacional, como a soja e o algodão, que entre os anos de 1980 e de 1982, perderam 18% e 24,1% de seus valores, respectivamente. Dessa forma, o produto interno bruto paraguaio diminuiu 2%, no período entre 1981 e 1982; e o desemprego saltou de confortáveis 2,1%, em 1980, para 15%, em 1983, em um período de aumento da inflação e da dívida externa em 11% e 26%, entre os anos de 1983 e de 1984.

Politicamente, os anos de 1980 foram marcados pela fragmentação da ANR e pelo surgimento de movimentos contestatórios, no seio da sociedade paraguaia. No tocante aos colorados, o processo de redemocratização brasileiro-argentino, em 1985, agregado à pressão norte-

americana para a democratização do regime de Stroessner, influenciou a composição interna daquele partido, que se dividiu em dois grupos: *militantes* e *tradicionalistas*. Enquanto este era favorável à redemocratização por meio da manutenção do controle e da hegemonia coloradas sobre o processo político, uma vez que a ANR era anterior ao governo de Stroessner, aquele defendia, acima de tudo, a lealdade ao Ditador, o que, no campo político, significava a continuidade de um regime ditatorial de cunho personalista (FARINA; PAZ, 2010, p. 122), (LEWIS, 1980, p. 200).

O início da fragmentação do Partido Colorado ocorreu, em 1984, quando a corrente dos *militantes* tentou alçar Mario Abdo Benitez, que exercia o cargo de secretário político do Partido Colorado e era estreito aliado de Alfredo Stroessner, ao cargo de Vice-Presidente do Partido; porém o senador Juan Ramón Chaves, Presidente do Partido desde 1962 e membro da plêiade *tradicionalista*, colocou-se contrário à manobra de Benitez, o que deixou clara a divisão política entre os colorados. Nessa conjuntura, os *militantes* indicaram o nome de Gustavo Stroessner, filho mais velho do presidente Stroessner e oficial da Força Aérea Paraguaia, para a sucessão presidencial; entretanto o nome não foi aceito pela cúpula do Partido Colorado. Acima de tudo, o presidente Chaves buscava um civil para substituir o general Stroessner, o que fortaleceu o nome de Luís María Argaña, líder da maioria colorada, na Câmara dos Deputados, na maior parte dos anos de 1970, e Presidente da Suprema Corte Paraguai, entre anos de 1983 e de 1988, como possível sucessor de Stroessner (LEWIS, 1980, p. 64), (MIRANDA, 1990, p. 131), (NICKSON, 1993, p. 35, p. 401, p. 539).

Em 1987, no decorrer da Convenção Nacional do Partido Colorado, os *militantes* tentaram impor sua visão sobre os *tradicionalistas*, o que acabou ocorrendo por meio da substituição de Juan Ramón Chaves por Sabino Augusto Montanaro na presidência do Partido Colorado. Montanaro além de ter sido deputado, entre os anos de 1948 e de 1989, também foi ministro da justiça e do interior, entre os anos de 1963 a 1968 e de 1968 a 1988, respectivamente. Seu nome não só significava a substituição de Juan Ramón Chaves por um nome leal a Stroessner ó uma vez que ele apoiava o filho de Stroessner para a sucessão presidencial ó, como também a busca pela reunificação partidária, visto que, ao assumir a presidência do Partido, Morato propôs que *militantes* e *tradicionalistas* deixassem suas diferenças de lado, e indicassem um candidato único para a sucessão presidencial, o que não ocorreu (ROETT; SACKS, 1991, p. 130), (NICKSON, 1993, p. 517, p. 562).

Entretanto, a fragmentação do Partido Colorado acentuou-se. De um lado, os *tradicionalistas* dividiram-se no *grupo de los 34* e no *grupo de los 52*, posteriormente, unificados pela criação do *Movimiento de Integración Colorada*, liderado por Edgar Ynsfrán, ex-ministro de Stroessner nos anos de 1960, e apoiado pelo *Movimiento Ético y Doutrinário*, outra facção interna do Partido Colorado, liderado por Carlos Romero Pereira, que denunciava a corrupção partidária e defendia o diálogo com opositores. Do outro, os *militantes* receberam apoio do *Movimiento Nacional y Popular*, liderado pelo intelectual Leandro Pietro Yegros, que posteriormente atuou como o interlocutor entre *militantes* e *tradicionalistas* (NICKSON, 1993, p. 210), (MIRANDA, 1990, p. 131).

Internacionalmente, o Governo de Stroessner sofreu oposição principalmente dos EUA e do novo governo democrático argentino. Enquanto o enfraquecimento das relações paraguaio-argentinas foi decorrente da eleição de Raúl Afonsín, líder da União Cívica Radical, partido com o qual Stroessner não mantinha boas relações, em decorrência de seu histórico relacionamento com a ala militar argentina, os desencontros com o Governos dos EUA decorreram da política em prol da democracia, defendidas pelas administrações de Jimmy Carter (1977-1981) e de Ronald Regan (1981-1989). Tanto o embaixador Robert White como Arthur Taylor, respectivamente, emissários dos governos de Carter e de Regan junto ao Governo de Assunção, foram ativos na promoção de campanhas em defesa da democracia e dos direitos humanos, principalmente, no que concernia à liberdade de expressão. Em decorrência disso, em 1986, Sabino Augusto Montanaro repreendeu o embaixador Taylor por intrometer-se nos assuntos internos paraguaios, e, os EUA, em 1987, ameaçaram a suspensão dos benefícios dados ao paraguaio dentro do Sistema Geral de Preferência³³ (ROETT; SACKS, 1991, p. 149).

A conjuntura econômica, agregada aos aspectos políticos e internacionais, possibilitou o vigoroso aumento dos movimentos contrários ao governo de Stroessner, que acabaram se

³³ O Sistema Geral de Preferência foi acordado no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, em 1968. O sistema objetiva o aumento das receitas de exportação, a industrialização e o respeito ao ritmo de crescimento dos países em desenvolvimento, sem que haja a reciprocidade apregoada pelo princípio da Nação Mais Favorecida (BRASIL, 2015).

espalhando pelas mais diversas organizações políticas e sociais. No âmbito da imprensa, o fechamento do jornal *ABC Color*, em 1984, uniu a sociedade em torno da liberdade de expressão. Em 1982 e 1983, a Federações da Produção Indústria e Comércio colocou-se contrária à política tributária paraguaia, caracterizada pelo aumento dos impostos de importação e de exportação (GONZÁLES, 2010, p. 61), (FARINA; PAZ, 2010, p. 122).

Não obstante, por meio da articulação entre a Igreja Católica e a comunidade operário-campesina, ocorreu o fim do monopólio sindical. Em 1985, a Confederação Paraguai de Trabalhadores passou a dividir espaço com o Movimento Intersindical dos Trabalhadores do Paraguai, a Agrupação Independente de Trabalhadores, a Coordenação de Trabalhadores do Acordo Nacional e o Movimento Operário Liberal Autêntico e o Movimento Operário Cristão. No âmbito rural, a Assembleia Permanente dos Trabalhadores sem Terra e o Comitê Coordenador de Produtos Agrícolas de Paraguarí e Caaguazu fortaleceram-se como entidades defensoras da reforma agrária (MIRANDA, 1990, p. 136).

No âmbito político, ainda que criado em 1978, em oposição à emenda constitucional de 1977, que permitia a reeleição infinita de Stroessner à presidência da república, o *Acuerdo Nacional* ganhou força. Formado pelo Partido Democrático Cristão, Partido Revolucionário Febrista, Partido Liberal Radical Autêntico e Movimento Popular Colorado, o *Acuerdo Nacional* advogava pelo fim do estado de sítio, vigente desde 1967, pela anistia política, pela criação de um sistema eleitoral e pela independência do judiciário (NICKSON, 1993, p. 8).

Dentro desse contexto, as forças armadas começaram a ganhar autonomia no processo que levou ao fim do regime de Stroessner. Dentre os nomes indicados para a sucessão presidencial, encontravam-se os dos generais German Martinez, Guillermo Clebsh, Gerardo Johansen, Alfredo Davalos e Benito Serrano, comandante da Primeira Divisão de Infantaria, Diretor da Academia Militar, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e Chefe da Inteligência Militar, respectivamente; porém foi Andrés Rodríguez que se sobressaiu. Comandante da Primeira Região Militar, homem de poder econômico e prestígio entre os militares ó além de casado com a filha de Stroessner ó, o General Andrés Rodríguez foi o líder do movimento que retirou Stroessner do poder (MIRANDA, 1990, p. 142), (FARINA; PAZ, 2010, p. 119 -122).

A situação de mobilização nacional em prol do fim do regime levou ao estreitamento das relações entre o General Rodríguez e Luís María Argaña, principal defensor dos *tradicionalistas*, a corrente interna colorada que fora alijada do processo decisório. Agregado a isso, as insatisfações a respeito das promoções no âmbito das Forças Armadas aumentaram o apoio dado a Rodríguez. Nesse sentido, o estopim para a realização do golpe de estado decorreu da tentativa de Stroessner de diminuir o poder do General Rodríguez (MIRANDA, 1990, p. 143), (NICKSON, 1993, p. 515).

Em 1989, Stroessner concedeu duas alternativas a Rodríguez: a reversa ou o Ministério da Defesa, posição que diminuiria consideravelmente seu poder dentro da hierarquia militar. Em decorrência disso, Rodríguez juntou-se aos insatisfeitos oriundos do Comando Militar da Aeronáutica, do Regimento da Cavalaria Motorizada e da Infantaria Cerro Cora, e, em 3 de fevereiro de 1989, o Palácio dos López, o quartel da Guarda Presidencial e o escritório central de Polícia foram tomados pelas forças sublevadas. Consequentemente, Rodríguez assumiu o poder, em 05 de fevereiro de 1989, e convocou eleição para o dia 1 de maio do mesmo ano, nas quais Rodríguez foi eleito presidente pelo período entre 1989 e 1993 (MIRANDA, 1990, p. 144-145), (NICKSON, 1993, p. 516-518).

Em linhas gerais, a construção da hidrelétrica de Itaipu deve ser tomada como símbolo de um período caracterizado pelo estreitamento das relações brasileiro-paraguaias e pela expansão dos interesses brasileiros, na bacia do Prata. Enquanto, no âmbito regional, a expansão desses interesses foi possibilitada pela aproximação entre o Brasil e os demais países platinos ó principalmente, Paraguai e Bolívia, uma vez que não houve a assinatura de nenhum importante acordo, entre Brasília em Montevideú, da envergadura dos acordos de 1973 com Assunção e de 1974 com La Paz ó, em um momento que, em decorrência do conturbado momento interno, o Governo argentino não conseguiu desenvolver uma política externa consistente; na conjuntura bilateral, a aproximação entre Assunção e Brasília foi ocasionada pela convergência de seus interesses, uma vez que o Governo de Stroessner procurava diminuir a dependência em relação à Argentina, principalmente, no tocante ao sistema de transporte do Paraguai com o exterior, e, o brasileiro, aumentar sua influência em detrimento da inserção regional argentina.

Fortemente influenciado por concepções teóricas da geopolítica nacional, os movimentos brasileiros na região do Prata buscaram mitigar, regionalmente, a influência argentina, com o intuito de diminuir as possibilidades de atrito entre os dois países e garantir a supremacia dos interesses brasileiros. Nesse sentido, a teoria geopolítica nacional recomendava a construção de densa infraestrutura destinada ao deslocamento das conexões paraguaio-bolivianas para o Brasil em detrimento das argentinas, a supressão de possíveis pontos territoriais de atrito entre os dois países, e a constituição de um Estado robusto que pudesse irradiar seu poder em sua área de influência prioritária, a região sul da América do Sul, no qual a bacia do Prata está contida.

Dentro dessa conjuntura, em decorrência das continuas mudanças, no seio da política exterior argentina, observaram-se momentos de tensão e de distensão no relacionamento argentino-brasileiro, o que não significava a impossibilidade de convergências entre os dois países, ainda mais, quando, no bojo da política extrarregional, a diplomacia dos dois países apresentava posições comuns no tocante a temas importantes, como desenvolvimento, proliferação nuclear e anticomunismo. Consequentemente, de acordo com Vidigal (2007, p. 20, p. 24), o foco de tensões entre os dois países deve ser entendido muito mais por meio da competição acirrada pela influência na bacia do Prata do que algo invariável, presente em todos os níveis do relacionamento bilateral.

Não obstante, entre os anos de 1954, início do Governo de Stroessner, e de 1979, quando os governos de Brasília e Buenos Aires se concertaram a respeito da utilização dos rios platinos, a balança de poder da bacia do Prata passou por um período de redistribuição de forças, marcado pelo acentuação do distanciamento entre o Brasil e a Argentina. Caso se utilize o Índice de Capacidades Nacionais³⁴, desenvolvido por Singer (1987), evidencia-se, conforme os anexos C e D, que, entre os anos de 1954 e 1979, o Brasil aumentou sua lacuna em relação

³⁴ O Índice de Capacidades Nacionais contém as estimativas anuais relacionadas a consumo de energia, população, população urbana, produção de aço, tropas e gastos militares de todos os atuais Estados existentes no mundo, entre 1816 e 2007. De acordo com os idealizadores do projeto *The Correlate of War Project*, ao longo da história, essas variáveis refletem a amplitude e dos recursos que uma nação poderia utilizar, caso fosse levada a disputas militares. Mais informações a respeito da metodologia utilizada para a constituição do índice podem ser encontradas na página do projeto que: < <http://correlatesofwar.org/data-sets/national-material-capabilities>>.

à Argentina, em 1,39%, o que parece um valor insignificante; porém, caso esse índice seja decomposto, pode-se afirmar que o Brasil passou por um vigoroso processo de desenvolvimento, que, em nenhum momento, foi rivalizado pela Argentina, ainda que, durante esse período, as taxas anuais de crescimento da produção de aço argentino tenham sido maiores que as brasileiras.

Especificamente, enquanto a Argentina aumentou, em média, anualmente, 3,8%, 0,15%, 1,74%, 0,39% e 0,43%, os gastos militares, o número de tropas, a produção de energia, a população total e a concentração urbana, respectivamente, o Brasil aumentou os mesmos índices, em média e anualmente, a razão de 4,4%, 1,5%, 16,2%, 0,78% e 2,6%. Caso se compare, a situação platina como um todo, conforme os anexos A e B, enquanto o Brasil sempre despontava como o país mais pujante da região, a Argentina, majoritariamente, apresentava-se como o quarto país da região, superado pelos índices de Paraguai e Bolívia, e ficando apenas atrás dos índices uruguaios, que, no tocante à importação de bens e serviços, ultrapassam os argentinos.

No caso do Paraguai, o estreitamento dos laços com o Brasil foi extremamente profícuo. Em média, a partir de 1950, o Paraguai, ainda de acordo com os dados do anexo A e B, tornou-se o segundo país mais importante da bacia do Prata, e, nos valores relacionados ao crescimento das importações de bens e serviços e à produção de energia, os guaranis foram os líderes platinos. No tocante às relações comerciais brasileiro-paraguaias e paraguaio-argentinas, conforme os anexos E e F, fica evidenciado que, no período em tela, a Argentina passou por constantes défices comerciais, enquanto o Brasil apresentou um comércio superavitário. Ao comparar as exportações brasileiro-argentinas em direção ao Paraguai, fica evidente que, comercialmente, o Paraguai se aproximou do Brasil em detrimento da Argentina, já que os comerciantes argentinos passaram da condição de maior provedor dos guaranis para a qualidade de maior mercado para as exportações paraguaias.

O declínio argentino também é reconhecido pela produção acadêmica desse país. Guglielmelli (1979) e Bosovich (1983) entendem que as políticas desenvolvimentistas adotadas pelo Governo brasileiro foram exitosas, uma vez que, por meio do processo de interiorização do desenvolvimento, não só conseguiu-se deslocar o determinismo Norte - Sul em favor da transversalidade, no tocante ao desenvolvimento da bacia do Prata, como também

aumentaram a pressão dos brasileiros sobre as fronteiras argentinas. Especificamente, Boscovich (1983, p. 93, p. 97) entende que o êxito brasileiro foi decorrente do abandono das regiões de fronteira por parte do Governo argentino, que, atualmente, se encontram atreladas às dinâmicas dos países vizinhos o Brasil, Chile e Paraguai e das derrotas diplomáticas sofridas pelo Palácio San Martín entre os anos de 1971 e 1979. Enquanto, em 1971, no âmbito dos encontros dos países da bacia do Prata, a posição argentina, caracterizada pela defesa do desenvolvimento harmônico e conjunto dos rios platinos, foi substituída pela brasileira, defensora das diferenciações entre os rios de curso sucessivo e contíguos, em 1973, a Argentina juntamente com o Paraguai assinaram o Tratado de *Yacyretá*, responsável pela construção de uma usina hidrelétrica binacional, localizada completamente em território paraguaio, e, 1979, a posição brasileira a respeito da compatibilização dos projetos de Itaipu e Corpus prevaleceu.

Ademais, Guglielmelli (1979) e Boscovich (1983) entendem que a construção de Itaipu é um marco no relacionamento dos países platinos, uma vez essa usina não só atrelou, definitivamente, o Paraguai à órbita de influência brasileira, como também proporcionou o controle dos recursos hídricos, na parte superior da bacia do Prata, pelo Brasil. De acordo com esses dois autores, o Governo brasileiro conseguiu atrelar os dois países mediterrâneos do Prata a sua zona de influência por meio dos acordos de 1973 com o Paraguai e de 1974 com o Bolívia. Símbolo desse momento, ainda de acordo com os autores, decorre do fato que, durante as décadas de 1920 e 1930, o produto interno argentino não só era equivalente ao da totalidade da América Latina, e mais que o dobro do PIB brasileiro, como também o porto de Buenos Aires irradiava sua influência pela completude da Argentina, da Bolívia, do Paraguai, além da região brasileira de Mato Grosso, situação que não mais se repete, atualmente.

Em suma, a hidrelétrica de Itaipu deve ser entendida como um marco no processo de aproximação brasileiro-paraguaio, intensificado a partir da assunção de Alfredo Stroessner à presidência do Paraguai, durante a década de 1950. Em um momento caracterizado pelo aumento da lacuna entre os desenvolvimentos brasileiro e argentino, os Governos de Assunção e Brasília convergiram para a constituição de uma parceria que atendia, intensamente, seus interesses. Do lado brasileiro, a construção de Itaipu significou a contenção das aspirações argentina pela liderança regional, e, do Paraguai, a criação de uma nova rota para seu desenvolvimento, que não só iniciaria o adensamento de toda uma região,

até então pouco povoada, o leste paraguaio, como também mitigaria a dependência guarani ó decorrente de sua condição mediterrânea ó em relação à Argentina.

Capítulo 2 ó A redemocratização paraguaia e a ascensão de Fernando Lugo (1989 ó 2008)

õEn Paraguay no existe Estado de Derecho, apenas un estado de legalidad muy parcial, las instituciones políticas, económicas y sociales vigentes no contienen un sistema positivo de incentivos al comportamiento porque, sin su reforma, se necesitarían héroes, sabios y santos para que el país funcione.ö

Joan Prats, ex-diretor de estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

õLa política era la más lucrativa y menos riesgosa -empresaø nacional. No exigía trabajo productivo, ni disciplina, ni inversión de fondos propios, ni honradez en el posterior ejercicio del cargoö

Bernardino Cano Radil, deputado constituinte colorado.

Nesta seção, procurou-se compreender a conjuntura que proporcionou a ascensão de Fernando Lugo à Presidência da República do Paraguai. Por meio da consulta a fontes secundárias, objetivou-se a reconstituição dos governos que antecederam ao mandato do ex-bispo. Em decorrência do escasso material a respeito do Governo de Gonzáles Macchi (1999-2003) e do Governo de Nicanor Duarte Frutos (2003-2008), optou-se pela consulta à comunicação entre a Embaixada Brasileira em Assunção e o Ministério das Relações Exteriores como fonte histórica para recompor aquelas administrações, enquanto a narrativa do Governo de Andrés Rodríguez (1989-1993) e do Governo de Juan Carlos Wasmosy (1993-1998) foi obtida, principalmente, pela consulta a artigos científicos.

Em linhas gerais, o capítulo busca interpretar a escolha de Lugo para Presidência em virtude de duas variáveis. Enquanto a primeira entende que a eleição do ex-sacerdote foi proporcionada pela fragmentação do Partido Colorado e pela combinação entre a mais importante força oposicionista paraguaia, o PLRA, e os movimentos pró-Fernando Lugo, personagem moralmente habilitada para se colocar como alternativa política em um ambiente desgastado, a segunda infere que a chegada ao poder do ex-prelado marcou o fim do processo de redemocratização paraguaio, uma vez que, à luz das teorias abordadas ao longo do texto, as conjunturas pós-ditatoriais se caracterizam pelo fim do regime opressor, pela instauração de nova ordem constitucional, pela pluralidade política e pela alternância de poder, característica essa que, no caso do Paraguai, só ocorreu após quase duas décadas do fim do Governo de

Stroessner, quando a oposição conseguiu derrotar a ANR na disputa pelo Poder Executivo, no ano de 2008.

Ainda no campo teórico, ao mesmo tempo em que se buscaram as razões para a assunção de Fernando Lugo, também se procurou investigar os motivos que levaram ao fim da hegemonia colorada na Presidência guarani. Dessa forma, assume-se, por meio da Teoria das Elites, que a derrota da ANR foi consequência muito mais da violação das características desse sistema do que do vigor das forças opositoras.

2.1 - A redemocratização paraguaia e a ascensão de Fernando Lugo (1989 ó 2008): a integralização da democracia.

Entre o fim do Governo de Alfredo Stroessner e a ascensão de Fernando Lugo, a política paraguaia caracterizou-se por elevado grau de instabilidade. Desde a Constituição de 1993, todos os presidentes paraguaios enfrentaram crises que colocaram em risco o funcionamento das instituições. Em uma conjuntura ainda marcada pelo legado do Estado articulado por Stroessner, a chegada de Fernando Lugo à Presidência do Paraguai viabilizou-se pela unificação de parte das forças opositoras e pela fragmentação da ANR.

Ainda que Fernando Lugo não tenha completado seu mandato, em decorrência de seu *impeachment* realizado em circunstâncias controversas³⁵, a coalização *Alianza Patriótica por el Cambio* (APC), liderada pelo *Partido Demócrata Cristiano* (PDC) e pelo *Partido Liberal Radical Auténtico* (PLRA), realizou um feito histórico. Formada como uma aliança ideologicamente diversa, cuja única afinidade entre os componentes decorria da aversão aos colorados, a vitória eleitoral da composição entre Fernando Lugo e Federico Franco levou não só à derrota da ANR, o mais bem estruturado partido político do Paraguai, como também à primeira transição de poder democrática e pacífica desse País.

Especificamente, no período entre 1879 ó o fim da ocupação das tropas estrangeiras, após o conflito de 1864 ó e 2008, a ANR permaneceu no poder por 84 anos (1880-1904) e (1948-2008), o que só foi diminutamente rivalizado pelos 35 anos de governo da facção liberal

³⁵ Este trabalho não pretende discorrer a respeito do processo que pôs fim ao Governo de Fernando Lugo, uma vez que as negociações a respeito dos ajustes no Tratado de Itaipu foram anteriores a esse momento.

(1904-1936) e (1937-1939). Dessa forma, caso esses 132 anos sejam tomados como marco temporal, somente, em três momentos, o Poder Executivo paraguaio foi chefiado por indivíduos alheios ao quadro daqueles dois partidos: nos governos militares de Rafael Franco (1936-1937) e de Higinio Morínigo (1940-1948) e no democraticamente eleito de Fernando Lugo (2008-2012) (POZAS, 2012, p. 27).

Fundado em 11 de setembro de 1887, pelo general Bernardino Caballero e pelo jornalista José Segundo Decoud, em seus primeiros anos, a *Asociación Nacional Republicana* foi marcada pelo pensamento nacionalista de Solano López, propagado por Candido Barriero, presidente paraguaio entre 1878 e 1880. Enquanto, ideológica e domesticamente, os membros dessa agremiação esposavam ideias de caráter conservador, com forte apelo patriótico e nacionalista, na seara internacional, buscavam a proximidade do Governo brasileiro, com o intuito de defender-se das possíveis pretensões territoriais argentinas sobre o território guarani (NICKSON, 1993, p. 62, p. 64, p. 380, p. 469), (GARFALO, 2008, p. 81-82).

Como exposto anteriormente, a ANR passou por acentuada reestruturação durante o Governo de Alfredo Stroessner. Com o intuito de perpetuar-se no poder, o general articulou as Forças Armadas, a burocracia estatal e o Partido Colorado em torno de sua figura, o que propiciou a criação de um Estado rentista, de características pseudodemocráticas, no qual os aliados do presidente eram privilegiados pelos recursos estatais. Para que o partido exercesse aquele objetivo, Stroessner buscou a unificação das correntes políticas internas, a hierarquização e a centralidade organizacional do Partido Colorado. Ademais, com a obrigatoriedade da filiação partidária para funcionários públicos e militares, o general conseguiu, sob sua liderança, o controle acirrado da sociedade paraguaia.

Ainda de acordo com o primeiro capítulo, importante impulso para o fortalecimento do Governo de Stroessner decorreu do aumento das exportações, oriundo da expansão da fronteira agrícola, do apoio dado pelos Estados Unidos, sob a lógica da Guerra Fria, e do elevado grau de liquidez econômico, propiciado pela construção das hidrelétricas binacionais de Itaipu e de Yacyretá. Dessa forma, a modificação dessa conjuntura agregada à fragmentação interna da ANR, em consequência da avançada idade daquele ditador, levaram ao fim dos 35 anos de seu governo (MARIANI, 1999, p. 15), (BARREDA; CASTAFREDA, 2004, p. 111-112), (POZAS, 2012, p. 33).

Em virtude dos fatos mencionados, a redemocratização do Estado paraguaio teria por objetivo a desarticulação da tríade ditatorial. Enquanto entre 1989 e 2003, procurou-se romper o elo entre os colorados e as Forças Armadas e o unipartidarismo, a eleição do candidato da APC sinalizou a integralização daquele processo em decorrência do princípio de alternância de poder, característica fundamental dos sistemas democráticos. Nesse sentido, entre o fim do Governo de Stroessner e a eleição de Fernando Lugo, o cenário político paraguaio foi marcado pelas disputas entre fações coloradas, incapazes de articular-se em torno de um projeto comum, o que pôs fim a seis décadas de hegemonia desse grupo político.

2.1.1 O Governo de Andrés Rodríguez (1989-1993): a mudança na continuidade

Diferentemente dos demais países que se redemocratizaram entre o fim da década de 1970 e o início dos anos de 1990, o fim do Governo de Stroessner e a eleição do general Andrés Rodríguez Pedotti para a Presidência não romperam, definitivamente, os laços que uniam o Paraguai a seu passado. Enquanto nos demais países da Terceira Onda de Democratização³⁶, a sociedade civil e as forças políticas opositoras tenderam a clamar pelo fim de regimes ditatoriais, por meio de um novo pacto civil ó comumente caracterizado pela promulgação de nova constituição e realização de eleições livres e competitivas ó, no Paraguai, esse processo contou com a ativa atuação dos mesmos atores responsáveis pela sustentação do antigo regime ditatorial. Dessa forma, o momento imediatamente posterior à saída de Alfredo Stroessner deve ser entendido como aquele em que houve o rearranjo das forças vinculadas ao regime ditatorial, intencionadas à manutenção dos benefícios e dos interesses sectários vigentes, o que além de garantir a manutenção das antigas estruturas, possibilitou a reunificação do Partido Colorado (LAMBERT, 2000, p. 382), (BARREDA, CASTAFREDA, 2004, p. 114), (BRUN, 2010), (CARRERAS, 2012, p. 71).

³⁶ De acordo com Huntington (2004), a Terceira Onda de Democratização iniciou-se em 1974 com a Revolução dos Cravos e estendeu-se pelos próximos 15 anos, quando, em aproximadamente 30 países da América Latina, da Ásia e da Europa, os regimes autoritários foram substituídos por democracias.

Após a assunção de Rodríguez à Presidência, com o intuito de legitimar a nova ordem, o General convocou eleições para a assembleia constituinte, a Presidência e as prefeituras. Além disso, Andrés Rodríguez buscou reformar as estruturas econômicas, o sistema político e as diretrizes da política externa paraguaia, o que, embora no discurso tenha sinalizado o início de novos tempos, na prática, não alterou a realidade do País (LAMBERT, 2000, p. 382, p. 394).

No campo teórico, as interpretações a respeito dos processos de redemocratização tendem, como Woldeberg (apud CARRERAS, 2012, p. 69), a afirmar que o retorno à democracia se relaciona ao fim do unipartidarismo, o que traz, como consequência, a possibilidade de maior participação social nas eleições, a pluralização política do Estado e o fim do autoritarismo, o que é relativizado por Bariero (2009, p. 53), ao discorrer a respeito das redemocratizações latino-americanas. De acordo com o Autor, essas novas democracias tendem muito mais a perpetuar os antigos vícios antidemocráticos que a constituição de um novo pacto sociopolítico, o que, embora discutível, no caso paraguaio, foi verdadeiro.

Ainda que em seu discurso o novo presidente Rodríguez afirmasse buscar a refundação do Estado ao propagar o respeito aos direitos humanos, a instalação de um verdadeiro regime democrático, a proibição do envolvimento das Forças Armadas em assuntos políticos e a reincorporação de partidos opositores ao sistema político ó como apregoado pelo manifesto das forças golpistas de 1989 ó, seu governo foi marcado pela atuação de antigos líderes de Stroessner, como Luís Maria Argaña e Edgar Ynsfrán, no processo de redemocratização, pela incorporação histriônica de partidos opositores a um projeto político fragmentado e pela escassez de informação a respeito do funcionamento do sistema eleitoral. Consequentemente, Rodríguez deu continuidade ao arranjo criado por Stroessner, porquanto o Partido Colorado perdurou como a força política dominante, as Forças Armadas continuaram a interferir em assuntos políticos e a burocracia manteve a estreita relação com a ANR (LAMBERT, 2000, p. 382, p. 384), (BARREDA; CATAFREDA, 2004, p. 113).

Especificamente, com o propósito de garantir a presença das Forças Armadas e da ANR, no controle do processo de redemocratização e de legitimar seu poder, Andrés Rodríguez convocou eleições para a chefia do Poder Executivo, exatamente 90 dias após a conflagração do golpe de estado que pôs fim ao governo anterior. Mesmo que essa manobra tenha

pretendido a legitimação da nova ordem diante da comunidade internacional, a incapacidade ou a falta de tempo para a concertação das forças oposicionistas garantiu a vitória do General, com 54,2% dos votos, sobre o candidato oposicionista do PLRA Domingo Laíno (CARRERAS, 2012, p. 70), (SIMON, 2008, p. 109, p. 118).

Ao assumir, legitimamente, a Presidência da República, Andrés Rodríguez (1989-1993) reformou o sistema eleitoral visando às eleições gerais de 1991. Especificamente, não só se extinguiu o código de 1959³⁷ e reformou-se a lei orgânica municipal 222³⁸, pondo fim às eleições indiretas para prefeito, como também se realizou novo censo eleitoral (BAREIRO, 2009, p. 53).

Posto que a oposição é encabeçada principalmente pelo PLRA e havia conseguido vitórias simbólicas, como a eleição do líder do movimento *Asunción para todos* Carlos Filizzola para a prefeitura de Assunção, os colorados mantiveram sua hegemonia. Enquanto, nas eleições para prefeito e para Assembleia Constituinte, o Partido Colorado conquistou 155 das 200 prefeituras e 55% das cadeiras, respectivamente, a oposição, em sua totalidade, conseguiu apenas 39,9% dos votos, o que, curiosamente, não garantiu a imposição do projeto colorado. Após a vitória de Rodríguez, nas eleições de 1989, o Partido, até então coeso, começou a se fragmentar em diversas facções, tendência que foi responsável pelas grandes convulsões político-paraguaias, ao longo dos anos de 1990. Nesse sentido, embora tenha ocorrido o fim do regime ditatorial, a permanência do mesmo partido responsável pela legitimidade do antigo governo como a força propulsora e mais importante do período da redemocratização, atribui características específicas à democracia do Paraguai (BARREDA; CASTAFREDA, 2004, p. 114).

De acordo com Simon (2008, p. 114), a resposta a esse enigma deve ser procurada na operacionalização dos governos pós-ditatoriais. No caso da administração Rodríguez, o autor alega que a permanência dos colorados no poder decorreu do elevado número de fraudes, dos

³⁷ Com o intuito de garantir a supremacia do Partido Colorado, no Poder Legislativo, o Código Eleitoral de 1959 afirmava que, caso um partido obtivesse a maioria simples dos votos, esse teria direito a 66 % das cadeiras em disputa. Dessa forma, em decorrência das previsíveis vitórias coloradas, os demais partidos pelejavam pelos demais 34% (BRUN, 2010).

³⁸ A lei orgânica municipal 222 delimitava a escolha dos prefeitos às nomeações do Poder executivo, realizadas pelo Ministério do Interior. Nesse sentido, somente, os conselheiros municipais eram eleitos diretamente. (SIMON, 2008, p.117).

insuficientes recursos financeiros para a promoção da plataforma oposicionista, da tutela das Forças Armadas ó fiadoras do processo de redemocratização e ainda estreitamente vinculadas ao Partido Colorado ó e, sobretudo, do esfacelamento do único arranjo oposicionista capaz de chegar ao poder, o Acordo Nacional³⁹. Nesse sentido, caso se comparem as interpretações dadas aos processos de redemocratização entre Woldeberg (apud CARRERAS, 2012, p. 69) e Bariero (2009, p. 53), perceber-se-á que a nova realidade paraguaia tendeu muito mais à perpetuação das deformações institucionais do regime anterior do que à concertação das elites políticas com o objetivo de promover novo consenso democrático capaz de por fim ao aparato ditatorial.

Após a legitimação de seu governo, Rodríguez buscou por em prática sua plataforma eleitoral. No domínio econômico, o Presidente procurou reformar o Estado, de acordo com as prescrições do Consenso de Washington⁴⁰. Cortaram-se gastos com o objetivo de pagar a dívida externa, liberalizaram-se as taxas de juros e as de câmbio, reduziram-se as tarifas aduaneiras, buscou-se o aumento dos investimentos externos diretos concedendo-se incentivos fiscais a empresas estrangeiras e delineou-se contundente programa de privatizações. *In primo loco*, Andrés Rodríguez procurou dinamizar a economia paraguaia por meio de medidas liberalizantes, espelhadas nos bem-sucedidos arranjos econômicos dos países do Sudeste Asiático, o que se mostrou irrealizável (CARRERAS, 2012, p. 70).

No âmbito das privatizações, somente as companhias relacionadas às áreas de navegação (FLOMERES), de siderurgia (ACEPAR) e de aviação (LAPSA) foram vendidas. As demais empresas públicas responsáveis pelas telecomunicações e pelo refino do petróleo continuaram sob a administração do Estado, o que, de acordo com Simon (2008, p. 114) e Lambert (2000,

³⁹ Formado, em 1978, o Acordo Nacional foi criado em decorrência da emenda constitucional de 1977, que franqueava a Stroessner a possibilidade de se candidatar, indefinidamente, à Presidência da República. Composto pelo Partido Democrático Cristão, pelo Partido Revolucionário Febrista, pelo Partido Liberal Autêntico e pelo Movimento Popular Colorado, a coligação advogava pelo fim do Estado de Sítio, vigente desde 1967, pela criação da Justiça Eleitoral e pela independência do Poder Judiciário (NICKSON, 1993, p. 8).

⁴⁰ De acordo com Massiah (2007, p. 67), o Consenso de Washington repousa sobre a tríade estabilização, liberalização e privatização, que se manifesta pela aplicação de sete princípios: 1) disciplina fiscal: equilíbrio orçamentário e impostos mais baixos; 2) liberalização financeira: taxas fixas para o mercado de capital; 3) liberalização comercial: supressão de protecionismos aduaneiros; 4) desregulamentação: eliminação de todos os obstáculos à concorrência; 5) privatização de empresas estatais; 6) abertura total das economias aos investimentos estrangeiros diretos; e 7) proteção total dos direitos de propriedade intelectual.

p 385), é sintomático das pressões ainda hoje exercidas pelo Partido Colorado, para que a grande fonte de benefícios estatais ó materializada ora por meio da concessão de empregos, característico das relações clientelistas, ora por meio do desvio de recursos ó não seja extinta.

Na esfera mundial, a chancelaria procurou resignificar a inserção internacional paraguaia. Em decorrência do processo de redemocratização, o Governo buscou apresentar-se como legítimo representante de um Estado politicamente liberal e defensor dos direitos humanos, o que foi simbolizado pela ratificação do Pacto de São José da Costa Rica, em 1991, conquanto, naquele período, o *Ministerio de Relaciones Exteriores* tenha sido conduzido por Edgar Ynsfrán, importante personagem do Governo de Stroessner e sabidamente vinculado a denúncias de torturas, o que dificultou a confirmação do discurso oficial destinado à promoção do Paraguai como um Estado Democrático de Direito (MASI, 1997), (SIMON, 2008).

Ainda no plano internacional, o Governo paraguaio procurou o fortalecimento dos vínculos com a Argentina, o Brasil e os Estados Unidos. Na América do Sul, a diplomacia guarani procurou o equilíbrio entre seus dois maiores vizinhos. Enquanto Rodríguez aderiu à iniciativa brasileira do Mercosul, seu chanceler trabalhava pelo adensamento das relações bilaterais com Buenos Aires, já que os estreitos vínculos com o Brasil remetiam ao período ditatorial, em que, por meio da confluência de objetivos, Alfredo Stroessner se aproveitou dos incentivos brasileiros, destinados a mitigar a influência argentina na região do Prata. Em decorrência dessas escolhas, à chancelaria foram adicionados o Conselho de Relações Exteriores e o Conselho do Mercosul (MASI, 1997).

Formados pela concertação das forças políticas e pelos representantes do setor privado, esses conselheiros pretendiam encontrar mecanismos capazes de promover as exportações de manufaturas paraguayas e o influxo de investimentos diretos, no marco da assinatura do Tratado de Assunção de 1991, o que se demonstrou inexecutável, porquanto o Estado paraguaio não se adaptou a nova conjuntura. Em um momento marcado pela emergência de ideias integracionistas, oriundas tanto dos movimentos internacionais ó como o lançamento da Iniciativa para as Américas, durante o Governo de George H.W. Bush, em 1990, e a criação da União Europeia, pelo Tratado de Maastricht de 1992 ó, como do pensamento regional

cepalino, responsável pela promoção do Regionalismo Aberto ó, a chancelaria guarani foi conduzida, como dito anteriormente, por um anti-integracionista (SIMON, 2008).

Historicamente, Edgar Ynsfrán vinculou-se à facção nacionalista, ainda existente na ANR, que não só é contrária ao estreitamento de laços internacionais com qualquer país, como também advoga pela inserção internacional Paraguaia de forma autônoma e independente. Consequentemente, Simon (2008, p. 111) entende que o discurso internacional apregoado por Rodríguez foi decorrente da conjuntura vivenciada por seu governo, cuja busca por novos parâmetros estava relacionada muito mais a receios isolacionistas do que a estudos prévios destinados a repensar a inserção internacional paraguaia, como pode ser verificado no processo de adesão desse país ao Mercosul, compreendido como uma decisão defensiva, objetivando a manutenção de espaços autônomos para a atuação da diplomacia guarani.

Especificamente, o Governo paraguaio beneficiou-se muito mais das relações com o Brasil e com os Estados Unidos do que com a Argentina. Enquanto para os Estados Unidos, Rodríguez conseguiu apresentar-se como um autêntico líder do processo de redemocratização paraguaio, o que possibilitou a ajuda dos norte-americanos para que a fação colorada contrária a essa processo fosse isolada, com o Brasil, o General não só conseguiu renegociar o pagamento da dívida externa de seu país, como também manteve funcionários brasileiros nos postos mais importantes da hierarquia administrativa de empresa binacional de Itaipu, o que sufocou os pleitos da sociedade paraguaia referentes à renegociação do Tratado de Itaipu (MASI, 1997).

Opostamente ao padrão de relacionamento com Brasília e com Washington, as relações paraguaio-argentinas foram conturbadas. Ainda que, somente no ano de 1991 os presidentes da Argentina e do Paraguai tenham se encontrado três vezes ó o que também poderia ser interpretado como símbolo do adensamento das relações ó a convivência desses países foi marcada por desentendimentos. No seio do relacionamento bilateral, encontravam-se a imposição de barreiras tarifárias à importação de produtos oriundos do Paraguai, a denúncia de irregularidades na construção da hidrelétrica de Yacyretá e as obras argentinas destinadas a desviar o rio Pilcomayo. Com o intuito de proporcionar o desenvolvimento do sistema de irrigação da região argentina de Formosa, aquele empreendimento acabou prejudicando a

população paraguaia, lindeira àquele curso fluvial localizado na parte ocidental do Chaco guarani (MASI, 1997).

Em linhas gerais, o Governo de Andrés Rodríguez não conseguiu dismantelar o aparato estatal criado durante os anos de Stroessner. Domesticamente, ainda que Rodríguez tenha tentado por em prática a ideologia liberal em suas formas política e econômica, sua administração foi marcada muito mais por semelhanças do que por diferenças em relação ao regime anterior. No âmago desse processo, encontravam-se uma débil força oposicionista incapaz de fazer frente à ANR e uma estrutura partidário-conservadora interessada na manutenção de seus privilégios.

Não obstante, enquanto domesticamente Andrés Rodríguez conseguiu acomodar as mudanças provenientes da reestruturação do Estado paraguaio, na órbita internacional, os desafios mostraram-se mais complexos. Em um momento caracterizado pela supremacia do Liberalismo, o Estado paraguaio procurou demonstrar-se como um defensor dos direitos humanos e da democracia, o que, no domínio econômico, se materializaria por meio da diminuição da atuação estatal e da participação em novos arranjos integracionistas. Embora, no plano retórico, a diplomacia de Rodríguez tenha logrado a constituição de uma nova imagem, como pode ser comprovado pela reaproximação ao Governo dos Estados Unidos, na prática, o Paraguai manteve os estreitos vínculos com o Brasil, herdados da administração de Stroessner, e a distância em relação à Argentina, decorrente não só da nova interpretação dada à política externa desse país, após a eleição de Carlos Menem, como também das pendências bilaterais, o que acabou inviabilizado um possível equilíbrio, por parte da diplomacia paraguaia, entre seus dois maiores vizinhos.

2.1.2 O Governo de Juan Carlos Wasmosy (1993-1998): entre o Estado Democrático de Direito e a força das armas

Com a impossibilidade de candidatar-se à reeleição, Andrés Rodríguez encaminhou-se para o fim de seu mandato e os embates políticos relacionados à sua sucessão tomaram forma. Na ala oposicionista, o liberal Domingo Laíno voltou a postular-se como candidato à Presidência; contudo, diferentemente das eleições de 1989, em que os grupos oposicionistas se encontravam fragmentados em decorrência do curto espaço de tempo para a constituição de

alianças, no pleito de 1993, a dispersão oposicionista foi decorrente de suas próprias disputas internas. Desde 1991, com a criação do movimento *Encuentro Nacional*, a capacidade de Laíno de colocar-se como o único representante das forças opositoras foi posta em cheque. Nessa conjuntura, novos nomes emergiram das fileiras dos movimentos de oposição, como o de Guillermo Caballero. Líder atuante do *Partido Revolucionario Febrista* (PRF), durante a década de 1980, Caballero lançou sua candidatura à Presidência, por meio de seu próprio partido, o *Encuentro Nacional* (PEN), criado em 1992 (MARTINI, 1999).

Da mesma forma que as forças oposicionistas se fragmentavam, a ANR também se fracionou em decorrência das querelas oriundas da escolha de seu candidato para as eleições de 1993. Nas eleições internas de 1992, a ANR apresentou dois candidatos para concorrer à Presidência pela agremiação: Luís María Argaña e Juan Carlos Wasmosy. Enquanto Argaña se apresentava como herdeiro do legado de Stroessner, o que tornava seu nome proeminente na corrente mais tradicional do Partido Colorado, a dos *Tradicionalistas*, que atuaram como oposição durante o Governo de Rodríguez, o engenheiro Wasmosy mostrava-se como uma jovem liderança carismática e competente, em decorrência das avaliações positivas de seu trabalho como Ministro da Integração, entre os anos de 1991 e de 1993 (BRUN, 2010).

Embora vinculada às forças situacionistas do Partido Colorado, a chapa Juan Carlos Wasmosy - Ángel Seifart foi derrotada pela composição Luís María Argaña - Juan Bautista, por uma margem de 2%, demonstrando que as forças antes vinculadas ao regime de Stroessner ainda eram predominantes entre os colorados. Certo de sua candidatura à Presidência pela ANR, Argaña não contava com a emergência de setores golpistas, contrários à sua candidatura (REHREN, 1994).

Em um possível Governo de Argaña, as Forças Armadas temiam a criação de leis destinadas à diminuição de seus poderes, o que já havia sido aventado pelo antigo colaborador de Stroessner, em seus discursos políticos. Dessa forma, com o apoio do general Rodríguez, que interpretava a vitória de Wasmosy como um triunfo de seu projeto político o que poderia viabilizar seu retorno à Presidência, nas eleições de 1998 ó, as forças contrárias a Argaña conseguiram anular aquele pleito, alegando condutas fraudulentas por parte dos *Tradicionalistas*, levando à realização de novas eleições (MARTINI, 1999, p. 16).

Diferentemente daquela primeira votação, Wasmosy não só cuidou de aparelhar a Junta Eleitoral da ANR com seus correligionários, como também garantiu o apoio das Forças Armadas à sua candidatura. Em decorrência disso, Wasmosy e o general Lino Oviedo aproximaram-se: o engenheiro, pela crença no poder das armas, e o general, pela convicção em seu auspicioso futuro político (BRUN, 2010).

Com a vitória de Wasmosy nas eleições internas do Partido Colorado, a ANR encaminhava-se para as eleições de 1993, fragmentadamente. Meses antes da realização do pleito, o candidato situacionista figurava como o último nome, nas pesquisas de intenção de voto, o que desencadeou vigorosas ações por parte do Governo de Rodríguez, com o intuito de fortalecer a candidatura daquele colorado. A estreita coordenação entre o General e o político-empresário Blas Riquelme possibilitou o aumento de 11% do salário dos servidores público e o funcionamento, a todo vapor, da máquina partidária colorada. Dessa forma, as Forças Armadas e a ANR pressionaram seus 120 mil membros, oriundos da burocracia estatal, com o intuito de obrigá-los para que uma porção de seus salários fosse doada à campanha eleitoral, caso eles quisessem se manter empregados, o que possibilitou a vitória de Wasmosy (REHREN, 1994, p. 148).

Em 9 de maio de 1993, Juan Carlos Wasmosy sagrou-se como presidente paraguaio. Em uma eleição previsível, o engenheiro obteve 39.8% dos votos, logo à frente do liberal Domingo Laíno (32,1%) e de Caballero Vargas (23,1%), representante do PEN. Mesmo que a vitória de Wasmosy tenha representado o triunfo do projeto de Andrés Rodríguez ó composto pela vitória de seu candidato e pelo cumprimento do calendário eleitoral, anunciado ainda em 1989, o que não contava com o apoio de influentes setores das Forças Armadas e da ANR⁴¹ ó já estava claro que a possível unificação dos movimentos opositoristas poderia levar à derrota do Partido Colorado, visto que, especificamente, nessa votação, a oposição conquistou 55% dos votos (REHREN, 1994, p. 152) (LAMBERT, 2000, p. 383-384).

Ainda que consagrado pelas urnas, o Governo de Wasmosy (1993 -1998) foi marcado pelo imobilismo e pelas agudas crises políticas, oriundas, principalmente, da ausência de maioria

⁴¹ Secretaria de Estado para Chanceler. Considerações gerais a respeito da política interna e externa do Paraguai. Brasília, 08 de outubro de 1993. AHI-Brasília. Pasta-DAM-I-Itaipu-Binacional-Royalties - Dívida Itaipu. EFIN. Visita do Chanceler do Paraguai ó Diógenes Martínez.

legislativa por parte desse Governo e do confronto entre o Presidente e o general Lino Oviedo. A candidatura de Wasmosy foi constituída no esteio de um discurso modernizante, destinado a dar continuidade às propostas malogradas do governo anterior: o ocaso da aliança entre as Forças Armadas e a ANR e o combate à corrupção e ao clientelismo, o que não se demonstrou realizável (NICKSON, 1997, p. 87).

Em decorrência das dívidas eleitorais com Oviedo e com Riquelme, da forte oposição da corrente *Tradicionalista* da ANR, capitaneada por Argaña, e do fortalecimento da oposição, decorrente não só de uma possível vitória, nas eleições presidenciais ó caso essas forças se concertassem ó, mas também do controle do parlamento, uma vez que o movimento oposicionista conquistou a maioria legislativa ó especificamente, 25 das 45 cadeiras, no Senado, e 42 dos 82 assentos, na Câmara ó, o principal desafio do novo presidente relacionava-se à constituição de alianças, que viabilizassem a governabilidade. Essa nova conjuntura marcou o fim da ininterrupta hegemonia colorada no Parlamento ó desde o Governo de Natalicio Gonzáles (1938-1939), a ANR exerceu a maioria no Congresso paraguaio ó, visto que ocorreu o fortalecimento do Poder Legislativo face ao Executivo⁴², e o surgimento de novas forças, como o PEN, que se colocaram como alternativa à polarização entre colorados e liberais (PARAGUAY, 1996), (NICKSON, 1993).

Diferentemente das manobras constitucionais, à época do Governo de Stroessner, que intencionavam a centralização do poder nas mãos do presidente, a Constituição de 1993 procurou mitigar a precedência do Poder executivo sobre os demais. Dessa forma, o Congresso paraguaio, caso ouse, tem a capacidade de desestabilizar o funcionamento do Executivo (NICKSON, 2009, p. 145).

A nova ordem constitucional pós-Stroessner deve ser interpretada como um amálgama composto por características oriundas do Presidencialismo e do Parlamentarismo. De acordo com Mainwaring e Shugart (1997, apud BARREIRA; CASTAFREDA, 2004, p. 131), o sistema presidencial caracteriza-se pela eleição direta e popular do presidente e pela incapacidade de alteração temporal dos mandatos presidenciais e legislativos, o que impossibilita a dissolução do Parlamento por parte do presidente. Ademais, o

⁴² Esse fortalecimento originou-se da transferência de antigas prerrogativas presidenciais, como a nomeação de membros da Suprema Corte de Justiça (SCJ), para o parlamento.

Presidencialismo não incentiva a criação de alianças ou a concessão às forças oposicionistas, o que não acontece no sistema político paraguaio.

Em decorrência do difícil arranjo entre as forças políticas e das prerrogativas legislativas, o chefe do Poder Executivo precisa negociar com as demais forças políticas, já que a Constituição de 1993 outorga ao Legislativo a possibilidade de solicitar informes, de interpelar e de recomendar a demissão de membros do Executivo. Essa característica agregada à existência de artigo constitucional 225 acaba dando características parlamentaristas ao regime político paraguaio (NICKSON, 2009).

De acordo com esse dispositivo, o Presidente, o Vice-Presidente, os Ministros de Estado e das Cortes supremas, o Procurador e o Subprocurador Geral da República podem ser submetidos a juízos políticos ou por mal desempenho de suas funções ou pelo cometimento de delitos de natureza política ou comum, desde que dois terços da Câmara dos Deputados formulem a acusação, o que leva o Senado a julgar, publicamente, a denúncia. (BARREIRA; CASTAFREDA, 2004, p. 140).

Ainda que definida constitucionalmente, aquela lei silencia em relação à quantidade de processos a que uma autoridade pode ser submetida, durante seu mandato, e ao tempo necessário para a execução do devido processo legal. Sendo assim, essas lacunas possibilitam que o artigo 225 seja utilizado com o intuito de desestabilizar o Poder Executivo, uma vez que o presidente pode passar extenso período respondendo às alegações oriundas do Legislativo, o que ocasionaria a instabilidade governamental (NICKSON, 2009), (BARREIRA; CASTAFREDA, 2004, p. 141).

Dentro desse novo marco jurídico, Wasmosy procurou acercar-se das mais diferentes forças políticas, com o objetivo de viabilizar o funcionamento de seu governo, o que não se demonstrou tarefa fácil. Argaña não só deixou claro que a bancada *Tradicionalista* ó agora renomeada como *Movimiento Reconciliación Colorado* ó não apoiaria o novo governo, como também procurou as lideranças do PLRA e do PEN para dificultar o funcionamento das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, por meio do alijamento de políticos ligados ao Presidente, nas mais importantes funções congressuais, o que não ocorreu (NICKSON, 1997, p. 187).

Em janeiro de 1994, após quase seis meses de imobilismo, Wasmosy conseguiu compor sua base governista. Esse acordo estabeleceu-se entre a facção colorada ligada ao Presidente e os Partidos *Revolucionario Febrista* e *Democrata Cristiano*. O sucesso daquela composição foi corroborado pela inércia do PEN. Ainda que o segundo partido mais importante da oposição, superado apenas pelo PLRA, a agremiação de Caballero Vargas optou por abster-se, no embate entre Argaña e Wasmosy, o que possibilitou ao Presidente a constituição de uma pequena maioria capaz de se sobrepôr, numericamente, ao bloco de Argaña. Dessa forma, no centro de um delicado arranjo político, Wasmosy deveria ser capaz de atender às demandas dos setores empresariais, ávidos pelas mudanças modernizantes, propostas, ainda, à época das eleições presidenciais, às expectativas das Forças Armadas pela manutenção de seus privilégios e aos objetivos da bancada governista (NICKSON, 1997, p. 188), (BRUN, 2010).

Após quase seis meses de negociação para o estabelecimento de seu bloco de apoio parlamentar, Wasmosy considerava-se capaz de iniciar efetivamente seu governo; porém, em dezembro de 1994, a primeira crise entre o Presidente e o general Lino Oviedo irrompeu-se. Depois de sua ativa participação no golpe que levou à derrocada do Governo de Stroessner, o então coronel Oviedo tornou-se proeminente na vida política paraguaia, ao participar, já como general, nas manobras responsáveis pela viabilização da candidatura de Wasmosy à Presidência da República, como anteriormente dito.

Aproveitando-se de seu cargo como chefe do Exército, concedido a Oviedo, como retribuição aos serviços prestados ao então candidato Wasmosy, e da ausência presidencial, oriunda da participação do mandatário, na Cúpula mercosulina de Ouro Preto, Oviedo ordenou a transferência do general Carlos Ayala, comandante da Terceira Divisão de Infantaria, sediada em Ciudad del Este, para a distante região do Chaco, o que casou uma crise institucional. Diferentemente de Wasmosy, o general Ayala não possuía nenhum vínculo de gratidão que o relacionasse a Lino Oviedo. Dessa forma, apoiando-se nas leis constitucionais que delimitavam o remanejamento de comandantes militares às ordens presidenciais e no apoio da Força Área e da Armada paraguaias, Ayala conseguiu sobrepôr-se a as ordens de Oviedo (PARAGUAY, 1996).

A querela entre os dois generais já denunciava os ímpetos de Oviedo. Ainda, na campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 1993, Oviedo afirmava, aberta e publicamente, que

*õllore quien llore, chille quien chille, las Fuerzas Armadas y el Partido Colorado cogovernarán por los siglos de los siglos*⁴³ (LAMBERT, 2000, p. 385), o que, agregado à recente disputa entre aqueles dois comandantes, começou a gerar suspeitas a respeito da lealdade e do respeito às leis, por parte de Lino Oviedo, no presidente Wasmosy (BRUN, 2010).

Com o intuito de contrabalancear os crescentes impulsos oviedistas e de garantir a máxima lealdade por parte de seu *entourage*, em janeiro de 1995, Wasmosy promoveu os generais Noguera e Díaz Delmas a um grau de generalato superior ao de Lino Oviedo, o que explicitou as hostilidades entre o presidente e o chefe do Exército. Ademais, com o intuito de levar a cabo as regras constitucionais a respeito da despolitização das Forças Armadas, o presidente Wasmosy, juntamente, com a totalidade das forças representadas no parlamento, conformaram o *Pacto por la Despolitización de las Fuerzas Armadas*, o que, na visão de Oviedo, levaria a seu isolamento político. Dessa forma e com o intuito de angariar o apoio das Forças Armadas, o general Oviedo deu início à construção de um imponente espaço destinando a realização de eventos militares, ao custo de US\$ 2 milhões, com doações privadas e sem o consentimento da Prefeitura de Assunção, posto que, na realização dessas obras, funcionários do Ministério do Trabalho estivessem atuando (NICKSON, 1997, p. 1999), (MARTINI, 1997, p. 17).

No dia da inauguração daquele empreendimento, Oviedo discursou para um grande número de oficiais e praças do Exército, que, inspirados pela exímia retórica do General, passaram a o conclamar como futuro candidato à Presidência da República. Após quatro meses de intenso debate a respeito da legalidade do ato de Oviedo e suas possíveis consequências, o General foi censurado pelo Congresso paraguaio, à luz do dispositivo constitucional que franqueava ao Legislativo a possibilidade de recomendar a demissão de qualquer membro do Poder Executivo (BRUN, 2010).

⁴³ Chore quem chore, chie quem chie, as Forças Armadas e o Partido Colorado governarão, conjuntamente, por séculos e séculos (tradução nossa).

Em abril de 1996, com o apoio do Exército e disposto a enfrentar as demais forças militares, Lino Oviedo exigiu a renúncia de Wasmosy, ao afirmar que sua possível destituição do posto de Chefe do Exército causaria um derramamento de sangue. Sentindo-se acuado e receoso em relação à possibilidade de agudo conflito entre as três Forças Armadas, Wasmosy decidiu encaminhar seu pedido de renúncia ao Congresso, e afirmou que, caso esse fosse aceito, ele se retiraria da Presidência e rumaria ao exílio (PARAGUAY, 1996).

Secretamente, Wasmosy viajou a Brasília com o intuito de garantir apoio a seu governo. O então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso deixou claro que a defesa da democracia era uma das preocupações diplomáticas brasileiras. Caso ocorresse a derrubada de Wasmosy, Fernando Henrique Cardoso prontificou-se a advogar pela suspensão da filiação paraguaia ao Mercosul junto aos demais membros do bloco e garantiu a interrupção da transferência dos *royalties* advindos da hidrelétrica de Itaipu. A postura brasileira, agregada aos apoios dos Estados Unidos, da União Europeia, da Organização dos Estados Americanos e do próprio Parlamento paraguaio, que não só recusou a renúncia de Wasmosy, como também publicou moção de apoio ao Presidente, fortaleceu o Governo de Wasmosy e possibilitou o fim daquela crise (PARAGUAY, 1996), (BRITTEZ; CABALLERO, 2010).

Ainda em abril de 1996, com o objetivo de acomodar as pretensões de Oviedo, Wasmosy ofereceu o Ministério da Defesa, em troca da renúncia do posto do General, como chefe do Exército. Oviedo aceitou a proposta; porém, no dia seguinte a concertação entre as duas personagens ó 25 de abril de 1996 ó Wasmosy desistiu daquela nomeação. Sentindo-se traído e sem nenhum poder, Lino Oviedo convocou manifestações para demonstrar o apoio da população a seu nome, o que, posteriormente, levou a criação, no âmbito da ANR, do movimento *Unión Nacional de Colorados Éticos*⁴⁴ que, ainda na década de 1990, pretendia trabalhar pela viabilidade da candidatura de Oviedo para as eleições de 1998. (BERNARDO; CASTAFREDA, 2004, P. 118).

⁴⁴ A corrente oviedista manteve-se, na ANR, até 2002, quando, em decorrência de querelas internas, o movimento tornou-se partido político, com o nome de *Unión Nacional de Ciudadanos Éticos* (UNACE) (BERNARDO; CASTAFREDA, 2004, P. 118).

Independentemente do conturbado cenário anteriormente descrito e da maioria legislativa, o Governo de Wasmosy também enfrentou acirrados embates no Parlamento. No cerne desses confrontos, encontravam-se a ratificação de leis, criadas ainda durante a presidência de Andrés Rodríguez, destinadas a regulamentar o funcionamento das Forças Armadas e do Poder Judiciário.

Tanto a lei eleitoral de 1990 como a Constituição de 1993 proibiram o envolvimento de militares na vida política paraguaia; porém a dependência de Wasmosy em relação àquelas Forças, como pode se demonstrado pelos acontecimentos ligados à sua candidatura presidencial, e o receio do enfraquecimento e das perdas de espaços políticos fortaleceu a atuação dos militares, na vida política, após a derrubada de Stroessner. Dessa forma, a contradição seria a marca das posições adotadas pelo Presidente, no tocante ao relacionamento com as Forças Armadas, uma vez que Wasmosy comprometeu-se tanto com os acordos celebrados, na esfera do *Pacto por la Despolitización de las Fuerzas Armadas*, destinado a mitigar o poder dos quartéis, como com a força das armas para viabilizar seu governo (BRUN, 2010).

Em cenário já conturbado, decorrente, principalmente, da ausência de limites políticos entre as ações civil e militar, Wasmosy enviou para votação lei destinada à regulamentação dos efetivos e da hierarquia dos militares. Esse dispositivo tencionava a criação do cargo de Comandante das Forças Armadas, diminuindo o poder civil, já que os militares não mais estariam subordinados ao presidente, mas, sim, àquele comandante, o que não foi aceito pelo Parlamento (LAMBERT, 2000, p. 85).

Sob forte pressão militar o grupo composto por 25 mil combatentes, dentre os quais 16 mil pertenciam à ANR e de Blas Riquelme, não só fiador da campanha presidencial de Wasmosy, como também presidente da ANR, desde 1993, e arguto advogado da participação das Forças Armadas, na vida política, Juan Carlos Wasmosy foi obrigado a criar a lei por decreto presidencial, o que levou o Congresso novamente a impedir a criação daquele dispositivo. Nesse sentido, o tema foi enviado à SCJ, que, de forma salomônica, garantiu a filiação de militares aos partidos políticos, desde que eles não se candidatassem a cargos públicos, durante o exercício de suas carreiras (LAMBERT, 2000, p. 85).

Já no tocante ao Poder Judiciário, o principal tema a ser regulamentado versava sobre a independência das instâncias judiciais. Com o propósito de assegurar essa autonomia, iniciaram-se os debates a respeito da criação do Conselho da Magistratura, instituição responsável pela escolha dos membros dos tribunais superiores. Em decorrência do estreito relacionamento entre a ANR e os membros dessas cortes, comumente indicados, politicamente, pelos colorados, a bancada governista colocava-se, contrariamente, ao dispositivo, porquanto esse diminuiria, consideravelmente, a capacidade de influência do Poder Executivo junto à composição daqueles tribunais. Após meses de negociação, agregada às decisões pela criação da Justiça Eleitoral e da Controladoria Geral da República, decidiu-se pela implementação daquele conselho, se bem que, diferentemente da proposta inicial que advogava pelo consenso, os futuros ministros seriam escolhidos pelo voto afirmativo de três quartos dos conselheiros (BRUN, 2010).

Com a proximidade do fim de seu mandato, Wasmosy enfrentou mais uma batalha, agora, no âmbito do Partido Colorado. Em maio de 1996, realizaram-se eleições para a escolha do novo presidente dessa agremiação. Posto que o vice-presidente Ángel Robert Seifart contasse com o apoio de Blas Riquelme e de Wasmosy, o candidato situacionista foi derrotado pelo líder do *Movimiento Reconciliación Colorado*. Como novo presidente dos colorados, Luís María Argaña exigiu maior espaço na burocracia estatal, o que lhe foi concedido por meio da troca de Diógenes Martínez por Juan Manuel Morales na condução do Ministério do Interior, e pelo isolamento de Nicanor Duarte Frutos, ministro de educação e cultura (NICKSON, 1997).

Além de mais espaço na estrutura governamental, Argaña também trabalhou pelo enfraquecimento do programa econômico do Presidente. Logo após sua assunção à presidência da ANR, o *Movimiento Reconciliación Colorado* emitiu comunicado, com duras críticas à agenda liberal de Wasmosy, que ecoou pela sociedade paraguaia. Quando chegou à Presidência, Wasmosy encontrou um país com elevado índice de desemprego, agravado pelo processo de mecanização da agricultura que acentuava o êxodo rural. Como resposta a esses obstáculos, Wasmosy deu continuidade ao modelo liberalizante, iniciado por Andrés Rodríguez. Nesse sentido, as classes campesina e proletária tomaram as ruas, em 1994, pedindo o fim das medidas liberais, a reforma agrária, a criação de uma política de preços mínimos para os produtos primários cultivados pelos camponeses e a saída paraguaia do Mercosul. (PARAGUAY, 1993, 1996); (NICKSON, 1997, p. 199).

Não obstante, no âmbito internacional, a diplomacia de Wasmosy preocupou-se, fundamentalmente, com a relação entre os setores comerciais internos e a integração junto ao Mercosul. Com o receio de perder as vantagens, proporcionadas pelo histórico comércio de triangulação, os comerciantes guaranis pressionaram o governo para que esse advogasse pela manutenção do bloco como área de livre comércio, o que se materializou pelo posicionamento contrário da chancelaria paraguaia para que, de acordo com o Tratado de Assunção de 1991, a união aduaneira fosse estabelecida, em 1 de janeiro de 1995. Ademais, dando continuidade a uma das metas mais importantes da diplomacia de Stroessner, o presidente Wasmosy trabalhou pelo adensamento das conexões físicas entre o Paraguai e seus vizinhos. Nesse sentido, a diplomacia guarani advogou pela maior integração infraestrutural, decorrente da ainda inexistente conexão entre as hidrovias Paraguai-Paraná e Paraná-Tietê e da também ausente expansão do eixo rodoviário São Paulo-Buenos Aires, com ramificações direcionadas à interligação de Assunção com essas duas cidades⁴⁵.

Dado o exposto, pode-se afirmar que o Governo de Juan Carlos Wasmosy se caracterizou pela conturbada situação interna, o que pode ter diminuído o escopo de atuação internacional da diplomacia paraguaia. No cerne dessa desordem, encontrava-se o processo decorrente do custoso amadurecimento da uma jovem democracia. Ainda que esse momento tenha sido de aguda instabilidade, durante a presidência de Wasmosy, a classe política paraguaia conseguiu destruir um dos pilares de sustentação do regime de Stroessner: a estreita vinculação entre as Forças Armadas e a ANR e colocar à prova suas instituições, ainda que sua sobrevivência tenha tido como fundamento a estreita vinculação entre o poder guarani, legitimamente constituído, e os principais parceiros internacionais desse País ó o Brasil e os Estados Unidos ó que ora conjuntamente, ora bilateralmente, afiançaram a presidência de Wasmosy até o fim de seu mandato.

⁴⁵ Secretaria de Estado para Chanceler. Considerações gerais a respeito da política interna e externa do Paraguai. Brasília, 08 de outubro de 1993. AHI-Brasília. Pasta-DAM-I-Itaipu-Binacional-Royalties - Dívida Itaipu. EFIN. Visita do Chanceler do Paraguai ó Diógenes Martínez.

2.1.3 Os Governos de Raúl Cubas Grau e de Luis Ángel González Macchi (1999-2003): o ápice da desordem

Antes do término de seu mandato e no esteio da escolha do próximo candidato colorado às eleições presidenciais de 1998, Juan Carlos Wasmosy procurou, de todas as maneiras, o enfraquecimento do grupo ligado ao ex-general Lino Oviedo. Especificamente, no âmbito da ANR, o grupo de Wasmosy encontrava-se enfraquecido ó primeiramente, em decorrência da morte de Andrés Rodríguez, em 1997, um dos principais articuladores daquele grupo, e, em segundo plano, pela derrota de Carlos Facetti, como indicado para corrida presidencial de 1998 ó, o que deixava a escolha do próximo presidencial entre as facções de Luís María Argaña e de Lino Oviedo (BRUN, 2010).

No embate entre as candidaturas de Luís Argaña - Nicanor Duarte Frutos e de Lino Oviedo - Raul Cubas Grau, o forte apelo popular do ex-General consagrou seu nome como o candidato presidencial da ANR para as próximas eleições; entretanto as manobras presidenciais para que Oviedo cumprisse pena por sua atuação na tentativa de golpe de 1996 inviabilizaram sua candidatura. Preso por quebra de hierarquia, a ausência do ex-General, nas eleições de 1998, garantiu a criação da aliança entre Cubas e Argaña, que não só foram os dois candidatos mais votados nas prévias coloradas, como também eram tidos como capazes de unificar a ANR (LAMBERT, 2000, p. 380).

Sob o lema *õtu voto vale doble*⁴⁶, para identificar a eleição de Cubas como a escolha por Lino Oviedo, Raul Cubas Grau foi eleito presidente para o quinquênio 1998-2003. Logo após sua assunção, Raul Cubas não só reformulou a cúpula militar paraguaia, indicando que os nomes ligados a Lino Oviedo voltariam a ter proeminência, como também, por meio do decreto 117, expedido em decorrência de suas prerrogativas como chefe do Poder Executivo, colocou em liberdade o ex-General, o que exacerbou os ânimos das demais correntes políticas paraguaias. Enquanto o vice-presidente Argaña aliou-se aos partidos opositores ó PEN e PLRA ó com o propósito de pedir o *impeachment* do presidente, a Mesa Diretora do

⁴⁶ Seu voto vale o dobro (tradução nossa).

Congresso Nacional recorreu à SJC para pedir a nulidade daquele decreto (BRITZ; CABALLERO, 2010).

A corte não só decretou a nulidade do decreto, como também ordenou a volta imediata de Oviedo à prisão; contudo Raul Cubas Grau negava-se a cumprir a ordem judicial, o que levou a Procurador-Geral de Justiça e o Congresso Nacional paraguaios a pedirem a saída do presidente por abuso de poder e violação do Estado de Direito. Para complicar ainda mais a já conturbada situação política, em 23 de março de 1999, o vice-presidente Luís María Argaña foi assassinado enquanto se dirigia ao trabalho, o que ocasionou grande convulsão popular (BRITZ; CABALLERO, 2010).

A morte de Argaña levou o povo às ruas de Assunção com o propósito de pedir a prisão imediata de Lino Oviedo e a renúncia de Cubas Grau. Ainda naquele dia, buscando o controle da população enfurecida, no que ficou conhecido como *Marzo Paraguayo*, o Presidente colocou suas tropas na rua para garantir a ordem, e, com o intuito de atender as demandas dos manifestantes, dispensou o chefe da polícia e ordenou a prisão de Lino Oviedo, o que não foi o suficiente para acalmar a multidão. No dia 27 de março, após o confronto entre milícias oviedistas e manifestantes e a intermediação das embaixadas do Brasil, dos EUA e da Santa Sé, Cubas Grau, juntamente com Lino Oviedo, rumaram para o exterior, como ex-presidente exilado no Brasil e foragido, respectivamente (LAMBERT, 2000, p. 392), (BARREDA; CATAFREDA, 2004, p. 19).

Com a renúncia do presidente Cubas Grau e o assassinato de seu suplente, a presidência paraguaia foi ocupada, interinamente, pelo presidente do Congresso, o senador Luiz Gonzáles Macchi, que, ainda, em 1999, teve seu mandato legitimado como presidente da República por decisão da SCJ, que não só confirmou a permanência do Senador como legítimo ocupante do cargo, como também obrigou a realização de novas eleições para escolha do vice-presidente. Ao ser confirmado como legítimo presidente, Macchi (1999-2003) prontamente buscou a formação de um governo de unidade nacional, composto pela ANR, pelo PLRA e pelo PEN. Aliança que, ao longo de toda sua administração, se demonstrou calamitosa (BARREDA; CASTAFREDA, 2004, p. 120), (MARTINI, 1999, p. 392).

Como resumido por Márcio Araújo Lage, encarregado de negócios junto à embaixada brasileira, em Assunção, o Governo de Gonzáles Macchi (1999-2003) foi marcado por um

Quadro de instabilidade [persistente], [pela] falta de medidas positivas para melhorar o quadro de crise econômica, social e política, além do descrédito que o governo é visto por sua inação em empreender reformas econômico-sociais e atender os reclamos da sociedade⁴⁷.

No campo econômico, Macchi assumiu o Paraguai em um momento conturbado. A crise cambial brasileira de 1999, agregada ao esgotamento do modelo econômico de Stroessner ó caracterizado pela triangulação comercial, pela expansão da fronteira agrícola e pela realização de obras públicas com financiamento externo ó e aos desvios pecuniários do Banco Nacional de Fomento, realizados pela administração de Juan Carlos Wasmosy, colocaram as contas públicas em forte desequilíbrio. Em relação à crise bancária, decorrente da utilização de seus fundos para o financiamento das eleições de Carlos Facetti como presidenciável, pela ANR, o novo Governo transferiu os prejuízos de US\$ 120 milhões para o Tesouro Paraguai e obrigou o depósito dos recursos fiscais oriundos das empresas estatais naquela instituição, renomeada então como *Banco de la República del Paraguay*, o que se demonstrou uma manobra ousada, já que, com o propósito de capitalizar a nova instituição, o Governo mobilizou quase a totalidade de seus recursos⁴⁸.

Ainda na seara econômica e com o objetivo de reequilibrar as contas governamentais, Macchi regulamentou a lei 1064/ 97 ó também, conhecida como a Lei de Maquilas ó, propôs a criação do imposto de renda para pessoa física, o que não foi aprovado, e da Lei Geral de Reorganização e Reformas de Entidades Públicas do Estado. Dessa forma, a capitalização ou a privatização das companhias *Administración Nacional de Telecomunicaciones* (ANTELCO), *Compañía Paraguay de Saneamiento* (COPASA), e *Ferrocarriles del*

⁴⁷ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1207. Reservado. Assunção, 29 de dezembro de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Expedidos Embaixada Ancara, Argel, Assunção. Ano 2000. Caixa nº 2.

⁴⁸ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 295. Reservado. Assunção, 30 de março de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (01 a 600). Ano 2000. Caixa nº 4.

Paraguay (FCCL) poderia ser realizada via decreto presidencial, desde que houvesse a fiscalização de comissão composta por membros das duas casas congressuais^{49 50 51}.

Ainda exemplificando as declarações de Araújo Lage, a conturbada situação econômica agravou ainda mais a situação dos índices sociais. Desde 1990, a renda *per capita* vinha diminuindo, a taxas de 4,6%, e o acesso à água potável e à saúde básica, em 28% e 25%, respectivamente. Ademais, 53% das localidades paraguaias não contavam com o ensino secundário e, dependendo da região, de 10% a 20% das crianças, com menos de 5 anos, sofriam de desnutrição crônica⁵². Ao mesmo tempo em que a Igreja Católica denunciava as condições nacionais com o intuito de prevenir a emergência de um governo ditatorial, em decorrência dessa situação anárquica, os movimentos sociais colocavam em dúvida a legitimidade do Governo de Gonzáles Macchi, dada a sua permanência à frente da Presidência, por meio de decisão judicial, o que, simbolicamente, levou à exacerbação das ações dos movimentos populares⁵³.

Professores e artistas publicaram manifesto contra a corrupção, a sociedade civil, espontaneamente, convocou a Marcha pela Reforma do Estado e a Conferência Religiosa do Paraguai promoveu ciclo de debates a respeito da conjuntura nacional. As manifestações chegaram a seu ponto máximo, na última semana de março de 2000, quando, em decorrência do aniversário de um ano do Governo de Gonzáles Macchi, várias passeatas tomaram as ruas de Assunção: a passeata dos 40 mil (24/03), a manifestação das forças ruralistas, campesinas e sindicais unificadas (27/03) e os protestos do sindicato dos empregados de empresas estatais

⁴⁹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 294. Reservado. Assunção, 30 de março de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (01 a 600). Ano 2000. Caixa nº 4.

⁵⁰ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 462. Ostensivo. Assunção, 19 de maio de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (01 a 600). Ano 2000. Caixa nº 4.

⁵¹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 662. Reservado. Assunção, 18 de julho de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (601 a 1220). Ano 2000. Caixa nº 5.

⁵² Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 21. Ostensivo. Assunção, 10 de janeiro de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (01 a 600). Ano 2000. Caixa nº 4.

⁵³ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 229. Ostensivo. Assunção, 08 de março de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (01 a 600). Ano 2000. Caixa nº 4.

(30/03), formado pela aliança entre sindicalistas e a ala mais radical do movimento campesino, os Sem-Terra⁵⁴.

Se no âmbito socioeconômico, a conjuntura era desfavorável, na seara política, a situação não se mostrou menos difícil. Ao longo de todo seu mandato, Gonzáles Macchi teve de equilibrar-se entre suas forças de apoio, os *Orsos Blancos*, as tentativas de golpe, por parte dos liberais, ocupantes da Vice-Presidência, e as demandas dos demais grupos da ANR. Especificamente, o Governo de Gonzáles Macchi foi marcado pelo fortalecimento da corrente colorada, neostonista ó composta fundamentalmente por nomes ligados ao Governo de Stroessner, que eram também chamados de Ursos Brancos ou dirigentes históricos. Além do próprio pai de Gonzáles Macchi, o ex-ministro do interior e da justiça Saúl Gonzáles, o grupo era dirigido por Carlos Augusto Saldívar, ministro das relações exteriores, durante a década de 1980, que, sobretudo, buscava aparelhar a administração pública com membros daquela corrente no bojo das disputas internas governamentais entre colorados e liberais^{55 56}.

Certamente, as principais forças desestabilizadoras do Governo de Macchi originaram-se no seio do PLRA, incorporadas ao Palácio dos López por meio da eleição Júlio César Franco, para Vice-Presidência, em maio de 2000. A vitória de um liberal como membro de um governo colorado foi decorrente, principalmente, da astúcia de Franco, da ingenuidade do candidato da ANR Felix Argaña e da fragmentação de seu partido. Desde as últimas eleições presidências, o movimento ovidista, no seio do Partido Colorado, já havia demonstrado sua força. Dessa forma, seus 30% do eleitorado, a partir daquele momento, teriam função de destaque nas eleições para vice-presidente⁵⁷.

⁵⁴ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 294. Reservado. Assunção, 30 de março de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (01 a 600). Ano 2000. Caixa nº 4.

⁵⁵ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 229. Ostensivo. Assunção, 27 de março de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (01 a 600). Ano 2000. Caixa nº 4.

⁵⁶ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 833. Reservado. Assunção, 05 de setembro de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (601 a 1220). Ano 2000. Caixa nº 5.

⁵⁷ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 225. Ostensivo. Assunção, 07 de março de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (01 a 600). Ano 2000. Caixa nº 4.

Avesso aos oviedistas, em decorrência da morte de seu pai Luís María Argaña e dos protestos da população contra o nome de Lino Oviedo, Felix Argaña preteriu a corrente do ex-general a favor da de Wasmosy, embora, entre os colorados houvesse, secretamente, entendimentos para a cooperação entre os oviedistas e os partidários de Argaña. Nesse sentido, a eleição de um liberal para a Vice-presidência decorreu de duas situações. Primeiramente, às vésperas do pleito, Rachel de Oviedo, mulher do ex-general e a única porta-voz credenciada de seu marido, afirmou, categoricamente, que Lino Oviedo apoiava a candidatura de César Franco, para que, logo depois, a falta de coesão dos colorados deixasse claro que, com o intuito de inviabilizar a emergência de um forte candidato para as eleições presidenciais de 2003, o grupo de Wasmosy havia trabalhado para que a vitória de Argaña fosse lograda por uma pequena margem, o que não aconteceu^{58 59}.

Ainda que Júlio César Franco tenha adotado uma postura conciliatória, quando assumiu a Vice-Presidência, as mudanças internas, no PLRA, levaram não só o vice-presidente a se distanciar do Governo, como também seu partido a trabalhar pelo impeachment de Gonzáles Macchi. No centro dessas manobras, encontrava-se o recém-eleito presidente do PLRA, o deputado Miguel Abdón Saguier, que, embora, em seu discurso, ao assumir a presidência desse partido, tenha afirmado que diminuiria os ataques a Gonzáles Macchi, secretamente, coordenava a bancada liberal com o propósito de pedir o julgamento político do Presidente, o que acabou sendo posto em prática⁶⁰.

Em meio a denúncias de que o presidente Macchi não só teria desviado US\$ 16 milhões do Banco Central Paraguai, como também receptado carros roubados oriundos do Brasil, os deputados liberais Luís Alberto Wagner e Abdón Saguier aliaram-se a Carlos Galeano Perrone, líder do movimento oviedista, a líderes sociais e camponeses, com o propósito de formar a Frente Patriótica cujo principal objetivo era o fim do Governo de Macchi. No ápice

⁵⁸ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 709. Ostensivo. Assunção, 03 de agosto de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (601 a 1220). Ano 2000. Caixa nº 5.

⁵⁹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 833. Reservado. Assunção, 01 de agosto de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (601 a 1220). Ano 2000. Caixa nº 5.

⁶⁰ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1207. Reservado. Assunção, 29 de dezembro de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Expedidos Embaixada Ancara, Argel, Assunção. Ano 2000. Caixa nº 2.

desse movimento, os liberais encaminharam documento ao presidente para que fossem nomeados novos membros para os ministérios, os conselhos das entidades binacionais de Itaipu e de Yacyretá, e as direções aduaneiras, o que foi atendido, parcialmente ⁶¹.

Ainda que a capacidade de negociação do Presidente tenha possibilitado a acomodação dos liberais, a permanência de Gonzáles Macchi, à frente da Presidência paraguaia, só foi possível, em virtude, principalmente, das manobras coloradas. Em decorrência de sua maioria parlamentar, os membros da ANR impediram que as acusações contra o presidente fossem formalizadas pela Câmara dos Deputados, o que levaria, obrigatoriamente, ao julgamento político do presidente Macchi por parte do Senado⁶².

Acuado domesticamente, Gonzáles Macchi atuou na política externa de forma muito mais reativa que propositiva. Em decorrência da conturbada situação interna, a diplomacia paraguaia buscou acercar-se de seus principais parceiros, com o propósito de garantir apoio e de levantar recursos financeiros. Nesse sentido, a República da China disponibilizou US\$ 30 milhões para o programa de Desenvolvimento Rural Integral para Zonas Críticas, o que apaziguou as demandas campesinas relacionadas a investimentos em agricultura, saúde e educação, os Governos de Alemanha e Espanha mostraram-se interessados no programa de privatizações paraguaio, a chancelaria advogou pela criação do cargo de Defensor dos Investidores, com o objetivo de proteger investimentos estrangeiros em decorrência da insegurança jurídica e da corrupção paraguaias, e o presidente Macchi visitou o Uruguai e a Argentina, com o propósito de renovar o relacionamento bilateral, estremecido em decorrência da concessão de asilos políticos a Lino Oviedo, Segovia Boltes e Galeano Perrone, supostamente envolvidos na morte do vice-presidente Argaña, e dirigiu-se a Brasília,

⁶¹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 583. Ostensivo. Assunção, 05 de julho de 2001. AHI ó Brasília. Telegramas expedidos Embaixada Assunção. Ano 2001. Caixa nº 3.

⁶² Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 583. Ostensivo. Assunção, 05 de julho de 2001. AHI ó Brasília. Telegramas expedidos Embaixada Assunção. Ano 2001. Caixa nº 3.

onde consegui declaração de Fernando Henrique Cardoso em prol da estabilidade política e do desenvolvimento econômico do Paraguai ^{63 64 65}.

Ainda no âmbito bilateral, durante as presidências de Macchi e de Fernando Henrique Cardoso, o Governo brasileiro trabalhou para que a lei de Maquilas fosse regulamentada de forma que o Paraguai não se tornasse um paraíso fiscal para firmas desejosas de inserir produtos extrarregionais no Mercosul, o que levou a concessão daqueles benefícios somente às empresas já pertencentes à cadeia produtiva do bloco. Também foram assinados protocolos adicionais sobre as relações de trabalho e de previdência de Itaipu Binacional, e convenções, posteriormente regulamentados durante o Governo de Duarte Frutos (2003-2008), relativas à bitributação, à concessão de todos os portos e aeroportos brasileiros como francos ao Paraguai, e ao contrabando de cigarros, que franqueava às autoridades brasileira e paraguaia a inspeção, *in locus*, de empresas suspeitas de contrabando ^{66 67 68}.

Pela observação dos aspectos analisados, pode-se afirmar que a eleição de Cubas Grau e o Governo de Luís Ángel González Macchi foram influenciados por forças atreladas ao ex-General Lino Oviedo. Enquanto Cubas Grau assumiu o poder como um títere de Lino Oviedo, a aliança entre oviedistas e liberais inviabilizou a governabilidade, durante o período de Macchi. Nesse sentido, a realidade paraguaia exigia um nome capaz não só de propiciar o fim das disputas políticas entre os colorados, como também a volta do crescimento econômico.

⁶³ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 174. Ostensivo. Assunção, 02 de fevereiro de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (01 a 600). Ano 2000. Caixa nº 4.

⁶⁴ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 225. Ostensivo. Assunção, 07 de março de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (01 a 600). Ano 2000. Caixa nº 4.

⁶⁵ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 294. Reservado. Assunção, 30 de março de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (01 a 600). Ano 2000. Caixa nº 4.

⁶⁶ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 662. Reservado. Assunção, 18 de julho de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (601 a 1220). Ano 2000. Caixa nº 5.

⁶⁷ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 887. Ostensivo. Assunção, 22 de setembro de 2000. AHI ó Brasília. Telegramas Recebidos Embaixada Assunção (601 a 1220). Ano 2000. Caixa nº 5.

⁶⁸ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 583. Ostensivo. Assunção, 14 de maio de 2001. AHI ó Brasília. Telegramas expedidos Embaixada Assunção. Ano 2001. Caixa nº 3.

2.1.4 O Governo de Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) e as eleições de Fernando Lugo: a vitória da fé sobre a política

Logo após a tentativa do juízo político contra o presidente Macchi, as movimentações para o pleito presidencial de 2003 começaram a tomar forma. Em decorrência do conturbado período que levou à assunção de Gonzáles Macchi à Presidência, as forças oposicionistas colocavam-se como favoritas; porém, semelhantemente às campanhas presidenciais passadas, a fragmentação da oposição possibilitou a permanência da ANR à frente do Executivo.

Personagem participativa nas administrações anteriores e consciente da fragilidade do Partido Colorado ó ocasionada pelos quase 10 anos de disputa entre seus filiados ó, Nicanor Duarte Frutos apresentou-se às eleições para o Palácio dos López, como símbolo da nova ANR. Embora tenha ocupado o Ministério da Educação, durante o governo anterior, Duarte Frutos, em seus comícios eleitorais, não só procurou se desvencilhar do governo em conclusão, como também se afastar dos políticos relacionados à má condução dos recursos estatais ó como Dominguez Dibb e Reiniero Santa Cruz, envolvidos em graves denúncias de corrupção ó, por meio de um discurso renovador, que propunha a refundação do Estado paraguaio nos campos socioeconômicos e institucionais, o que acabou garantido sua eleição^{69 70}.

Apesar da proeminência das forças oposicionistas, com 58,80% dos votos, Nicanor Duarte Frutos sagrou-se presidente da República, com 37,4%, logo à frente do ex-vice-presidente liberal Júlio César Franco (23,95%), de Pedro Fadul (21,28%) e de Guillermo Sanchez Guffanti (13,57%), candidatos pelos partidos *Pátria Querida* (PPQ) e *Unión Nacional de Ciudadanos Éticos* (UNACE), respectivamente. O Presidente anunciou como prioridades de seu novo governo, o reequilíbrio econômico, o combate à pobreza e o fortalecimento do Estado⁷¹.

⁶⁹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 215. Ostensivo. Assunção, 03 de março de 2003. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (01-760). Ano 2003. Caixa 07

⁷⁰ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 430. Ostensivo. Assunção, 30 de abril de 2003. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (01-760). Ano 2003. Caixa 07.

⁷¹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 438. Reservado. Assunção, 31 de março de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

Enquanto nos domínios socioinstitucionais, o presidente Frutos (2003-2008) procurava valorizar a agricultura familiar e o combate ao contrabando, à sonegação fiscal e às irregularidades na contratação de bens e de serviços públicos, na esfera econômica, o ex-ministro defendia o superávit nas contas públicas, a disciplina fiscal do Estado, o combate à inflação e o aumento da arrecadação e das reservas internacionais. A administração recém-empossada encontrou as contas públicas em desequilíbrio ocasionado pelo déficit de US\$ 613 milhões e pela moeda desvalorizada, o que obrigou Duarte Frutos a negociar com a oposição, não só porque os colorados não eram maioria nas duas casas legislativas, mas também, para viabilizar seu projeto de governo, que, em 2008, ao final de seu mandato, se demonstrou exitoso, se comparado às administrações anteriores^{72 73 74}.

Em seus cinco anos de governo, Duarte Frutos conseguiu promover o crescimento econômico, a taxas em média de 4%, a duplicação da renda *per capita* ó passando de US\$ 900,00 para US\$ 1.800,00 ó, a diminuição do desemprego, de 16% para 7%, e da pobreza, em 8%, de acordo com o ano base de 2003. Ainda que haja ocorrido a melhora desses indicadores, é válido ressaltar que grande parte dessa evolução foi consequência da conjuntura internacional. O aumento no preço das *commodities*, fortemente influenciado pelo crescimento chinês, propiciou a valorização da soja e da carne, produtos importantes, na pauta de exportação paraguaia. Ademais, a diminuição do desemprego e o aumento da renda não devem ser desvinculados do forte fluxo migratório experimentado pela população paraguaia, durante o final dos anos de 1990 e da primeira metade daquele governo. A remessa de divisas de paraguaios residentes, nos Estados Unidos, na Espanha, no Brasil e na Argentina, a seus familiares não só tornou esse tipo de operação um fator importante da economia guarani, como também possibilitou a duplicação da renda *per capita*^{75 76}.

⁷² Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 921. Reservado. Assunção, 05 de julho de 2004. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (201-950). Ano 2004. Caixa 09.

⁷³ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 438. Reservado. Assunção, 31 de março de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

⁷⁴ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 116. Ostensivo. Assunção, 05 de fevereiro de 2003. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (01-760). Ano 2003. Caixa 07.

⁷⁵ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1161. Reservado. Assunção, 03 de julho de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (751-1400). Ano 2007. Caixa 08.

Em relação à inserção internacional paraguaia, os principais eixos da política externa conduzida pelos chanceleres Leila Rachid (2003-2006) e Ramírez Lezcano (08/2006 a 2008) relacionavam-se às negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), ao Mercosul e à busca pelo adensamento da infraestrutura entre o Paraguai e seus vizinhos. No tocante à Alca, as relações foram concertadas com o objetivo de colocá-las no âmbito do relacionamento com os EUA. Nesse sentido, a diplomacia guarani esforçou-se para negociar, bilateralmente, sua lista de bens, de serviços e de investimentos, o que desagradou o Itamaraty ó em razão da condição paraguaia como membro pleno do Mercosul ó, buscou garantir e ampliar o acesso dos produtos paraguaios ao mercado americano, por meio do SGP e aos moldes do *Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act* (ATPDEA)⁷⁷, respectivamente, e renovou o acordo bilateral de cooperação militar, embora as negociações tenham sido controversas, em decorrência das pressões de Washington para que o Paraguai concedesse aos militares americanos imunidade relacionada ao nonagésimo oitavo artigo do Estatuto de Roma⁷⁸, o que não aconteceu^{79 80 81 82}.

Na esfera mercosulina, assim como na da Alca, o Paraguai procurou a realização de seus objetivos por meio das relações com o Brasil. No cerne de seus pleitos, encontravam-se o fortalecimento das instituições do bloco ó discurso que, agregado à defesa da

⁷⁶ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1675. Reservado. Assunção, 28 de setembro de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1401-2101). Ano 2007. Caixa 09.

⁷⁷ O ATPDEA foi criado, em 1991, com o intuito de combater a produção e o tráfico de drogas nos seguintes países andinos: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Especificamente, o programa oferecia incentivos comerciais, objetivando o desenvolvimento do setor industrial, naqueles países. Em decorrência da assinatura de acordos de livre-comércio, entre os EUA, a Colômbia e o Peru, e da posterior diminuição no relacionamento entre Washington, La Paz e Quito, o programa foi extinto, em 13 de julho de 2013 (STETSON, 2013).

⁷⁸ Negociado entre 1994 e 1998, o Estatuto de Roma, responsável pela criação do Tribunal Penal Internacional, foi criado em 1998, e passou a funcionar em 11 de abril de 2002, quando o sexagésimo país depositou seu instrumento de ratificação. Especificamente, o artigo 98 desse tratado versa sobre a cooperação relativa à renúncia, à imunidade e ao consentimento na entrega de indivíduos, o que, na prática, exime a competência daquela Corte, caso haja acordo bilateral, nesse sentido (BRASIL, 2002), (ICC-CPI, 1998).

⁷⁹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 576. Ostensivo. Assunção, 26 de abril de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

⁸⁰ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1087. Reservado. Assunção, 20 de junho de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (751-1400). Ano 2007. Caixa 08.

⁸¹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 438. Reservado. Assunção, 31 de março de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

⁸² Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 487. Reservado. Assunção, 12 de abril de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

complementariedade entre os projetos de integração regional, posteriormente, se entendeu à Unasul o e o combate às assimetrias. Enquanto, em relação às instituições, avançou-se na formalização do Parlasul, inaugurado em 2007, no tocante à mitigação de assimetrias, criou-se o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), também no mesmo ano⁸³..

Sobretudo, o embaixador brasileiro Luiz Augusto Castro Neves, residente em Assunção, afirmava que o Brasil teria ãa responsabilidade de apresentar opções para a solução dos problemas paraguaios⁸⁴ö, o que, de acordo com Castro Neves, deveria, necessariamente, passar pelo processo de fortalecimento do Mercosul Na visão do diplomata, o principal objetivo do arranjo, no tocante ao Paraguai, deveria relacionar-se à transformação da economia guarani ó majoritariamente informal e calcada na triangulação comercial ó em uma fonte de produtividade, decorrente das relações comunitárias. Dessa forma, o Mercosul não só deveria trabalhar no sentido de assegurar a segurança jurídica e das instituições paraguaias, como também no de garantir a observância das regras destinadas aos membros plenos do Mercosul, o que, ao longo dos anos, vinha-se demonstrando irrealizável⁸⁵. Na visão de Neves, a diplomacia paraguaia trabalhava pelo adiamento, indefinidamente protelável, da entrada em vigor dos acordos bilaterais e comunitários, pela tolerância em relação ao contrabando ó recorrente, no comércio entre o Paraguai e seus vizinhos ó e pela manutenção dos privilégios concedidos às menores economias daquele bloco.

Ainda no tocante ao relacionamento brasileiro-paraguaio, durante a gestão de Duarte Frutos, revitalizou-se a Ponte da Amizade, ao custo de US\$ 3 milhões, renovou-se acordo militar de 1995 e se negociou a incorporação de 30 militares paraguaios ao sexto contingente brasileiro da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH). Ademais, entraram em vigor os acordos destinados a regulamentar a dupla tributação, os depósitos

⁸³ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 804. Ostensivo. Assunção, 31 de junho de 2003. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (761-1492). Ano 2003. Caixa 08.

⁸⁴ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1402. Confidencial. Assunção, 09 de dezembro de 2003. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (761-1492). Ano 2003. Caixa 08.

⁸⁵ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1402. Confidencial. Assunção, 09 de dezembro de 2003. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (761-1492). Ano 2003. Caixa 08.

francos cedidos pelo Brasil ao país vizinho e a parceria no combate ao contrabando de cigarro^{86 87 88}.

Não obstante, em relação ao adensamento infraestrutural e a outros temas destacáveis, deve-se mencionar a defesa da diplomacia paraguaia dos projetos destinados à criação dos corredores bioceânicos, entre o Atlântico e o Pacífico, o flerte com a diplomacia venezuelana, o que levou à assinatura de acordos de cooperação na área de combustíveis entre Caracas e Assunção, a alteração na Lei de Segurança Fronteiriça e a renegociação do Acordo Tripartite de 1979. Particularmente, no tocante ao tratado trilateral, o Brasil buscava novos entendimentos em virtude da instalação de duas novas turbinas, junto à hidrelétrica de Itaipu, com o objetivo de deixá-las como reserva, e, de acordo com a nova lei, estabelecia-se a proibição da compra de terras, por nacionais argentinos, bolivianos e brasileiros, a uma distância variável ó entre 50 km a 100 km, dependendo da região administrativa paraguaia ó da fronteira, embora tivessem sido garantidos os direitos sucessórios àqueles proprietários estrangeiros residentes naquelas regiões, há, no mínimo, uma década^{89 90 91}.

Não obstante, na seara política e ao longo de todo seu período como presidente, Nicanor Duarte Frutos procurou viabilizar sua reeleição, o que mobilizou, contrariamente, as forças opositoras. Envolto em sua imagem de líder populista, durante as comemorações dos 117 anos da ANR, em 2004, o novo presidente aventou a possibilidade, em coordenação com o ministro da saúde Júlio Cesar Velásquez, de reformar a constituição paraguaia, com o

⁸⁶ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 804. Ostensivo. Assunção, 31 de junho de 2003. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (761-1492). Ano 2003. Caixa 08.

⁸⁷ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1161. Reservado. Assunção, 03 de julho de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (751-1400). Ano 2007. Caixa 08.

⁸⁸ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1439. Reservado. Assunção, 22 de agosto de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1401-2101). Ano 2007. Caixa 09.

⁸⁹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1671. Ostensivo. Assunção, 24 de novembro de 2005. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1286-1853). Ano 2004. Caixa 10.

⁹⁰ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 487. Reservado. Assunção, 12 de abril de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

⁹¹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 576. Ostensivo. Assunção, 26 de abril de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

propósito de criar aquele dispositivo⁹². Essa manobra gerou protestos tanto da oposição, como dos próprios colorados, quando o presidente da agremiação Hermínio Cárceres e o líder da tendência *Frente Unidad Republicana*, o senador Bader Rachid Lichi, colocaram-se contrários à iniciativa⁹³, o que deixou aquela proposta inoperante, durante um período de quase dois anos.

Com o intuito de garantir o controle da ANR, o que poderia ajudar na aprovação de uma possível lei pró-reeleição, Duarte Frutos candidatou-se para a disputa pela presidência de seu partido, em fevereiro de 2006. Em uma eleição sem surpresas, uma vez que as duas principais personagens oposicionistas, Nelson Argaña e o vice-presidente Luis Alberto Castiglione, encontravam-se isolados ó Argaña mudara-se para Espanha e Castiglione vinha sendo afastado do governo desde suas criptogestões para viabilizar a visita do Secretário de Estado norte-americano Donald Rumsfeld à Assunção, em 2005, e de sua retirada como interlocutor junto à Conferência Episcopal Paraguai ó, Nicanor Duarte Frutos foi eleito presidente da ANR, posto que, constitucionalmente, não pudesse exercer os dois cargos^{94 95}.

Concorrendo pelo movimento *Reconciliación Colorada*, Nicanor Duarte Frutos derrotou Dominguez Dibb, do *Participación Republicana*, Juan Bautista Ibáñez, do movimento *Coordenadora Colorada Campesina* e Luiz Cavalera Alegrete, da *Frente Colorada*, com 63% dos votos. Ademais, com o intuito de escolher seu substituto, como presidente do partido, a facção à qual Duarte Frutos pertencia, conseguiu garantir 50% das vagas, na Junta de Governo Colorada⁹⁶, possibilitando não só a indicação de José Alberto Alderete, estreito

⁹² Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 438. Reservado. Assunção, 31 de março de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

⁹³ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1299. Reservado. Assunção, 15 de setembro de 2004. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1286-1853). Ano 2004. Caixa 09.

⁹⁴ Antes das eleições internas do Partido Colorado, Duarte Frutos encaminhou pedido à Suprema Corte de Justiça, com o intuito de garantir a constitucionalidade de sua manobra. De acordo com esse tribunal, Duarte Frutos poderia sagrar-se presidente da legenda, ainda que, de acordo com o artigo 237 da constituição paraguaia, seja vedado o acúmulo de funções por parte do chefe do Poder Executivo. Especificamente, o Presidente da República poderia candidatar-se à direção colorada, desde que não a exercesse. In: Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 065. Reservado. Assunção, 19 de janeiro de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

⁹⁵ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 111. Reservado. Assunção, 26 de janeiro de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

⁹⁶ Em decorrência da impossibilidade do acúmulo de funções como Presidente da República e dos colorados, Duarte Frutos não só deveria garantir sua vitória nas eleições internas do partido, como também a maioria dos

colaborador de Frutos, como o presidente dos colorados, mas também o total controle partidário. Conseqüentemente, Alderete, sob a tutela presidencial, poderia impor os candidatos do *Reconciliación Colorada*, nas próximas eleições municipais, e reavivar os debates pró-reeleição^{97 98 99}.

Embora tenha permanecido menos de três horas como presidente da ANR, o acúmulo de funções por parte de Nicanor Duarte Frutos motivou protesto por parte da oposição, que, de agora em diante, possuía uma causa em comum: a violação constitucional perpetrada pelo Presidente. PLRA, PPQ e UNACE atuaram, conjuntamente, no sentido de organizar uma grande demonstração pública contrária a Frutos. No centro dessas manifestações, em decorrência de sua capacidade aglutinadora, o então Bispo do pobre departamento de São Pedro, o futuro presidente Fernando Lugo¹⁰⁰, emergiu como coordenador do *Resistencia*

assentos, na Junta de Governo, visto que a ausência de candidatos à vice-presidência, nas eleições internas da ANR, habilitava que essa comissão elegeesse seu novo presidente, caso o anteriormente escolhido renunciasse. Especificamente, o Partido Colorado é formado por uma complexa estrutura, composta pela Junta de Governo ó constituída pelo presidente, pelos 38 membros nacionais, e pelos 52 membros departamentais, oriundos das 17 regiões administrativas do Paraguai e da seção partidária internacional, sediada em Buenos Aires ó, pela Convenção Colorada, o órgão máximo do partido, e pelas 375 seccionais, onde reside o verdadeiro poder da ANR. Em decorrência dessa estrutura, o Partido Colorado consegue influenciar a política, a economia e a sociedade paraguaias. In: Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1299. Reservado. Assunção, 15 de setembro de 2004. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1286-1853). Ano 2004. Caixa 09.

⁹⁷ No governo Nicanor Duarte Frutos (2003 ó 2008), a ANR dividia-se em 14 movimentos internos: 1) Reconciliação Colorada (grupo predominante); 2) União Nacional dos Cidadãos Éticos ó Pytité; 3) Reação Colorada; 4) Reconstrução Patriótica; 5) Força Solidária; 6) Coordenação Paranaense; 7) Acordo Republicano; 8) União Nacional dos Colorados Éticos; 9) Dignidade Republicana; 10) Frente de Unidade Republicana; 11) Coordenadoria Colorada Campesina; 12) Comunitário Colorado; 13) União Nacional dos Colorados Éticos ó Retorno; e 14) Participação Republicana. Embora fragmentado, o Partido Colorado jamais perdeu de vista sua permanência no poder, o que lhe possibilitava não só o controlar do aparato estatal, como também a garantia de sua legitimidade como força política. Ademais, a ANR, ao longo dos anos, tem tido a capacidade de renovar-se. Especificamente, no Governo de Duarte Frutos, os colorados trabalham intensamente para a cooptação de segmentos do movimento Sem-Teto, de partes do movimento campesino e pelo fortalecimento do Comitê da Juventude Colorada e do movimento ANR mulheres. In: Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1299. Reservado. Assunção, 15 de setembro de 2004. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1286-1853). Ano 2004. Caixa 09.

⁹⁸ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 111. Reservado. Assunção, 26 de janeiro de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

⁹⁹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 096. Reservado. Assunção, 24 de janeiro de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

¹⁰⁰ Naquele momento, Fernando Lugo apresentava-se como o nome capaz de unificar os movimentos oposicionistas. Inspirador da Frente Nacional pela Vida e pela Soberania ó representante das esquerdas paraguaias ó e próximo à Plenária Popular, coletivo de movimentos sociais de extrema esquerda, Lugo, segundo analistas políticos, participou daquelas manifestações com o intuito de criar um novo partido, representante dos supostos excluídos políticos paraguaios, que seria responsável pela sua consolidação como candidato à

Ciudadana, grupo composto pelos partidos opositores e pelos movimentos esquerdistas da sociedade paraguaia.

Em de março de 2006, sob o bordão *ditadura nunca más*, 35 mil pessoas oriundas das organizações sociais, das centrais operárias e camponesas, do movimento estudantil e de um vasto conjunto de partidos opositores tomaram as ruas de Assunção. Ainda que todos opositores, o único mote unificador do movimento decorria da objeção quanto ao projeto de reformulação constitucional advogado pelo presidente. Fora isso, as distintas facções presentes naquele ato defendiam uma miríade de pleitos políticos não necessariamente relacionados, como a reforma agrária e urbana, a estatização dos serviços de saúde e de educação, a revisão das relações com os Estados Unidos, a expulsão dos agricultores brasileiros e a nacionalização das hidrelétricas binacionais de Yacyretá e Itaipu^{101 102 103}.

Após o protesto de 2006, a imprensa começou a ventilar o nome de Fernando Lugo como a única personagem capaz de unir as forças opositoras em torno de um projeto comum, o que se demonstrou um forte golpe para as pretensões políticas de Duarte Frutos, não só por que já deixava suficientemente clara a má vontade do eleitorado para com uma possível reforma eleitoral visando à reeleição do Presidente, como também havia criado uma plataforma comum para as forças opositores¹⁰⁴.

De acordo com a análise política da Embaixada Brasileira, em Assunção, as ações de Duarte Frutos decorriam de sua equivocada leitura do cenário político. Em virtude de sua esmagadora

Presidência paraguaia. In: Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 378. Reservado. Assunção, 22 de março de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

¹⁰¹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 276. Ostensivo. Assunção, 03 de março de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

¹⁰² Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 378. Reservado. Assunção, 22 de março de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

¹⁰³ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 410. Reservado. Assunção, 28 de março de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

¹⁰⁴ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 378. Reservado. Assunção, 22 de março de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

vitória nas eleições coloradas, o Presidente acreditava que estava legitimado a colocar em prática seu projeto de reforma constitucional, o que não se demonstrou verdadeiro¹⁰⁵.

Dentro dessa conjuntura, após março de 2006, os partidos o PLRA, PPQ, UNACE e PPS o e os movimentos *Popular Tekajoja* e *Paraguay Possible* procuraram levar a diante a criação de uma frente oposicionista. Dessa forma, em abril do mesmo ano, surgia o *Concertación Nacional*¹⁰⁶: o primeiro movimento político que encorajou a candidatura de Fernando Lugo para as eleições presidenciais de 2008^{107 108}.

Descrente na incapacidade de concertação das forças oposicionistas, o que encontra lastro na recente história política paraguaia, Duarte Frutos remodelou sua proposta de reforma constitucional, objetivando atrair a oposição. Em troca da viabilização de sua reeleição, o Presidente proporia a realização de uma Assembleia Constituinte com o objetivo de criar o segundo turno nas eleições, de modificar o sistema de escolha dos juízos para as cortes superiores e de possibilitar o exercício do voto aos paraguaios residentes no exterior o reivindicações caras à oposição que, em partes, não contavam com apoio de Fernando Lugo¹⁰⁹.

Às tentativas de cooptar setores da oposição agregaram-se os desencontros no seio do movimento oposicionista. Além de cada partido defender o nome de seus próprios candidatos para as eleições de 2008, o PLRA, principal partido da oposição, encontrava-se reticente em relação à proximidade com movimentos esquerdistas¹¹⁰. Dessa forma, as eleições municipais

¹⁰⁵ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 410. Reservado. Assunção, 28 de março de 2006. AHI o Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

¹⁰⁶ O principal objetivo do *Concertación Nacional* seria o lançamento de um candidato único para as eleições presidenciais de 2008. De acordo com as regras do pacto, a chapa que concorreria a esse pleito seria formada por meio da votação direta dos membros dessa coalização. Nesse sentido, os dois nomes mais votados seriam, respectivamente, os candidatos à presidência e à vice-presidência pelo *Concertación Nacional*. In: Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 487. Reservado. Assunção, 12 de abril de 2006. AHI o Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

¹⁰⁷ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 438. Reservado. Assunção, 31 de março de 2006. AHI o Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

¹⁰⁸ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 438. Reservado. Assunção, 31 de março de 2006. AHI o Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

¹⁰⁹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 438. Reservado. Assunção, 31 de março de 2006. AHI o Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

¹¹⁰ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 438. Reservado. Assunção, 31 de março de 2006. AHI o Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

de 2006 seriam tomadas como a prova de fogo para a coordenação dos movimentos opositoristas, o que se demonstrou irrealizável.

No bojo de complexas negociações marcadas pela falta de consenso e pela intransigência, as forças opositoras perderam a possibilidade de unir-se, com o objetivo de defender um projeto comum. Enquanto a UNACE condicionou seu apoio ao PLRA à soltura de seu líder, o ex-general Lino Oviedo, Pedro Fadul, líder do PPQ, procurava consolidar seu partido como a terceira força política do Paraguai, o que o levou a abandonar o entendimento com os demais partidos da oposição. Por último, o *Partido País Solidário* (PPSo), encontrava-se fragmentado em decorrência do acordo entre o senador Rafael Filizzola e os colorados para as eleições presidenciais do Senado, ocorridas em 2006¹¹¹.

Especificamente, os dois outros principais nomes do PPSo, o deputado Carlos Filizzola e o senador José Nicolás Morínigo, começaram a fazer oposição à ANR, o que dividiu a atuação do partido em duas frentes. Nesse sentido, ainda que o PLRA tenha conseguido se unificar para as eleições de 2006, por meio da escolha de Blas Llano como presidente da agremiação, o que possibilitou o entendimento entre as mais importantes facções do partido ó as lideradas por Efraim Alegre e Domingo Laíno ó a ausência de acordo entre as forças opositoristas garantiu a continuidade do poder colorado nas principais prefeituras do Paraguai¹¹².

O fim do ano de 2006 aproximava-se e os acertos para viabilizar as candidaturas presidenciais para as eleições de 2008 começavam a tomar forma. Embora o projeto de reeleição ainda fosse presente no imaginário político de Nicanor Duarte Frutos, a ausência de maioria legislativa ó dos 30 votos necessários para a aprovação de emenda constitucional, os colorados contavam somente com 17 ó desencadeou o anúncio de pré-candidaturas, no seio da própria ANR. Em maio de 2007, o vice-presidente Castiglioni lançou seu nome, ainda que, no âmbito de sua facção, a *Reconciliación Colorada*, Duarte Frutos trabalhasse pela viabilização da candidatura de Blanca Ovelar, sua ministra da educação, que não contava com o total apoio

¹¹¹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 64. Reservado. Assunção, 16 de janeiro de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-750). Ano 2007. Caixa 07.

¹¹² Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 101. Reservado. Assunção, 26 de janeiro de 2006. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-700). Ano 2006. Caixa 09.

da ANR. Esses desentendimentos levaram, ainda, em 2007, importantes nomes do movimento *Reconciliación Colorado*, como o presidente em exercício da ANR José Alderete e o ex-ministro Júlio César Velásquez, a também lançar suas pré-candidaturas^{113 114}, o que não se mostrou profícuo, já que, em dezembro de 2007, Blanca Ovelar foi escolhida candidata dos colorados à Presidência da República, e os descontentes com essa escolha dirigiram-se para criar um novo movimento, o *Vanguardia Colorada*, capitaneado por Castiglioni (BRITEZ; CABALLERO, 2010, p 55-56).

No setor opositorista, o nome de Fernando Lugo tornou-se preponderante. Nas sondagens eleitorais para as eleições de 2008, o nome do ex-bispo liderava todos os possíveis cenários eleitorais, posto que 65% dos eleitores estivessem indecisos. Nesse sentido, a vitória eleitoral dependeria da conquista desse eleitorado e da coordenação em torno da figura de Lugo, o que se demonstrou difícil¹¹⁵.

Em março de 2007, em meio a rumores de aproximação entre a UNACE e a ANR, o que, posteriormente, levaria à libertação de Lino Oviedo, com o intuito de dividir as forças opositoristas, Fernando Lugo convocou manifestações para demonstrar a pujança de seu movimento. Diferentemente do último encontro que contou com 35 mil pessoas, no de 2007, compareceram aproximadamente 17 mil pessoas, o que já demonstrava o esboroamento da unidade opositora¹¹⁶. Ainda que, em um primeiro momento, o nome de Lugo tenha sido aventado como o do grande pacificador, capaz de unir todas as correntes opositoristas em torno de um único projeto, suas inexperiência e inabilidade políticas acentuavam as contradições de sua candidatura, o que levou o ex-sacerdote a um impasse.

Se o ex-prelado se lançasse como candidato único, ele poderia ser acusado de enfraquecer a oposição; contudo, caso ele se aliasse às tradicionais forças políticas anticoloradas ó ainda

¹¹³ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 64. Reservado. Assunção, 16 de janeiro de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-750). Ano 2007. Caixa 07.

¹¹⁴ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 513. Reservado. Assunção, 03 de abril de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-750). Ano 2007. Caixa 07.

¹¹⁵ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1399. Reservado. Assunção, 15 de agosto de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (751-1400). Ano 2007. Caixa 08.

¹¹⁶ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1399. Reservado. Assunção, 15 de agosto de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (751-1400). Ano 2007. Caixa 08.

mais quando ficou claro que para sua vitória, Lugo dependeria da máquina partidária dos partidos já estabelecidos ó ele poderia perder o apoio dos setores esquerdistas. Nesse sentido, embora a candidatura de Lugo fosse viável, o maior desafio para sua escolha encontrava-se no *Concertación Nacional*^{117 118 119}.

No âmbito desse arranjo, a situação tornava-se cada vez mais complexa. Em decorrência de seu peso partidário, o PRLA impôs a fórmula Fernando Lugo para presidente e candidato liberal para Vice-Presidência, o que acabou levando ao fim do *Concertación*. UNACE e PPQ entendiam que a fórmula liberal foi imposta de forma arbitrária, ainda mais quando esses dois partidos, os mais importantes da coalização, após o PLRA, foram preteridos em nome de agremiações menores e inexpressivas, eleitoralmente, como o PEN, o PPSO, o PDC e *Partido Socialista Paraguayo* (PSP). Consequentemente, o PPQ deixou a coalização para viabilizar a candidatura de Pedro Fadul, e a UNACE, a de Lino Oviedo, posto em liberdade por decisão da Corte Suprema Paraguaia, cuja maioria dos magistrados mantinha estreitos vínculos, com o presidente Duarte Frutos^{120 121}.

Em decorrência do esfacelamento do *Concertación Nacional*, Fernando Lugo e PLRA harmonizaram-se para a criação da *Alianza Patriótica por el Cambio* (APC), pacto político, que, semelhantemente ao *Concertación Nacional*, era composto por movimentos ideologicamente muito diferentes. De um lado, os movimentos esquerdistas acusavam o alinhamento das ditas forças progressistas aos retrógados liberais. Do outro, os liberais não confiavam, plenamente, em Fernando Lugo, ainda mais quando um de seus nomes mais importantes, o veterano Domingo Laíno, exigia, abertamente, o posicionamento ideológico de Lugo, visto que, tomado como uma personagem ambígua, o ex-bispo ora se colocava como

¹¹⁷ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 493. Reservado. Assunção, 30 de março de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-750). Ano 2007. Caixa 07.

¹¹⁸ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 513. Reservado. Assunção, 03 de abril de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1-750). Ano 2007. Caixa 07.

¹¹⁹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 756. Reservado. Assunção, 09 de maio de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (751-1400). Ano 2007. Caixa 08.

¹²⁰ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1109. Reservado. Assunção, 22 de junho de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (751-1400). Ano 2007. Caixa 08

¹²¹ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1229. Ostensivo. Assunção, 15 de julho de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (751-1400). Ano 2007. Caixa 08.

candidato moderado, ora como um admirador dos governos do venezuelano Hugo Chávez e do boliviano Evo Morales. Nas palavras de Valter Pecly Moreira, embaixador brasileiro em Assunção, em 2007, ano que levou à conformação definitiva da candidatura de Lugo¹²²:

[...] Lugo parece cultivar um discurso para cada ocasião. Nos EUA, declarou: não sou Chávez, na Espanha admirou a coragem do líder venezuelano de empreender rupturas históricas. Em Quito, afirmou que o conflito social não se resolverá com o experimento de Davos [...] por teleconferência com os ladrões Globais, em São Paulo, no congresso do PT, elogiou a esquerda latino-americana capaz de atrair investimentos produtivos e gerar empregos. No Brasil, condena o bipartidarismo de 120 anos, em seu país; no Paraguai, tem como principal aliado, justamente, um destes partidos centenários [...].

Especificamente, Pecly Moreira entendia que as contradições, nos discursos de Lugo, eram decorrentes de sua formação filosófico-religiosa, cuja doutrina social da Igreja Católica era tomada como base. Dessa forma, ao ex-sacerdote era levada a difícil tarefa de convivência entre conceitos como solidariedade, amor e ação política confrontacionista o exercício que se exacerbava ainda mais em decorrência da complexa disparidade ideológica de sua aliança política. Dessa forma, evidenciava-se que a única plataforma comum ao grupo de Lugo era a derrubada dos colorados¹²³.

Objetivando a escolha de nome para a Vice-Presidência, na chapa liderada por Fernando Lugo, em junho de 2007, o PLRA organizou eleições internas. Na disputa entre o senador Carlos Mateo Balmelli o defensor da aliança com Lugo, visto que essa poderia aumentar a projeção política dos liberais o e o governador Federico Franco o adepto de uma postura mais impositiva frente a Fernando Lugo, em razão da importância da máquina partidária liberal para a viabilização da aliança entre os dois candidatos o, Franco saiu vencedor, o que deixou o ex-bispo desconfortável. De acordo com seus assessores mais próximos, Lugo preferia Balmelli a Franco, visto que, em decorrência de seu perfil populista, se acreditava na incapacidade de o ex-governador aceitar uma função minoritária, o que poderia aumentar os

¹²² Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1639. Reservado. Assunção, 23 de setembro de 2007. AHI o Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1401-2101). Ano 2007. Caixa 09.

¹²³ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1600. Reservado. Assunção, 18 de setembro de 2007. AHI o Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1401-2101). Ano 2007. Caixa 09.

custos políticos para a continuidade do acordo entre os liberais e Lugo, em um futuro governo¹²⁴.

Em 18 de setembro de 2007, a candidatura de Fernando Lugo e de Federico Franco formalizou-se no âmbito da APC. Além do apoio dos liberais e dos movimentos esquerdistas (*Tekajoja, Teta Pyahu, Coloço Apytere, Resistencia Ciudadada e Fuerzas Republicana y Eres*), a candidatura de Lugo pelo PDC foi apoiada pelos partidos *Encuentro Nacional, País Solidario, Partido Revolucionario Febrista, Movimiento al Socialismo e Democrático Progresista*. Ademais, naquele mês, os termos restantes da APC foram estabelecidos. Em linhas gerais, o acordo confirmava a chapa Lugo-Franco para as eleições presidenciais de 2008, afirmava a liberdade partidária para a constituição de novos entendimentos, nas eleições para os demais cargos, e distribuía os recursos partidários de acordo com a proporção 50% para os liberais e o restante, dividido em frações ou de 9% ou de 6,5%, para os demais membros da coalização¹²⁵.

Não obstante, já como símbolo da difícil conciliação entre movimentos políticos tão distintos, no ano de 2008, meses antes das eleições, os desentendimentos entre a ala mais esquerdista da APC e os liberais exacerbaram-se. O PLRA começava a deixar claro que não seria uma força manobrável nas mãos de Lugo, ainda mais quando o ex-bispo representava uma miríade de pequenos movimentos esquerdistas com baixa representatividade política. Esses desentendimentos não só levariam a saída do *Tekajoja* da APC ó embora o movimento continuasse a apoiar a candidatura de Lugo ó como também já demonstravam a incapacidade do ex-prelado de garantir a unidade dos movimentos opositoristas^{126 127}.

¹²⁴ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 2126. Reservado. Assunção, 05 de dezembro de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (2102-2256). Ano 2007. Caixa 10.

¹²⁵ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1616. Reservado. Assunção, 20 de setembro de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1401-2101). Ano 2007. Caixa 09.

¹²⁶ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1675. Reservado. Assunção, 28 de setembro de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1401-2101). Ano 2007. Caixa 09.

¹²⁷ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 1595. Reservado. Assunção, 18 de setembro de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (1401-2101). Ano 2007. Caixa 09.

Apesar de todas as dificuldades, em 15 de agosto de 2008, Fernando Lugo elegeu-se presidente, com 40,82% dos votos. Ao derrotar a candidata colorada Blanca Ovelar (30,72%) e o ex-general Lino Oviedo (21,98%), Lugo não só pôs fim a seis décadas ininterruptas de governos colorados, como também foi o artífice central da primeira alternância de poder pacífica da história paraguaia (FASSI, 2010, p. 61).

Ainda que desde meados da década de 1990, a ANR já não conseguisse o exercício total de sua hegemonia política, principalmente no âmbito do Poder Legislativo, a derrota da candidata colorada Blanca Ovelar para ex-bispo Fernando Lugo desencadeou um conjunto de interpretações a respeito desse acontecimento. Enquanto o historiador Rômulo Duarte Dias da Silva (2012) entende que a chegada de Lugo ao poder foi um evento sintomático da guinada à esquerda pela qual a América Latina vinha passando desde as eleições de Hugo Chávez como presidente da Venezuela, Renata Soler (2011) aponta que a escolha de Fernando Lugo, especificamente, em 2009, foi resultado dos malogros das gestões coloradas pós-Stroessner, incapazes de oferecer respostas aos problemas paraguaios, acentuados pela implementação do modelo neoliberal, e, por fim, Luis Pozas (2012) defende a derrota da ANR como consequência da maior participação cidadã no sistema político democrático, o que teria levado ao surgimento de uma democracia social.

Especificamente, Silva (2012, p. 10-12) afirma que a vitória de Fernando Lugo representou o fortalecimento do discurso nacionalista em detrimento das ideias pró-integração, o que, na visão do autor, teria acentuado as reivindicações paraguaias, de acordo com as concepções políticas das novas forças recém-empossadas. Nesse sentido, a vitória daquele movimento impreterivelmente levaria à exacerbação do discurso nacionalista paraguaio, que, internacionalmente, geraria um aumento das demandas guaranis frente a seus dois mais importantes vizinhos, a Argentina e o Brasil.

Diferentemente de Silva (2012), Soler (2011, p. 38-40) enfoca a realidade nacional como responsável pela ascensão política do ex-bispo. De acordo com a autora, a expansão do modelo de acumulação agroexportador teria propiciado transformações socioeconômicas, que possibilitaram a criação de espaços para o desenvolvimento de novas formas de expressão política, no âmbito do malgrado modelo neoliberal. Dessa forma, a assunção de Lugo a

Presidência representaria a resposta dos setores excluídos e marginalizados, incapazes de identificar-se com as propostas dos tradicionais partidos políticos.

Comparativamente a Silva (2012) e a Soler (2011), Pozas (2012) declara que a vitória de Fernando Lugo decorreu do processo de democratização tanto da política quanto da sociedade paraguaias, o que teria sido viabilizado por um novo engajamento dos cidadãos, no processo político. Especificamente, Pozas (2012, p. 24-26) afirma que a intensificação do modelo neoliberal, a crise de liderança na ANR e a emergência da carismática figura de ex-bispo possibilitaram a transição de poder no Paraguai. Dessa forma, Lugo teria sido a personagem capaz de unificar correntes ideologicamente antagônicas, com o intuito de lutar não só contra a tradicional hegemonia do Partido Colorado, que passava por uma crise em decorrência da inviabilidade do projeto de reforma constitucional de Nicanor Duarte Frutos, como também de propor saídas para a decadente situação social desse país, marcada pelo aumento da concentração de renda ó entre 1990 e 2007, o índice de Gini passou de 0,44 para 0,53 ó e pela intensificação do êxodo rural, como consequência da expansão das plantações de soja.

Não obstante, com o intuito de agregar novos parâmetros interpretativos aos anteriormente mencionados, entende-se que a ascensão de Fernando Lugo deve ser entendida como decorrente de dois movimentos: a fragmentação da ANR e a capacidade de articulação entre o PLRA e Lugo. Dessa forma, a escolha de Lugo não encontraria paralelos nas eleições dos demais representantes da esquerda latino-americana, não seria decorrente da derrota neoliberal e muito menos da democratização da sociedade paraguaia, ainda que essas variáveis tenham tido relativa importância no processo que desencadeou a chegada de Fernando Lugo ao Palácio dos López.

Diferentemente dos demais movimentos esquerdistas que chegaram ao poder, na América Latina, Lugo calcou sua candidatura em duas importantes e tradicionais forças paraguaias: a Igreja Católica e o Partido Liberal. Enquanto Hugo Chávez, Evo Morales e Luiz Inácio Lula da Silva, já eram figuras conhecidas, politicamente, quando chegaram ao poder ó Chávez, desde 1992, quando foi um dos principais artifices na tentativa de derruba do presidente Carlos Andrés Pérez, Morales, a partir de 1995, ao institucionalizar a luta do povo indígena, por meio da criação do *Movimiento al Socialismo*, e Lula da Silva desde sua atuação como líder grevista, no final da década de 1970 ó , Fernando Lugo viabilizou sua candidatura entre

os anos de 2006 e 2008, como uma personagem capaz de unificar movimentos oposicionistas das mais variadas estirpes. Nesse sentido, ainda diferentemente daquela trinca, Fernando Lugo assumiu o poder muito mais em decorrência da parcial unificação dos movimentos contrários à ANR, do que como símbolo de um novo momento político, ainda mais quando se considera que a máquina eleitoral liberal foi imprescindível para sua eleição (ATTAR, 2009, p. 186-187, p. 645).

A eleição de Lugo foi propiciada pela pragmática aliança entre o ex-bispo e uma das mais tradicionais forças políticas paraguaias, o que acabou dando sustentação a uma candidatura oposicionista. Desde a redemocratização, os movimentos de oposição já vinham fortalecendo-se. No Parlamento, a ANR já não era a força hegemônica, não só por sua própria fragmentação, mas também pela pluralização do sistema partidário, e, no Poder Executivo, as forças oposicionistas dependiam muito mais de sua unificação do que de um projeto anticolorado para chegar à Presidência, já que, desde as eleições de 1993, a população majoritariamente se inclinava pela alternância de poder¹²⁸. Dessa forma, o pacto entre o ex-bispo e os liberais deu fôlego a um tradicional partido, enquanto fortaleceu um novo nome, moralmente legitimado por ter sido um grande expoente da Igreja Católica e instituição ainda muito respeitada na sociedade paraguaia e por representar os excluídos e os marginalizados.

A questão da participação social e do insucesso do modelo neoliberal também deve ser relativizada. A atuação dos movimentos sociais paraguaios não foi restrita à conjuntura responsável pela eleição de Lugo. Desde a década de 1980, no bojo da derrocada do regime de Stroessner, essas forças eram atuantes. Enquanto, no fim desse governo, esses movimentos advogavam pela democracia, na década de 1990, principalmente, nos Governos de Raul Cubas Grau e de Gonzáles Macchi, os mesmos protestavam pela incapacidade governamental de realizar mudanças na estrutura social paraguaia, cada vez mais corrupta e economicamente desigual. Dessa forma, mais uma vez, a diferença não se encontra na participação social, mas,

¹²⁸ Com exceção do pleito de 1998, em que a ANR derrotou a associação das forças oposicionistas, pela margem de 9,8 % dos votos, nas eleições de 1993 e de 2003, os colorados teriam sido derrotados, por uma ampla diferença de 15,4% e de 21,40% dos votos, respectivamente, caso a oposição houvesse se apresentado como força unificada (BRITZ; CABALLERO, 2010, p. 25).

sim, na emergência de um novo líder, capaz de trazer verdadeiramente uma oportunidade de mudança, ainda que sustentada pelos tradicionais liberais.

Ademais, deve-se colocar em dúvida a existência de um verdadeiro modelo neoliberal no Paraguai. Ainda que, desde o Governo de Andrés Rodríguez, no discurso, se tenha advogado pelo consenso de Washington, a realidade guarani não propiciou a sua aplicação. Enquanto, na Presidência de Rodríguez, Lambert (2000) e Simon (2008) já chamavam a atenção para a restrita aplicação daquelas medidas em decorrência das relações clientelistas entre a ANR e as empresas estatais, no Governo de Wasmosy, a principal facção colorada, liderada por Luis María Argaña, buscou, incessantemente, a derrota do programa econômico neoliberal do Presidente, e, no Governo de Macchi, chegou-se a aventar a criação do cargo de Defensor dos Investidores estrangeiros com o propósito de dar impulso ao projeto de privatizações, o que não ocorreu. Nesse sentido, a concentração da terra e o aumento do êxodo rural relacionam-se muito mais à conjuntura da década de 1970, responsável pela expansão da fronteira agrícola paraguaia, e ao aumento pela demanda de bens primários, durante os anos de 2000, do que à aplicação de um vigoroso receituário neoliberal.

Tendo em vista os aspectos observados, entende-se que a vitória de Lugo está muito mais relacionada às interpretações de Radil (2008, p. 57-58, p. 64-65) e Toledo (2015, p. 46), do que às de Soler (2011), Silva (2012) e Pozas (2012). De acordo com aquelas explicações, a vitória de Fernando Lugo decorreu das modificações do sistema político paraguaio, após sua redemocratização, e da fragmentação da ANR, no âmbito dos embates pelo controle do Estado, economicamente corporativista.

Especificamente, o elo entre as modificações propiciadas pelo momento pós-ditadura e a fragmentação do Partido Colorado encontra-se nas características do capitalismo corporativista. De acordo com Radil (2008, p. 57-58), historicamente, o desenvolvimento econômico paraguaio foi incapaz de criar um verdadeiro capitalismo de mercado, o que transformou o poder estatal em fonte primitiva de acumulação privada de capital, gerando renda e ascensão social. Com a redemocratização, não só o poder estatal passou a ser dividido entre as demais facções políticas, como as lutas entre os colorados deixou o âmbito partidário para realizar-se no próprio sistema político. Dessa forma, a ANR enfraqueceu-se em decorrência do aumento das forças políticas, o que foi agravado por suas lutas indigestas,

transformando a condição do Partido Colorado de força hegemônica para agremiação dominante.

Ainda de acordo com Radil (2008, p. 64-65), o enfraquecimento dos colorados e o aumento das forças políticas, inseridos no contexto da disputa pelo Estado, levou a uma crise de hegemonia, caracterizada pela ausência de um projeto nacional pós-ditadura. Nesse sentido, a ascensão de Fernando Lugo à Presidência viabilizou-se, e adquiriu aspectos factuais, quando, em decorrência da imposição da candidatura de Blanca Ovelar, pelo presidente Nicanor Duarte Frutos, incapaz de concorrer a reeleição, a facção colorada dominante *Vanguardia Colorada*, liderada por Luis Alberto Castiglioni, decidiu se alijar dos trabalhos pela eleição de Ovelar, o que trouxe ao pleito de 2008 um partido desunido e incapaz de apresentar uma candidatura de peso, como já havia acontecido em eleições anteriores.

Agregada à fragmentação dos colorados, encontrava-se a candidatura avulsa de Lino Oviedo, importante membro da ANR, até a criação de sua agremiação UNACE, em 2003, que, tanto nas eleições de 1993, quanto nas de 1998 e de 2001, havia desempenhado importante função como moderador dos agrupamentos políticos paraguaios, ainda mais quando se considera a vitória eleitoral de todos os candidatos apoiados pelo ex-General. Nesse sentido, a fragmentação do Partido Colorado e a emergência da candidatura de Oviedo, alheia à da ANR, propiciou que a segunda força política mais importante do Paraguai colocasse sua máquina partidária em função de um candidato moralmente legitimado por umas das instituições mais importantes da sociedade paraguaia, a Igreja Católica, o que, indubitavelmente, levou a escolha de Fernando Lugo à Presidência do Paraguai (Radil, 2008).

Caso às explicações de Radil (2008) se acrescente as interpretações de Gaetano Mosca a respeito da Teoria das Elites, perceber-se-á que a derrota dos colorados se encontra estreitamente relacionada à violação desse sistema. De acordo com Mosca (1896 apud Bobbio, 2004, p. 385-386), ao discorrer a respeito da formação e da organização das elites, a classe política é ou ainda aquele restrito círculo de pessoas [capaz] [...] de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força em última instância (p. 385) e encontra sua pujança na capacidade de organização, entendida como o conjunto de relações de interesse que induzem os membros da classe política a coligarem-se [sic] entre si e a constituírem um grupo homogêneo e solidário contra a mais

numerosa, dividida, desarticulada, dispersa e desagregada classe dirigida (p. 385-386). Consequentemente, ao aplicar a interpretação do cientista político às eleições paraguaias de 2008, observa-se que a ANR foi derrotada pela sua incapacidade de se apresentar como elite, uma vez que a APC se originou da confluência de uma miríade de movimentos oposicionistas, que tinha como único mote unificador a derrubada dos colorados.

Em linhas gerais, o Governo de Nicanor Duarte Frutos foi marcado pela estabilidade institucional e pelo crescimento econômico, caso sua administração seja comparada às anteriores. Diferentemente dos demais governos pós-redemocratização, Duarte Frutos não contou com uma fortalecida oposição colorada, o que demonstra que grande parte das convulsões políticas, ocorridas durante sua administração, foi decorrente de suas próprias manobras destinadas a modificar a realidade institucional paraguaia. Nesse sentido, ao tentar impor seu projeto de reforma constitucional, Duarte Frutos não só propiciou a unificação das forças oposicionistas, como também conseguiu a dispersão dos colorados contrárias a seu governo, o que inviabilizou a unificação da ANR, em torno da candidatura de Blanca Ovelar, e possibilitou a tomada do Poder Executivo pelas forças oposicionistas lideradas por Fernando Lugo.

2.2. A redemocratização paraguaia e a ascensão de Fernando Lugo (1989 ó 2008): síntese e reflexões

De acordo com as fontes consultadas, existem duas narrativas a respeito do processo que possibilitou a assunção de Fernando Lugo à Presidência do Paraguai. Essa pode ser entendida ou como o resultado da união das forças opositoras, ou como decorrente da fragmentação do Partido Colorado. Especificamente, neste trabalho, entende-se que as duas condições estão estreitamente relacionadas, já que a vitória de Lugo, decorrente da conjunção de forças entre uma figura moralmente capacitada para advogar pela renovação do sistema político paraguaio e uma forte, consolidada e tradicional máquina partidária fornecida pelos liberais, só foi possível, à proporção que a ANR esfacelava-se em razão das disputas internas entre o presidente Nicanor Duarte Frutos e a facção *Vanguardia Colorada*. Dessa forma, a frase do presidente da *Fundación Desarrollo en Democracia*, o paraguaio Alberto Costa Garbarino, afirmando que òLugo não ganhou as eleições, foi o Partido Colorado que perdeuó é

parcialmente verdadeira, visto que os colorados só perderam em decorrência da mínima articulação entre as forças opositoras (2013, apud TOLEDO, 2015, p. 19).

Outro fator importante para compreender o sistema político paraguaio pós-ditatorial relaciona-se ao entendimento da articulação entre as Forças Armadas, a ANR e a burocracia, estimulada por Alfredo Strossner. Se durante seus 35 anos de governo, esse tripé garantiu a durabilidade e a pujança do regime do ditador, a partir de 1989, o mesmo foi posto em cheque, ainda que o seu desmantelamento não tenha se demonstrado uma tarefa fácil. Entre 1989 e 1993, a própria participação de um general no processo de redemocratização demonstrou o quão importante as Forças Armadas ainda eram, na condução política do Estado. Nesse sentido, os embates ocorridos, durante a gestão de Juan Carlos Wasmosy (1993-1998), entre ele e seu comodante do Exército, o general Lino Oviedo, foi positivo, visto que, com a nova regulamentação marcial ó ratificada pela CSJ, em razão dos conflitos entre o Parlamento e a Presidência ó, se diminui bastante a interferência dos militares na política paraguaia.

Se entre 1989 e 1998, a sociedade paraguaia enfrentou agudas crises oriundas da tentativa de destruição dos vínculos entre as Forças Armadas, a burocracia e a ANR, desde as eleições presidenciais de Andrés Rodríguez, os paraguaios têm enfrentado o grande desafio de constituir uma verdadeira força opositora ao Partido Colorado. Desde, no mínimo as eleições municipais de 1991 e as parlamentares de 1992, o movimento oposicionista tem mostrado sua força ora por meio de vitórias simbólicas, como a de Filizzola para a prefeitura da capital Assunção, ora por sua capacidade de impedir a formação de maioria congressual colorada, o que vem acontecendo, desde a instauração da nova ordem constitucional, em 1993. Nesse sentido, o grande desafio a ser superado, para que esse agrupamento ocupasse o Palácio dos López, relacionava-se à sua incapacidade de aglutinação.

Desde o início da década de 1990, o PRLA e um de seus mais importantes líderes históricos, o economista Domingo Laíno, têm demonstrado que essa agremiação não está capacitada a unificar as forças oposicionistas, ainda que, desde a redemocratização, os liberais venham se mantendo como a segunda força política paraguaia e a maior força oposicionista. Nesse sentido, o aparecimento de Fernando Lugo, como coordenador das manifestações de 2006, e, posteriormente, como um dos articuladores do *Concertación Nacional*, incitou os mais oníricos desejos dos movimentos políticos, oposicionistas, paraguaios a respeito do

aparecimento de uma personagem capaz de mobilizar não só as forças políticas, mas também a sociedade contra a sexagenária dominação política da ANR, o que, no futuro, se demonstrou uma verdadeira vitória de Pirro.

Tomado como um político inábil e controverso, Fernando Lugo, ainda a época do *Concertación Nacional*, demonstrava sua incapacidade de ser um grande articulador de ampla frente oposicionista, quando, primeiramente, não conseguiu barrar as iniciativas do PLRA que impunham um nome da agremiação, como vice-presidente, em uma chapa liderada pelo ex-bispo o que não só desagradou as duas outras mais importantes forças oposicionistas, UNACE e PPQ, como também pôs fim àquele pacto político e, em um segundo momento, quando concordou com a constituição de uma aliança incoerente, a APC, cuja única afinidade entre seus membros tão ideologicamente díspares se relacionava aos desejos de pôr fim ao domínio colorado, o que já anunciava, como Cassandra de Tróia e em decorrência da história recente paraguaia, a debilidade de um futuro governo. Nesse sentido, o moralmente inabalável ex-sacerdote Fernando Lugo, representante de uma miríade de partidos esquerdistas, que, legitimamente advogam pela melhoria das condições sociais paraguaias, aliou-se a uma força, assim como os colorados, representante da velha política paraguaia. A mesma que Fernando Lugo jurou tanto combater como militante político.

Embora aliado às tradicionais forças políticas, quanto mais o nome de Lugo se fortalecia como candidato viável para realizar a tão esperada alternância de poder e característica importante no sistema político democrático e, tanto menos a ANR conseguia coordenar-se como o partido indivisível, que, embora estreitamente relacionado ao antigo regime ditatorial, se manteve como a força política dominante desde o início do processo de redemocratização, o que lhe custou caro. Em decorrência, primeiramente das tentativas de perpetuar-se no poder, e, em segundo momento, da soltura do mais importante cabo eleitoral do sistema político paraguaio desde o período pós-Strossner, o ex-general Lino Oviedo, e da vitória de sua protegida, como presidenciável pela ANR, Nicanor Duarte Frutos conseguiu fragmentar todas as possíveis forças de apoio à candidatura de Blanca Ovelar. Posto que as forças mais próximas a Duarte Frutos tenham conseguido, somadas, 52,7% dos votos, as manobras desse Presidente possibilitaram que a frágil aliança oposicionista ganhasse as eleições com 40,82% dos sufrágios.

Ainda que sua candidatura e vitória eleitorais estejam circundadas por aspectos tão peculiares, a chegada de Lugo à Presidência do Paraguai deve ser tomada como uma vitória, visto que, pela primeira vez na história desse país, aconteceu uma transição de poder pacífica e democrática. Sobretudo, a personagem Fernando Lugo incarnava forte simbologia. Oriundo de uma família pobre cujos filhos foram perseguidos pela ditadura de Stroessner, a atuação política de Lugo é decorrente de seu ofício como membro de uma tradicional e muito respeitada instituição pelos paraguaios, a Igreja Católica é outorgava-lhe todas as credenciais para que se apresentasse como a verdadeira esperança de um sonho feliz de país para os paraguaios, o que lhe garantiu a escolha para Presidência.

Por todos esses aspectos, a vitória de Lugo, nas eleições de 2008, deve ser considerada um marco no funcionamento do sistema político paraguaio. Se, na teoria política, os processos de redemocratização se caracterizam pela criação de nova ordem constitucional, pelo fim do unipartidarismo e pela alternância de poder, Fernando Lugo representou essa alteração, ainda que o sistema político paraguaio se caracterize por elevado grau de deformações. Nesse sentido, enquanto o presidente Wasmosy logrou o corte do vínculo entre as Forças Armadas e a política, o ex-bispo é embora simbolicamente é representou o fim dos estreitos laços entre a ANR e o Estado paraguaio, o que deixa as associações entre os colorados e a burocracia estatal como o último nó górdio a ser cortado para por fim ao legado do ditador Alfredo Stroessner.

Capítulo 3 ó O Governo de Fernando Lugo, as reivindicações a respeito de Itaipu e a ratificação dos novos entendimentos pelo Parlamento brasileiro.

Nesta seção, procurou-se estudar o processo que deu início ao Governo de Fernando Lugo, e a importância e centralidade dos pleitos relacionados ao Tratado de Itaipu como plataforma de governo. Posteriormente, estudou-se o embate parlamentar, ocorrido no Parlamento brasileiro, já que a aprovações dos ajustes acertados entre os Presidentes Lugo e Lula, em julho de 2008, deveriam ser ratificadas pelo Poder Legislativo brasileiro, para entrarem em vigor.

Na primeira parte do estudo, foram utilizadas fontes secundárias, que foram complementadas pelas entrevistas realizadas pelo autor, disponíveis como transcrições, nos apêndices deste estudo. No tocante ao processo de ratificação, recorreu-se, somente, a fontes primárias, já que, os embates parlamentares não só estão completamente disponíveis junto à biblioteca do Poder Legislativo brasileiro, como também são as transcrições, *ipsis litteris*, dos pronunciamentos realizados nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

3.1 A Eleição de Fernando Lugo

õ¿Qué osadía la nuestra de aspirar y conquistar el poder con sólo ocho meses de vida!ö

Fernando Lugo, em 22 de abril de 2008, ao comparar sua trajetória à da Frente Amplia uruguaia

Fernando Armindo Lugo de Méndez nasceu, em 30 de maio de 1951, no distrito de São Pedro do Paraná, a 360 km da capital Assunção. Membro de uma família, historicamente vinculada à política¹²⁹ e à ANR ó seu tio Epifanio de Méndez Fleitas não só foi importante personagem nos primeiros anos do Governo de Stroessner, como também, após seus três anos de exílio, em 1959, foi um dos fundadores do *Movimento Popular Colorado* (MAPOCO)¹³⁰, e da *Asociación Nacional Republicana en el Exilio y la Resistencia* (ANRER), em 1973 ó,

¹²⁹ No Paraguai, afirma-se que a origem da família Méndez Fleitas está diretamente ligada à de Carlos Antonio López, uma vez que o bisavô de Fernando Lugo era o irmão mais velho do caudilho paraguaio. (PINO, TORAGLIO, 2008, p. 17).

¹³⁰ Maior facção dissidente do Partido Colorado, durante o Governo de Alfredo Stroessner. Surgiu, em 29 de maio de 1959, quando a Câmara dos Deputados votou moção de censura contra as ações repressivas, realizadas pela Polícia Nacional Paraguaia, em resposta aos protestos estudantis daquele mesmo mês. (NICKSON, 2003, p. 402-403).

Fernando Lugo distinguiu-se, em seu período de formação militar, como o primeiro de sua turma; contudo, em decorrência de suas origens familiares, foi proibido de levar adiante sua carreira, nas Forças Armadas, o que o levou ao exercício do magistério, em uma escola primária, rural, chamada Santa María Hohenau Cinco, um ano antes de ingressar, como noviço, no Seminário Mayor de Encarnación, aos cuidados da congregação Missionários do Verbo Divino (PINO, TORAGLIO, 2008, p. 39), (O'SHAUGHNESSY, 2009, p. 66).

Em 1971, Lugo iniciou seus estudos religiosos para, em 1972, professar seus primeiros votos e, em 1975, seus votos perpétuos, junto àquela Congregação. Em decorrência de seu bom desempenho acadêmico, o noviço foi enviado à Universidade Católica Nossa Senhora da Assunção, onde, em 1977, recebeu o título de licenciado em Ciências Religiosas¹³¹, sendo ordenando sacerdote, posteriormente (YBAÑEZ, 2013, p. 36).

Após sua ordenação, Fernando Lugo foi encaminhado para sua primeira missão apostólica, à paupérrima província equatoriana de Bolívar, onde exerceu as funções de pároco e professor, nas cidades, majoritariamente indígenas, de Guaranda e Echeandía, entre janeiro de 1978 e de 1982. Nas palavras de Lugo, dadas em depoimento ao jornalista Marcos Ybañez (2013, p. 38):

Tengo que reconocer la alta influencia en mi formación me pase por Ecuador, casi cinco años viví en ese país, llégué en enero del 78 y la iglesia ecuatoriana era una iglesia dinámica, con mucha vida, sobre todo en las bases, estábamos preparando lo que iba a ser Puebla en el 79¹³², y todo ese año nace un gran movimiento eclesial en Ecuador, emerge la coordinadora de iglesias de los pobres del Ecuador, en marzo de 78¹³³.

¹³¹ Ao confrontar (PINO, TORAGLIO, 2008, p. 56) e (YBAÑEZ, 2013, p. 36), há uma imprecisão bibliográfica a respeito do ano da ordenação de Lugo como sacerdote. Enquanto Ibañez afirmar ter ocorrido, em 1975, Pino e Toraglio, em 1977.

¹³² Entre 27 de janeiro e 13 de fevereiro de 1979, aconteceu, na cidade mexicana de Pueblo de Los Angeles, a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Com seus trabalhos inaugurados pelo papa João Paulo II, a conferência foi amplamente calcada na exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi* do papa Paulo VI, em que, em seu capítulo III, o Evangelização das Culturas e da Verdadeira Libertação dos Homens, o sumo pontífice também declarava como dever dos sacerdotes o anúncio da libertação dos milhares de homens que ficam a margem da vida, sendo essa caracterizada pela fome, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiça nas relações internacionais e especialmente nos intercâmbios comerciais, situação de neocolonialismo econômico e cultural, por vezes tão cruéis como o velho colonialismo político (SILVA, 2009 p. 59-60).

¹³³ Tenho de reconhecer a forte influência que teve meu período de quase cinco anos, no Equador. Cheguei, em janeiro de 1978, e a igreja equatoriana passava por um momento de muito dinamismo, sobretudo, em suas bases. Estávamos nos preparando para o que aconteceria na cidade mexicana de Puebla, em 1979. Ademais, ainda, em

Especificamente, durante sua temporada no Equador, Fernando Lugo trabalhou sob as ordens do monsenhor Leónidas Proaño Villalba, responsável pela Diocese de Riobamba e conhecido como o Bispo dos Índios. Villalba não só foi apontado para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz, em 1985, com o reconhecimento do papa João Paulo II, como também foi um dos maiores pensadores da Teologia da Libertação¹³⁴, em seu país, o que, posteriormente, influenciou Fernando Lugo a desenvolver seu trabalho apostólico por meio do modelo das Comunidades Eclesiais de Base (CEB)¹³⁵ (PINO, TORAGLIO, 2008, p. 58, p. 61).

Em 1982, Lugo retornou ao Paraguai, com o propósito de dar continuidade a seu sacerdócio junto à Paróquia de Encarnación; porém, em virtude de seu discurso reivindicatório a respeito do direito dos mais pobres e a favor da reforma agrária, as autoridades do Governo de Stroessner contataram o bispo Juan Bockwinkel, responsável pela região de Encarnación, com o intuito de silenciar as homilias do jovem pároco. Dessa forma, foram dadas duas opções ao sacerdote: ou expulsão do país ou o exílio voluntário, o que, por decisão da congregação dos Missionários do Verbo Divino, levou Fernando Lugo à Itália, em 1983 (YBAÑEZ, 2013, p. 40).

Em sua estada europeia, Lugo aproveitou para se dedicar aos estudos. Em sua passagem pela Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, o sacerdote aproveitou para aprofundar seus estudos a respeito da Doutrina Social da Igreja, da Espiritualidade e da Bíblia, e para tomar contato com as Ciências Econômicas e Sociais. Em 1987, em meio aos acontecimentos que já indicavam o fim do regime de Stroessner, Fernando Lugo retornou a Assunção, onde exerceu

1978, nasceu o grande movimento eclesial equatoriano, oriundo da emergência da Coordenaria das Igrejas dos Pobres do Equador, em 1978 (tradução nossa).

¹³⁴ A Teologia da Libertação emergiu, na América Latina, nos anos de 1970, no bojo dos processos revolucionários por meio do qual a região passava. Foi impulsionada, principalmente, por um grupo de padres progressistas que advogavam pela Doutrina Social da Igreja, oriunda do Concílio Vaticano II. Algumas de suas premissas relacionam-se à pobreza como pecado social, à opção pelos pobres, à garantia do acesso à saúde e à educação, à reafirmação do sistema democrático, à tomada de consciência das massas, com o propósito de criação de um novo homem, à eliminação de exploração e das injustiças deste mundo e à liberdade econômica, política, social e ideológica como fundamentos para dignidade humana (Tradução Nossa), (PINO, TORAGLIO, 2008, p. 59).

¹³⁵ As Comunidades Eclesiais de Base surgem impactadas pela realização do Concílio Vaticano II, que propunha o sacerdócio por meio da renovação da vida comunitária, como instrumento de evangelização. Nesse sentido, essa experiência é caracterizada pela Igreja como o povo de Deus, em que cada um manifesta o Espírito Santo, visando à utilidade comum e pela comunhão profunda das pessoas, proporcionada pela participação visível e responsável em sua comunidade (CNBB, 1982, p. 2).

cargo de conselheiro provincial, junto à alta cúpula de sua congregação, de vice-presidente da Conferência Religiosa Paraguaia e de professor, no Instituto Superior de Teologia, para que, em 1994, fosse nomeado Bispo da Diocese de São Pedro, cuja capital San Pedro de Ycuamandiyú está localizada a 300 km de Assunção (PINO, TORAGLIO, 2008, p. 67), (YBAÑEZ, 2013, p. 43).

Se sua permanência no Equador moldou seu caráter, em seu bispado em São Pedro, Lugo pôde colocar em prática todos seus ensinamentos, amplificados pela importância da Igreja Católica no Paraguai. Em 2004, de acordo com as estatísticas do Anuário Pontifício, o departamento de São Pedro contatava com 380.787 pessoas, das quais 350 mil se declaravam católicas praticantes ó quase 90% da população ó, o que demonstra a capacidade de mobilização de um religioso nessa região do Paraguai (O'SHAUGHNESSY, 2009, p. 94).

Ademais, em decorrência de sua experiência equatoriana e do decrescente número de párocos ó O'Shaughnessy (2009, p. 95) aponta que, durante o bispado de Lugo, existiam 19,444 fiéis para cada sacerdote ó, Fernando Lugo investiu no desenvolvimento das CEBs. Entre 1994 e 2005, as comunidades dobraram de número, passando de 650 para 1300, o que, em decorrência da possibilidade de utilização da língua guarani, nos ritos sacros, medida instituída ainda durante aquele bispado, aumentava, ainda mais, a capacidade de presença e de influência da Igreja Católica, acentuadas pelas precárias condições socioeconômicas da região de São Pedro.

Historicamente esquecida pelos governantes colorados em razão da preponderância política das forças liberais, a região de São Pedro caracteriza-se pelo elevado grau de organização dos camponeses. Nas palavras do próprio Fernando Lugo, em entrevista transcrita pelos jornalistas Paco del Pina e Rosana Toraglio (2008, p. 68):

En San Pedro he vivido todas las experiencias humanas: las experiencias del dolor, de muerte, de persecución a los campesinos, de calumnias, de amenazas; pero también de triunfo, de logros e de esperanza. Eso me ha dado la oportunidad de compartir con la gente [...] cuando se está sin tierra, sin techo, sin salud, sin educación, sin futuro como huérfanos de la sociedad.

Sentir como propios su sufrimiento y dolor me há hecho desarrollar una sensibilidad especial por el otro que está delante nuestro[...]¹³⁶.

Especificamente, durante seu bispado, o envolvimento de Fernando Lugo com a política acentuou-se. Em suas homilias, o Bispo tratava de uma variedade de temas políticos: irregularidade e concentração fundiária, corrupção política, violência no campo e temas internacionais, como seus discursos contra a criação da Alca que, na visão do sacerdote, levaria ainda mais pobreza e subdesenvolvimento aos camponeses paraguaios, da mesma forma que já havia ocorrido no México, em razão da sua inclusão ao Nafta (O'SHAUGHNESSY, 2009, p. 94-96).

Lugo também participava, ativamente, de movimentos cujos ideais se relacionavam com os seus. Em 2000, durante três dias, o sacerdote, juntamente com mais 8 mil pessoas, bloqueou uma das principais autoestradas paraguaias, a *Ruta III*, com o propósito de exigir seu recapeamento; em 2001, sua presença no Fórum Social de Porto Alegre foi notada em razão de suas denúncias a respeito da violência e da insegurança reinante nas regiões rurais paraguaias, onde a força do dinheiro, das conexões políticas e das armas legalizava todo e qualquer pedaço de terra¹³⁷, o que, posteriormente, o levou a ser chamado, nos círculos mais conservadores, de *o bispo guerrilheiro* (O'SHAUGHNESSY, 2009, p. 95).

Em 11 de janeiro de 2005, após quase 11 anos, à frente da Diocese de São Pedro, Fernando Lugo apresentou ao Papa João Paulo II seu pedido de renúncia. Enquanto Paco del Pina e Rosana Toraglio (2008, p. 70) afirmam que essa decisão foi decorrente da debilitada saúde do Bispo, agravada pelas suas constantes crises de trombose, o Serviço de Informação da

¹³⁶ Em São Pedro, vivi todas as experiências humanas: a dor, a morte, a perseguição aos camponeses, as calúnias, e as ameaças; porém também vive o triunfo das conquistas e da esperança. Isso me deu a oportunidade de compartilhar com a gente [...] quando não se há terra, teto, saúde, educação, e futuro, como órfãos da sociedade. Sentir como meus os próprios sofrimento e dor deles fez-me desenvolver uma sensibilidade especial diante do outro que está a nossa frente [...] (tradução nossa).

¹³⁷ Embaixada dos Estados Unidos da América em Assunção para Embaixada dos Estados Unidos da América em Bogotá, Secretaria de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Grupo Mercado Comum do Sul, RHMFISS USSO COM MACDILL AFB FL, Secretaria de Estado, Comando Militar Norte-Americano do Sul (Miami), Embaixada dos Estados Unidos da América junto à Cidade do Vaticano. Telegrama 08ASUNCION358_a. Secreto. Assunção, 02 de junho de 2008. Disponível em: <www.wikileaks.org/plusd/cables/08ASUNCION358_a.html>

Embaixada Americana, em Assunção, entende que a troca de Lugo pelo bispo Adalberto Martínez Flores, também responsável pela Diocese de São Lourenço, foi ocasionada pelos desentendimentos entre Fernando Lugo e a alta cúpula eclesiástica paraguaia.

De acordo com essas informações, o bispo emérito estaria envolvido em atividades ilegais, relacionadas à invasão de propriedades privadas. Ainda que não haja informações suficientes, a notícia pode ser verdadeira. No final de seu bispado, Fernando Lugo foi constantemente acusado por Enrique Riera Figueredo, presidente da *Asociación Rural de Paraguay*, por ter apoiado, abertamente, invasões de terras, o que se demonstrava temeroso, uma vez que, somente, em 2006, já se denunciava a existência de 13 mil indivíduos vinculados às *Guardias Ciudadanas*, espécie de força miliciana privada, responsável pela segurança dos grandes latifúndios monoexportadores. (KOPAS; YUKAN et al, 2007, p. 30, p. 34-36), (O'SHAUGHNESSY, 2009, p. 101-102).

O engajamento político de Fernando Lugo e sua capacidade de liderança sempre foram notados pelos partidos políticos paraguaios; contudo, em decorrência de sua condição como sacerdote, ele jamais cedeu aos convites para se tornar candidato, e, especificamente, no Governo de Duarte Frutos, essa possibilidade era desencorajada pelos seus superiores. Em razão dos desentendimentos internos entre os colorados, Alberto Castiglioni já despontava como a principal força desse partido para as eleições de 2008, o que contava com o apoio de setores da Igreja Católica paraguaia, principalmente o do Arcebispo de Assunção, Dom Pastor Cuquejo, religioso graduado na hierarquia da Conferência Episcopal Paraguáia, cujo estreito vínculo com Castiglioni era publicamente conhecido¹³⁸, principalmente, em virtude de sua devoção católica e da filiação do vice-presidente à Prelazia da Santa Cruz e Opus Dei¹³⁹.

Apesar da conjuntura, em 26 de março de 2006, Fernando Lugo foi alçado ao posto de grande promessa política, em decorrência de sua liderança nas manifestações contrárias às manobras

¹³⁸ Embaixada dos Estados Unidos da América em Assunção para Agência Central de Inteligência, Comandante em Chefe do Comando Norte-Americano do Sul, Departamento de Justiça, Departamento do Tesouro, Grupo Mercado Comum do Sul, Secretaria de Estado, Embaixada dos Estados Unidos da América junto à Cidade do Vaticano, Casa Branca. Telegrama 06ASUNCION1280_a. Confidencial. Assunção 29 de dezembro de 2006. Disponível em: < https://www.wikileaks.org/plusd/cables/06ASUNCION1280_a.html>.

¹³⁹ Fundada em 02 de outubro de 1928, pelo padre espanhol Josemaría Escrivá de Balaguer, a organização mantém-se como prelatura, e desenvolve atividades relacionadas à direção espiritual retiros, palestras doutrinas, e aulas de catecismo, com o propósito de divulgar a fé cristã (OPUS DEI, 2015).

políticas do presidente Nicanor Duarte Frutos. Com mais de 35 mil pessoas na rua, e, posteriormente, com as ilações a respeito da capacidade eleitoral do prelado, em 17 de dezembro, ainda do mesmo ano, ativistas políticos anunciaram, publicamente, com a presença de mais de 1500 pessoas, a criação do movimento *Tekajojo*¹⁴⁰ ó igualdade, na língua guarani ó com o propósito de assegurar a candidatura de Lugo para as eleições presidenciais de 2008 (NICKSON, 2009, p. 143).

Liderado por um conjunto de históricas personagens ligadas à extrema esquerda paraguaia, como os líderes campesinos José Parra e Sixto Pereira, e os ex-guerrilheiros da *Organización Primero de Marzo*¹⁴¹ Guillermina Kanonnikoff e Miguel Ángel López, o movimento não agradou às forças políticas conservadoras, que não só haviam se juntado às manifestações de março de 2006, como também apoiavam a liderança de Lugo. Dessa forma, em 27 de dezembro de 2007, com o propósito de aportar características moderadas a uma futura coalização política, Pompeu Lugo, o último dos seis irmãos do sacerdote, criou o movimento *Paraguay Posible*, formado por colorados dissidentes e empresários, demonstrando a heterogeneidade dos grupos ao redor do futuro presidenciável (O'SHAUGHNESSY, 2009, p. 107-108).

No dia 25 de dezembro de 2006, Fernando Lugo anunciou, à frente da casa de seus pais, em Encarnación, sua candidatura às eleições presidenciais de 2008. Se por um lado, finalmente, desde a redemocratização, as forças opositoristas viam a possibilidade de derrotar o histórico poder da ANR, do outro, iniciou-se a disputa entre o bispo emérito Fernando Lugo e a Igreja Católica.

¹⁴⁰ Embaixada dos Estados Unidos da América em Assunção para Agência Central de Inteligência, Comandante em Chefe do Comando Norte-Americano do Sul, Departamento de Justiça, Departamento do Tesouro, Grupo Mercado Comum do Sul, Secretaria de Estado, Embaixada dos Estados Unidos da América junto à Cidade do Vaticano, Casa Branca. Telegrama 06ASUNCION1280_a. Confidencial. Assunção 29 de dezembro de 2006. Disponível em: < https://www.wikileaks.org/plusd/cables/06ASUNCION1280_a.html >.

¹⁴¹ Incipiente organização guerrilheira de luta armada, formada, no início da década de 1970, pelos estudantes da Universidade Católica Nossa Senhora de Assunção e da Universidade Nacional, supostamente vinculada à guerrilha argentina, liderada pelo padre jesuíta, espanhol Miguel San Marti Garcia. Seu desbaratamento tomou forma, em 1976, quando agentes do Governo de Stroessner, com a ajuda da Agência Central de Inteligência dos EUA, prenderam 2.200 indivíduos, entre eles, os líderes da organização, os estudantes Juan Carlos Da Costa e Mario Schaerer, o que, posteriormente, levou ao fim total do movimento, com a morte de Agustín Zavala Esquivel, em 1978. (NICKSON, 1993, p. 427-428).

O prelado e a política eram duas condições mutualmente irrealizáveis. Da mesma forma que a Constituição paraguaia, em seu artigo 235, proíbe a candidatura de ministros de qualquer religião e culto a cargos eletivos, o direito canônico, em seu sexto livro, As Sanções na Igreja, ó especificamente, em sua primeira parte, no Título IV, Capítulo I, por meio dos cânones 1331 a 1340 ó, proíbe o acúmulo de funções estranhas ao sacerdócio (PINO, TORAGLIO, 2008, p. 79), (VATICANO, cânones 1331 a 1340).

Especificamente, no dia 18 de dezembro de 2006, sete dias antes de anunciar sua candidatura, Fernando Lugo renunciou à sua condição de sacerdote, o que não foi aceito pela Santa Sé. Entre 2004 e 2011, a instituição responsável pelo zelo da vida pessoal dos religiosos, a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, foi dirigida pelo cardeal esloveno Franc Rodé. Levado ao cargo pelo Papa João Paulo II, Rodé era conhecido por sua intransigência em relação aos pedidos de sacerdotes que rogavam pela vida laica. No caso de Lugo, sua postura não foi diferente, o que deixou a permissão para a candidatura à Presidência do Paraguai nas mãos do papa Bento XVI. Além disso, o prelado enviou, ainda naquele mesmo dia de dezembro, missiva ao Sumo Pontífice, pela qual pedia sua permissão para se licenciar dos deveres da Igreja, para poder se candidatar a Presidência de seu país (O'SHAUGHNESSY, 2009, p. 105-107).

A resposta não demorou a tardar. Em 04 de janeiro de 2007, a carta, assinada pelo Cardeal Giovanni Battista Re, prefeito da Congregação para os Bispos e presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina, informava a impossibilidade da candidatura à Presidência. De acordo com o Cardeal, as normas canônicas 187¹⁴² e 287-2¹⁴³ citadas por Lugo com o propósito de alicerçar sua decisão não cabiam a seu caso, ainda mais quando a condição do sacerdote não ia de encontro ao cânone 90¹⁴⁴, o responsável pela licença de um religioso para o exercício da vida laica. Dessa forma, Sua Eminência afirmava que ãa redução jurídica ao

¹⁴² De acordo com cânone 187, õqualquer pessoa no uso da razão pode, por justa causa, renunciar ao ofício eclesiásticoõ. (VATICANO, cânone 187).

¹⁴³ De acordo com o cânone 287, § n° 2, õnão tomem parte ativa em partidos políticos ou na direção de associações sindicais, a não ser que, a juízo da autoridade eclesiástica competente, o exija a defesa dos direitos da Igreja ou a promoção do bem comumõ.

¹⁴⁴ De acordo com o cânone 90, õ§ 1. Não se dispense da lei eclesiástica sem causa justa e razoável, tendo em consideração as circunstâncias do caso e a gravidade da lei de que se dispensa; de contrário a dispensa é ilícita e, a não ser que tenha sido concedida pelo legislador ou seu superior, é também inválido; § 2. Em caso de dúvida acerca da suficiência da causa, a dispensa concede-se válida e lícitamenteõ.

estado leigo vem concedida pelo Papa aos diáconos por motivos graves, aos presbíteros por motivos gravíssimos [...], mas nunca aos Bispos, o que, por conseguinte, alertava a Lugo que a [...] ordenação uma vez recebida [...] não pode ser nunca anulada [...] nem sequer suspensa, *ad tempos*, porque o Sacramento da Ordem imprime um caráter indelével [...] e permanente¹⁴⁵.

Os alertas do Vaticano transformaram-se em punição, quando, em 20 de janeiro de 2007, a Congregação para os Bispos decretou *a divinis* a suspensão de Fernando Lugo, em decorrência de sua condição como candidato à Presidência da República. De acordo com o decreto, Lugo estava proibido de exercer todos os atos de potestade de ordem e de jurisdição (VATICANO, 2007). Especificamente, o sacerdote estava impedido de exercer seu ministério e de ministrar os sacramentos da Igreja Católica, ainda que sua condição de religioso não houvesse sido revogada, uma vez que, de acordo com o direito canônico, as circunstâncias alegadas por Lugo não justificavam a perda de seu estado como clérigo (PINO, TORAGLIO, 2008, p. 80).

No âmbito político, a incerta condição de Lugo exacerbava o ânimo das agremiações. Os colorados logo deixaram claro que, caso o prelado levasse adiante sua candidatura, a ANR procuraria impugná-la junto à Justiça Eleitoral, tendo como base a Carta Magna paraguaia. Os liberais começaram a aventar o estreitamento dos laços com Fernando Lugo, com o propósito de assumirem a Presidência, caso o sacerdote fosse eleito, e, posteriormente, impedido de governar¹⁴⁶. Os partidários de Lugo afirmavam que a indecisão a respeito de sua candidatura era mera formalidade, uma vez que, no dia 18 de dezembro de 2006, Fernando Lugo já havia abdicado de sua condição de sacerdote com o propósito de concorrer à Presidência (PINO, TORAGLIO, 2008, p. 80).

Embora a candidatura de Fernando Lugo estivesse cercada de incertezas, em 30 de julho de 2008, o ex-sacerdote elegeu-se para a Presidência do Paraguai. Fato duplamente comemorado

¹⁴⁵ Cardeal Giovanni Battista Re para monsenhor Fernando Armino Lugo Méndez. Carta. Cidade do Vaticano, 04 de janeiro de 2007. Disponível em: <://www.zenit.org/pt/articles/nota-e-decreto-de-suspensao-a-divinis-do-bispo-paraguaio-candidato-politico>.

¹⁴⁶ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 2126. Reservado. Assunção, 05 de dezembro de 2007. AHI 6 Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (2102-2256). Ano 2007. Caixa 10.

por seus seguidores, visto que não só haviam derrotado os colorados, como também a eleição de seu candidato fora aceita pelo Vaticano. No mesmo dia de sua eleição, o núncio apostólico junto ao Governo paraguaio, o arcebispo Orlando Antonini, entregou às mãos do recém-eleito presidente a missiva do papa Bento XVI que dispensava Fernando Lugo de suas obrigações eclesíásticas. Nas palavras do porta-voz papal (PINO, TORAGLIO, 2008, p. 81): «Lugo ya no es más un Obispo rebelde para la Iglesia, porque se aceptó el deseo del pueblo que massivamente lo eligió y porque se consideró que no es compatible su estado clerical con el cargo de Presidente.»¹⁴⁷

Especificamente, de acordo com os representantes de Sua Santidade, o cardeal Giovanni Battista Re e o Arcebispo Francesco Monterisi, a eleição do monsenhor Fernando Lugo como Presidente da República diferia de sua condição de candidato ao cargo. Dessa forma, uma vez que o episcopado é incompatível com suas obrigações como presidente, o papa Bento XVI

ha concedido para él la pérdida del estado clerical, con la consiguiente pérdida de los derechos inherentes al mismo, dispensándolo al mismo tiempo de los votos religiosos hechos en la Sociedad del Verbo Divino, de la obligación del celibato [...] y de las demás obligaciones que el estado clerical comporta¹⁴⁸(VATICANO, 2009).

Resolvido os problemas canônicos, Fernando Lugo tomou posse, como Presidente da República, em 15 de agosto de 2008. Eleito por sua capacidade de projetar honestidade e esperança, em decorrência de seu longo trabalho junto à Igreja Católica, a chegada do ex-sacerdote ao Palácio dos López estava cercada de dúvidas. Seria o novo presidente capaz de manter unida uma coalização ideologicamente tão heterogênea? Como se daria a relação entre o novo Governo e a questão fundiária? Seria a agremiação política *Pátria Libre*, próxima ao recém-eleito presidente e defensora das expropriações telúricas, um fator de desestabilização? Ademais, internacionalmente, o novo governante adotaria uma postura mais moderada, ou

¹⁴⁷ Lugo já não é um bispo rebelde para a Igreja, visto que aceitou o desejo do povo, que massivamente o elegeu, e que a incompatibilidade entre sua condição clerical e o cargo de Presidente já foi considerada (tradução nossa).

¹⁴⁸ Concedeu a ele a perda de seu estado clerical, com a conseguinte perda dos direitos inerentes ao mesmo, dispensando-o, ao mesmo tempo, dos votos religiosos feitos junto à congregação Missionário do Verbo Divino, da obrigação do celibato e das demais obrigações que o estado clerical comporta (tradução nossa).

alinhar-se-ia ao projeto de Hugo Chávez, uma vez que, um dos partidos de sua coalização, o *Movimiento al Socialismo*, fora, diretamente, financiado pelo Governo venezuelano?¹⁴⁹

Embora o novo governo tenha conseguido o feito histórico de derrotar o Partido Colorado, Fernando Lugo iniciou seu mandato, como será abordado, na próxima seção, com a difícil tarefa de buscar a justa medida entre sua plataforma eleitoral reformista e sua base de apoio conservadora. Especificamente, essa empreitada seria dificultada pela ausência de maioria legislativa e pelos desencontros entre a Presidência e os liberais.

3.1.1 O sacerdote como presidente: Fernando Lugo e as aporias do poder

Semelhantemente a Juan Carlos Wasmosy e Nicanor Duarte Frutos, Fernando Lugo assumiu a Presidência da República com o desafio de constituir uma aliança parlamentar que viabilizasse seu governo. Ainda que, durante as eleições, o ex-sacerdote tenha advogado incisivamente pela moralização da política e o Estado paraguaios, seus 40,9% dos votos ó superiores aos 30,6% da colorada Blanca Ovelar e 21,9% de Lino Oviedo da UNACE ó não só foram incapazes de constituir uma grande base de apoio parlamentar, uma vez que a ANR manteve sua preponderância como o maior partido, no Poder Legislativo, como também deixaram claro que as antigas forças políticas ainda eram maioria, em virtude de seus 52% dos votos, caso o percentual obtido por Ovelar e Oviedo seja somado. Nesse sentido, o discurso de Fernando Lugo não ecoou, unissonamente, através da sociedade paraguaia, visto que sua plataforma eleitoral progressista conquistou apenas cinco cadeiras no Parlamento paraguaio e apenas um Governo departamental, sendo os demais 16, dominados, respectivamente, por nove colorados e sete liberais (SAER, 2008, p. 12), (BRUN, 2009, p. 151).

Especificamente, os colorados, com 16 assentos no Senado e 30 na Câmara, continuavam a exercer sua primazia política, ainda que a ANR estivesse dividida entre as correntes *Movimiento Progresista Colorado*, liderada por Nicanor Duarte Frutos,

¹⁴⁹ Embaixada dos Estados Unidos da América em Assunção para Embaixada dos Estados Unidos da América em Bogotá, Secretaria de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Grupo Mercado Comum do Sul, RHMFISS USSO COM MACDILL AFB FL, Secretaria de Estado, Comando Militar Norte-Americano do Sul (Miami), Embaixada dos Estados Unidos da América junto à Cidade do Vaticano. Telegrama 08ASUNCION358_a. Secreto. Assunção, 02 de junho de 2008. Disponível em: <www.wikileaks.org/plusd/cables/08ASUNCION358_a.html>

e *Vanguardia Colorada*, controlada por Alberti Castiglioni. Agregado a isso, a UNACE e o PPQ, respectivamente, com 21 e com 8 cadeiras, conformavam os 75 assentos da bancada oposicionista, o que deixava os governistas, no universo de 125 vagas, com apenas 50 parlamentares, dos quais 45 eram liberais, demonstrando que a plataforma progressista do ex-sacerdote dependia, para sua viabilização, da articulação política do PLRA, partido tradicionalmente vinculado às antigas estruturas políticas paraguaias, contra as quais Fernando Lugo fora eleito. Dessa forma, no início de seu Governo, o novo mandatário já se deparava com um cenário desalentador, agravado, ainda mais, pelos desencontros entre a Presidência e o vice-presidente Federico Franco (NICKSON, 2009, p. 148), (CARDOSO, 2010, p. 151).

Político experimentado e tido, pelos analistas políticos mais otimistas, como um trunfo para candidatura de Fernando Lugo, em decorrência de sua experiência política, Federico Franco apresentou-se como o mais importante dínamo do novo Governo. Além de sua histórica vinculação ao Partido liberal ó em virtude de sua filiação a Cástulo César Franco, deputado federal, pelo Partido Liberal Radical¹⁵⁰, e de seu grau de parentesco com o ex-vice-presidente Julio César Franco ó Federico vinha despontando como promissora personagem política, desde meados dos anos de 1990. Após cinco anos como vereador, em 1997, elegeu-se prefeito de Fernando de La Moura, importante cidade ao redor de Assunção, o que, em 2003, levou o ex-prefeito ao Governo do Departamento Central, a unidade administrativa mais densamente povoada do Paraguai. Com sua vitória, nas internas liberais, sob Mateo Balmelli, em 2007,

¹⁵⁰ Fundando, em 1887, com o nome de Centro Democrático, o Partido Liberal ó denominação adotada a partir de 1902 ó passou por significativas rupturas, ao longo de seus mais de 100 de anos existência. Já em 1891, dividiu-se entre cívicos e radicais, em razão de sua colaboração com os governantes colorados. Com sua assunção ao poder, em 1904, a divisão manteve-se entre Gondistras e Schaeristas. Entre 1922 e 1946, a Agremiação entrou em decadência, o que levou não só a vitória dos colorados, na Revolução de 1947, como também à quase inexistência do Partido, que, somente, foi revitalizado, na primeira fase do Governo de Stroessner, com o propósito de legitimar a ditadura. Em 1963, o líder do movimento *Renovación*, o deputado Levi Ruffinelli, prontificou-se a dar continuidade à participação dos liberais, nas eleições de Stroessner, caso o Partido Liberal fosse reconhecido, oficialmente, o que, em decorrência da colaboração com o Governo ditatorial, levou à separação do grupo político entre liberais e radicais, opositores ao Governo do General. Em 1977, os liberais dividem-se, novamente. Em decorrência da aprovação da emenda constitucional que possibilitava a reeleição infundável de Stroessner, ocorreu a separação entre os liberais-radicalistas e os liberais-radicalistas autênticos, embora as duas facções não fossem reconhecidas, oficialmente. Em 1989, com o fim do período ditatorial, os liberais-radicalistas juntaram-se aos liberais-radicalistas autênticos, em 1990, o que, atualmente, levou a congregação de todos os movimentos liberais, sob a égide do Partido Liberal Radical Autêntico (NICKSON, 1993, p. 452-454).

Federico Franco consolidou-se como a mais importante liderança do PLRA, o que lhe proporcionou a indicação como vice-presidente, na chapa encabeçada por Fernando Lugo¹⁵¹.

Embora Federico fosse a mais proeminente personagem entre os liberais, o que lhe proporcionava um poder descomunal, em virtude do majoritário número de parlamentares do PLRA, como arrimo do novo Governo, a relação entre Fernando Lugo e seu vice-presidente logo demonstrou-se insustentável. Ainda, à época das concertações para a composição da chapa à Presidência, o ex-prelado já demonstrara suas reservas frente a Franco. De acordo com o informe da seção política da Embaixada brasileira em Assunção¹⁵², Lugo temia que, em razão de seu perfil populista, o ex-governador Franco aceitasse função minoritária junto a seu governo, o que se demonstrou parcialmente verdadeiro, visto que outros foram os motivos que distanciaram os dois mais importantes políticos da cúpula do Poder Executivo paraguaio.

Ainda, em setembro de 2008, Fernando Lugo tornou pública a concertação entre o ex-general Lino Oviedo, o ex-presidente Duarte Frutos e o vice-presidente Federico Franco destinada a enfraquecer o governo recém-inaugurado. O Shaughnessy (2009, p. 11-12) chegou a denunciar a tentativa expressa de destituição de Fernando Lugo, o que, na visão do jornalista britânico, só foi inviabilizada em virtude da lealdade do general Máximo Díaz Cáceres, o responsável pela interação entre as Forças Armadas e o Congresso paraguaio em relação ao novo Presidente, e pelo apoio dado a Lugo pelo Governo brasileiro. Nesse sentido, em razão das atribuições dadas à Vice-presidência¹⁵³, e da subrepresentação dos liberais no gabinete ministerial ó dentre os 10 ministérios, somente 4 foram atribuídos a nomes do PLRA ó o Governo do ex-sacerdote emergiu, de seus quase 80% de popularidade, como uma coalizção política que, dificilmente, levaria a cabo as reformas prometidas durante a campanha eleitoral de Fernando Lugo, ainda mais quando aqueles ministérios foram dados à facção minoritária e

¹⁵¹ Embaixada dos Estados Unidos da América em Assunção para Grupo Mercado Comum do Sul, RHENNCSS NCS, RHMFISS USSOCOM MACDILL AFB FL, Secretaria de Estado, Comando Norte-Americano do Sul. Telegrama 08ASUNCION360_a. Confidencial. Assunção 02 de junho de 2008. Disponível em <www.wikileaks.org/plusd/cables/08ASUNCION360_a.html>

¹⁵² Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 2126. Reservado. Assunção, 05 de dezembro de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (2102-2256). Ano 2007. Caixa 10.

¹⁵³ De acordo com a constituição de 1993, à Vice-Presidência ó além das clássicas prerrogativas atribuídas a essa instituição, como a representação da Presidência, nacional e internacionalmente, quando designada pelo chefe do Poder Executivo ó, também cabem a coordenação entre o Parlamento e a Presidência e a votação no Conselho de Ministros (SAER, 2009. p. 14)

contrária a Franco, e grande parte da bancada parlamentar liberal estava sob as ordens do vice-presidente (BRUN, 2009, p. 153), (EIU, 2009), (RODRIGUEZ, 2009, p. 13).

No âmago dessas dificuldades, iniciadas pela ruptura entre as duas personagens mais importantes do Poder Executivo, encontrava-se a falta de apoio aos projetos de Lugo no Legislativo, o que demonstrava a tensão entre o Congresso conservador e a Presidência progressista, principalmente no tocante aos temas da inclusão social e da reforma agrária.

Especificamente, Lugo enfrentou a oposição de todos os grupos sociais. No campo, primeiramente, os ataques vieram dos setores vinculados aos latifúndios, monoexportadores de soja, já que o obispo guerrilheiro fora eleito com o apoio dos movimentos campestre e indígena, calcados não só em um discurso contrário à utilização de agrotóxicos, nas plantações, à grilagem de terra e ao monopólio das sementes transgênicas da empresa transnacional Monsanto, como também em prol da reforma agrária. Posteriormente, o mesmo grupo pressionou Fernando Lugo para que o processo da reforma agrária fosse acelerado, principalmente, em decorrência da possibilidade de mobilização de forças brasileiras, por meio do decreto presidencial 6592 de 2008¹⁵⁴, já que muitos são os cidadãos brasileiros, em território paraguaio, responsáveis pelo cultivo e pela exportação de soja, como, por exemplo, o catarinense Tranquilo Fávero, o maior plantador individual de soja no Paraguai e responsável pela colheita de 120 mil toneladas de soja por ano, o que corresponde a US\$ 50 milhões anuais (BAREIRO, 2009, p. 50), (BRUN, 2009, p. 153-154), (TREZZI, 2013).

No meio urbano, a frente oposicionista vinha tanto do empresariado quanto dos partidos políticos. Enquanto Lugo, definitivamente, não poderia contar com o apoio da classe empreendedora, visto que esse grupo tomava o ex-sacerdote como partidário, juntamente com os presidentes da Bolívia, do Equador e da Nicarágua, da ideologia socialista apregoada pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez ó ainda mais quando, em dezembro de 2008, o Governo paraguaio, a exemplo da Bolívia e com a ajuda de Caracas, afirmou que adotaria o

¹⁵⁴ O decreto 6595 de 2008 regulamenta o disposto na Lei no 11.631, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. No caso das relações entre Brasil e Paraguai, o segundo artigo dessa lei, em seu § 2º, era o que mais preocupava os movimentos campestres paraguaios, visto que a mobilização nacional é a medida decretada pelo Presidente da República, em caso de agressão estrangeira, [...] [em que haja] dentre outros, ameaças ou atos lesivos à soberania nacional, à integridade territorial, ao povo brasileiro ou às instituições nacionais, ainda que não signifiquem invasão ao território nacional (BRASIL, 2008).

modelo de alfabetização cubano ó; no parlamento, a oposição era feita pela aliança entre a ANR e a UNACE, pelo PPQ ó que juntos, somavam 75 congressistas ó e pelos liberais ligados a Federico Franco, como o senador Alfredo Jaeggli Caballero, que coordenou o Senado para que os recursos ao projeto *Tekoporã*, programa de transferência monetária, coordenado pelo Poder Executivo, fossem contingenciado, visto que esse levaria ao aumento do clientelismo político (BAREIRO, 2009, p. 52), (O'SHAUGHNESSY, 2009, p. 105-107).

Especificamente, Fernando Lugo foi eleito para lutar contra as desigualdades socioeconômicas paraguaias. No campo do jogo político, seu projeto de Governo propunha a articulação entre os setores sociais e produtivos, que juntamente, com as instituições estatais deveriam promover a democratização da sociedade e a participação cidadã, por meios de critérios voltados à transparência das ações e das decisões de Governo, o que, socialmente, se materializou com a criação da *Frente Social y Popular*, e, na seara econômica, com a constituição de uma agenda fortemente marcada pelos temas sociais, como os relacionados à melhoria do sistema de saúde, à criação de empregos, à reforma agrária e à defesa das minorias indígenas. Nesse sentido, o principal desafio a ser enfrentado pela nova administração relacionava-se à constituição de um projeto político e socioeconômico capaz de propiciar o crescimento econômico sustentável, concomitantemente, com a justiça social (COTÊS, 2008, p. 1), (CARDOSO, 2010, p. 149-150).

De acordo com Silva (2008, p. 2, 4), o discurso de Fernando Lugo dialogava, estreitamente, com as demais plataformas políticas dos Governos de cunho esquerdista, que assumiram o poder na América Latina, após a chegada de Hugo Chávez à Presidência da Venezuela, em 1998. Nessa interlocução, presente em um conjunto de Governos rotulados como ãprogressistasõ, encontra-se, primeiramente, a rejeição ao dito modelo neoliberal da década de 1990, uma vez que o Estado deveria voltar a ser o protagonista político e o moderador das forças capitalistas, responsáveis pela concentração da renda, o que, no caso do Paraguai, se materializou pela reativação e pelo fortalecimento do Gabinete Social, instituição existente desde o Governo de Nicanor Duarte Frutos, que, somente a partir do Governo de Fernando Lugo, ganhou mais proeminência, quando foi encarregado de formular as propostas de Política Pública para o Desenvolvimento Social, entre 2010 e 2020 (BRONDO, 2012, p. 18), (POZAS, 2012, p. 30, 37), (BRUN, 2009, p. 152).

Agregado àquelas propostas e como reflexo de seus desdobramentos, os quatro principais eixos de atuação do Governo de Fernando Lugo foram delineados: combate à pobreza e à corrupção, priorização da saúde e da educação, reforma agrária e recuperação da soberania nacional, o que levou à criação de todo um aparato estatal. Especificamente, criaram-se dois grupos de coordenação, a Equipe Econômica Nacional, composta pelos Ministérios da Indústria e do Comércio, da Agricultura, das Obras Públicas e pelo Banco Central, e o Sistema Integrado de Gestão para o Desenvolvimento Agropecuário e Rural, que, sobretudo, deveriam imprimir uma atuação conjunta, com o propósito de atingir as metas governamentais, visto que, no passado, um dos grandes desafios para a consolidação de grandes projetos se relacionava à atuação fragmentada do Estado (RODRIGUEZ, 2009, p. 12-13).

No tocante à pobreza, o Governo de Fernando Lugo não encontrou uma situação favorável. Ainda que o Governo anterior de Nicanor Duarte Fruto tenha comemorado a redução desses indicadores, em 2008, a pobreza e a extrema pobreza ainda atingiam 37,9% e 19%, respectivamente, da sociedade paraguaia, o que levou à criação, pela Secretaria de Ação Social, do programa *Tekaporã*. Sob a lógica das transferências monetárias condicionadas e em razão da quantidade filhos ó o que poderia variar ao máximo de cinco ó, as famílias cadastradas no Programa receberiam entre US\$ 18 e US\$ 36, caso as obrigações escolares e sanitárias ó como o comparecimento aos postos de vacinação ó fossem cumpridas, o que, somente, no ano de 2011, levou ao atendimento de mais de 120 mil famílias, aproximadamente 240 mil indivíduos, ou 36% da população paraguaia, caso sejam consideradas as estimativas de dois filhos por casal (EIU, 2009), (BRONDO, 2012), (POZAS, 2012, p. 33).

Com relação ao combate à corrupção, o Governo de Lugo, em um primeiro momento, procurou não só auditar contratos públicos, como também moralizar a burocracia estatal, o que levou ao fim de esquemas fraudulentos na Administração dos Portos e na Aduana paraguaias, e junto à *Compañía Paraguaya de Comunicaciones* (COPACO). No tocante à administração da parte paraguaia da empresa Itaipu Binacional, contratos superfaturados foram descobertos, no valor de US\$ 60 milhões, o que, posteriormente, não foi o suficiente para diminuir a decepção social, frente aos escândalos de corrupção, surgidos, no bojo, da

administração de Fernando Lugo, como o emblemático caso Teixeira¹⁵⁵ (BRUN, 2009, p. 152), (BAREIRO, 2009).

Enquanto, no tocante à saúde, o novo governo buscou garantir o acesso universal, na educação procurou-se a consolidação do sistema público de ensino. Especificamente, em virtude da lei 4.088 de 2010, instituiu-se a gratuidade do ensino médio, o que, anteriormente não existia, uma vez que as famílias realizavam aportes financeiros aos planos educativos públicos. Ademais, colocou-se como meta a redução do analfabetismo, em 70%, em um prazo de três anos, e o aumento da escolaridade para nove anos, entre as camadas pobres e extremamente pobres, visto que 70% dos indivíduos desse estrato social tem escassa ou nula formação escolar (BRONDO, 2012), (POZAS, 2012, p. 32).

Certamente, no campo, emergiram as principais dificuldades políticas. De um lado, encontravam-se os grandes latifúndios monoexportadores de soja e os grandes criadores de gado, responsáveis pela quase totalidade das exportações paraguaias e por 27% do produto interno bruto, do outro, uma esmagadora quantidade de camponeses ávidos pela aceleração do processo de reforma agrária, e entre eles, um Governo que buscava aumentar a contribuição fiduciária por meio de impostos e de taxas, do setor economicamente mais importante da economia nacional: os fazendeiros, que, em 2008, contribuíram com apenas 4% dos recursos fiscais. Nesse sentido, procurou-se, por meio da *Coordinadora Ejecutiva para la Reforma Agraria* (CEPRA), a criação de um modelo de reforma integral, capaz não só de oferecer terra às famílias assentadas, como também crédito, assistência técnicas e mecanismos de associações entre os produtores (RODRIGUEZ, 2009, p. 7), (EIU, 2009), (BRONDO, 2012).

Por último, durante sua campanha eleitoral, Fernando Lugo advogou, contundentemente, pela renegociação dos tratados binacionais de Itaipu e de Yacyretá. Em linhas gerais, o novo presidente buscava o aumento do preço pago pela energia paraguaia enviada aos seus dois maiores vizinhos, uma vez que, na visão de Lugo, as condições financeiras e jurídicas

¹⁵⁵ Denunciada pelo jornalista do período ABC Color Marcos Ricardo Velázquez, na série de reportagens *Operaciones oscuras desde el poder*, o caso Teixeira relacionou-se a ilegalidades na compra de terras pelo *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (INDERT), com o propósito de levar a cabo o assentamento de 2.000 famílias sem-terra. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/investigacion-del-caso-teixeira-gana-mencion-internacional-156033.html>>

acertadas com o Governo de Stroessner, ainda durante o processo de assinatura desses acordos, foram extremamente desvantajosas, o que diminuía consideravelmente a possibilidade do povo guarani de dispor livremente de seu patrimônio natural, mitigando, dessa forma, a sua soberania (OLIVEIRA, 2008), (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008a, 2008b), (MOURA e SOUSA, 2008).

Assim como Itaipu binacional, a hidrelétrica paraguaio-argentina de Yacyretá destina grande parte de sua produção a seu maior vizinho, o que deixa o Paraguai na confortável situação de poder prescindir de, em média, 95,5% da energia produzida por aqueles dois empreendimentos, o que tem como destino certo ou o Brasil ou a Argentina. Especificamente, no caso da usina brasileiro-paraguaia, Fernando Lugo, durante sua campanha, bradava categoricamente a necessidade de renegociação do Tratado de Itaipu, já que esse fora negociado entre dois regimes de exceção, que, em condições democráticas, jamais negociariam um acordo tão desigual. O ex-sacerdote chegou, inclusive, a aventar a possibilidade de enviar a situação à Corte Internacional de Justiça, sediada na Haia, caso seu pleito não fosse atendido; porém, após sua eleição, Lugo propôs a criação de uma mesa de diálogo, e, caso as negociações não avançassem, a intermediação, por meio de bons ofícios, de outro membro do Mercosul (ESTADO DE SÃO PAULO, 2008), (BARIERO, 2009), (BRUN, 2009), (CORDEIRO, 2008, p. 13).

É válido ressaltar que o impasse criado entre um sistema político conservador e uma agenda governamental progressista tornou as negociações a respeito do aumento de valor pago pelo Brasil à energia cedida pelo Paraguai um tema central no relacionamento entre os dois países. De um lado, como aponta Rodríguez (2009, p.8-9) e Cudas (vide Apêndice C), as políticas sociais careciam de recursos fiscais, do outro, como lembra Canese (vide Apêndice E.), o aumento dos preços pagos pela energia de Itaipu eram uma plataforma de ação nacional. Nesse sentido, em um Governo marcado pela incapacidade de coordenação política, pela acirrada oposição contra seus projetos sociopolíticos e pela debilidade financeira, o aumento dos preços pagos pela energia paraguaia assumiu a função de única plataforma política, coerentemente capaz de unificar a camada política paraguaia, com o objetivo de levar adiante o Governo de Fernando Lugo.

Em linhas gerais, embora este trabalho não se proponha a estudar os meandros que levaram ao ocaso do Governo de Lugo, deve-se salientar que, em seus quatro anos de Governo, o ex-prelado buscou a reestruturação da complexa estrutura social paraguaia. No campo político, o primeiro passo foi dado com a derrota da sexagenária ANR, e, posteriormente, com a tentativa de articulação entre a sociedade civil e o Governo, o que, no campo econômico, deveria viabilizar a reformulação da sociedade guarani por meio de uma ambiciosa agenda sociopolítica, voltada para o combate à pobreza, à desigualdade, e às mazelas paraguaias, o que não se demonstrou fácil, em razão de acentuado descompasso entre um sistema político conservador e um presidente com ideias progressistas. Dessa forma, o pleito paraguaio, visando ao aumento de preços pago por sua energia, colocou as modificações do Anexo C do Tratado de Itaipu como uma bandeira central capaz não só de viabilizar os projetos sociais do Governo, como também unificar as forças políticas em torno de um objetivo comum.

3.1.2 - Os pleitos do Governo de Fernando Lugo em relação ao Tratado de Itaipu

Assim como na seara doméstica, a chegada de Fernando Lugo à Presidência, também, ocasionou mudanças, no projeto de inserção internacional paraguaio, já que, o modelo até então adotado não haveria trazido os benefícios prometidos. De acordo com Masi (2009, p. 20), na busca por sua consolidação e desenvolvimento, o Governo de Stroessner teria constituído uma confiável e leal aliança com o Estado brasileiro, o que teria se materializado, a partir da década de 1980, quando o Paraguai desenvolveu uma forte dependência em relação ao Brasil: seja pela venda de energia, responsável por 20% da receita fiscal guarani, seja pelo comércio de reexportação, que responde por 50% das receitas da aduana do país vizinho, seja pela produção de soja, majoritariamente, realizada por imigrantes brasileiros, o que tornou o Paraguai o quarto maior exportador mundial desse grão, seja pelos 20% das exportações guaranis, que tem como destino o Brasil, seja pelos 30% dos investimentos realizados, no Paraguai, que tem como fonte o capital brasileiro. Nesse sentido, o ex-sacerdote chegou ao Palácio dos López, com novas reivindicações, visto que o estreitamento dos laços com o Brasil não trouxera o tão sonhado desenvolvimento, o que, na visão do novo Governo, exigia condições mais equitativas, no relacionamento bilateral.

Especificamente, Silva (2008, p. 6, p. 16) entende que o discurso de Fernando Lugo quanto à inserção internacional guarani pode ser dividido em duas grandes áreas: autonomia e

desenvolvimento. Enquanto, com o propósito de acentuar sua capacidade autônoma, o Governo paraguaio buscou mitigar a dependência em relação a seus dois mais importantes parceiros, o Brasil e a Argentina, embora Lugo soubesse que dependeria deles para por em prática seu projeto político; no campo do desenvolvimento, o novo Governo procurava dar novos contornos aos processos de integração dos quais fazia parte. De acordo com o ex-sacerdote, o estreitamento dos laços regionais deveria superar a lógica do livre-mercado, calcada no argumento das vantagens comparativas, o que levou a chancelaria paraguaia a enfatizar a maior interconexão física, energética e infraestrutural com seu entorno geográfico, como plataforma de inserção internacional.

No relacionamento com o Brasil, a busca pela autonomia e pelo desenvolvimento tomou forma, principalmente, por meio de discurso reivindicatório em relação à usina de Itaipu. Na comunicação entre a Embaixada brasileira, em Assunção, e a Secretaria de Estado, em Brasília, o encarregado de negócios Antônio Francisco da Costa e Silva já havia deixado claro que esse tema viria à baila, caso a APC fosse vitoriosa, nas eleições de 2008.

De acordo com Costa e Silva¹⁵⁶, em dezembro de 2007, Guillermina Kanonnikoff e Ricardo Canese, respectivamente, secretários Geral e de Relações Internacionais do movimento Tekajoja, foram recebidos, na Embaixada brasileira, para conversar a respeito do projeto internacional do candidato à Presidência Fernando Lugo. Por meio do documento *Por uma Integração Justa e Solidária no Mercosul e na América Latina*, o Tekajoja esclarecia os principais interesses do Paraguai com o Brasil, em um futuro Governo de Fernando Lugo: 1) necessidade de correção nas relações energéticas com o Brasil; 2) necessidade de maiores gastos em infraestrutura e de tratamento preferencial para as atividades produtivas, realizadas em países de menor desenvolvimento relativo, e 3) necessidade de fortalecimento das vertentes sociais e de direitos humanos, no âmbito do Mercosul. Além disso, os dois emissários deixaram claro que Lugo, caso eleito presidente, teria como, prioridade máxima, no relacionamento bilateral, a busca por novas condições no Tratado de Itaipu, o aprofundamento da integração mercosulina e a questão dos brasiguaios, que deveria ser

¹⁵⁶ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Telegrama 2198. Reservado. Assunção, 17 de dezembro de 2007. AHI ó Brasília. Telegramas Embaixada Assunção (751-1400). Ano 2007. Caixa 08.

equacionada, da melhor forma possível, entre os tradicionais camponeses guaranis e os produtores rurais brasileiros, com o intuito de fomentar o desenvolvimento. Nesse sentido, com a vitória de Fernando Lugo, nas eleições de 2008, a chancelaria brasileira deveria preparar-se para atender as demandas paraguaias referentes à Itaipu.

Ainda que a Itaipu Binacional seja apenas uma das empresas responsáveis pela geração de energia no Brasil, é um universo composto por 3.152 empreendimentos, e seus números são dignos de nota. Em 2008, a empresa paraguaio-brasileira não só foi avaliada em US\$ 60 bilhões, como também, em 2009, gerenciou um orçamento de US\$ 3,3 bilhões. Na contabilidade da firma, esse valor foi utilizado da seguinte forma: US\$ 600 milhões foram destinados diretamente aos Estados brasileiro-paraguaios, e na proporção de 360 milhões para o Paraguai e de US\$ 240 milhões para o Brasil, e US\$ 2,1 bilhões, para a Eletrobras e o Tesouro brasileiro, e como o pagamento pelos serviços da dívida de Itaipu com essas instituições, e o restante, US\$ 600 milhões, foram utilizados para a administração da empresa, dos quais US\$ 300 milhões foram geridos pela diretoria brasileira e a outra metade, pelo seu homônimo paraguaio (CORDEIRO, 2008, p. 8), (BRASIL, 2014, p. 4).

Em relação à produção energética da empresa, os números, também, são impressionantes. Ainda no ano de 2009, a usina de Itaipu gerou 95 mil GW/h. Desse montante, 95% ou 90,25 mil GW/h tiveram como destino o Brasil, e os 5% restantes ou 4,75 mil GW/h foram para o Paraguai. A título de comparação, a Empresa de Pesquisa Energética ligada ao Ministério de Minas e Energia informou que todo o setor industrial brasileiro é responsável, em 2014, por 23,8% ou US\$ 500 bilhões do PIB nacional, estimando em US\$ 2,2 trilhões e consumiu 178 mil GW/h, em 2014. Caso esta cifra fosse comparada àquela, somente, a hidrelétrica de Itaipu poderia fornecer 53,37% do insumo energético necessário para a indústria nacional, o que, indiretamente, seria comparável a US\$ 266,85 bilhões, ou 4,5 vezes o PIB paraguaio de 2014, estimando em US\$ 57,87 bilhões, o que demonstra a grande importância do empreendimento nas relações bilaterais (CORDEIRO, 2008, p. 8), (AMATO, 2015), (CIA, 2015), (CIA, 2015b).

Assinando em 26 de abril de 1973, o Tratado de Itaipu é composto por 25 artigos, três anexos e seis notas reversais. Especificamente, os artigos relacionam-se aos termos acertados entre os dois Governos, os anexos, à regulamentação ou ao detalhamento ou à interpretação de

determinada cláusula, e as notas reversais, aos entendimentos dados a um aspecto específico do acordo ou aos ajustes negociados entre o Brasil e o Paraguai. Dessa forma, o tratado pode ser dividido em seis grandes partes, com o objetivo de facilitar sua interpretação¹⁵⁷.

Caso se utilize essa divisão, os seis pleitos do Governo de Fernando Lugo referentes ao Tratado de Itaipu podem ser, apropriadamente interpretados e reduzidos a três áreas do Tratado de 1973: 1) cláusulas financeiro-produtivas; 2) obrigações estatais; e 3) regulamentação constitutiva. Especificamente, enquanto as demandas favoráveis à livre disponibilidade de energia, ao preço justo, e ao valor da dívida se referem ao primeiro item, a solicitação pela realização das obras inconclusas e pela paridade administrativa relaciona-se às partes do Tratado que versam sobre obrigações estatais e regulamentação constitutiva. Dessa forma, as demandas paraguaias podem ser resumidas a três núcleos nominais: dinheiro, poder administrativo e investimento em infraestrutura.

A demanda por ajustes no Tratado de Itaipu não é novidade. No mínimo, desde 1º de julho de 1973 ó quando o acordo ainda nem havia entrado em vigor, visto que Governo brasileiro foi o último dos signatários a promulgar o instrumento, em 28 de agosto de 1973 ó a opinião pública, emanada dos meios de comunicação paraguaios, já expressava seu desejo por alterações no acordo. Em seus editoriais, entre 1973 e 2009, os periódicos, *ABC Color* e *Ultima Hora*, expressaram-se, negativamente, em relação àquele Tratado, 202 vezes. Caso a essas opiniões sejam agregadas matérias jornalistas de cunho reivindicatório a respeito do Tratado de 1973, aquela cifra aumenta para 425, demonstrando que, pelo menos a cada 30 dias, durante 36 anos, um desses tabloides se expressou, contrariamente, ao acordo assinando entre o Brasil e o Paraguai¹⁵⁸.

¹⁵⁷ Ao atualizar a divisão proposta por Zanini (1974), o Tratado de Itaipu pode ser dividido em seis grandes partes: 1) dispositivos transitórios: aquelas cláusulas que perderam sua eficácia em decorrência da temporalidade de suas disposições: artigos XVI, XXIII, XXIV, Anexo B; 2) instruções jurídicas e diplomáticas: as responsáveis pela hermenêutica e pelas finalidades do Tratado: artigos I, II, VI, XXII, XXV; 3) regulamentação constitutiva: conjunto de normas que versa sobre a criação e o funcionamento da empresa Itaipu Binacional: artigos III, IV, VIII, IX, X, XI, XX, Anexo A; 4) obrigações estatais: os deveres dos Estados brasileiro e paraguaio para que a haja o melhor funcionamento possível da empresa responsável pela gestão da usina de Itaipu: artigos V, XII, XVII, XVIII, XIX, XXI; 5) cláusulas financeiro-produtivas: artigos que dispõem a respeito da produção da hidrelétrica e da remuneração aos serviços prestados pela Itaipu Binacional: artigos XIII, XIV, XV, Anexo C; 6) Normas fronteiriças: aquela que dispõem a respeito dos limites territoriais entre os dois países: artigo VII.

¹⁵⁸ Essa proporção deve ser tomada, cautelosamente, uma vez que não foi possível a realização de pesquisa sistemática nos arquivos daqueles dois jornais. No *ABC Color*, em decorrência do processo de digitalização pelo

Especificamente, no editorial *Renegociar Clausulas del Tratado de Itaipú*, daquele 1º de julho, o periódico *ABC Color* já afirmava que o Tratado de Itaipu não só era demasiadamente favorável ao Brasil, como também era desigual. De acordo com o editor, as injustiças jurídicas decorreriam do preço pago pela energia paraguaia, produzida pela usina, do prazo de 50 anos em que o Paraguai estaria obrigado a fornecer eletricidade ao Brasil, e das assimetrias na administração do empreendimento, argumentos reiterados, quase que, *ipsis litteris*, no tocante ao preço da energia, pelo jornal *Ultima Hora*, em 11 de novembro de 1983, no editorial *La Venta de Energía*, e, em relação à administração da empresa, no editorial *No avalar oscuro manejo de intereses en Itaipú* de 15 de dezembro de 1993, quando afirmam, respectivamente, que:

Lo que hemos de negociar es nada menos que el precio de la energía que vendemos a Brasil. La razón es simple. Nuestro país venderá a su consocio la mayor parte de la energía de Itaipú, por exigencia del Tratado de 1973 y porque nuestra utilización no será total, permitiéndonos comercializar el excedente de la energía. Lo que estipulara el tratado a esta materia es una compensación ínfima, prácticamente nula, conforme se anticipara hace varios años tras la crisis energética mundial, debiendo se por ello renegociar necesariamente los precios para que sean reales y compensatorios¹⁵⁹ (ULTIMA HORA, 1983).

[...] con el control de las direcciones Financieras y Técnica, el Brasil seguirá teniendo preeminencia en la Administración de Itaipú por tiempo indefinido. Que no está obligado a entablar con el Paraguay nuevas negociaciones para establecer en Itaipú una estructura equilibrado, de real paridad binacional¹⁶⁰ (ULTIMA HORA, 1993).

qual passava seu arquivo, somente, foi franqueado ao estudo 86 editoriais, espaçadamente datados, entre os anos de 1973, 1974, 1976, 1977, 1980-1983, 2012 e 2013. No *Ultima Hora*, em razão de natureza interna e administrativa do Jornal, a pesquisa só teve acesso a 339 artigos, sendo 116 editoriais e 223 matérias jornalísticas, principalmente, contidas nos cadernos de economia e de política, escritos durante 1981 e 1989, e no ano de 1993, o que demonstra que a média estimada, em 30 dias, como fator de periodicidade a respeito da presença de matérias contrárias ao Tratado de Itaipu, nesses meios de comunicação, está subestimada. Ademais, não foi possível a realização de pesquisa junto à biblioteca nacional do Paraguai, já que, em 2013, a instituição se encontrava fechada, em razão de reformas estruturais, impossibilitando que as opiniões do jornal *La Tribuna*, importante periódico paraguaio, existente entre 1925 e 1983, fossem também analisadas.

¹⁵⁹ O que temos de negociar é nada menos que o preço da energia vendida ao Brasil. A razão é simples. Nosso país venderá a seu sócio a maior parte da energia produzida por Itaipu, por exigência do Tratado de 1973 e porque nossa utilização da energia não será total, o que permite a comercialização de seu excedente. O que estipula o tratado a respeito dessa matéria é uma compensação ínfima, praticamente nula, conforme, já se havia antecipado, há muitos anos atrás, após a crise energética mundial, devendo-se renegociar, necessariamente, os preços para que esses fossem reais e compensatórios (tradução nossa).

¹⁶⁰ Com o controle das diretorias técnico-financeiras, o Brasil seguirá proeminente, por um tempo indeterminando, na administração de Itaipu. Que não está obrigado, por seu prazo definitivo, a estabelecer com o Paraguai novas negociações para estabelecer, em Itaipu, uma estrutura equilibrada, de real paridade binacional (tradução nossa).

Ainda que as críticas ao Tratado de Itaipu, oriundas da imprensa escrita guarani, tenham tido sua periodicidade subdimensionada, a semelhança entre esses argumentos jornalísticos e as propostas governamentais de Fernando Lugo possibilita que esse fenômeno seja interpretado à luz do amálgama entre o conceito de Forças Profundas, criado por Pierre Renouvin, e o de Opinião Pública, interpretado sob o enfoque histórico-teórico, pela historiadora Tânia Manzur. Por meio da união entre esses dois conceitos, conclui-se que a percepção negativa decorrente da assinatura do Tratado de Itaipu, primeiramente, consolidou-se como consenso no âmbito da opinião pública, em razão da capacidade dos jornais analisados de refletiram e condicionaram as correntes de opinião paraguaias, para, posteriormente, emergir como força profunda capaz de constranger as ações dos tomadores de decisão, o que, no caso de Fernando Lugo, se demonstra factível, visto que o novo Governo ascendeu ao poder, com o intuito de representar os anseios da sociedade guarani, o que, também, se materializaria por meio da criação de um novo modelo político, totalmente diferente daquele exercido pelos colorados.

Especificamente, ao interpretar Renouvin, Frank (2003, p. 52) afirma que as forças profundas devem ser tomadas como instrumentos de análise por meio dos quais o historiador de relações internacionais deve procurar entender os movimentos responsáveis pela subversão da ordem internacional, demonstrando que mentalidades e estereótipos, também, pode constranger a ação dos governantes. Dessa forma, quando Manzur (2008) afirma a importância da imprensa, como espelho e indutor de opiniões e de tendências, evidencia-se a função daqueles dois periódicos, no processo de constituição da opinião pública a respeito dos aspectos negativos relacionados ao Tratado de Itaipu, que, embora sejam distorcidos, não deixam de exercer influência sob os tomadores de decisão paraguaios. Nesse sentido, por que, somente após quase 30 anos, essas considerações passaram a constranger a tomada de decisão do executivo paraguaio?

Como resposta a essa indagação, Gustavo Cudas afirma que a incorporação do pleito pela renegociação do Tratado de 1973 como plataforma política, ocorreu, somente com a ascensão de Fernando Lugo. De acordo com o ex-diretor paraguaio de Itaipu, isso foi decorrente de dois motivos: 1) a gestão da ANR a respeito do tema; e 2) a emergência de um Governo

verdadeiramente de esquerda. Na opinião de Cudas (vide Apêndice C), com a ascensão de Lugo, procurou-se romper o legado de Alfredo Stroessner, ainda existente junto à chancelaria guarani. Dessa forma, à época dos governos colorados, não só não houve vontade para resignificar as relações, como também os ajustes, até então realizados no Tratado de Itaipu, puderam ser feitas, no âmbito administrativo da própria empresa binacional.

Ademais, Cudas recorda-se que, durante a década de 1970, a questão dos *Salto del Guairá* e posteriormente da negociação e da construção de Itaipu foram dois temas que muito influenciaram o patriotismo e o espírito antiditatorial dos paraguaios, uma vez que, ainda de acordo com ele, a forma como aquele acordo havia sido negociada, deixava claro a entrega de valiosa riqueza guarani a um governo estrangeiro. Dessa forma, as críticas ao Tratado de Itaipu, quando perpetradas pela ANR, devem ser entendidas como símbolo de um ãnacionalismo de ocasião ou ainda de um discurso de conveniência, o que contrasta com os posicionamentos da APC, visto que, durante o Governo de Lugo, não só as críticas ao acordo de 1973 foram incorporadas ao discurso oficial do Estado paraguaio, como também o ex-prelado reeditou as discussões a respeito do estreitamento dos laços com o Brasil, ocorridas, durante a década de 1970 (vide Apêndice C).

Em virtude dos fatos mencionados, pode-se afirmar que a chegada de Fernando Lugo à Presidência paraguaia exacerbou o discurso autonomista e a busca pelo desenvolvimento. Nesse sentido, a questão dos ajustes no Tratado de Itaipu tornou-se importante na plataforma do governo que se iniciava, já que, à luz da opinião pública, uma das manifestações das forças profundas, aquele acordo fora assinando, em condições desleais, o que colocou a procura por um novo entendimento a respeito do tema como símbolo da capacidade de autonomia do Paraguai e como meio para viabilizar o desenvolvimento propagado pelo Governo de Lugo.

3.2 O processo de ratificação das alterações do Anexo C do Tratado de Itaipu pelo Parlamento brasileiro: entre transigentes e renitentes¹⁶¹

Como alicerce para a explanação dos motivos que possibilitaram a renegociação do Tratado de Itaipu, recorrer-se-á ao embate parlamentar ocorrido no Congresso Nacional brasileiro, entre os meses de abril e maio de 2011, embate esse referente à ratificação da nota reversal responsável pelo aumento do montante pago pelo Brasil, com vistas à utilização da energia produzida do lado paraguaio, na hidrelétrica de Itaipu. Nas discussões entre os parlamentares, evidenciaram-se os mais diferentes argumentos a respeito da renegociação do Tratado.

O envolvimento dos partidos políticos nos assuntos de política externa ou ainda no debate a respeito da inserção internacional brasileira não é algo recente. A realização de rápida regressão a respeito da formação política nacional demonstra que, já no tempo do processo de independência, os Partidos Brasileiro e Português se digladiaram a respeito da manutenção dos vínculos entre os Reinos do Brasil e o de Portugal e Algarves. Durante o Império do Brasil, ainda que houvesse a sintonia de pensamentos entre Liberais e Conservadores, houve a politização do tema da industrialização, como apontado por Bueno e Cervo (2002, p. 69), ao afirmar que ãeram os conservadores os mais propensos à proteção do trabalho e da atividade interna do que os liberais,õ o que desencadeou a adoção de políticas específicas relacionadas ao comércio exterior brasileiro, dependendo da façãõ política que se encontrava no poder.

Com a proclamação da República e o fim do regime monárquico-parlamentarista, o Congresso nacional e, por consequência, os partidos políticos não deixaram de se manifestar a respeito dos temas relativos à inserção internacional do Brasil. Almeida (1992) realiza levantamento a respeito das temáticas que mobilizaram a atuação parlamentar, durante a República Liberal, como, por exemplo, no segundo governo de Getúlio Vargas, quando foi negociada a assinatura do Acordo de Assistência Militar entre Brasil e Estados Unidos da América, em 1952, e Manzur (2009) dissecou o período da Política Externa Independente, demonstrando que cada partido político possuía um conjunto de valores relacionados ao modelo de desenvolvimento nacional, tema esse que, indubitavelmente, perpassava pelo

¹⁶¹ Uma resumo dos pronunciamentos parlamentares a respeito do tema em tela pode ser encontrado nos anexos H e I.

projeto de inserção internacional do Brasil. De acordo com Manzur (2009, p. 75), "Grande parte do PSD [Partido Social Democrático] e do PTB [Partido Trabalhista Brasileiro] se identificava com o nacionalismo desenvolvimentista [...] [ao passo que] a UDN [União Democrática Nacional] [...] era ligada ao associacionismo liberal".

Não obstante, o processo de redemocratização, oriundo do ocaso do período governado pela aliança cívico-militar, ocorrido entre 1964 e 1985, possibilitou a emergência de novas concepções a respeito do envolvimento dos partidos políticos na área de política externa. Em evento realizado pelo Ministério de Relações Exteriores, no primeiro trimestre de 1993, intitulado "Reflexões sobre a Política Externa Brasileira", os articuladores políticos e os intelectuais oriundos da chancelaria já duvidavam a respeito da continuidade de baixa articulação interna a respeito da política externa. De acordo com o documento-síntese oriundo desse evento, a democratização, a possibilidade de arranjos internacionais, como o caso do Mercosul, afetar mais diretamente a sociedade brasileira, em seu cotidiano, o debate sobre o federalismo, oriunda da Carta Magna de 1988, a multiplicação e a importância de organizações não governamentais interessadas e envolvidas na temática internacional e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas tenderiam a aumentar a participação da sociedade, incluindo os partidos políticos, no processo de articulação da política externa brasileira (MRE, 1993, p. 39).

Quase 20 anos depois, Mesquita (2011), Onuki e Oliveira (2010) entendem que o então aumento do envolvimento da sociedade e, por extensão, dos partidos políticos, aventado pela Casa de Rio Branco, no início da década de 1990, tomou forma. De acordo com Mesquita (2011, p. 2), Onuki e Oliveira (2010, p. 144), "a influência direta dos partidos políticos sobre a tomada de decisão no âmbito executivo [...], [e] [a] influência indireta, por meio do legislativo, através da dinâmica de pesos e contrapesos no processo de formulação e implementação de políticas possibilitou que os partidos [...] iniciassem um pensamento em política externa, incorporando em seus programas pontos distintos de atuação em política externa [...]. Consequentemente, o desafio, perpassante ao estudo do envolvimento de partidos políticos na condução da política externa, após a redemocratização do sistema político nacional, consiste no mapeamento das posições das agremiações partidárias no processo de decisão de política externa, o que, no caso deste trabalho, consiste, somente, no estudo dos

posicionamentos partidários a respeito da renegociação do Tratado de Itaipu, com o intuito de compreender os matizes dados a política externa brasileira pelo Partido dos Trabalhadores.

Essencialmente, enquanto os parlamentares contrários à ratificação do instrumento entendiam a concessão brasileira como um acordo entre dois governos ideologicamente alinhados, já que, de acordo com o Tratado de Itaipu, suas alterações deveriam ocorrer somente, em 2023, os deputados e os senadores governistas defendiam a decisão do Poder Executivo por meio de argumentos relacionados à necessidade de mitigar assimetrias regionais e de fortalecer o Mercosul. Dessa forma, como será detalhado mais adiante, observa-se evidente antagonismo a respeito dos meios factíveis para o revigoramento e a diminuição das disparidades no seio do projeto de integração do Cone Sul, já que, enquanto os parlamentares do Partido da Social Democracia Brasileira, representantes da oposição, advogam pelo fortalecimento do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), como meio de estreitar a cooperação entre Brasil e Paraguai, o Partido dos Trabalhadores, representante do Governo, opta pela defesa do aumento do montante pago pela energia de Itaipu.

É válido notar a existência de nuances jurídicas a respeito da fiscalização orçamentária da hidrelétrica de Itaipu e do Focem. Diferentemente dos recursos do Fundo, que estão contemplados pela Lei de Diretrizes Orçamentária brasileira, e, por isso, passíveis de controle pelos órgãos nacionais, os valores pagos pelo Brasil ao Paraguai relacionados à cessão de energia não podem ser auditados por entidades de controle ou brasileiras ou paraguaias, visto que a empresa Itaipu Binacional é entendida distinta dos Governos brasileiro e paraguaio e ainda das entidades responsáveis pela administração do setor energético em ambos os países, no caso do Brasil, as Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobras) e, no do país vizinho, *Administración Nacional de Eletrecidad* (ANDE).

Não obstante e de acordo com o líder partidário Bruno Araújo (PSDB/PE), o Governo brasileiro deveria optar pela transferência de valores ao Paraguai, por meio do Focem, já que os recursos poderiam ser fiscalizados pelas autoridades brasileiras no intuito de identificar se a propalada diminuição de assimetrias regionais, defendida pelo Governo do Partido dos Trabalhadores estaria ocorrendo. Essa alternativa não só fortaleceria a cooperação entre os membros do Mercosul, como também garantiria que o elevado montante destinado ao país vizinho, ó algo em torno de US\$ 6 bilhões entre os anos de 2011 e de 2023 ó, seria utilizado

na realização de projetos destinados a mitigação das assimetrias entre Brasil e Paraguai. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 162.31).

Entre abril de 2011 e maio de 2011, o projeto de decreto legislativo de número 115 responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas, em 1º de setembro de 2009, pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Armino Lugo Méndez, cumpriu o trâmite na Câmara dos Deputados e no Senado Federal brasileiros, conforme o artigo 49 da Constituição Federal de 1988 que versa a respeito da competência exclusiva do Congresso Nacional para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Nas duas casas legislativas, o embate entre opositores e governistas foi acirrado. Tanto no Senado quanto na Câmara, os debates a respeito do tema duraram, em média, quatro horas; porém, na câmara baixa, o bloco oposicionista utilizou-se dos mais distintos instrumentos legislativos, como os relacionados a manobras para retirada da matéria da pauta do dia, de adiamento de discussão e de votação do projeto, para postergar a sessão deliberativa¹⁶².

À luz da leitura das atas legislativas referentes às sessões de 2011, fica evidente a polarização entre governo e oposição, como será demonstrado ao longo do texto, por meio da argumentação dos parlamentares, a respeito da renegociação do Tratado de Itaipu. Dos 52 parlamentares que se pronunciaram a respeito do tema, 11 senadores e 13 deputados o fizeram contrariamente, e 28 defenderam a posição governamental, sobretudo, no Senado, onde 16

¹⁶² De acordo com Pacheco (2013), as deliberações acerca dos projetos de lei obedecem a rito específico, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e os regimentos internos do Congresso Nacional. Em linhas gerais, tendo em vista o sistema bicameral adotado pela República Federativa do Brasil, todo projeto de lei deve passar pelas comissões e pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, excluindo as matérias passíveis de poder conclusivo de deliberação das comissões.

Ainda de acordo como rito congressual, quando uma matéria é encaminhada ao Congresso Nacional, essa é distribuída às comissões responsáveis pela temática, e, nas comissões, um relator é designado para emitir parecer sobre a matéria, dividido em duas partes: o relatório que versa sobre a matéria e o voto, onde se encontra a opinião fundamentada do relator a respeito da aprovação ou rejeição do projeto de lei.

Após a emissão do parecer, esse é encaminhado para o plenário, onde será votado. Antes da votação, a matéria é colocada em discussão, momento oportuno para que os membros da casa legislativa apresentem emendas ao projeto. Quando já não há oradores inscritos, o presidente da sessão declara o fim das discussões, e a matéria é posta em votação, ou de maneira simbólica ou de maneira nominal.

senadores foram à tribuna para esclarecer e dirimir alguma dúvida a respeito da decisão do Poder Executivo sobre o tema (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011; CONGRESSO NACIONAL, 2011).

Em linhas gerais, por meio da análise do embate parlamentar, realizada por este autor e com o intuito de sintetizar o pensamento oriundo do Parlamento, entende-se aqui que se desvelam duas correntes majoritárias de opinião sobre o modo de tratar a questão da renegociação do Tratado de Itaipu. Essas correntes serão analisadas, em detalhes, mais adiante, e podem ter suas linhas gerais de pensamento resumidas da seguinte forma: de um lado, os **transigentes** manifestaram seu apoio à ratificação do acordo, tendo em vista a condição do Brasil, como o país mais próspero da região, e as consequentes responsabilidades no tocante a transferência de recursos com vistas a mitigar as assimetrias regionais; do outro, os **renitentes** entendiam que a renegociação do Anexo C do Tratado de Itaipu seria característica do novo matiz dado à política externa pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, caracterizada pelo companheirismo político, pela solidariedade e pelo sentimentalismo, nas palavras do líder da oposição no Senado, o senador Álvaro Dias (PSBD/PR) (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p. 551).

Não obstante, deve-se deixar claro que essas categorias analíticas foram por mim criadas com o intuito de lançar luz sobre o debate a respeito da renegociação do Tratado de Itaipu. Consequentemente, o objetivo dessa categorização foi singularizar duas correntes principais e antagônicas, o que, necessariamente, não significa a inexistência de posicionamentos distintos daqueles dois grupos; mas, à luz das pesquisas, podem ser considerados pouco expressivos.

Ainda que este trabalho não tenha como objetivo detalhar a formação de coalizões legislativas, é válido ressaltar que, enquanto os **renitentes** eram oriundos, prioritariamente, do Partido da Social Democracia Brasileira, dos Democratas, do Partido Popular Socialista e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, a plêiade a favor da aprovação da nota reversal era composta pelas parlamentares do Partido dos Trabalhadores, do Partido Democrático Trabalhista, do Partido Republicano Brasileiro, do Partido Socialismo e Liberdade, do Partido Progressista, do Partido Comunista do Brasil, do Partido Trabalhista Brasileiro, do Partido da República e também do Partido do Movimento Democrático

Brasileiro e do Partido Popular Socialista. Esses dois grandes grupos ou coalizações informais de partidos que, no decorrer do embate parlamentar, apresentaram posições distintas.

É importante notar que, por vezes, havia posicionamentos divergentes até mesmo no âmbito dos próprios partidos. Especificamente, no caso do PPS, ocorreram divergências no tocante aos posicionamentos no Senado e na Câmara. O senador mineiro Itamar Franco realizou contundente pronunciamento a respeito da articulação ideológica entre os governos paraguaio-brasileiros e da inviabilidade econômica do acordo, o que, segundo o senador (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p. 554), era símbolo do desconhecimento que o Senado da República tem dos custos envolvidos e [das] dúvidas quanto à efetiva necessidade de majoração da tarifa. Contrariamente, o deputado paranaense Rubens Bueno colocou-se favorável à aprovação da renegociação do Tratado, ao afirmar que foi feita no melhor interesse para o Paraná, para o Brasil e para o Paraguai no contexto da integração (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 16.252).

Outro caso foi a querela entre parlamentares do PMDB no âmbito do Senado. O senador pernambucano Jarbas Vasconcelos demonstrou seu descontentamento com o projeto do governo, ao votar contrariamente ao relatório favorável à matéria, quando o tema foi deliberado junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o que contrastou com os votos de seus correligionários com assento na Comissão, os senadores Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rêgo e Pedro Simon.

Especificamente, o posicionamento contrário de Vasconcelos tornou-se ainda mais claro, quando ocorreram as discussões entre ele e seus colegas de partido, o paranaense Roberto Requião e o gaúcho Pedro Simon, a respeito da matéria, no momento de sua votação, no plenário do Senado. Enquanto Vasconcelos afirma que o presente projeto de decreto legislativo [...] tem cunho exclusivamente ideológico e serviu de instrumento para que o Presidente Lula ajudasse a viabilizar o governo de Fernando Lugo (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p. 558), Requião e Simon entendem, respectivamente, a aprovação das notas reversais como o tratado do amor, da solidariedade, da visão civilizatória sul-americana (CONGRESSO NACIONAL, 2011 p.560) e como meio para avançar a integração sul-americana (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p. 574).

À luz de metodologia desenvolvida por Zucco (2009), podemos empreender classificação dos blocos existentes na votação a respeito do Tratado a partir de vertentes ideológicas em um espectro que cobre desde a extrema esquerda até a extrema direita. Zucco (2009) entende que existe uma tendência de os parlamentares se declararem mais à esquerda do espectro político, fenômeno conhecido como "Direita Envergonhada" (Pierucci 1987, Rodrigues 1987), e que há decrescente importância das ideologias no tocante às votações no Congresso Nacional; porém o autor desenvolveu metodologia que classifica os partidos políticos brasileiros, de acordo com seu posicionamento no tocante ao tipo de sistema econômico mais viável para Brasil.

O cientista político criou uma escala entre 0 e 10, em que, quanto mais próximo ao lado esquerdo da escala, maior seria a perspectiva de o parlamentar concordar com a afirmação de que o capital privado deveria ser totalmente afastado dos principais setores econômicos, o que tornaria o Estado o principal ator econômico; e, inversamente, quanto mais à direita, maior seria a tendência de o legislador entender que a economia brasileira deveria ser caracterizada pela ínfima participação do Estado, o que daria predominância aos agentes econômicos privados. Nesse sentido, de acordo com o anexo G deste trabalho, os partidos contrários à ratificação das mudanças no Tratado de Itaipu seriam classificados como pertencentes a uma aliança de centro-direita, e os, a favor, como um aglomerado partidário com fins pragmáticos, haja vista a existência de partidos que se encontram, completamente, à direita do espectro político, como é o caso do PR, como também à esquerda, como, por exemplo, o PSOL.

Especificamente, como pode ser percebido, ainda no anexo G, o grupo favorável à aprovação de reconsiderações aos termos do Tratado de Itaipu era composto majoritariamente pelos parlamentares do PT, líder entre os partidos da situação, enquanto a agremiação contrária, pelos membros do PSDB, o maior partido de oposição. Essa constatação corrobora a perspectiva que, especificamente, nesse tema, os dois mais importantes partidos políticos da Nova República, antagônicos no discurso, protagonizaram um verdadeiro embate a respeito de temas relacionados à inserção internacional do Brasil.

Ainda que haja discordâncias no seio de alguns partidos, entende-se que o embate a respeito da renegociação do Tratado de Itaipu pode ser entendido como uma disputa entre coalizões partidárias. No âmbito da Câmara dos Deputados, dos 340 parlamentares presentes na votação

do projeto, apenas 11 membros votaram (3,24%), diferentemente, de sua orientação partidária, como, por exemplo, no caso do deputado governista Luiz Couto (PT/PB), contrário à aceitação do projeto, e do opositor Paulo Magalhães (DEM/BA), que votou, afirmativamente, pela aceitação da matéria.

No âmbito do Senado, o contraste entre a orientação partidária e pessoal é ainda menor, uma vez que a oposição dos senadores Itamar Franco e Jarbas Vasconcelos pode ser explicada por conjunturas específicas, e pelo isolamento desses parlamentares no âmbito de seus partidos. No caso de Vasconcelos, seu afastamento em relação ao grupo governista do PDMB relaciona-se à derrota de seu grupo político em âmbito estadual (NOGUEIRA, 2014), e, no de Itamar Franco, a sua própria eleição, apoiada pelo grupo do senador Aécio Neves, principal nome de oposição do PSDB ao governo do Partido dos Trabalhadores (KRAMER, 2011).

Em linhas gerais, ressalta-se que este trabalho não procura entender se as tendências, aqui, desveladas também ecoam nas demais temáticas cuja relação entre política interna e internacional se apresentam no Congresso Nacional. Especificamente, o amálgama entre a metodologia desenvolvida por Zucco (2009) e a análise do posicionamento político partidário na votação das alterações do Anexo C do Tratado de Itaipu procurou demonstrar a existência do embate entre os dois principais partidos do atual contexto nacional no tocante ao tema em tela. Esse embate pode ser comprovado não só pelo tom dado pelos parlamentares desses diferentes grupos políticos à discussão da matéria, como também pela utilização do espectro de Zucco (2009), presente no anexo G, em que o PT se posiciona como moderado partido de esquerda e o PSDB, também como partido moderado, porém no âmbito da direita ideológica.

Como pôde ser notado, o debate em torno da renegociação do Tratado de Itaipu dividiu o Congresso Nacional entre duas facções, os **transigentes** ó aqueles responsáveis pelo apoio à ratificação do instrumento, e os **renitentes** ó o grupo de parlamentares que entendiam que não havia motivos para a renegociação do instrumento. Ademais, nota-se a existência de estreita relação entre os **transigentes** e os parlamentares da base de sustentação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, composto por um arco de aliança partidária sem coesão ideológica, e os **renitentes** e o grupo de oposição ao governo, formado pela coalização entre o PSDB e o DEM. Consequentemente, o debate polarizado entre PT e PSDB extrapolou o âmbito da política doméstica, e, no caso da ratificação daquele Tratado, emergiu na temática a respeito

da inserção internacional do Brasil. Tendo isso, analisar-se-ão, mais especificamente, as características pertencentes a cada corrente de opinião.

3.2.1 Os Transigentes

Como afirmando anteriormente, a análise do embate parlamentar, relacionando à ratificação das alterações no Tratado de Itaipu, possibilita a classificação dos congressistas brasileiros, que se pronunciaram a respeito desse tema, em duas grandes correntes de opinião: os **transigentes** articulados em torno do Partido dos Trabalhadores e responsáveis pelo apoio à aprovação desse instrumento, e os **renitentes**, formados pela articulação entre o PSDB e o DEM e responsáveis pela oposição ao acordo assinado entre Brasil e Paraguai.

Em linhas gerais, a lógica inerente à corrente dos **transigentes** caracteriza-se pela atualização de argumentos econômicos, como a diferença de preço entre a energia produzida pela hidrelétrica de Itaipu e pelas demais unidades geradoras brasileiras, de ideias a respeito da inserção internacional do Brasil, como, por exemplo, o papel preponderante do Brasil, na América do Sul, em decorrência de sua pujança econômica, e do componente solidário que deveria existir na relação entre brasileiros e paraguaios. Nesse sentido, os **transigentes** entendiam que o Parlamento brasileiro deveria apoiar a ratificação da nota reversal assinada pelos presidentes Lula e Lugo, uma vez que a aprovação desse instrumento deve ser tomada como símbolo da atuação internacional de um país que tem consciência de sua grandeza econômica e política, em âmbito regional, e, por isso, demonstra-se solidário com o país vizinho, ainda mais quando a realidade desse parceiro se caracteriza pela existência de um quadro socioeconômico de subdesenvolvimento. Conseqüentemente, o montante destinado à mitigação dessa condição seria tão irrelevante aos cofres brasileiros, caso o mesmo fosse tomando, proporcionalmente, em relação ao produto interno bruto nacional.

No tocante à diferença de preço existente entre o valor pago pela energia gerada pela hidrelétrica de Itaipu e as demais unidades geradoras brasileiras, o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) defendeu a aprovação do arranjo intergovernamental por meio da realidade dos preços, no setor energético nacional. De acordo com Cunha (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 16.281), enquanto o Governo brasileiro condicionou a emissão de concessões, por meio de leilão, para a realização das hidrelétricas de Belo Monte, no Pará, de Jirau e de Santo

Antônio, ambas no estado de Rondônia, ao fornecimento de energia elétrica a um preço de R\$ 70,00 megawatt/hora, pelo prazo de 30 anos, o Brasil, após quase 40 anos da assinatura do Tratado de Itaipu, iria pagar ao Paraguai, após a ratificação do Tratado, o módico valor de R\$ 15,00 megawatt/hora, o que, de acordo com o deputado, não caracterizaria nenhum absurdo.

No embate ocorrido no Senado Federal, ao argumento defendido na Câmara dos deputados a respeito do baixo preço pago pelo Brasil com vistas à utilização da energia elétrica gerada pelo Paraguai, agrega-se o dos ganhos econômicos relacionados ao processo de integração regional do qual Brasil e Paraguai fazem parte, o Mercosul. Os senadores Francisco Dornelles (PP/RJ), Lindbergh Farias (PT/RJ) e Eduardo Suplicy (PT/SP) são os mais contundentes no sentido de relacionar a renegociação do Tratado de Itaipu aos ganhos comerciais brasileiros, oriundos da criação do Mercosul. De acordo com Lindbergh Farias (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p. 563), no ano de 2008, o setor produtivo brasileiro teria exportado US\$ 22,6 bilhões para esse mercado comum, resultando em um saldo comercial positivo de US\$ 6 bilhões.

Ademais, o senador Dornelles (PP/RJ) afirma que o saldo comercial brasileiro em relação ao país vizinho seria de US\$ 2 bilhões, o que seria dez vezes maior que o valor proposta para o aumento da tarifa paga pelos brasileiros aos paraguaios, no que se refere ao pagamento da energia de Itaipu. Nesse sentido, o Governo brasileiro estaria concedendo muito pouco ao Paraguai, em virtude da preponderância econômica brasileira no tocante ao relacionamento entre as duas nações.

Naquela mesma sessão, o senador paulistano Eduardo Suplicy (PT/SP) foi o que mais detalhadamente expressou o nexo entre a renegociação do Tratado e a densidade das relações econômicas brasileiro-paraguaias. De acordo com Suplicy, o Brasil seria o país que mais se beneficiaria do processo de integração do Cone Sul, visto que 93% das exportações brasileiras para o bloco seriam de produtos industrializados, e, especificamente, no tocante ao Paraguai, existiria a densa presença de investimentos brasileiros no país vizinho, como os das empresas Braskem (petroquímicos), Odebrecht (construção civil), Banco do Brasil (finanças) e Petrobras (distribuição de combustíveis), para citar os mais importantes. Consequentemente e reafirmando o argumento do senador Francisco Dornelles, a relação entre o saldo comercial brasileiro em relação ao Paraguai e os investimentos nesse país justificaria completamente o

aumento do montante pago pela energia de Itaipu. (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p. 577).

Com o intuito de fortalecer o argumento apresentado pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e ainda que haja uma discrepância entre os valores apresentados pelos parlamentares, os senadores Delcídio Amaral (PT/MS) e Humberto Costa (PT/PE) afirmaram que, em 2009, o valor médio da energia produzida, no Brasil, correspondeu a aproximadamente R\$ 75,00 megawatt/hora, e preço paraguaio a US\$ 40,00 megawatt/hora. Consequentemente, considerando o valor da taxa de cambio entre o Dólar e o Real, à época, de R\$ 1,60, seria favorável o aumento de preço, visto que o novo preço pago ao Paraguai seria de R\$ 73,00 megawatt/hora, ainda inferior aos R\$ 75,00 megawatt/hora do mercado brasileiro e aos R\$ 80,00 megawatt/hora dos leilões futuros de energia, realizados, naquele ano de 2009.

Não obstante, a senadora Vanessa Grazziotin (PC do B/AM) afirmou que os preços informados por aqueles senadores já se encontravam anacrônicos. De acordo com a Senadora (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p. 565), no ano de 2009, o valor do megawatt/hora brasileiro foi de R\$ 137,00. Dessa forma, a diferença entre os R\$ 137,00 megawatt/hora, produzidos no Brasil, e os R\$ 73,00 megawatt/hora, no Paraguai, ainda resultaria em uma economia de R\$ 64,00 megawatt/hora ao setor elétrico nacional.

Em referência à inserção internacional brasileira, na América do Sul, o deputado Paulo Teixeira (PT/SP) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 16.233-34), entendeu que existiriam dois modelos de integração no mundo: o *North American Free Trade Agreement*, representado pelos EUA, e a União Europeia, liderada pela Alemanha e pela França. Teixeira entende que, enquanto o modelo do Nafta não considera os aspectos sociais, o da EU caracteriza-se pela equalização das diferenças entre os países do bloco, o que possibilitou a emergência de um mercado homogêneo, caracterizado pela similitude do desenvolvimento econômico e pela livre circulação de pessoas. Ainda de acordo com o Deputado, o Governo brasileiro deveria rechaçar o modelo do Nafta e procurar a integração por meio do desenvolvimento que logre a distribuição de renda, o aumento da classe média e do mercado interno, e a industrialização dos países vizinhos. Nas palavras de Paulo Teixeira (PT/SP) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011, P. 16234)

Nós queremos uma integração sul-americana capaz de fazer com que o Paraguai não seja o terceiro pior PIB da América do Sul [...] Queremos a integração pela via do desenvolvimento. Recusamos a integração norte-americana do muro que separa México e Estados Unidos [...] Vamos promover o desenvolvimento do Brasil; vamos nos integrar com os países sul-americanos e contribuir para o desenvolvimento dos demais países. [...] O Brasil quer uma humanidade em que todos tenham acesso à riqueza. [...] nós não queremos erradicar a pobreza aqui e que o nosso vizinho ao lado fique morrendo de fome. Esse raciocínio não passa pelas nossas cabeças: nós nos desenvolvermos, e o nosso vizinho morrendo de fome, com crise política e crise social. Esta não é a nossa maneira de ver as coisas.

Em aditamento ao posicionamento do deputado Teixeira, Os senadores Crivella (PRB/RJ) e João Pedro (PT/AM) entendem que a renegociação de Itaipu deve ser colocada no bojo do parágrafo único do quarto artigo da carta magna nacional, determinando, como princípio fundamental, que a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. O senador amazonense (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p.541) chega a afirmar que é constitucional tratarmos de forma diferente um país como o Paraguai, tendo em vista que o país guarani se insere geograficamente na América Latina, e, conseqüentemente, esse tratamento diferenciado fortaleceria a integração de dois povos latino-americanos.

Ainda no tocante à posição brasileira na América do Sul, os senadores Cristovam Buarque (PDT/DF), Pedro Simon (PMDB/RS) e Delcídio Amaral (PT/MS) entenderam que, além de fortalecer o Mercosul, a renegociação do Tratado de 1973 inseria-se no comportamento de líder desempenhado pelo Brasil, em sua região. Nas palavras de Pedro Simon (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p.573-574):

O Brasil vem ocupando uma posição importante no universo e, de modo especial, na América do Sul. O Brasil entende e eu entendo esta posição brasileira como a mais absoluta e a mais correta: a integração [...]. É muito importante a posição do Brasil na América do Sul hoje. Nosso grande adversário são os Estados Unidos, que não querem o Mercosul, que não querem os países da América Latina integrados, que querem acordos isolados [...] Não quero o Brasil, fantástico no mundo, cercado de miséria. Que cresça a Argentina, que cresça o Paraguai, que cresça o Uruguai, porque todos nós juntos haveremos de avançar. [...] Por isso, voto a favor. Voto a favor [...].

Como notado, os **transigentes** procuram racionalizar o posicionamento brasileiro, por meio do vínculo entre preceitos constitucionais e liderança regional. De acordo com esse raciocínio,

o aumento da energia à Itaipu seria uma das ações que o líder regional realizaria para que se consolidasse a integração latino-americana.

Certamente, é na seara dos argumentos que versam a respeito da solidariedade entre brasileiros e paraguaios, que se encontra o cerne da argumentação dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores, e de onde é oriunda a maior quantidade de membro da corrente de opinião dos **transigentes**, já que todos os parlamentares petistas se utilizaram de argumentos relacionados à solidariedade com os povos vizinhos, como justificativa para a ratificação do acordo estabelecido entre os governos de Lula e de Lugo.

A lógica desse raciocínio embasa-se na percepção de que o aumento do valor pago pela energia elétrica ao Paraguai se justifica pela condição de pobreza e de miséria enfrentadas pelo país guarani. Consequentemente, o montante adicional pago ao Paraguai seria destinado ao combate à pobreza e à miséria, o que tornaria o país vizinho menos desigual, e, como resultado, fortaleceria o processo de integração brasileiro-paraguaio, visto que, de acordo com Fernando Ferro (PT/SP), ãa iniciativa [...] aprofunda os laços entre Brasil e Paraguai e proporciona maior justiça à relação entre as duas naçõesö (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 16.274).

Certamente, entre os integrantes da corrente solidária oriundos da Câmara baixa, o deputado Paulo Teixeira (PT/SP) foi quem conseguiu sintetizar, de forma mais clara, a lógica incorporada à assinatura da nota reversal entre os presidentes Lula e Lugo. Utilizando o argumento histórico a respeito da construção da hidrelétrica de Itaipu, como instrumento mitigador da conturbada relação entre Brasil e Paraguai, oriunda da querela fronteiriça entre os dois países no período entre 1965 e 1966, o Deputado entende que a renegociação do Tratado de Itaipu sinaliza o pensamento do Partido dos Trabalhadores a respeito do projeto de integração sul-americano. De acordo com Teixeira, ãa Presidenta Dilma Rousseff não quer crise nos nossos vizinhos, quer distribuição de renda [...]. Essa é a grande diferença entre Democratas, [...] e [...] o nosso partidoö (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011 p. 16245), visto que o pensamento da oposição pode ser sintetizado por meio da seguinte frase: ãvocês não têm direito ao desenvolvimento, só nós temos o direito ao desenvolvimentoö (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 16.234).

Ainda no âmbito da solidariedade, os senadores Eduardo Suplicy (PT/SP) e Marinor Brito (PSOL/PA) entendem que o aumento do preço pago ao Paraguai pela energia de Itaipu seria uma forma de mitigar as assimetrias regionais sul-americanas, o que fortaleceria os governos da região e impediria a emergência de situações conturbadas no país vizinho. Ademais, Cristovam Buarque (PDT/DF) e Roberto Requião (PMDB/PR) entendem que uma postura brasileira não conciliatória poderia ser interpretada como imperialista, visto que o valor adicional pago aos paraguaios, caso comparado com o produto interno bruto brasileiro é ínfimo. De acordo com Buarque: “150, 200 milhões de dólares, quantia que tentei fazer em percentagem do nosso produto interno bruto, e não consegui colocar tantos zeros que têm que aparecer antes do número ó zeros não depois, zeros antes, zero vírgula zero, zero, zero” (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p.578).

Além desses argumentos, o componente da solidariedade é fortemente enfatizado pelos senadores Delcídio Amaral (PT/MS), quando afirma que “o Brasil tem que estender a mão para os seus países vizinhos” (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p.562), Roberto Requião, ao afirmar que “é dever humanitário, é dever da solidariedade latino-americana contribuir para a consolidação dessa evolução [desenvolvimento paraguaio]” (CONGRESSO NACIONAL, 2011 p.560), Lindbergh Farias (PT/RJ), ao dizer que “problemas estão [...] associados à pobreza e à desigualdade social [...]. [...] Negar-lhe [ao Paraguai] a possibilidade de aumentar em 10% as suas receitas fiscais, não contribuirá para resolver a situação” (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p.564), João Pedro (PT/AM) e Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) quando afirmam que a renegociação “diz respeito a uma relação que o Brasil deve ter com muita solidariedade, com [...] o país que é a fronteira do Brasil” (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p.541) e que “estamos falando com uma economia que é 70 vezes menor que a nossa [...], em um continente em que nós temos papel protagonista, [...] em um continente em que nós temos responsabilidades comuns” (CONGRESSO NACIONAL, 2011 p. 554), respectivamente. O senador Roberto Requião (PMDB/PR), ex-governador do Paraná, unidade da federação limítrofe ao Paraguai, é o que melhor resume os argumentos da bancada governista (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p.559-560):

Não quero dizer que as manifestações imperiais, que tentações imperialistas reproduzem-se aqui nas discussões sobre o tratado de Itaipu, mas devemos, sim, estar atentos a elas. [...] A modernização e o desenvolvimento do Paraguai são de nosso interesse. O Mercosul não avança, não se consolida como um forte bloco comercial se dentro dele remanescem diferenças tão

acentuadas. Não se trata de caridade [...]. Trata-se de justiça e de solidariedade. Solidariedade, internacionalismo humanista, visão de futuro, fortalecimento do Mercosul são pensamentos que devem guiar o nosso voto nesse acordo com o Paraguai. É o tratado do amor, da solidariedade, da visão civilizatória sul-americana.

Como notado, a ênfase dada à solidariedade entre os países da região é a tônica do discurso dos **transigentes** no tocante a renegociação do acordo de Itaipu. Esse argumento apresenta-se ora como um meio para mitigar as assimetrias regionais, ora como uma maneira de ajudar o povo guarani no caminho para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e próspera.

Não obstante, é justamente essa vertente solidária do argumento dos **transigentes** que é tão criticada pelo bloco oposicionista, forma pelos **renitentes**. De acordo com essa corrente de opinião, como será demonstrada mais adiante, essa característica é símbolo de sentimentalismo, de generosidade e de companheirismo político, dada à política externa brasileira, durante a permanência do Partido dos Trabalhadores na chefia do Poder Executivo.

3.2.2 Os Renitentes

Em linhas gerais, a lógica inerente à corrente dos **renitentes** caracteriza-se pela utilização de argumentos jurídicos a respeito da impossibilidade de renegociação do Tratado de Itaipu, e pela tentativa de conectar a iniciativa governamental a respeito do atendimento ao pleito paraguaio à diretriz política do Partido dos Trabalhadores, destinada à criação de um movimento de solidariedade que teria viabilizado a candidatura de Fernando Lugo à presidência do Paraguai. De acordo com essa corrente de opinião e com as palavras do deputado oposicionista Hugo Napoleão (DEM/PI) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 16.271), assim como no caso da expropriação das refinarias da Petrobrás, ocorrida em 2006, na Bolívia, durante o governo de Evo Morales, e no da expulsão da construtora Odebrecht, em 2008, pelo presidente equatoriano Rafael Correa, o Governo brasileiro, mais uma vez, agiu de forma leniente, quando acatou o pleito paraguaio, o que demonstraria a existência de um arco de alianças entre os governos caracterizados como progressistas, na região sul-americana.

Dos treze deputados que subiram à tribuna, quatro posicionaram-se contrariamente a ratificação do acordo com o Paraguai, tendo como justificativa os impedimentos jurídicos oriundos da negociação. Os deputados Bruno Araújo (PSBD/PE), Ronaldo Caiado

(DEM/GO), Fernando Fransischini (PSDB/PR) e Hugo Napoleão (DEM/PI) afirmam que a ratificação desse acordo, por parte da Câmara, representaria a chancela de parte do Congresso Nacional a uma irregularidade cometida pelo Poder Executivo. Certamente, o deputado Hugo Napoleão (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 16.271) (DEM/PI) foi o que melhor representou o pensamento desses parlamentares, quando afirmou que

A questão fundamental reside em absoluta e total falta de respeito a um dos princípios do Direito Internacional Público. Quem no mínimo debruçou-se por algum tempo sobre as normas do Direito Internacional Público há de observar que uma dessas normas afirma: *pacta sunt servanda*. O Brasil rigorosamente não vem observando esse princípio. Essa quebra que se está fazendo, essa modificação em um ato jurídico internacional perfeito e acabado nos idos de 1973 deveria vigor até o ano de 2023.

É válido ressaltar que as alegações jurídicas defendidas por aqueles deputados dialogam, diretamente, com a corrente dos ideólogos a respeito da renegociação do Tratado de Itaipu, já que, de acordo com a corrente legalista, desrespeitava-se o Tratado de Itaipu em decorrência da afinidade ou do compromisso ideológicos assumidos entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo de Fernando Lugo.

De acordo com os ideólogos, o acordo assinando entre Lula e Lugo é decorrente de entendimentos entre os presidentes brasileiro e paraguaio. Todos os deputados que se colocaram contrários ao acordo entenderam que, como o deputado Bruno Araújo (PSDB/PE), que o povo brasileiro estava pagando uma conta que o presidente Lula fez para ganhar uma eleição láo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 16.252), ou ainda, como o Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM/BA), que entendia a ratificação do acordo para atender a um desejo meramente ideológico, a um desejo meramente políticoo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 16.244). Nesse sentido, o deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 16273-16275) resume o espírito dos contrários à renegociação do Tratado de Itaipu, quando afirma que aquela pretensa solidariedade, aventada pelos deputados governistas, não é sinônimo de povo irmão, e, sim, de companheirada mesmoo, já que, ainda de acordo com Marchezan Junior, quando o Ministério das Relações Exteriores dirigiu-se à bancada do PSBD, para justificar a votação daquele projeto, os emissários do Itamaraty afirmavam que a justificativa mais forte para a aprovação daquele projeto era a promessa de campanha feita pelo Governo brasileiro ao do país vizinho.

No Senado Federal, assim como na Câmara dos Deputados, o posicionamento dos senadores no tocante à ratificação das mudanças do Tratado de Itaipu, também, podem ser resumido aos argumentos jurídicos ou de alinhamento ideológico entre os governos de Brasil e Paraguai. De acordo com os legalistas, o Senado Federal não deveria ratificar a renegociação do Tratado de Itaipu, uma vez que o Brasil financiou totalmente a construção da hidrelétrica e concedeu 50% da propriedade da usina ao Paraguai. Logo, o suposto baixo valor pago pela utilização da energia paraguaia, produzida em Itaipu, pelo Brasil, justificar-se-ia pelo pagamento da dívida paraguaia. Esse valor seria uma forma de compensar os investimentos feitos pelo Brasil, para a construção da usina de Itaipu, e deveria vigorar até 2023, ano de renegociação das tarifas elétricas decorrentes da utilização da energia produzida pela hidrelétrica de Itaipu, conforme o anexo C daquele instrumento.

Ademais, ainda de acordo com os **renitentes**, a ratificação desse Tratado seria indecorosa, porquanto se relacionava à aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul, já que naquele momento, ainda como atualmente, a aprovação da entrada desse país estava somente pendente no Senado paraguaio, à regularização da população brasileira, os chamados brasiguaios, no tocante a posse da terra em território paraguaio e à diplomacia da generosidade, desenvolvida pelo Presidente Lula em relação aos governos com orientações ideológicas afins às do PT. Em seu pronunciamento, o senador Álvaro Dias (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p. 554-557), líder do PSDB, principal partido opositor ao governo de Lula, resume bem o posicionamento desse séquito:

Já disse e repito que essa decisão do Governo brasileiro vem na esteira da diplomacia da generosidade. [...] O próprio Presidente Lula manifestou-se contrariamente à revisão do acordo, já que a sustentação técnica garantia a correção dos procedimentos praticados pelo Brasil com o pagamento do preço correto ao Paraguai. [...] O Brasil assegurou os recursos necessários, sem riscos para o país vizinho na construção da obra. O Governo brasileiro ofereceu garantias para os empréstimos que sustentaram a execução da obra e o Tesouro Nacional ó e, com isso, o Paraguai adquire um patrimônio da ordem de US\$30 bilhões, a metade do seu Produto Interno Bruto, sem investir, sem correr riscos. [...] É bom ressaltar mais um benefício oferecido pelo Brasil ao Paraguai. O Brasil se responsabiliza por 70% dos recursos a fundo perdido, através do Focem, para a construção da linha de transmissão de energia. [...] Houve uma mudança. [...] O que importa dizer é que não há obrigação legal. Portanto o Brasil faz uma concessão, admite rever o tratado espontaneamente, sem nenhuma pressão da lei ou da sociedade [...] oferecem ao Paraguai aquilo que negam aos brasileiros.

Como exemplificado pelo pronunciamento do senador Álvaro Dias, a ratificação do acordo paraguaio-brasileiro seria um ato de lesa-pátria, uma vez que ao Paraguai já são concedidas inúmeras benesses, como as decorrentes do Focem e do acesso privilegiado de seus produtos ao mercado brasileiro. Nesse sentido, o senador Aloysio Nunes, do PSDB paulista, afirma que não se pode transformar a política externa brasileira no exercício de mero companheirismo político e muito menos de pura solidariedade e de sentimentalismo (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p.551).

Em linhas gerais, entende-se que entre as acusações dos **renitentes** e os argumentos dos **transigentes**, a senadora Gleise Hoffmann (PT/PR), relatora da matéria, junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, e ex-diretora financeira da empresa Itaipu Binacional, responsável pela administração da hidrelétrica de Itaipu, foi a que melhor sintetizou o embate entre as duas correntes. De acordo com a senadora (CONGRESSO NACIONAL, 2011, p.582-586), a obra de Itaipu não deve ser vista apenas como instrumento jurídico ou como excelência em matéria de engenharia, mas, também e principalmente, como o ocaso de um litígio territorial entre Brasil e Paraguai.

No tocante ao argumento a respeito do aumento do preço da tarifa, Hoffmann afirma que o valor será pela própria empresa Itaipu Binacional, visto que o empreendimento hidrelétrico é autossustentável, e pelo Tesouro Nacional, o que não acarretaria o aumento da tarifa energética para o consumidor brasileiro. Por último, a senadora pergunta, retoricamente, se o acordo assinado, em 1973, entre os governos de Garrastazu Médici e Alfredo Stroessner teve algo de caridade ou ainda de alianças ideológicas, e afirma que a hidrelétrica de Itaipu, inquestionavelmente, necessitou dos paraguaios, porquanto a construção dessa obra alhures não seria capaz de produzir a mesma potência de Itaipu.

Por meio da análise dos embates relacionados à ratificação da nota reversal, assinada em 2009, entre os presidentes Lula e Lugo, fica evidenciado a polarização a respeito da renegociação do Tratado de Itaipu. Em linhas gerais, enquanto os **transigentes** afirmavam que a renegociação desse instrumento proporcionaria o aumento das receitas por parte do Governo paraguaio, o que possibilitaria a redução de assimetrias entre dois países da América do Sul, pertencentes ao mesmo projeto de integração, o Mercosul, e o desenvolvimento de programas governamentais com o intuito de mitigar o subdesenvolvimento e a pobreza

paraguaios, os **renitentes** entendiam a ratificação daquela nota como símbolo da existência de um arco de alianças entre os governos alinhados ideologicamente ao Partido dos Trabalhadores, na América do Sul.

Conclusão

Em linhas gerais, este trabalho utilizou-se do debate parlamentar, com o propósito de interpretar os motivos que levaram o Governo brasileiro a aumentar o preço pago pela energia paraguaia, produzida na hidrelétrica de Itaipu. À luz da comparação entre os embates congressuais e fontes secundárias, principalmente, aquelas relacionadas à constituição e à ideologia do Partido dos Trabalhadores, assim como a análise das declarações expedidas pelo Foro de São Paulo, o ambiente internacional criado por esse partido, visando ao diálogo com os demais partidos de esquerda, em um primeiro momento, da América Latina, mas também, do mundo, evidenciou-se a criação de um projeto político que, caso comparado aos ajustes no Tratado de Itaipu, não deixa dúvidas a respeito da total relação entre política partidária e política externa; contudo, a análise da documentação diplomática brasileira não corroborou para essa interpretação. Nesse sentido, os ajustes ocorridos no Tratado de Itaipu, durante as presidências de Lugo e Lula, devem ser entendidos muito mais pela tradicional aliança existente, entre os Governos brasileiro-paraguaios, do que por uma questão ideológica entre partidos políticos afins.

Especificamente, a título de exemplo, caso tomarmos como referência o famigerado e ainda importante debate filosófico a respeito da imutabilidade ou da transitividade das coisas, iniciado com a produção de Heráclito de Éfeso e de Parmênides de Eleia, há quase 500 a.C, e aplicarmos ao relacionamento brasileiro-paraguaio, tendo como foco as alterações no Tratado de Itaipu, em 2009, surgem algumas interpretações.

No âmbito estrutural, caracteristicamente não propício a alterações, desde a década de 1920, o Governo brasileiro vem buscado a aproximação com Paraguai. Se, entre as décadas de 1920 e 1930, isso não foi possível pela forte presença argentina, no país vizinho, ou pelas querelas territoriais brasileiro-paraguaias; e se, entre as décadas de 1940 e de 1960, esse acercamento não se realizou em decorrência da rivalidade argentino-brasileira, a partir da década de 1970, a chancelaria brasileira teve todas as possibilidades para concretizar o seu quase sexagenário projeto em relação à constituição de estreitos vínculos com o Paraguai.

Se por um lado, a Argentina já não conseguia fazer frente ao expansionismo brasileiro, na região do Prata, do outro, houve muito interesse por parte dos paraguaios na aproximação

com o Brasil, e entre esses, a possibilidade dos Governantes brasileiros, principalmente, à época dos Governos militares, de investirem vultosa quantidade de capital nesse projeto. Consequentemente, deve-se compreender, sobretudo, o relacionamento entre Brasília e Assunção, como uma opção pensada e trabalhada pela chancelaria brasileira, que se tem demonstrado cada vez mais irreversível, em decorrência da grande quantidade de brasileiros que vivem nas terras guaranis, do elevado fluxo de investimentos do Brasil em direção ao Paraguai, que pode ser percebido, por um simples *promenade*, pelas ruas de Assunção, em razão da grande quantidade de empresas brasileiras que lá operam, ou ainda pela parceria na construção e, posteriormente, na administração da empresa Itaipu Binacional.

Certamente, após a redemocratização brasileira, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi o que mais bem sintetizou o relacionamento brasileiro-paraguaio, quando afirmou que com o Paraguai, temos uma relação umbilical, via Itaipuö (TOLEDO, 1998, p. 120); muito embora isso não signifique que o relacionamento bilateral não tenha passado por ressignificações. Enquanto, entre as décadas de 1940 e de 1970, o Paraguai foi mais um peão, no jogo de xadrez, com a Argentina, pela influência platina, entre 1980 e 2003, o Governo brasileiro buscou o fortalecimento da democracia guarani, e, a partir dos anos do Governo de Lula, do desenvolvimento, o que não significa que essa variável estivesse ausente nos períodos anteriores. Dessa forma, voltando àquele embate filosófico, adaptado às circunstâncias das ciências sociais, a centralidade do Paraguai, na política externa brasileira, é um fato dado, conforme o pensamento de Parmênides, ao afirmar que a realidade é atemporal, uniforme e imutável; porém, é a tônica desse relacionamento que se transforma, em decorrência da alternância do poder partidário, existente tanto no Palácio do Planalto quanto dos López, como bem defende Heráclito a respeito da mutabilidade do universo, ao afirmar que *ötudo flui como um rioö*.

É dentro desse contexto, o da relação entre o imutável e o mutável, que o debate entre **transigentes** e **renitentes** deve ser interpretado. Em síntese, os **renitentes** afirmaram que os ajustes dados ao Anexo C do Tratado de Itaipu não só violaram o princípio do *pact sunt servanda*, como também foram decorrentes de um alinhamento ideológico, o que não necessariamente é verdadeiro.

No aspecto teórico, percebe-se, no discurso das forças oposicionistas, uma conotação negativa dada ao termo Ideologia, que se tomado em sua complexidade¹⁶³ não deve ser utilizado para caracterizar o relacionamento brasileiro-paraguaio, durante a gestão de Lula, já que, como sintetizado por Abbagnano (1982, p. 508), o que torna a Ideologia uma crença não é o fato de sua validade ou falta de validade, mas unicamente sua capacidade ao controle dos comportamentos em determinada situação. Nesse sentido, por trás de toda e qualquer ação, há uma matriz ideológica, que, se agregada à conjuntura política, após a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores, em 2003, é válida, já que esse foi o grupo eleito para ocupar o Palácio do Planalto, o que, obviamente, não exclui a discussão a respeito dos benefícios ou malefícios sobre o matiz dado por aquela agremiação à política externa brasileira.

Historicamente, para os estudiosos ou observadores da trajetória ou da ideologia do Partido dos Trabalhadores, seria justamente o dissenso entre Lula e Lugo que seria apreciado como estranho, já que, desde sua fundação partidária, e, mais especificamente, desde a criação do Foro de São Paulo, entre 1990 e 1991, aquela agremiação política já possuía seu projeto de política externa para o Brasil, caso, um dia, o partido chagasse ao poder. Em sua primeira reunião, em 1990, a declaração saída do encontro já dizia: «definimos [...] as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Nossa proposta passa [...] pelo impulso à solidariedade internacionalista dos nossos povos, o que se repetiu, em 1996, no encontro de Porto Alegre, quando se afirma que «[...] estamos desenhando programas amplos [...] que realizem uma transformação política e econômica [...] que avance em direção a uma nova sociedade mais justa e igualitária», e, também, em 2002, na reunião de Antígua, ao afirmar que «é preciso [...] contribuir efetivamente [...] para mudar os rumos dos processos de integração liderados [...] por uma visão mercantilista [...]. Deve-se priorizar a dimensão social [...] e mecanismo que permitam [...] enfrentar os problemas causados pelas graves desigualdades estruturais», e, sempre, continuará a se repetir, visto que esse é o projeto político internacional do Partido dos Trabalhadores (POMAR; REGALADO, 2013, p. 15 p. 97 p. 149).

¹⁶³ A luz da interpretação dada por Stoppino (2004, p. 587-597) ao conceito de Ideologia, há, no mínimo, cinco temas transversais a esse tema: 1) o significado fraco da ideologia; 2) o declínio das ideologias; 3) o significado forte da ideologia; 4) a ideologia como falta representação, e 5) a ideologia como falsa motivação.

Agora, afirmar que os ajustes concedidos ao Paraguai como mera questão ideológica não é verdadeiro, já que, como exposto, anteriormente, existe uma escolha pensada e implementada pelo Estado brasileiro a respeito do estreitamento dos laços entre o Brasil e o Paraguai, desde, no mínimo, a década de 1920. Especificamente, ainda durante a concomitância dos Governos de Lula e de Duarte Frutos, a reiteração da opção pelo Paraguai já estava, nas instruções dadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e por seu chanceler, o embaixador Celso Amorim, ao novo chefe da repartição diplomática brasileira, em Assunção. Como afirmou o embaixador Walter Pecly Moreira ao Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, em memorando de novembro de 2004¹⁶⁴:

[...] mantive entrevistas, no dia 15, com o Senhor Presidente da República e o Senhor Ministro de Estado. De ambos ouvi orientação que o Paraguai constitui prioridade para a política externa brasileira. O Presidente Lula manifestou desejo de ver atendida grande parte das reivindicações que o Governo paraguaio considera importantes, na medida em que, conforme indicou, temos de ter para com aquele país disposição para ajuda-lo a enfrentar suas principais dificuldades. Como pano de fundo ó concluiu ó está a situação das centenas e de milhares de brasileiros e brasiguaios, que, pelos últimos desenvolvimentos havidos, sobretudo no campo, poderiam estar na iminência de viver uma situação explosiva.

Desde 26 de agosto deste ano, em entrevistas entre Lula e Nicanor Duarte Frutos, já se ouvira do próprio Presidente Lula a orientação de elevar o patamar das relações bilaterais, através de uma agenda positiva, com resultados [...].

Não obstante, no tocante ao princípio do *pacto sunt servanda*, o Governo brasileiro, por meio do chanceler Celso Amorim, em entrevista concedida ao autor, deixou claro que não houve quebra contratual, visto que o ponto crucial para os negociadores brasileiro se relacionava à venda de energia a terceiros, o que não foi autorizado. Na verdade, ainda de acordo com as palavras do Ministro, os ajustes dados ao Paraguai pelo Brasil devem ser vistos da mesma forma como os acordos anteriores de 1986 e de 2005, posto que, diferentemente, desses ajustes, o de 2009 tenha sido obrigado a passar pelo Congresso Nacional brasileiro (apêndice A).

¹⁶⁴ Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. Memorando para o senhor SGAS. Paraguai: agenda bilateral ó perspectivas. Reservado. Assunção, 09 de novembro de 2004. AHI ó Brasília. Caixa 558. SGAS. 2004 ó 2007. Política Ext. BRA-PRY.

Na visão do embaixador Enio Cordeiro (2009, p. 12), a necessidade do envio ao Legislativo foi necessária, visto que õnas revisões anteriores se tratava de uma atualização de valores prevista nos termos do artigo XV do próprio Tratado. No caso atual trata-se efetivamente do estabelecimento de um novo patamar de pagamentosõ; explicação complementada pela entrevista de Gustavo Codas. De acordo com Codas, o envio ao Congresso foi uma decisão política tomada pelo presidente Lula, embasada na perspectiva de sua assessoria diplomática, de que estava se ajustando a fórmula responsável pelo valor da cessão de energia, com o propósito de torná-la mais próxima ao preço pago pelo mercado brasileiro, o que traria elevados custos para o erário nacional, e também, por que o presidente brasileiro temia que o não envio da matéria ao Legislativo, pudesse ocasionar o surgimento de demandas judiciais, por parte de algum partido opositoristas, demonstrando, ainda na visão de Codas, de que não só havia o receio de infundável discussão sobre acordo, no plenário do Supremo Tribunal Federal, como a certeza de que temas políticos, como o aumento do preço pago pela energia paraguaia, devem ser discutidos em parlamentos e não, em cortes judiciais (apêndice C).

Em suma, existem duas narrativas a respeito dos ajustes dados ao Paraguai por sua produção de energia. Do lado paraguaio, essa foi a reivindicação que não só uniu a camada política guarani em torno de um objetivo comum, como afirmou Ricardo Canese (vide apêndice E):

En materia energética, toda la sociedad paraguaya tiene criterio similar. Es decir, no es solamente que nosotros como gobierno progresista lo pudimos hacer y tuvimos la consecuenciaí lo que ocurrió en Paraguay es que muchos de los gobiernos conservadores reclaman y dicen õvamos a hacer eso y voy decirlo con bastante crudezaõ, pero a la hora de la realidad después, rechazan¹⁶⁵.

Mas também seria o pleito que poderia aumentar a renda do Estado paraguaio, com o intuito de viabilizar o projeto político, calcado na forte agenda social do Governo de Lugo. Do lado brasileiro, essas concessões devem ser vista em duas dimensões: a estrutural e a factual. No bojo estrutural, existe a importância dada pela diplomacia brasileira ao relacionamento com o Paraguai, e, no factual, a chegada ao poder de um partido político que resignificou a inserção

¹⁶⁵ õEm matéria energética, toda sociedade paraguaia possui um critério similar. Quero dizer que não é somente em razão de sermos um governo progressista, que podíamos ter feito. O que ocorre, no Paraguai, é que muitos governantes conservadores reclamam e dizem que õvamos fazer isso, e vou dizer-lhes com durezaõ; porém, na hora da verdade, depois, eles rechaçamõ (tradução nossa).

internacional brasileira, em seu entorno regional, o que, em parte, corrobora a interpretação dada por Goulart (2010, p. 137) a respeito da utilização do paradigma da cordialidade oficial¹⁶⁶ como instrumento para compreender a atuação internacional brasileira frente ao episódio das negociações a respeito do Anexo C do Tratado de Itaipu.

Em suma, o relacionamento entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Armindo Lugo Méndez e os entendimentos advindos dessa relação são tomados como originais, por parte da literatura brasileira, muito mais pelas idiossincrasias do relacionamento entre um metalúrgico e um bispo do que pela realidade. Nesse episódio, acima de tudo, o que se observa é a ressignificação dada pelo projeto político do Partido dos Trabalhadores à antiga concepção brasileira, emanada ainda, à época do Barão de Rio Branco, como chefe da diplomacia nacional, quando lembra a seu subordinado, em Assunção, que o Brasil, sobretudo, busca a prosperidade, a paz e riqueza, no relacionamento com seus vizinhos, visto que um vizinho turbulento é sempre perigoso¹⁶⁷.

¹⁶⁶ De acordo com Cervo (2008, p. 30), criador do conceito de Cordialidade Oficial no trato com os vizinhos: ãa cordialidade oficial aconselha conduta regional que não ostente a grandeza nacional e a superioridade econômica e que elimine gestos de prestígio, mas que se guie pela realização dos interesses do Brasil sobre os dos vizinhos, seja pela cooperação, seja pela negociação, e fortaleça seu poder internacional [...].

¹⁶⁷ Na citação original: O Brasil é e quer ser amigo do Paraguay, quaesquer que sejam os homens que o governem. Não ha conflicto de interesses entre os dois paizes. Não temos a pretensão de exercer influencia politica em nenhum dos Estados limitrotrophes. O que desejamos mui sincera e convencidamente é que todos elles vivam em paz, prosperem e enriqueçam. Um visinho turbulento é sempre um vizinho incommodo e perigoso. In: Doratioto (2000, p. 136), apud RIO BRANCO para CUNHA, ofício reservado nº 3, 2a. Sec., Rio de Janeiro, 1.2.1905.

Referências Bibliográficas

Documentos

BRASIL. Carta confidencial do general João Pessoa para o chanceler Oswaldo Aranha, 15 de março de 1944. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Carta confidencial do chanceler Raul Fernandes para o presidente Eurico Gaspar Dutra, de 30 de dezembro de 1947. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama secreto nº 96 do secretário geral Hidelbrando Accioly para a embaixada em Buenos Aires, 18 de novembro de 1948. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama secreto-urgente nº 93 do chanceler Raul Fernandes para o embaixador Mário Savard de Saint Brisson Marques, 3 de julho de 1950. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama secreto nº 4 do chanceler João Neves da Fontoura para o Embaixador Americano Freire. 14 de abril de 1952. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Memorando Confidencial, junho de 1953. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Confidencial nº 120 da embaixada do Brasil em Assunção para Secretaria de Estado. 19 de junho de 1954. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Correspondência especial confidencial nº 448 do embaixador Moacyr Ribeiro Briga para Secretaria de Estado. , 19 de julho de 1954. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama confidencial nº 370 do encarregado de negócios Paulo Vicente Gatti para o chanceler José Carlos da Macedo Soares, 30 de dezembro de 1955. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama secreto nº 227 do chanceler José Carlos Macedo Soares para o embaixador João Carlos Muniz, 10 de junho de 1956. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama secreto nº 446 do embaixador Jayme de Souza Gomes para a Secretaria de Estado, 25 de outubro de 1966. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama secreto nº 1015 do embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira para Secretaria de Estado, 01 de julho de 1971. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama secreto-urgentíssimo nº 1237 do embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira para Secretaria de Estado, 26 de julho de 1971. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama secreto nº 1306 do embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira para Secretaria de Estado, 04 de agosto de 1971. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama secreto nº 563 de Alencar para Secretaria de Estado, 13 de agosto de 1973. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Memorando secreto-urgente nº 103 do secretário Tadeu Valadares para o Chefe da Divisão da América Meridional I (DAM-I) João Hermes Pereira de Araújo, 30 de junho de 1974. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. DAM-I/ DEM/ CAI/02 PAIN LøøEø5. Nomeação dos Diretores de Itaipu, de 28 de janeiro de 1986. Assunção: Itaipu Binacional. Brasília. Diário Oficial da União de 20 de fevereiro de 1986, p. 2706.

BRASIL. Informação senhor Presidente da República, elaborada pelo chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira, 29 de novembro de 1977. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Considerações gerais a respeito da política interna e externa do Paraguai da Secretaria de Estado para Chanceler, 08 de outubro de 1993. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 21 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 10 de janeiro de 2000. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 174 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 02 de fevereiro de 2000. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 225 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 07 de março de 2000. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 229 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 08 de março de 2000. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 294 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 30 de março de 2000. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 295 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 30 de março de 2000. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 462 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 19 de maio de 2000. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 622 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 18 de julho de 2000. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 709 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 03 de agosto de 2000. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 833 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 05 de setembro de 2000. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 887 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 22 de setembro de 2000. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 1207 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 29 de setembro de 2000. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Decreto Nº 4.388 de 25 de setembro de 2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Brasília: Casa Civil - Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Presidência da República. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388>. Acesso em: 07 maio 2015.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 116 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 05 de fevereiro de 2003. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 225 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 03 de março de 2003. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 430 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 30 de abril de 2003. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 583 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 05 de julho de 2001. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 804 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 31 de junho de 2003. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 921 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 05 de julho de 2003. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Confidencial nº 1402 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 09 de dezembro de 2003. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 1299 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 14 de setembro de 2004. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Memorando Reservado da Embaixada do Brasil em Assunção, para o senhor SGAS a respeito da agenda bilateral brasileiro-paraguaia e suas perspectivas. 09 de novembro de 2004. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 1671 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 24 de novembro de 2005. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 65 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 19 de janeiro de 2006. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 96 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 24 de janeiro de 2006. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 101 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 26 de janeiro de 2006. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 111 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 26 de janeiro de 2006. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 276 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 03 de março de 2006. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 378 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 02 de março de 2006. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 410 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 28 de março de 2006. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 438 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 31 de março de 2006. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 487 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 12 de abril de 2006. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 576 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 26 de abril de 2006. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 64 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 16 de janeiro de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 493 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 30 de março de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 513 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 03 de abril de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 1399 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 15 de agosto de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 756 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 09 de maio de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 1087 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 20 de junho de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 1109 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 22 de junho de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 1161 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 03 de julho de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Ostensivo nº 1229 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 15 de julho de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 1439 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 22 de agosto de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 1595 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 18 de setembro de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 1600 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 18 de setembro de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 1616 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 20 de setembro de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 1639 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 23 de setembro de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 1675 da Embaixada do Brasil em Assunção para Ministério das Relações Exteriores. 28 de setembro de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Telegrama Reservado nº 2198 da Embaixada do Brasil em Assunção para o Ministério das Relações Exteriores. 17 de dezembro de 2007. Brasília, Arquivo do Itamaraty.

BRASIL. Decreto Nº 6595 de 2 de outubro de 2008. Regulamenta o disposto na Lei no 11.631, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. Brasília: Casa Civil ó Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6592.htm>. Acesso em: 07 de maio de 2015.

BRASIL. Informações Gerenciais do Setor Elétrico brasileiro. Brasília: ANEEL, 2014. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/IG_Mar_14.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Diário da Câmara dos Deputados. Brasília: Subsecretaria Especial de Editorações e Publicações - Secretaria de Anais, 07 de abril de 2011, Nº 56. 506 p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. As Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil: 7ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente de 23 a 26 de novembro de 1982. Brasília: CNBB. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_view/87-25-as-comunidades-eclesiais-de-base-na-igreja-do-brasil>. Acesso em: 27 de maio de 2015.

CONGRESSO NACIONAL. Anais do Senado Federal: atas das sessões 69 e 70 da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura. Brasília: Subsecretaria Especial de Editorações e Publicações - Secretaria de Anais, 10 e 11 de maio de 2011, Nº 25 35 V. 623 p.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Telegrama Secreto 08ASUNCION360_a da Embaixada dos Estados Unidos da América em Assunção para Grupo Mercado Comum do Sul, RHENCS NCS, RHMFISS USSOCOM MACDILL AFB FL, Secretaria de Estado,

Comando Norte-Americano do Sul. 02 de junho de 2008. Disponível em <https://www.wikileaks.org/plusd/cables/08ASUNCION360_a.html>. Acesso em: 27 de maio de 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Telegrama Secreto nº 08ASUNCION358_a da Embaixada dos Estados Unidos da América em Assunção para Embaixada Americana em Bogotá, Secretaria de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Grupo Mercado Comum do Sul, RHMFISS USSO COM, Secretaria de Estado, Comando Militar Norte-Americano do Sul, Embaixada Americana na Santa Sé. 02 de junho de 2008. Disponível em <https://www.wikileaks.org/plusd/cables/08ASUNCION358_a.html>. Acesso em: 27 de maio de 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Telegrama Confidencial nº 06ASUNCION1280_a da Embaixada dos Estados Unidos da América em Assunção para Agência Central de Inteligência, Comandante em Chefe do Comando Norte-Americano do Sul, Departamento de Justiça, Departamento do Tesouro, Grupo Mercado Comum do Sul, Secretaria de Estado, Embaixada dos Estados Unidos da América junto à Cidade do Vaticano, Casa Branca. 29 de dezembro de 2006. Disponível em <https://www.wikileaks.org/plusd/cables/06ASUNCION1280_a.html>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

ICC-CPI. Statut de Rome de La Cour Pénale Internationale de 16 de janeiro de 2002. Roma: ICC-CPI. Disponível em <http://www.icc-cpi.int/NR/rdonlyres/6A7E88C1-8A44-42F2-896F-D68BB3B2D54F/0/Rome_Statute_French.pdf>. Acesso em: 07 maio 2015.

NAÇÕES UNIDAS. Resolução 2995 de 15 de dezembro de 1972. Cooperação entre Estados em matéria de meio-ambiente. Nova York: biblioteca Dag Hammarskjöld. Disponível em <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2995\(XXVII\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2995(XXVII))>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

VATICANO. Carta do Cardeal Giovanni Battista Re para monsenhor Fernando Armindo Lugo Méndez. 04 de janeiro de 2007. Disponível em: <[://www.zenit.org/pt/articles/nota-e-decreto-de-suspensao-a-divinis-do-bispo-paraguaio-candidato-politico](http://www.zenit.org/pt/articles/nota-e-decreto-de-suspensao-a-divinis-do-bispo-paraguaio-candidato-politico)>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

VATICANO. Decreto de Suspensão a Divinis de S.E. Mons. Fernando Lugo Méndez. 20 de janeiro de 2007. Disponível em: <[://www.zenit.org/pt/articles/nota-e-decreto-de-suspensao-a-divinis-do-bispo-paraguaio-candidato-politico](http://www.zenit.org/pt/articles/nota-e-decreto-de-suspensao-a-divinis-do-bispo-paraguaio-candidato-politico)>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

VATICANO. Decreto de Pérdida del Estado Clerical de S.E Mons. Fernando Armindo Lugo Méndez. 30 de junho de 2008. Disponível em: <<http://es.missionerh.com/content/view/2268/91/>>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

Livros

AMORIM, C. Breves narrativas diplomáticas. São Paulo: Benvirá, 2013.

BANDEIRA, M. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina - Brasil (1930 ó 1992)**. 2 Ed. Brasília: Universidade de Brasília e Editora Ensaio, 1995.

BANDEIRA, M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul: (Da Tríplice Aliança ao Mercosul) : 1870-2003**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

- BARBOSA, G. Na Diplomacia o Traço da Vida. São Paulo: Record, 1992.
- BREZZO, L; YEGROS, R. Historia de las relaciones internacionales del Paraguay. Assunção: El Lector ó ABC Color, 2010.
- BRITEZ, E; CABALLERO, J. **El Paraguay Actual 2ª parte:** 1998-2010. Asunción: ABC Color, 2010.
- BRUN, D. **El Paraguay Actual 1ª parte:** 1989-1998. Asunción: ABC Color, 2010.
- BUENO, C; CERVO, A. História da Política Exterior do Brasil. 3. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- CANTERO, C; PERRONE, H. Política Exterior, Cambios e Integración Regional. Assunção: Ed. Continental, 2000.
- COSTA, F; PEDREIRA, J. **D. João VI: um príncipe entre dois continentes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- DEBERNARDI, E. Apuntes para la Historia de Itaipu. Assunção: Editorial Gráfica Contunua S. A., 1996.
- DORATIOTO, F. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DORATIOTO, F. **Una relación compleja:** Paraguay y Brasil (1889-1954). Asunción: Tiempo de História, 2011.
- FARINA, B; PAZ, A. El Paraguay bajo el stronismo (1954-1989). Assunção: El Lector ó ABC Color, 2010.
- FASSI, M. **Paraguay en su laberinto:** que cambió con Fernando Lugo. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.
- FROMKIM, D. **Paz e Guerra no Oriente Médio:** a queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno. São Paulo: Contraponto, 2008.
- FOGEL, R. La Concentración de la Tierra en los Departamientos Fronterizos. Assunção: Intercontinental Editora, 1989.
- GARCIA, E. **Sexto Membro Permanente:** o Brasil e a criação da ONU. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- GONZÁLES, Z. Historia Económica del Paraguay (1811-2010). Assunção: El Lector ó ABC Color, 2010.
- GUGLIAMELLI, J. Geopolítica Del Cono Sur. Buenos Aires: El Cid Editor, 1979.
- HUNTINGTON, S. **A terceira onda:** a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.
- HEDLEY, B. Hedley Bull on international society. New York: St. Martin's Press, 2000.
- ITAIPU BINACIONAL. Atos Oficiais da Itaipu Binacional. Curitiba: Itaipu Binacional, 2005.
- LEWIS, P. Paraguay under Stroessner. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1980.
- MAGALHÃES, J; GUEIROS, J.A. O último tenente. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- MANZUR, T. Opinião Pública e Política Exterior do Brasil (1961-1964). Curitiba: Juruá, 2009.

- MAURO, F. O Império luso-brasileiro 1620-1750. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.
- MELLO, L. A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- MELLO, L. **Argentina e Brasil**: a balança de poder no Cone Sul. São Paulo: Annablume, 1996.
- MENEGOTTO, R. **Migração e Fronteiras**: os imigrantes brasileiros no Paraguai e a redefinição da fronteira. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- MENEZES, A. **A herança de Stroessner**: Brasil-Paraguai, 1955-1980. Campinas: Papirus 1987.
- MIRANDA, C. **The Stroessner era**: authoritarian rule in Paraguay. San Francisco: West View press, 1990.
- MORGENTHAU, H. Politics among nations: the struggle for power and peace. 6ed. New York: Knopf, 1985.
- MORAES, A. **Geografia**: pequena histórica crítica. São Paulo: Annablume, 2005.
- MRE. Reflexões sobre a Política Exterior Brasileira. Brasília: FUNAG/ IPRI, 1993.
- NICKSON, A. Historical dictionary of Paraguay. Metuchen: Scarecrow Press, 1993.
- O'SHAUGHNESSY, H. The Priest of Paraguay: Fernando Lugo and the Making of a Nation. London: Zed Books, 2009.
- PACHECO, L. Como se fazem as leis. 3. Ed. Brasília: Centro de Informação e Documentação do Edições Câmara, 2013.
- PIERUCCI, A. As Bases da Nova Direita. São Paulo: CEBRAP, 1987.
- PINO, P; TORAGLIO, R. **Fernando Lugo**: Historia no oficial. Asunción: Intercontinental Editora, 2008.
- POMAR, V; REGALADO, R. **Foro de São Paulo**: construindo a integração latino-americana e caribenha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- RODRIGUES, L. **Quem é quem na Constituinte**: uma análise sociopolítica dos partidos e dos deputados. São Paulo: OESP-Maltese. 1987.
- RODRIGUES, L. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1947.
- ROETT, R; SACKS, R. **Paraguay**: the personalista legacy. San Francisco: West View press, 1991.
- SCHILLING, P. O **Expansionismo brasileiro**: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty. São Paulo: Global, 1981.
- SILVA, G. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- TRAVASSOS, M. Projeção continental do Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.
- WIGHT, M. Power Politics. 2ed. Harmondsworth: Penguin Books, 1986.
- YBAÑEZ, M. Lugo. Asunción: Editorial Arandurã, 2013.

Verbetes de Dicionário

BALANCE OF POWER. In: EVANS, G; NEWNHAM, J. Dictionary of International Relations. London: Penguin Reference, 1998, p. 41.

- COLORADO PARTY. In: GARFOLO, T. Encyclopedia of Latin American History and Culture. 2nd ed. Vol. 5. Detroit: Charles Scribner's Sons, 2008, p. 81-82.
- TEORIA DAS ELITES. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. Dicionário de Política. São Paulo: UnB ó Imprensa Oficial, 5ed. 2004, p. 385-395.
- IDEOLOGIA. In: ABAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Mestre Jou, 2ed. 1982, p. 506-508.
- IDEOLOGIA. In: STOPPINO, M. BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. Dicionário de Política. São Paulo: UnB ó Imprensa Oficial, 5ed. 2004, p. 587-597.

Capítulos de Livro

- BECKER, B. A Geopolítica na Virada do Milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I; GOMES, P; CORREA, R. **Geografia: conceitos e temas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007, p. 271-307.
- BOSCOVICH, N. La Argentina en la Cuenca del Plata. In: PEDRAZA, L.(Org.). **Los países del Atlántico Sur: Geopolítica de la Cuenca del Plata**. Buenos Aires: Pleamar, 1983, p. 57-117.
- MADRID, E; RAPOPORT, M. Os países do Cone Sul e as Grandes potências. In: CERVO, A; RAPOPORT, M. História do Cone Sul. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998. Cap. 5.
- MASI, F. Foreign Policy. In: LAMBERT, P; NICKSON, A (Org.). The Transition to Democracy in Paraguay. New York: St Martinø press, 1997.
- NICKSON, A. The Wasmosy Government. In: LAMBERT, P; NICKSON, A. (org.). The transition to Democracy in Paraguay. New York: St Martinø press, 1997.
- RADIL, B. Las Crisis de las internas del Partido Colorado desde 1989. In: BENEGAS, J; BRITZ, et all. **Partido Colorado: las causas de su caída**. Asunción: Abc Lector, 2008, p. 53-71.
- ZUCCO, C. A Ideologia dos Partidos Políticos Brasileiros. In: POWER, T; ZUCCO, C. O Congresso por ele mesmo. Belo Horizonte: UFMG Press, 2011. Cap. 02.

Dissertação de Mestrado

- CARDOSO, G. A Energia dos Vizinhos: uma análise da política externa do Governo Lula e na "nacionalização" do gás boliviano e nas alterações no Tratado de Itaipu. 2010. Dissertação (mestrado) ó Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2010.
- SILVA, R. Quando a pedra desafina: Itaipu e o recrudescimento das relações Brasil- Paraguai na contemporaneidade. 2012. Dissertação (mestrado) ó Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, 2012.
- SILVA, R. Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973. Um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu. 2006. Dissertação (mestrado) ó Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2006.
- TOLEDO, S. Mudança política no Paraguai e as relações com o Brasil: o caso da renegociação do Tratado de Itaipu. 2015. Dissertação (mestrado) ó Universidade de Campinas

ó Universidade Estadual de São Paulo ó Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2015.

Teses de Doutorado

ESPÓSITO, T. Itaipu e as Relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder. 2012. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais, 2012.

GOULART, R. A liderança brasileira no marco da integração sul-americana. 2010. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2010.

MENESES, A. The Stroessner Heritage: a history of Brazilian-Paraguayan relations, 1955-1980. 1984. Tese (doutorado) ó Tulane University, Department of History of the Graduate School, 1984.

SILVA, R. Dimensão Escatológica da Evangelização: um estudo teológico ó pastoral da exortação apostólica Evangelii Nuntiandi do Papa Paulo VI. 2009. Tese (doutorado) ó Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2009.

SOARES, M. The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: nuclear energy, trade and Itaipu. 1986. Tese (doutorado) ó Vanderbilt University, Faculty of the Graduate School, 1986.

VIDIGAL, C. Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento: (1962-1986). 2007. Tese (doutorado) ó Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2007.

Fontes Virtuais

BRASIL. Sistema Geral de Preferências. MDIC: Comércio Exterior. Disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=407>>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

CIA. The World Fact Book: South America - Brazil. Washington: CIA, 2015. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Acesso em: 05 de junho de 2015.

CIA. The World Fact Book: South America - Paraguay. Washington: CIA, 2015b Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pa.html>>. Acesso em: 05 de junho de 2015.

OPUS DEI. Meios para receber formação cristã. Roma: Opus Dei. Disponível em: <<http://opusdei.org.br/pt-br/article/atividades/>>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

SINGER, D. Reconstructing the Correlates of War Dataset on Material Capabilities of States, 1816-1985. London: Taylor and Francis. Disponível em <<http://correlatesofwar.org/datasets/national-material-capabilities>>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

STETSON, R. Trade Preference Programs: The Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act (ATPDEA). Washington DC: Office of Textiles and Apparel, 2013. Disponível em: <<http://web.ita.doc.gov/tacgi/eamain.nsf>>. Acesso em: 07 maio 2015. U.S. Department of Commerce.

Artigos Científicos

- ALMEIDA, P. Os Partidos Políticos nas Relações Internacionais do Brasil, 1930-90. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 14, nº2, jul/dez 1992, pp. 161-208.
- BAREIRO, L. Difícil y apenas comienza. Análisis de coyuntura. Revista Parauay de Sociologia. n 135. p. 53-66. jul-dic. 2009.
- BARREDA, M; CASTAFREDA, A. La transición democrática y el sistema político-institucional. Revisto Paraguaya de Sociologia. N. 119-120-121, p. 105-176, Enero -diciembre 2004.
- BIRCH, Melissa. La política pendular: política de desarrollo del Paraguay en la post-guerra In: Revista Paraguay de Sociología, año 25, nº 73, setiembre-diciembre, 1988.
- BRONDO, V. Política Domestica y Sociedad, Resignificación. Observatorio Paraguay, Buenos Aires, n.8 p. 18-21, ene. ó feb. 2012
- BRUN, D. Paraguay: the unraveling of one-party rule. Journal of Democracy. n 1. p. 143-156. Jan. 2009.
- CAUBET, C. A evolução histórica do Direito internacional fluvial e as particularidades da Bacia do Prata. Seqüência. UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. V. 02 n. 02 (1981)
- CARRERAS, L. La consolidación democrática en Paraguay. América Latina hoy. n. 60. p. 67-82, marzo. 2012.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional:banalizando a violência. Psicol. estud. [online]. 2000, vol.5, n.2, pp. 1-22. ISSN 1413-7372.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722000000200002>. Acesso em: 12 de maio de 2015.
- CORDEIRO, E. O Tratado de Itaipu e os Acordos Alcançados com o Paraguai. Revista Interesse Nacional. n. p. 8-19. out.-dez. 2009.
- CORTÊS, E. Eleições no Paraguai e uma possível mudança de Política Externa. Conjuntura Internacional. p. 1-4 abril, 2008.
- DORATITO, F. A política platina do Barão do Rio Branco. RBPI.43(2) p. 130-149, 2000.
- FERREIRA, F. Itaipu: símbolo da Concórdia (Ou ponto de Atrito?). Revista Interesse Nacional. n. 7 p. 1-7. out.-dez. 2009.
- Robert Frank, "Penser historiquement les relations internationales," In Annuaire français de relations internationales, vol. 4, 2003, p. 42-65. Disponível em: <
<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/FD001267.pdf>> Acesso em: 12 de maio de 2015.
- GOMES, E. Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da serra de Maracaju. Cadernos do CHDD, Rio Janeiro, n.19, p. 09-102. Jun-dez. 2011.
- KOPAS, J; YUKAN, L; MAYHLE, T. La Seguridad en el Paraguay: análisis y respuestas en perspectivas comparadas. Clínica de Derechos Humanos Programa de Derechos Humanos Facultad de Derecho de la Universidad de Harvard Mayo 2007 Cambridge, MA, Estados Unidos y Asunción, Paraguay.
- LAMBERT, P. A decade of electoral democracy: continuity, change and crisis in Paraguay. Bulletin of Latin American Research, London, n. 19, p. 379-396, Feb. 2000.
- MARTINI, C. Paraguay ¿Comienza la democracia? Nueva Sociedad, Asunción, n. 161 p. 13-18, Abr. 1999.

- MESQUITA, L. Partidarização da Política Externa Brasileira: uma proposta para a participação partidária na Política Externa. 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 20, 21, 22 de julho de 2011 ó São Paulo. Disponível em , <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000300011&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 de maio de 2015
- NICKSON, A. The Itaipú Hydro-Electric Project: The Paraguayan Perspective. Bulletin of Latin American Research, London, n. 19, p. 1-20, Oct. 1982.
- NICKSON, A. The general election in Paraguay, April, 2008. Electoral Studies, n. 28, p. 141-173, Oct. 2009.
- ONUJI, J; OLIVEIRA, A. Eleições, Partidos Políticos e Política Externa no Brasil. Revista Política Hoje, São Paulo, vol.19, nº1, 2010, pp. 144-186.
- POZAS, L. El proceso de democratización paraguayo: avances y resistencias. América Latina Hoy, n.60, p. 17-42, Feb 2012
- QUIÑONES, B. Relaciones con Brasil. Itaipú, la piedra que canta.. n.1, p.23-25, jan. - feb 2008.
- Quiñones, B. Las Relaciones Internacionales entre Brasil y Paraguay. Observatório de Paraguay. n.2, p.8-15, jun-agosto 2009.
- REHREN, A. Wasmosy frente al Estado predendario-clientelista: desafíos del liderazgo presidencial democrático. Revista Paraguay de Sociología. n. 90, p. 147-168, Mayo - Agosto, 1994.
- RODRIGUEZ, J. El cambio frágil de Paraguay: La esperanza y las dificultades de Fernando Lugo. Nueva Sociedad N. 220, p. 4 - 14 marzo-abril 2009.
- SAER, M. Paraguay luego de las elecciones 2008: entre cambios, conspiraciones, críticas y logros. n.2, p.8-15, jun-agosto 2009.
- SILVA, M. Os caminhos da autonomia: o Paraguaia e as aporias de um modelo progressista de governo. Observador On-Line (v.3, n.11, nov. 2008)
- SILVERO, R. Los acreedores de Itaipu: um análisis descriptivo. Revista Paraguaya de Sociología (May/August 1984).
- SIMON, J. El paraguay después de Sroessner: de la transición incompleta a la democracia? Revista Paraguay de Sociología, n. 135 p. 85-124. Enero-Abril 2008
- SOLER, Renata. Paraguay: cuando la novedad no es el resultado: El proceso político que construyó a Fernando Lugo. 2011 Nueva Sociedad No 231
- VILELA, A. O Tratado da Bacia do Prata. R. Inf. legisl. Brasilia a. 21 n. 81 jan./mar. 1984 ó SUPLEMENTO
- ZANINI, G. O Tratado de Itaipu. 1974. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 69 n. 1. 1974 disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66719/69329>>. P. 165-P 179. Acesso em: 12 de maio de 2015.

Artigos de Jornal e de Revista

- ABC COLOR. Renegociar Clausulas del Tratado de Itaipú. ABC Color, Asunción, Editorial, 11 nov. 1973.

ABC COLOR. Investigación del caso Teixeira gana mención internacional. ABC Color, Asunción, 05 set. 2010. Disponível em < <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/economia/investigacion-del-caso-teixeira-gana-mencion-internacional-156033.html>>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

AMATO, F. Consumo de Energia no país em 2014 tem a menor alta em cinco anos. O Globo, Rio de Janeiro, 30 jan, 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/alta-no-consumo-de-energia-no-pais-em-2014-e-o-mais-baixo-em-5-anos.html>>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

EIU ó The Economist Intelligence Unit. . Paraguay politics: Mr Lugo's unimpressive first year. EIU Views Wire, New York, 28 Sept. 2009.

ESTADO de São Paulo. História de polêmicas e disputas. Estado de São Paulo, Economia, São Paulo, 22 abr. 2008. Disponível em < <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,historia-de-polemicas-e-disputas,160520>>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

FOLHA de São Paulo. A vitória de Lugo. Folha de São Paulo. Opinião, São Paulo, 22 abr 2008a. Disponível em < [file:///C:/Documents%20and%20Settings/usuario/Meus%20documentos/Downloads/2008-22-04%20\(1\).htm](file:///C:/Documents%20and%20Settings/usuario/Meus%20documentos/Downloads/2008-22-04%20(1).htm)>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

FOLHA de São Paulo. Lula contraria paraguaio e diz não renegociar Itaipu. Folha de São Paulo. Mundo, São Paulo, 22 abr. 2008b Mundo. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2204200801.htm>>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

KRAMER, D. Insuficiência de Tutano. Estado de São Saulo. São Paulo, Opinião, 25 fev. 2011.

LANDIM, R. Empresas mirgram para o Paraguai. Estado de São Paulo. São Paulo, Empresas e Negócios, 27 de abril de 2013.

MASSIAH, G. Le G8, Club de riches très contesté. In: MANIÈRE DE VOIR. Paris: Le Monde Diplomatique, n. 91. Bimestral. Fev. - Mar. 2007

MOURA E SOUZA, M. Eleito, Lugo defende um mediador para Itaipu. Valor Econômico, São Paulo, Caderno Especial, 22 abr. 2008.. Disponível em < <http://economia.uol.com.br/ultnot/valor/2008/04/22/ult1913u87224.jhtm>>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

NOGUEIRA, J. Jarbas e Eduardo, já ex-governador, dividem a mesa e passam a limpo 16 anos de poder. Diário de Pernambuco, Recife, 07 abr. 2014. Disponível em < <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/politica/?tag=jarbas-vasconcelos>>. Acesso em: 12 de outubro de 2014.

OLIVEIRA, F. Una promesa difícil de cumplir. La Nación, Buenos Aires, Exterior, 22 abr. 2008. Disponível em < <http://www.lanacion.com.ar/1006438-una-promesa-dificil-de-cumplir>>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

PARAGUAY: NEW GOVERNMENT. Oxresearch Daily Brief Service, Oxford, 07 Sept. 1993.

PARAGUAY: WEAKENED PRESIDENCY. Oxresearch Daily Brief Service, Oxford, 03 July 1996.

SALES, C. Itaipu e os vários Paraguais brasileiros. Estado de São Paulo. São Paulo, editorial. 07 jun. de 2010.

TREZZI, H. Cerco brasileiro no Paraguai. Defesanet. Porto Alegre, 02 fev. 2012. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/4632/cerco-a-brasileiros-no-paraguai>>. Acesso em: 08 de junho de 2014.

ULTIMA HORA. La venta de Energía. Ultima Hora, Asunción, Editorial, 11 nov. 1983.

ULTIMA HORA. No avaliar oscuro manejo de intereses en Itaipú. Ultima Hora, Asunción, Editorial. 15 dez. 1993.

APÊNDICE A ó Entrevista com o Embaixador Celso Nunes Amorim

Em 24 de março de 2015, por meio da intermediação da jornalista Claudia Antunes e da pesquisadora Mariana Klemig, o embaixador Celso Amorim recebeu-me, no restaurante anexo ao Brasília Palace Hotel. Entre goles de café e de chá e após ter concedido entrevista a respeito das relações boliviano-brasileiras, o que, certamente, influenciou nas reflexões do diplomata, ao discorrer sobre o relacionamento entre Assunção e Brasília, informei ao Ministro sobre as dificuldades de contatar outras autoridades ó como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os senadores Edson Lobão e Gleisi Hoffmann, respectivamente ministro de minas e energia em 2009 e relatora do projeto responsável pela ratificação das notas reversais a respeito dos ajustes no Tratado de Itaipu ó que estivessem dispostas a conversar sobre o objeto desta pesquisa. De forma esclarecedora, Amorim ó ausente da burocracia estatal desde o término do primeiro Governo de Dilma Rousseff (2010-2014) ó deixou subentendido que não concederia entrevistas sobre determinados assuntos, uma vez que como ministro de Estado suas palavras poderiam ser tomadas como oficiais, ou ainda ser interpretadas como interferências suas, em assuntos relacionados a outras pastas. Abaixo, segue a transcrição da entrevista, *ipsis litteris*.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Preciso muito, tem todos os meus dados pessoais, o telefone.

GIORDANO ALMEIDA ó Não tem problema.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Nós estamos anotando certo.

GIORDANO ALMEIDA ó Como eu estava dizendo, tentei entrar em contato pelo Ministério da Defesa, encontrar no Partido dos Trabalhadores.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Por que você não foi no Partido dos Trabalhadores?

GIORDANO ALMEIDA ó Acontece o seguinte, eu sou do Amazonas, originalmente e meu pai tem um contato muito grande com o ex-Senador Amazonense, que conhece o senhor, o Senador João Pedro na legislatura do governo Lula e aí, como ele trabalhou, ele foi um dos

principais defensores da renegociação do Tratado de Paz no Senado, ele disse que chegou a conversar com o senhor sobre o tema.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Mas quando ele conversou comigo?

GIORDANO ALMEIDA ó Em 2009. 2009...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Ah bom, bom, bom. Isso foi (ininteligível 00:00:44)

GIORDANO ALMEIDA ó Exatamente, então, aí ele está hoje na...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Pensei que fosse agora.

GIORDANO ALMEIDA ó Não, não. Foi na diretiva do PT, ele falou, não, vamos tentar mandar um ofício para ele, a sua agenda estava extremamente atribulada e aí isso...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Período final...

GIORDANO ALMEIDA ó Com certeza e também fui ao Paraguai, tive a oportunidade de conversar lá com todo mundo, com exceção do ex-Presidente Lugo, que por uma infelicidade do destino ele não conseguiu atender a gente, mas conversei com o Chanceler Lara Castro, com o Deputado Ricardo Canese, com o Gustavo Codas, não sei se o senhor se recorda dele, que foi assessor...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Sim, claro, claro.

GIORDANO ALMEIDA ó Especial da...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Presidente da, do Paraguai.

GIORDANO ALMEIDA ó Do Paraguai.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Assessor especial.

GIORDANO ALMEIDA ó Exatamente. E também aqui no Brasil tive oportunidade de conversar com o Deputado Rosinha, que hoje é o nosso representante para o Mercosul e

também com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, de forma muito informal, porque ele falou que não se envolveu diretamente na questão da renegociação;

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Bom, sim.

GIORDANO ALMEIDA ó É, ele falou. Mas o que ele disse...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Samek.

GIORDANO ALMEIDA ó O Samek eu tentei conseguir, eu acabei conseguindo mais as entrevistas dele, porque ele foi bem atuante na época da renegociação, mas o que eu achei interessante com relação ao Embaixador Samuel Pinheiro é que ele falou, eu falei, Embaixador estou tendo uma dificuldade muito grande, eu tentei também articular para conversar com a Senadora Gleide, porque ela foi a relatora do projeto, tentei articular com o Senador Edson Lobão, tentei articular com o próprio Presidente Lula e realmente parece que quando o tema era Itaipu a questão se tornava um pouco mais delicada.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Naquela época, obviamente, eu acho que ficou data de Assunção em 2009.

GIORDANO ALMEIDA ó Exatamente.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Estamos em plena negociação.

GIORDANO ALMEIDA ó Não, mas agora, esse ano agora para falar a respeito do tema.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Não, mas eu acho que aí é um problema de alguém, eu acho que eu não teria, bom enfim, não sei, eu não posso falar por eles...

GIORDANO ALMEIDA ó Ou por ele não é?

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Mas eu acho que não tem nenhuma...

GIORDANO ALMEIDA ó Nenhuma restrição.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Mas quando eu era Ministro da Defesa eu também era um pouquinho mais difícil.

GIORDANO ALMEIDA ó Claro.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó É porque acaba entrando no assunto de outra parte, agora eu posso falar, eu não sei bem o que que você vai perguntar, mas...

GIORDANO ALMEIDA ó O que o senhor puder responder.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó O que eu puder eu falo da minha, provavelmente vai ser parte de um outro livro que eu venha a escrever.

GIORDANO ALMEIDA ó Exato e até é até interessante comentar, porque os seus dois últimos livros, tanto o Breves Narrativas do Teerã, Doha e Ramála, são livros que o senhor se debruça muito sobre temas da agenda internacional, mas o senhor fala muito pouco sobre a questão da América Latina.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Não, uma breve narrativa (ininteligível 00:03:24)

GIORDANO ALMEIDA ó Bem pouquinho, porque o senhor fala sobre caso Nassur, mas é muito pequenininho se comparado com os outros capítulos que o senhor vai falar sobre...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Não, eu vou lhe dizer porque, o Conversas tem bastante coisa.

GIORDANO ALMEIDA ó Ah não o Conversas eu não li ainda, porque é o que está falando de Cuba.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Conversas é muita coisa, porque o Conversas era basicamente as palestras que eu dava no Rio Branco e depois eu retoquei a tempo, ali tem muita coisa, sobre o Paraguai talvez não tenha tanto. O Breve Narrativas, a construção dele foi diferente, porque eram, eu explico isso no livro.

GIORDANO ALMEIDA ó Eram notas que o senhor tomava.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Eram notas que eu não tomei naquele período, então eu tive que fazer, eu peguei 7 episódios, assim, processos que mantêm a pureza que eu pudesse contar a história. Então tem, por exemplo e um sobre caso...

GIORDANO ALMEIDA ó Que o senhor fala (ininteligível 00:04:16) da Venezuela

VOZES SIMULTÂNEAS ó (ininteligível 00:04:15)

GIORDANO ALMEIDA ó Que o senhor fala sobre do almoço com...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Tem o da Alca tem muita coisa da América Latina dentro também...

GIORDANO ALMEIDA ó Verdade.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Sobretudo, Mercosul. Os outros são um pouco menos, realmente, aí eu lembro que (ininteligível 00:04:33)

GIORDANO ALMEIDA ó Que o senhor fala sobre a questão do Brasil na África. E o Líbano, pequenininho também. E do Iraque.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó África, pequenininho.

GIORDANO ALMEIDA ó Pequenininho também.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó E do Iraque.

GIORGANO ALMEIDA ó Isso.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Que são questões assim que no primeiro ano e meio apareceram. As relações bilaterais é difícil eu pegar porque tem que se construir uma narrativa. É que vai acontecendo. (Ininteligível 00:04:50)

GIORDANO ALMEIDA ó Claro, difícil não é. Especialista em termos, não é?

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Não, não é porque eu não seja especialista, eles vão acontecendo, a não ser que você se debruce, bom, vou fazer só essa parte, (ininteligível

00:04:58) mas não era. Eu não sou especialista em nenhum tema, nenhum, para falar a verdade eu fui tratar de comércio a primeira vez na minha vida, de maneira mais ativa quando eu virei Embaixador. Então também, acabei me tornando um pouco mais, enfim, então nunca tratei de desarmamento até ser Embaixador também. Tratei mais de assuntos culturais, na realidade. Então é, não é questão de ser especialista, é questão de que a natureza da relação, ela não tem, a declaração (ininteligível 00:05:28) pegar o meu último livro, ela é uma narrativa, porque é um processo de negociação, sabe, tudo na vida tem começo, mas tem começo, meio e fim. Aquela negociação que está amarrada ali, aquela parte tem começo, meio e fim. Claro que tudo continua e tudo começou antes, mas eu digo mas tem. O nosso esforço de aproximação com os árabes, durante o governo Lula, tem começo, meio e fim. Uma relação bilateral não tem começo, meio e fim, ela começa, continua, vai continuando, cada hora, é um pouco diferente, mas enfim, faça as suas perguntas que eu já estou aqui divagando sobre...

GIORDANO ALMEIDA ó Ok. Mas só para fazer um aviso, o senhor leu as memórias do (00:06:13) ElBaradei?

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Não.

GIORDANO ALMEIDA ó Ele fala do senhor, fala do acordo, fala muito bem, é bem interessante.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó (00:06:21) eu li.

GIORDANO ALMEIDA ó Não, não, perdão, ElBaradei. O do (00:06:25) eu não li, eu li o do ElBaradei.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó (00:06:26) fala do (00:06:28) no Iraque que eu criei e presidi, (00:06:36) quando eu era Embaixador na ONU.

GIORDANO ALMEIDA ó O ElBaradei fala exatamente sobre negociação de Teerã, que ele estava saindo da agência e ele fala, eu desejo muita sorte ao Embaixador Celso Amorim, que ele consiga lograr, está no finalzinho do livro dele, se o senhor tiver oportunidade. Embaixador, o senhor sabe que as nossas relações com o Paraguai são profundas complexas e

tensas. O senhor sabe que o Paraguai talvez na América Latina seja o país que expressa mais claramente esse imperialismo brasileiro, principalmente por meio dos editoriais jornalísticos deles e em última hora tem uma tendência, de vez em quando eles dão uma cacetada no Brasil. Quando a gente negocia com o Paraguai, o governo brasileiro a gente leva em consideração esse prisma, essas percepções?

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Olha, eu acho primeiro o seguinte, acabei de ter uma conversa com a sua amiga aí sobre Bolívia.

GIORDANO ALMEIDA ó Que também era quase a mesma coisa.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Quase a mesma coisa. Não é exatamente igual, mas é muito parecido.

GIORDANO ALMEIDA ó É muito parecido.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Eu acho que é natural você ter um país bem mais desenvolvido. Bem mais robusto. Muito maior, como vizinho. No Uruguai eles se expressam de outra maneira, mas também tem muita queixa. Eles se queixam. O Uruguai. Digamos, falando coloquialmente, não é uma declaração ministerial, digamos que a vantagem que a gente tem é que eles se queixam mais da Argentina do que do Brasil. Então não se concentram tanto no nosso caso, mas enfim. Mas é natural que um país menor, que ele sempre menor, menos desenvolvido, que inclusive fornece matéria prima ou energia no caso a uns país maior e mais industrializado, que ele tenha sempre a sensação de que está sendo tratado com injustiça, isso é parte da realidade, outra parte da realidade é que de fato há essas injustiças, houve, no passado, concepções diferentes que a gente, eu creio que o Brasil, tem procurado mudar e melhorar, daí eu acho que isso foi um esforço constante do governo do Presidente Lula com o Paraguai as nossas negociações, nunca cessaram, mesmo antes do Lugo, com o Nicanor Duarte. Por exemplo, a ideia da linha de transmissão, que o governo Lugo, inicialmente tomou em um primeiro, não estava muito interessado, mas depois passou a se interessar, surgiu ainda do governo do...

GIORDANO ALMEIDA ó Nicanor.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Nicanor, mas que eu me lembre pela primeira vez, eu fui exposto a uma viagem de avião se eu não me engano, nós estávamos indo para Caracas, eu acho que foi quando foi criada Unasul, não quando foi ratificada, quando foi feito o primeiro acordo e o Nicanor, acho que nem aquela viagem de avião, acho que o Presidente deu uma carona para o, se não foi nessa foi em outra, mas acho que foi nessa, deu uma carona para o Duarte. Mas naquela conversa alguém que estava presente, acho que não era nem ele, falou não, você tem que ter uma coisa estrutural, precisa ter uma linha de financiamento, coisa que possa construir para que o Paraguai possa usufruir da energia. E nós achamos, para falar a verdade, eu até vou te dizer uma coisa fora da ordem das suas perguntas, porque nós achamos que a melhor maneira de ajudar o Paraguai é em relação e inclusive os reclames deles com Itaipu, questão de venda para terceiros, etc. é habilitar o Paraguai a usar a própria energia. Porque a energia é 50, 50, nós usamos mais, porque um dos itens principais do tratado estipula que a energia que não for consumida em um país vai para outro. Mas se ele passar a usar mais a energia, esse problema vai sumindo. Não será de um dia para o outro e eu acho que essa foi uma das razões que nos levou, levou o Presidente Lula a apoiar essa ideia da construção da...

GIORDANO ALMEIDA ó Da linha.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Da linha de transmissão, essa é a nossa concepção. Vamos fazer uma coisa que o Paraguai possa usufruir da energia, ele diretamente, ao invés de ficar eternamente naquele, como é que se determina um preço justo para energia? Isso é uma coisa muito difícil, arbitrária, relativa e a mesma coisa do gás da Bolívia. Teve momentos que o preço do gás ficou mais alto que o preço dos internacionais e teve momento que ficou mais baixo e eu não sou especialista nisso, não sei como você pode transformar isso em DPUs ou sei lá em outra unidade, mas haverá momentos em que o preço médio de Itaipu teve acima e outros momentos que o preço médio de Itaipu estava baixo. Então, não é uma coisa assim, fixa, certa, absoluta, quer dizer que teria o preço justo, aliás o conceito de preço justo é uma coisa meio medieval, mas de qualquer maneira, enfim que o país se sinta remunerado por, ou pelo seu esforço, ou pelo uso de um recurso natural seu. Então nós tínhamos essa compreensão e era uma coisa que nós queríamos fazer, já tínhamos feito um aumento da, ainda no governo de Nicanor tivemos um pequeno aumento do pagamento pela questão de energia...

GIORDANO ALMEIDA ó E discute também a questão da dívida.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Hein?

GIORDANO ALMEIDA ó Questão da dívida, teve a...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó A dívida eu não sei bem, a dívida nunca foi realmente uma coisa, teve aquela concepção diferente do que era a dívida, mas de qualquer maneira houve um reajuste considerável, foi tudo que eles pediram, evidentemente de uma forma considerável, levando em conta vários fatores, o valor da época, enfim, não foi também uma coisa totalmente, não foi arbitrária, mas enfim, um reajuste considerável da cessão de energia, eu diria que foram os dois grandes passos, o aumento do pagamento por cessão de energia e a construção da linha de transmissão.

GIORDANO ALMEIDA ó Porém, como o senhor bem falou, o acordo, principalmente o anexo C, foi renegociado no governo Nicanor...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Mas não renegociamos o acordo.

GIORDANO ALMEIDA ó Exato, aí eu quero entrar justamente nesse debate. O que aconteceu na verdade? Porque mudanças dentro do acordo de Itaipu acontece desde 74 quando surgiu a primeira turbina e começou a funcionar e o governo, até o governo Fernando Henrique aumento o preço com relação...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Governo Sarney.

GIORDANO ALMEIDA ó Não, governo Sarney sim, depois houve a discussão quando houve aquela questão da mudança do plano real, eles questionaram a questão do pagamento, depois o governo Fernando Henrique fez, governo Nicanor fez e no governo Lugo também aconteceu. Na sua percepção...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Isso não é uma mudança do tratado.

GIORDANO ALMEIDA ó Exato, aí eu vou perguntar para o senhor, agora vem a minha pergunta...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Eu me recordo que está previsto no próprio tratado um indicador, um índice...

GIORDANO ALMEIDA ó Exato.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó O cálculo do índice eu não me lembro, eu não sou jurista mas eu sempre consultava, eu sempre com o Paraguai tive muita preocupação de fazer as coisas juridicamente corretas. Que eu sei que aquilo é um equilíbrio muito complexo.

GIORDANO ALMEIDA ó Exatamente.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Então eu consultava muito o Embaixador Everton (00:13:40) que não tratava tanto do Paraguai mas eu sabia que ele tinha um bom conhecimento jurídico também, então nós tínhamos que contrabalançar o político com uma coisa correta juridicamente.

GIORDANO ALMEIDA ó Exato. Porém do lado Paraguai essa renegociação de 2009 é tomada como um marco, eles acham que eles saíram muito vencedores dessa renegociação que foi algo muito positivo e eu pergunto para o senhor, como é que o senhor...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Vencedores nós também.

GIORDANO ALMEIDA ó Exato. Mas eu colocaria para o senhor como é que o senhor diferenciaria essa renegociação das anteriores, o que se tornou essa renegociação um fato tão peculiar e tão assim aclamado pelo povo paraguaio? Eu me recordo que um bicentenário paraguaio, a primeira visita que eu fui ao Paraguai, foi no bicentenário e foi justamente muito próximo a época que o Senado brasileiro estava ratificando e eu me recordo que no dia do bicentenário a capa do ABC Color falava, o Senado do Brasil entendeu claramente de uma forma muito grandiosa que fez um gesto que era necessário ser feito há muito tempo e o ABC Color nunca falou isso, ainda que tenham ocorrido outras negociações e eu pergunto...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Mas é que realmente foi muito mais substanciais, quadruplicou o valor do pagamento, o ajuste, eu não me lembro de todos outros, mas o ajuste que foi feito aí no período do Nicanor o ajuste foi marginal, 20%, 10%, 3% sei lá, já no governo Lugo foi, triplicou o que é pago pela energia é ao meu ver uma maneira, gente, é

preciso entender o seguinte, a energia de Itaipu que é dos brasileiros, também tinha que entender isso, mas somos mais criticados no Brasil talvez do que pela ABC Color. Mas, dentro de uma concepção de que você precise contribuir para o desenvolvimento do país, você não pode ter um país do lado do seu pequeno que tem, enfrenta dezenas de problemas de pobreza, uma renda per capita baixíssima, comparada inclusive com a nossa, de outros países, na América do Sul, exceção da Bolívia, talvez. Você não pode pensar que digamos, você vai tratar ali como se aquilo fosse uma mera transação comercial, aquilo tem um significado geopolítico da maior importância e para nós interessa que o Paraguai seja nosso amigo, que esteja bem no Mercosul, é um problema, eu me lembro também que durante o governo Lula se falou muito de que teria, que os americanos estariam fazendo um aeroporto...

GIORDANO ALMEIDA ó Uma base.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó O aeroporto até existe, a pista existe...

GIORDANO ALMEIDA ó Mas seria uma base...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM - (ininteligível 00:16:13)

GIORDANO ALMEIDA ó Isso, exatamente.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Como é que você faz isso? Eu não posso proibir um país soberano de fazer, o que eu posso é tentar ajudá-lo a não precisar disso. Então, e se sentir mais confortável na sua região. Eu acho que tendo o sentido que a gente tinha, eu sempre disse que há um elemento, eu não acho que haja incompatibilidade você defender o interesse nacional e ao mesmo tempo ter uma noção na questão da solidariedade. Porque a solidariedade, digamos, atende o interesse nacional, claro que tudo é uma questão de medida, atender o interesse nacional a médio e longo prazo, eu estava falando aqui com a sua colega que no caso da Bolívia houve um aumento do preço, dá mais ou menos uns 10% do preço do gás, mas nunca faltou uma molécula de gás no Brasil, enquanto, por exemplo, na Europa, aquelas relações todas conflituosas volta e meia tem um problema, que nós sabemos muito bem, o gasoduto, que vem da Rússia que atravessa a Ucrânia. Então eu acho que esse aspecto é fundamental. Então, mesma coisa com relação ao preço da cessão de energia no Paraguai, agora, curioso, por exemplo, eles insistiam muito nesse setor de energia e até diziam, o

próprio gasoduto, ãoã, esse negócio da linha de transmissãõ não tem importãncia, nós não precisamos de vocês, nós conseguimosö..., não da maneira crua, como eu estou dizendo, mas enfim, ãnós já conseguimos o BID e talö, aí quando nós terminamos a negociaçãõ de quanto seria a cessãõ de energia exatamente, disseram, õah, e a linha de transmissãõö? Quer dizer, passou a interessar. Aí também colocamos inclusive através do (ininteligível 00:17:58) que é uma maneira de não bilateralizar excessivamente o que não deixou de ser uma doaçãõ brasileira...

GIORDANO ALMEIDA ó Investimento a fundo perdido.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Investimento, mas eu acho ruim fundo perdido, porque a paz não tem preço.

GIORDANO ALMEIDA ó Claro.

GIORDANO ALMEIDA ó Entãõ, quanto mais a gente puder... E veja bem, ao mesmo tempo as autoridades paraguaias, talvez com as relações também tiveram em geral uma atitude tolerante, positiva em relaçãõ ao número enorme de brasileiros, descendentes de brasileiros que vivem lá, quer dizer, não é que você está trocando uma coisa por outra, mas se relacionam. Entãõ eu acho que é isso essencialmente que eu diria assim, que eu me lembro do Paraguai que eu posso dizer de um modo mais amplo é isso. As negociações do Mercosul, isso mesmo antes desse período Lula, só para colocar no contexto. Algumas negociações bilaterais assim nós até, alguns países na (ininteligível 00:18:59) de preferênciam, com a Índiam, com (ininteligível 00:19:03) mas mesmo dentro da Amériam do Sul isso não é que fosse comprovado, para fechar o acordo e para propiciar, nós abríamos mãõ do que poderia ser uma cota brasileira em favor do Paraguai e do Uruguai, para soja, para produtos desse tipo. Por que? Porque nós não tínhamos uma presençã muito grande no mundo, o maior produtor, o segundo maior produtor, não sei se o Japãõ ou Estados Unidos, uma das maiores produtoras de soja do mundo, o maior exportador. Isso é (ininteligível 00:19:30). E o Paraguai o paísm pequeno, independente daquilo e etc. Entãõ eu acho que é o preço para você viver em paz e claro que você tem que ter uma noçãõ, eles nos pediram a lua, a lua não vãõ levar, agora o reajuste, eu achei correto, perfeitamente absorvível, ninguém nem mais fala nisso, falar isso

que encareceu a energia, não é, está tudo ali totalmente absorvido a outros fatores que encareceram muito mais a energia no Brasil do que...

GIORDANO ALMEIDA ó A elevação da tarifa do setor...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Do que a elevação da tarifa decorrente. Então, eu acho que é uma segurança, uma tranquilidade, ao mesmo tempo o Brasil também não pode ficar tão dependente todo só da energia de Itaipu, a mesma coisa que o gás, ao mesmo tempo que o Brasil fez algumas concessões lá que a Bolívia queria, não na dimensão que ela queria, mas em uma, ao mesmo tempo nós passamos a diversificar um pouco as fontes de gás, para poder importar gás natural de outros países (ininteligível 00:20:31) mesma coisa em relação, nós estamos também construindo outras hidrelétricas no Brasil que tornam digamos, Itaipu sempre mais importante, tem que falar importantíssimo, mas não é assim a única em relação a 40% do que chegou a ser...

GIORDANO ALMEIDA ó Do ano passado.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Do (ininteligível 00:20:48) brasileiro.

GIORDANO ALMEIDA ó Porém, ainda que o senhor fale isso, a gente recorda pelas as entrevistas da época, que a burocracia, o outro lado da burocracia brasileira, se colocava um pouco mais titubeante no sentido da renegociação do acordo. O senhor consegue identificar por que havia essa rejeição e quando essa rejeição passou a deixar de ser importante e aí conseguiu, as negociações conseguiram ser levadas adiante? Por que caso do Paraguai, eles têm uma narrativa interessante e eu queria ouvir do senhor.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Qual a narrativa deles?

GIORDANO ALMEIDA ó O Deputado Canellas (00:21:26) ele entende que o que mudou o âmbito da negociação foi uma situação em que ocorreu próximo ao Fórum Mundial Social em Belém, em 2008 e que o Presidente Lula estava reunido com o Presidente Evo Morales, com o Presidente Hugo Chaves, com o Presidente Rafael Correia e o Presidente Lugo, ainda não tinha conseguido o acordo, obviamente, mas foi lá, defendeu que deveria ser renegociado,

deveria se pensar com mais vontade a renegociação daquele acordo e o Deputado Canellas entende que a partir daquele momento é que as coisas começaram a mudar.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Não, eu não...

GIORDANO ALMEIDA ó Não compartilha?

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Eu não. Vamos dizer o seguinte, eu acho que a eleição do Lugo e a mobilização popular em torno desse tema, obviamente teve um peso, isso eu não vou dizer que não, obviamente teve um peso, mas digamos que foi ali naquela reunião, eu não sei, eu não estava nessa reunião para falar a verdade, não teria nem como dizer. Mas aquilo era um processo que foi durando muito tempo. Nós fizemos muitas reuniões conjuntas, algumas grandes e algumas que o Paraguai estava tão fixado em obter aumento nessa, porque as vezes até Projeto de Cooperação Técnica interesse deles, eles recusavam depois. Teve uma vez que o Lugo veio aqui e agora eu não sei se isso foi antes ou depois, não acho que não, por exemplo, isso que eu vou te narrar agora é posterior (ininteligível 00:22:57) era Presidente eleito, ele veio aqui. A primeira visita dele, para ilustrar que não é bem assim a cronologia. Primeira visita que ele veio aqui com o Presidente eleito, havia uns 12, 14 acordos (ininteligível 00:23:12) coisas mais variadas, a situação técnica da Embrapa, Serpro, até onde minha mulher trabalha, enfim, não sei, Fiocruz talvez, não sei, não eram coisas grandiosas, mas cooperação técnica útil para eles. Mas a grande reivindicação deles era em relação essa questão de Itaipu, como nós dissemos, isso não dá para resolver agora, não dá para resolver agora, ele preferiu não assinar nada, como...

GIORDANO ALMEIDA ó Condicionou tudo.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Condicionou porque aquilo foi um favor para nós, não era, a gente não queria dar impressão de ele estava sendo, digamos assim...

GIORDANO ALMEIDA ó Permissivo.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Han?

GIORDANO ALMEIDA ó Permissivo.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Não, permissivo não porque ele estaria sendo, digamos adulado, que ele estaria sendo, digamos...

GIORDANO ALMEIDA ó Complacente.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Complacente em função de alguns favores menores, um dia que o Brasil estaria..., e um deles era o interesse do Brasil, era interesse do Paraguai, principalmente, era nosso interesse. Mas então isso ocorreu ele já era Presidente, então não era assim tão simples e eu me lembro que eles pediam uma quantia que pareceu absurda que o próprio, para cessão de energia, eu não preciso falar em números também, mas enfim, uma quantia absurda, acabou saindo algo muito menor, bem menor do que eles pediram, mas que ainda assim era muito substancial e eles entenderam que aquilo era o máximo que eles poderiam chegar e comemoram. Por isso que eu digo, eu não acho, pode ter sido um ponto importante, eu não vou negar, por exemplo, vários presidentes, todos eles muito voltados para essa questão do valor...

GIORDANO ALMEIDA ó Questões sociais.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Pode ser pesado, mas eu não diria que isso foi um ponto culminante, foi um processo, nós fomos indo, fomos indo, no início eles falavam renegociação do tratado, eu falava, mas não é bem renegociação do tratado. Renegociação do tratado para nós, o ponto crucial e que sempre nos parecia era a questão de poder vender para terceiros países, isso é que eu acho que era uma coisa que não dava para negociar, naquele momento, não sei se algum dia dará, mas eu acho que vai se tornar desnecessário, porque na medida que o Paraguai aumente a sua própria capacidade de (ininteligível 00:25:23) por exemplo, quando, não sei se foi já depois da (ininteligível 00:25:29) eu sei que são tantas viagens que eu fui para o Paraguai que eu não lembro, inclusive com o Presidente Lula, acho que foi depois que nós fomos lá inaugurar uma fábrica de cimento, não a fábrica, o início das obras para fábrica...

GIORDANO ALMEIDA ó Da Camargo Correia?

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Acho que sim. Eles não poderiam fazer se não tivesse (ininteligível 00:25:46) de energia. Então, eu acho que o caminho é esse, eu acho que o

Paraguai, inclusive, é claro que não é só por isso também, a matéria prima que eles produziam, soja, alimentos também, carne, são muito valorizadas no mercado internacional, eu não sei como foi nesse último ano, mas teve ano que eles falavam que ia ser 10%, 12%.

GIORDANO ALMEIDA ó Exato.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó É muito bom para eles e muito bom para a gente.

GIORDANO ALMEIDA ó Mas eu gostaria de insistir...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó (ininteligível 00:26:12), mudaram de percepção eu acho que quando, eu acho que nunca um presidente paraguaio, eles podem nunca, porque essa coisa meio arriscada, mas eu não me lembro de um presidente paraguaio ter sido convidado para ir a FIESP, antes do Lugo, e o Lugo foi.

GIORDANO ALMEIDA ó Interessante.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Então e depois foi mudando a opinião de percepção, até o meu ex-colega que era Embaixador também, Rubens Barbosa, que (ininteligível 00:26:43) no Paraguai. Então eu acho que digamos há uma outra realidade hoje que sem dúvida alguma, graças a essas medidas e isso foi muito bom para o Paraguai e muito bom para o Brasil.

GIORDANO ALMEIDA ó Porém eu gostaria de voltar um pouco no tempo que eu não estou enganado, logo quando o Lugo assumiu e que ele viu aquela plataforma muito agressiva com relação a, nas palavras dos paraguaios, renegociação do tratado, se eu não estou enganado o Presidente Lula antes disso falou que era um tema polêmico e que ele não sabia como ele ia lidar com aquilo e teoricamente não haveria renegociação de tratado e o senhor falou, não, como já foi feito no passado, isso pode ser conversado, não existe...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Esse aspecto do preço da cessão de energia...

GIORDANO ALMEIDA ó Isso, exato.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Porque nós não consideramos que isso era uma renegociação.

GIORDANO ALMEIDA ó Renegociação, exato, porém, dentro da burocracia brasileira, por exemplo, o Presidente Samek se colocou contrário a essa possível renegociação...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Não, isso é outra coisa...

GIORDANO ALMEIDA ó Não, o senhor não quer entrar nessa picuinha, eu sei, mas o que eu queria entender é como se deu o processo de consenso dentro do governo brasileiro no sentido de,ö vamos, olha a gente tem essa proposta, é interessante...ö

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó A visão do Presidente prevaleceu no fim das contas e agora é natural que cada órgão, que se passa em tudo, cada órgão de burocracia tem olhado o seu ângulo, de burocracia, empresa, tem que ser considerado também como parte da burocracia, mas o Samek, sobretudo depois dessa época que tirei como (ininteligível 00:28:10) de Itaipu é um entusiasta de tudo que nós fizemos pelo Paraguai...

GIORDANO ALMEIDA ó Fala guarani.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Han?

GIORDANO ALMEIDA ó Ele fala guarani também.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Pois é e valoriza nossa cooperação. Então eu acho que foi consenso que se formou alguns de muitos aspectos, porque alguns estão em um âmbito, aí vem maior aspecto político, vem a dificuldade que se pode nos criar em outras negociações internacionais, enfim e você precisa da (ininteligível 00:28:39) do Mercosul para negociar, lá na época a Alca não tinha na revisão. Negociamos com a Alca, a negociação na ONT (00:28:42), você precisa também de solidariedade do Paraguai em outras questões da ONU. Eu, o único ponto que eu saí frustrado lá da reunião da ata de Assunção, eu não sei depois o que aconteceu, porque depois também aqui no Brasil o sistema, nós não conseguimos tratar do tema adequadamente, era, o que a gente estava querendo era uma, uma espécie de um (ininteligível 00:29:12) um exemplo, o Haiti, para o Haiti poder exportar, dentro de uma cota muito limitada, ter sido para o Mercosul, depois (ininteligível 00:29:23) eles concederam.

Mas uma coisa assim difícil, uma coisa que era mínima, comparado com o conjunto de coisas que nós estávamos fazendo, eu até me lembro isso, que eu saí de lá e falei, saí chateado, aí o Presidente Lugo falou para mim, ômas Celso, que isso, o que é isso, eu nunca te vi tão (ininteligível 00:29:41), nunca te vi tão chateado, você foi o maior, não é verdade, o maior foi ele, ôvocê foi o maior lutador para conseguir isso que nós fizemos hoje, você está chateado?ö, falei, õpois é, achei a reação um pouquinho pequena em relação ao tamanho do que nós havíamos negociadoö, mas não só em valor, mas as dificuldade políticas que nós também tivemos, mas enfim, eu acho ótimo, acho que hoje tem uma relação diferente, e assim deve ser.

GIORDANO ALMEIDA ó O (ininteligível 00:30:12) das suas entrevistas e dos artigos que o senhor publica, que o senhor escreve, durante a sua gestão, o senhor foca bastante, o senhor relata bastante a importância que o governo deu à questão da América do Sul, integração da América do Sul. Porém a gente, se a gente fizer um pouco uma regressão histórica, isso não é uma coisa que o governo Lula inventou. Já aconteceu no governo Fernando Henrique, o governo Itamar Franco tem alguma... Eu vou perguntar para o senhor agora. Eu queria que o senhor respondesse para mim...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó O conceito da América do Sul, talvez uma outra passagem casual, mas o conceito da América do Sul, fora do futebol...

GIORDANO ALMEIDA - Taça libertadores.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Foi o da taça libertadores, foi reintroduzido pelo governo Itamar Franco...

GIORDANO ALMEIDA ó Exato, exato, exatamente. Na época da Alca foi com a tentativa de criação Alca que acabou não ocorrendo...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó É por coincidência no governo do Presidente Lugo.

GIORDANO ALMEIDA ó E a minha dúvida, justamente, o que...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó O Presidente Fernando Henrique teve um grande mérito, eu reconheço, eu liguei pra ele, eu era Embaixador, liguei para ele quando ele fez a reunião de presidentes.

GIORDANO ALMEIDA ó Não, mas você me perdoe, mas eu estou falando dele como presidente, não como Chanceler.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Quem?

GIORDANO ALMEIDA ó O Presidente Fernando Henrique.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Não, eu sei, mas ele como Chanceler não foi a (ininteligível 00:31:27)

GIORDANO ALMEIDA ó Não, não, é claro. Exato, exatamente.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Enfim, não teve nem tempo, ele ficou 8 meses, quer dizer, eu não estou dizendo que ele não faria, mas...

GIORDANO ALMEIDA ó Exatamente.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó A ideia de fazer a Alca está explicada em um (ininteligível 00:31:38) o senhor vê direitinho e está ligado a também algumas conversas com os alunos diplomatas, tinha a ver com o que se discutiu na época, a gente tinha então que a política do Brasil não podia se esgotar no Mercosul, Uruguai, Paraguai, Uruguai com totalmente, digamos, fisicamente com aquilo que se chamava Cone Sul. O Brasil não, o Brasil tem lá uma costa para o norte, tem uma fronteira imensa e tal. Era uma questão política para outro lado, para outros países e a maneira de compatibilizar uma política era criar, como os outros não podiam mais, dificilmente seriam membro do Mercosul, naquela época tinham políticas tarifárias diferentes, não queriam abrir mão, uma solução seria uma área de comércio, com um nível menor de integração do mercado comum, mesmo assim seria produtivo, o Presidente Itamar propôs na reunião do grupo do Rio Santiago e eu depois detalhei em uma reunião lá no Montevideu, acho que em fevereiro de 94, sei que coincidiu com o carnaval, foi quando eu descobri que no Uruguai tinha uma população negra grande, do candomble, eu nunca tinha visto isso.

GIORDANO ALMEIDA ó Tem um bairro negro, inclusive em Montevidéu.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó E depois, o Fernando Henrique como Presidente, ele 7 anos depois de mandato, perdeu-se muito tempo, que a Venezuela ficou muito interessada, até em entrar para o Mercosul, na época do Caldeira.

GIORDANO ALMEIDA ó Do Caldeira?

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Do Caldeira. As pessoas subestimam isso, que (ininteligível 00:33:15) vocês querem falar mal do Guarani, aproveitam pra atacar, mas o Caldeira fez acordos (ininteligível 00:33:24) com o Itamar e tinha muito interesse em entrar para o Mercosul e por alguma pequena (ininteligível 00:33:27) lá não quiseram levar isso adiante.

GIORDANO ALMEIDA ó O Presidente narra isso no livro dele, Sociólogo como \presidente, se você tiver oportunidade de ler, ele trata do tema.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Quem?

GIORDANO ALMEIDA ó O Presidente Fernando Henrique.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Ah, pois é.

GIORDANO ALMEIDA ó Ele fala no livro.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Eu não li não, mas enfim. Então, mas quando o Fernando Henrique convocou a reunião dos presidentes, eu não me lembro.

GIORDANO ALMEIDA ó 2001, (ininteligível 00:33:50), Primeira Reunião de Presidentes Americanos.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó 2001, bom, penúltimo ano, eu era Embaixador comunicava com o Fernando Henrique sempre porque embora tivesse sido colega do Ministério, ele era Presidente, eu era Embaixador, tinha um Ministro no meio, então eu não queria ficar... Mas ele me ligava esporadicamente por alguma razão. Eu liguei para ele para cumprimentar e ele fez um comentário curioso, que ele disse, é mas a sua casa resistiu muito.

Para você ver. (ininteligível 00:34:25) Toda vez que falava na América do Sul, eu ouvia assim, comentários das pessoas, õah foi cutucar a onça com vara curtaõ, porque era como se fosse uma oposição, õah, a política hemisféricaõ, mas não era essa a história, era uma outra coisa. Mas enfim, mas acontece que ali foi importantíssimo, eu nunca nego, todos os meus escritos mencionam essa reunião do Fernando Henrique, mas ela não deu muitos frutos, a não ser a (ininteligível 00:34:46), que foi readaptado, não, porque ela não criou mecanismo permanente, não mexeu com comércio, que é uma base, não é que o comércio era tudo, mas o livre comércio é base de qualquer integração, por isso é que quando nós começamos a tratar da casa, eu, houve um momento lá que o presidente peruano e outros, õnão, não convém então ter uma comunidade, mesmo sem ter apoio (ininteligível 00:35:08) eu falei, õnão senhor.õ Não dá, quer dizer, eu não falei assim, õnão, não dá, porque tem que mostrar que há um engajamento real, se a gente começar, na primeira dificuldade a gente desiste, então isso é uma coisa puramente simbólica e talõ. E fizemos acordo de comércio, depois então concretizamos (ininteligível 00:35:30) então...

GIORDANO ALMEIDA ó O fio da meada é que nesses quase 20 anos entre 93 e a concretização da Unasul, o que o senhor percebeu que mudou na perspectiva brasileira em relação ao discurso de América do Sul?

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Bom, primeiro que o discurso de América do Sul, tirando as poucas, tirando as menções do Itamar Franco e também essa reunião...

GIORDANO ALMEIDA ó Do Presidente Fernando Henrique.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Do Presidente Fernando Henrique, que é importante eu não nego, mas foram muito pequenas, esporádicas, não digo que foram sem consequências, mas com poucas consequências, não houve um esforço determinado de fazer integração da América do Sul. A grande diferença foi essa e a grande diferença é que o isso se faz não só com a ideia. No primeiro ano de governo o Presidente Lula recebeu todos os presidentes da América do Sul, umas 2, 3 vezes. Em 2 dois anos, um pouquinho mais, porque o único episódio acho que foi no começo de 2005, nesses 2 anos e três meses ele tinha ido a todos os países da América do Sul. Eu fui, nesse mesmo período eu devo ter ido 6, 7 vezes no Equador, 6, 7 vezes no Peru. Claro, tratávamos em termos técnicos. Nós criamos uma

dinâmica, eu acho, nós procuramos criar, vamos dizer assim, eu não posso querer me (ininteligível 00:36:48) aqui, mas procuramos criar uma dinâmica entre as relações bilaterais se casavam com o nosso projeto multilateral de integração na América do Sul. Daí as ações com o Paraguai iam demorar mais tempo, porque naquela época, digamos no governo, não é que não havia críticas, eles já criticavam, eu fui lá uma vez em uma dessas visitas que eu fui no Paraguai por várias vezes e eu senti um ambiente muito hostil. Mas ali também fui custando a ver o que que é legítimo, o que que é exagerado, então com o tempo a gente vai vendo melhor. Mas mesmo antes também do Evo Morales, estávamos procurando fazer já alguma coisa com a Bolívia, etc. e os outros países, não havia tanta dificuldade. Então, eu acho que houve um esforço muito grande para conjugar ações bilaterais...

GIORDANO ALMEIDA ó Com esse projeto.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Com um projeto da comunidade que acabou virando Unasul. Mas a iniciativa foi brasileira e para falar a verdade outro participante da iniciativa inicial foi o Peru, então quando eu ouço dizer que é um projeto bolivariano, acho até...

GIORDANO ALMEIDA ó Presidente Olegário Toledo, o senhor conta no seu livro, um jantar junto com o presidente no...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Então quer dizer, eu acho que houve uma mudança de intensidade indiscutível, (ininteligível 00:38:11) foi no Unasul, um tratado que o primeiro que eu saiba, não sei se existe algum acordo muito específico em uma área, sei lá, vegetais, ou de alguma coisa assim que eu não seja, esporte, sei lá, mas o primeiro tratado que cria uma organização Sul-americana, 200 anos de independência, é o tratado da Unasul. Então não é um fato menor e expressões concretas que já se baseavam em uma rede de acordos comerciais que na prática no dizer, não meu, mas de um Chanceler colombiano, criar uma área de livre comércio Sul-americano, levando em conta a diferença do caso do Suriname e da Guiana, já com base nisso, com base em vários outros acordos, que iam se estendendo, porque eles também, eles se tornaram observadores, membros associados do Mercosul (ininteligível 00:39:06) então e já se discutia alguns acordos, por exemplo, eu acho que acordo, por exemplo, para isentar de passaporte, já começou no nível Sul-americano.

GIORDANO ALMEIDA ó Já.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Com o pessoal de Mercosul.

GIORDANO ALMEIDA ó Eu me recordo. Que o senhor deu uma entrevista falando que hoje qualquer brasileiro pode entrar em qualquer país da América do Sul com a sua carteira de identidade. Agora é...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó E como eu estava contando para a sua amiga aqui, eu fiquei contente de ver que isso é verdade na Colômbia, porque eu fui a Colômbia agora, mas eu fui com o passaporte, nem tinha pensado, meu caso inclusive é difícil, porque minha carteirinha é...

GIORDANO ALMEIDA ó É funcional.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó É funcional, mas alguém, sei lá, que tinha ido, porque eu não entrei aqui com a...

GIORDANO ALMEIDA ó Carteira de identidade. Exato.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Na Colômbia, que é um país que está um pouquinho...

GIORDANO ALMEIDA ó Mais acima...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Mais acima, então o que é muito bom, isso aí fica até em um contexto, se procurar na (ininteligível 00:39:55) tem o que eu falei lá em uma conferência sobre integração, sobre, não era um estudo, era um estudo sobre, chamava-se (ininteligível 00:40:07) feito pela aquela coisa inglesa (ininteligível 00:40:11). Enfim, chamando atenção que o é importante manter a integração. Mas a América do Sul, isso é um problema político, estratégico, de paz, que eu sei que é uma coisa insubstituível, eu acho que o Presidente Lugo tinha muito essa noção também. Mas então acho que houve uma mudança de intensidade, para fazer a integração Sul Americana permanente, foi uma coisa assim, um atrás do outro, os acordos de comércio eram negociados em detalhe. Eu como eu tinha alguma movimentação também, conversava com os presidentes, sobre esses acordos, não era só com os ministros do comércio, ministros do exterior, era com os presidentes, claro que o Lula dava o quadro geral, mas também eu conversava com ele, õessa é uma dificuldade, temos que

superarö. Enfim e a criação de um Conselho Sul-Americano, isso tudo há uns 20 anos atrás, diziam, õah, não, isso aí é cutucar a onça com vara curta, não faça issoö.

GIORDANO ALMEIDA ó Agora, Embaixador, no mesmo momento em que a gente tem esse discurso com relação a integração sul americana, Unasul, a gente também tem a emergência desses governos ditos progressistas na América do Sul, isso que tem por parte da mídia brasileira, inclusive o Embaixador Rubens Barbosa é uma pessoa que externaliza isso que o Brasil acabou atuando de uma forma um pouco leniente, um pouco enfraquecida com relação às proposições dos nossos vizinhos, como na Venezuela, no Equador, na Bolívia, no Paraguai. Como é que o senhor... E que isso seria na verdade uma diretiva ideológica do Partido dos Trabalhadores, como é que o senhor...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Eu acho que não tem nada de ideológico, eu acho que nós fizemos, se tivesse que numa negociação, reconhecer a simetria, nós reconhecemos que todos os países, independentemente de já reconhecermos antes com a Bolívia, antes do governo Evo Morales o que houve foi um aumento da capacidade reivindicativa dele, tem que negociar, então o Nasser (00:42:18) resolveu nacionalizar o Canal de Suez, quer dizer a reação brutal do ocidente resultou em maior radicalismo. Se eles tivessem negociado logo talvez uma fórmula, talvez tivessem tido menos prejuízo e teria morrido menos gente, teria sofrido, pelo menos, menos gente. Então, quer dizer, você tem que ver, é um recurso natural dele, ele está fazendo uma exigência, você acha que ela não é justa, vamos negociar, encontrar um meio termo que beneficia a todos, eu acho que foi o que nós fizemos sempre. No caso da Venezuela, é o maior superávit, um dos maiores superávits comerciais do Brasil...

GIORDANO ALMEIDA ó Uma prática (ininteligível 00:42:54).

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Em tudo que o (00:42:56) fatura. Então, essa é uma observação que realmente não tem...

GIORDANO ALMEIDA ó A história não vai corroborar com isso.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Não vai. E, digamos, nós levamos em conta essas assimetrias até (ininteligível 00:43:08) como um país relativamente mais, por exemplo, em agricultura, a nossa é muito mais competitiva, mas em um primeiro momento, abrimos mão

de certas, limitamos, digamos assim as concessões que nós queríamos, para poder ter a Colômbia também conosco. Não tem nada de ideológico, a nossa relação com a Colômbia, por exemplo, melhorou muitíssimo, ao longo desse, eu estou pegando a Colômbia, porque a Colômbia é tipicamente não tem nada de (ininteligível 00:43:33) não tem nada de esquerdista, não tem nada e no entanto, se você pegar o aumento dos investimentos do Brasil na Colômbia, o aumento do comércio como um todo, o aumento das exportações colombianas para o Brasil, porque nós passamos também nas missões comerciais a dizer ôlha, não podemos só vender, mas também que comprarö, a gente quer vender para eles, mas se a gente ficar só vendendo, eles não vão fazer, você vai verificar que houve uma melhora, uma cooperação na área, por exemplo, mesmo que você, é claro que isso é uma ilustração, não é uma, não é de fato, em si mesmo importante. Mas eu agora não sou ministro de nada, eu fui convidado por esse Fórum do Pacífico, o Brasil não está no Pacífico, eu, creio eu, eu tive indicação por sugestão do Ministro da Defesa da Colômbia, que considera importante ter relação com o Brasil. Quando ele foi fazer lá um negócio na Otan, que eu acho até discutível, teve a iniciativa de me telefonar, quer dizer, pode não estar fazendo exatamente o que a gente quer, mas pelo menos está procurando ser transparente, está cooperando. Na defesa, por exemplo também, tratei, eu estou citando a Colômbia porque não tem nada, compramos lanchas blindadas da Colômbia. Nossas forças armadas antes estavam comprando nos Estados Unidos, ou queriam fazer com um outro país europeu, não sei. Estão muito felizes, querem mais, gostaram muito das lanchas blindadas colombianas. Não são lanchas bolivarianas, nem são, elas são lanchas e agora claro, você não pode esperar (ininteligível 00:45:07) eu não posso esperar que eu vou ficar vendendo Super Tucano a vida inteira ou que for querer vender (ininteligível 00:45:12) e não comprar nada dele. Então eu acho que isso é, houve uma atitude deliberada de fomentar a integração, de fomentar o comércio, facilitar também importações. Enfim com todos os países aconteceu. No caso do Paraguai, como ele não tem muito o que possa exportar para o Brasil, duas coisas, primeiro...

GIORDANO ALMEIDA ó Energia.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Energia, que é obviamente importantíssimo e habilitá-los a ter indústrias que por sua vez possam exportadas para o Brasil e para outros lugares.

GIORDANO ALMEIDA ó Embaixador, quando a gente lê as discussões no congresso a respeito da ratificação do tratado de Itaipu, existe um debate muito acalorado entre a base governista, obviamente...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Agora que você está falando?

GIORDANO ALMEIDA ó De 2009, 2009 no âmbito da ratificação do acordo da (ininteligível 00:46:04) exatamente, tanto na Câmara, quanto no Senado, principalmente o bloco encabeçado pelo PSDB e pelo DEM, tem uma posição muito agressiva em relação a política externa do governo Lula, afirmando que essa política externa seria um viés companheiro, um viés esquerdista e do outro lado o Partido dos Trabalhadores entende que na verdade não se está discutindo ali uma ajuda de companheiros, mas sim você está discutindo um projeto de integração em que você, em que se coloca dos dois lados, o modelo europeu e o modelo do NAFTA. E os parlamentares do Partido dos Trabalhadores colocam, òlha o Brasil, o Presidente Lula, decidiu que o nosso modelo é um modelo mais integrativo, é um modelo de integrar a sociedade. E eu queria entender nesse sentido, uma vez que o senhor é membro do Partido dos Trabalhadores, ainda que tenha sido filiado politicamente, desde muito antes, na época do Presidente, do Dr. Ulisses, como o senhor fala, eu queria saber como o senhor enxerga a emergência desse discurso por parte da oposição ainda por parte do seguimento da imprensa que começou a caracterizar a nossa política externa com uma coisa tão atrelada ao Partido dos Trabalhadores e aí até aquela questão, o Marco Aurélio Garcia o Chanceler para América Latina, o Celso Amorim é o Chanceler para o mundo.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Eu sempre tive um excelente atendimento pelo Marco Aurélio Garcia, não tenho nenhuma, pode ser que o discurso de um reflita uma posição mais partidária que o do outro, vice e versa, mas Marco Aurélio Garcia, ele tinha uma proximidade com o Presidente Lula, isso é normal gente, o Carter mandava aqui, o Carter não, o Clinton, mandava aqui e era amigo dele, não tinha nos Estados Unidos uma classe, acho que foi de uma época

chefe da Casa Civil depois saiu, equivalente a Casa Civil, então, Marco Aurélio Garcia tinha sim uma presença de uma pessoa muito ligada ao presidente, que é uma coisa natural e digamos, ele tinha e até por não ser Chanceler, tinha uma, creio eu, eu estou falando aqui,

tinha digamos assim uma licença para tratar de termos internos dos países que para um Chanceler é mais difícil.

GIORDANO ALMEIDA ó Mais delicado.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Mais delicado. Eu me lembro até de uma vez que eu tinha, a primeira vez que eu estive com o Evo Morales, que eu vi o Evo Morales foi ainda no Governo Meza e eu estive junto com o Presidente Lula e eu, como a Bolívia sempre vivia em crise e eu já tinha feito várias viagens a Bolívia, eu acho que no governo Meza ainda, foi uma reunião em Santa Cruz de La Sierra e o Evo Morales pediu uma reunião comigo. Eu contei para ele, quer dizer, contei na reunião, que em uma visita anterior que eu tinha feito a Bolívia eu tinha conversado com vários atores da Bolívia para tentar, justamente e que tinha conversado com o Cardeal e ele teve uma reação que não saiu da minha cabeça. O ¿Que un canceller tiene que hablar con un cardenal?ö Eu não devia ter falado nada, mas enfim, claro que isso é normal e eu estou só relembrando, eu vim aqui para conversar com o sindicato e ninguém vai se zangar por causa disso. Claro que se eu for fazer oposição é diferente, você não está conversando, mas de qualquer maneira você vê a sensibilidade. Para o Marco Aurélio Garcia isso era mais fácil conversar e em certos momentos, você pode falar dos textos dele melhor do que de mim, mas ele foi, por exemplo à Colômbia a pedido do (ininteligível 00:49:29) para conversar com o sindicatos colombianos, coisa que eu jamais poderia fazer, não tinha nenhum conhecimento, nenhum vocabulário para falar com ele, mas nunca ouve nenhuma (ininteligível 00:49:42) te dizer, por exemplo, com toda honestidade, o projeto da casa, o desenho da casa, que foi uma das coisas talvez mais importantes que foi o Unasul, então o desenho nasceu no Itamaraty. Claro que a intenção política do Brasil, tanto nasceu no Itamaraty que corresponde um pouco ao que já havia sido tentado antes, no governo Itamar, tentando aquela época a predominância do comercial era fundamental.

GIORDANO ALMEIDA ó Muito maior.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Então eu não vejo, por exemplo, quando nós fizemos o novo, que eu chamei de *new deal*, o novo entendimento com o Uruguai eu pensava no Itamaraty. Obviamente, por exemplo, quando se criou um grupo de sábios para tratar do que

seria a casa do que acabou sendo o Unasul, foi o Marco Aurélio. Então é uma cooperação muito grande, cada um na sua... Alô...

GIORDANO ALMEIDA ó O senhor comentava a respeito do Marco Aurélio, na questão da Unasul, foi ele que acabou trabalhando no grupo de sábios.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó É, mas aí, digamos, a negociação que seria de base, a negociação dos acordos comerciais, a negociação, várias das negociações das comissões foi levada adiante pelo Itamaraty, agora era ótimo que ele, como, porque ele também não era o Chanceler da Argentina, era a Cristina Kirchner, que na época era Senadora, Deputada.

GIORDANO ALMEIDA ó Interessante.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Então, que ajudou muito, aliás, ela teve uma posição muito mais integracionista do que a chancelaria Argentina. Então, quer dizer, eu acho que não houve, eu não me lembro de um momento em que tenha havido uma inclinação do grupo de amigos da Venezuela, claro que o Marco Aurélio, antes mesmo até do governo estava lá conversando, mas a criação do grupo de amigos, dos desenhos do grupo de amigos, tudo com a participação do Marco Aurélio naturalmente, óbvio, tinha que ter, mas foi conduzida adequadamente.

GIORDANO ALMEIDA ó O senhor acha que existe um quê de reserva de mercado da casa de Rio Branco a respeito do tema?

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Não, não.

GIORDANO ALMEIDA ó Porque comumente os assessores da Presidência da República para assuntos internacionais são diplomatas, embaixadores.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó No passado, o que acontece é que o Brasil está se tornando um país muito mais complexo, quer dizer, os Estados Unidos por exemplo, tem há muito tempo tem assessores de segurança nacional, tem pessoas importantíssimas na política externa norte americana, sempre foi. E acho que é natural que no Brasil seja assim, porque os temas vão ficando mais imbricados, por exemplo, digamos, muitas ações discutidas em um

tratado que exige implementação interna, claro que eu me interessava por elas também, mas o Marco Aurélio tendo a autoridade da Presidência...

GIORDANO ALMEIDA ó Acabava...

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Eu sou um Ministro como os outros, ele talvez pudesse falar para outro Ministro, eu não posso falar em nome do Presidente. Eu sou Ministro, igual aos outros, agora o Marco Aurélio pode, o Marco Aurélio quem tiver (ininteligível 00:52:25) então, eu acho que não houve nenhuma, não me recordo em nenhum momento de divergência, pode ter havido diferenças de estilo...

GIORDANO ALMEIDA ó Isso é natural, é normal, todos são diferentes.

EMBAIXADOR CELSO AMORIM ó Em qualquer país em qualquer, ele é muito, sempre muito respeitoso, no Itamaraty não houve nenhuma viagem importante que ele fizesse, ele fez várias, ele foi lá na época que estava (ininteligível 00:52:47) o parlamento boliviano, ele foi até Sucre, ele sempre me telefonava para contar o que tinha acontecido, era muito, isso aí é fantasia.

GIORDANO ALMEIDA ó Embaixador eu queria agradecer pela entrevista, mas antes de...

APÊNDICE B ó Entrevista com o Alto Representante-Geral do Mercosul Dr. Rosinha

Florisvaldo Fier, mais conhecido como Dr. Rosinha, nasceu, em Rolândia, Estado do Paraná, em 10 de fevereiro de 1950. Além de ser um dos membros fundadores do Partido dos Trabalhadores e ter exercido diversas cargas eletivas ó vereador de Curitiba (1988), deputado estadual (1990, 1994), deputado federal (1998, 2002) ó, Rosinha, também, é médico e servidor público. Entre 2007 e 2009, exerceu as Vice-Presidência e Presidência do Parlamento do Mercosul (PARLASUL), e participou, por três vezes, (08/2009; 01/2009; 12/2009), como observador eleitoral, na Bolívia. Desde fevereiro de 2015, Florisvaldo Fier exerce o cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul¹⁶⁸. Abaixo, seguem os principais trechos da entrevista.

Giordano Almeida ó Dr. Rosinha, o senhor foi o relator do projeto, junto à Câmara dos Deputados, responsável pela aprovação das notas reversais referentes ao aumento de preço pago pela cessão de energia do Paraguai ao Brasil. Como sabemos; essa não foi a primeira vez que esse valor foi modificado; porém, no Paraguai, a aprovação desse último instrumento foi tida como uma grande vitória. O senhor poderia dizer por que esse reajuste foi tão importante e por que esse é tão diferente dos anteriores?

Dr. Rosinha ó Primeiro, temos de lembrar, que, ainda há época das negociações, entre as ditaduras do Brasil e do Paraguai, a oposição ao Tratado de Itaipu foi muito grande, no outro lado da fronteira. Diversos setores, inclusive, governistas, mas também populares eram contrários à construção da hidrelétrica de Itaipu. Desde aquela época, criou-se um discurso, no seio da sociedade paraguaia, que a construção de Itaipu havia sido um prejuízo, em decorrência da forma como as negociações haviam sido dirigidas. Não houve igualdade. Dessa forma, agora, com a eleição de dois governos populares, o de Luiz Inácio Lula da Silva e o de Fernando Lugo, buscou-se dar um caráter de reparação ao Paraguai. Em razão disso, no Paraguai, houve uma repercussão muito grande, tanto o é que as rádios paraguayas pediram autorização para retransmitir, ao vivo, as sessões legislativas brasileiras sobre o tema.

Giordano Almeida ó Diferentemente das outras vezes, em que as mudanças implementadas por notas reversais não foram encaminhadas ao Congresso Nacional, o

¹⁶⁸ Texto informado pelo autor, disponível em < <http://drrosinha.com.br/biografia/>>.

acordo entre os presidentes Lula e Lugo o foi. O senhor poderia explicar por que se optou por essa forma, nesta última vez?

Dr. Rosinha ó Porque, ideologicamente, o presidente Lula tem um compromisso, diferenciado, em relação aos presidentes anteriores, no que diz respeito à integração do Mercosul e da América do Sul. Nós sabemos que todo processo de integração exige algumas concessões dos Estados de maior capacidade econômica e de melhor condição política de negociação. Então, o Lula não só foi um Presidente que desejou a integração da América do Sul e o fortalecimento do Mercosul, como também entendeu que essa renegociação dos preços pela cessão de energia era importante para fortalecer essa integração. Procurou-se obter mais apoio, principalmente do povo, para o projeto de integração, ainda mais do povo de um país que, historicamente, constituiu uma cultura em oposição à Itaipu. Então, procurou-se colocar a integração em função do próprio povo.

Giordano Almeida ó Durante a apreciação da matéria, junto à Câmara dos Deputados, houve uma oposição muito aguerrida por parte, principalmente, dos deputados Ronaldo Caiado (DEM/ GO), Bruno Araújo (PSDB/ PE) e Antônio Carlos Magalhães (DEM/ BA). Eles afirmavam que, na verdade, esse novo entendimento entre os presidentes do Brasil e do Paraguai era simbólico de uma diplomacia õdos companheirosõ, e que demonstraria as conexões entre o Partido dos Trabalhadores e o movimento que levou Fernando Lugo ao poder. Nesse sentido, o senhor que, após o início do Governo de Lula, começou a haver uma maior interlocução entre os partidos políticos de esquerda, em âmbito regional, diferentemente do que ocorreu, no passado?

Dr. Rosinha ó Primeiro, deve-se recordar que, dentro do Congresso brasileiro, são pouquíssimos os parlamentares que conhecem os temas de política exterior. Dentro da Câmara dos Deputados, poderíamos contar no dedo das mãos. Os demais não conhecem nada, e propalam um discurso vazio sobre a integração. Segundo, os partidos desses parlamentares têm posição ideológica contrária à integração, contrária à construção de soberania da América do Sul.

Certamente, se esse projeto estive relacionado a alguma cessão de benefício aos Estados Unidos, esses deputados estariam aplaudindo. Nesse caso específico, não aplaudem, porque é

um acordo com os paraguaios. Quero até recordar que, em 2010, o cantor Chico Buarque expressou opinião que bem sintetiza isso: õeu voto na Dilma, porque o Governo Lula não falou fino com os Estados Unidos, e, grosso, com a Bolíviaö. Eles falam grosso com a Bolívia, o Paraguai, e ajoelham-se perante os Estados Unidos. Isso é ideológico. Então, eles nós quiseram imputar aquilo que, ideologicamente, eles carregam dentro da alma e do coração deles, como se acordo com os paraguaios fosse um acordo ideológico. Não! Na verdade, foi um acordo de Estado. Eles têm de aprender que, em política externa, só existem interesses estatais. Nenhum país realiza acordos internacionais que possam ferir seus interesses. O Brasil jamais faria isso. O acordo atende aos interesses do Estado brasileiro pela integração, visa a um futuro bastante próximo, caso posto em perspectiva histórica.

Giordano Almeida ó Em decorrência da demora de os paraguaios depositarem acordo de imigração negociado, no âmbito do Mercosul, a oposição acusa o Governo de haver trocado a regularização dos brasileiros em território guarani pelo aumento no preço da energia de Itaipu. O que o senhor teria de dizer a respeito disso?

Dr. Rosinha ó Primeiro, os brasileiros que vivem no Paraguai não gostam de ser chamados de brasiguaios. Ou eles são brasileiros residentes no Paraguai ou já são paraguaios. Segundo, esses parlamentares não conhecem a realidade desses brasileiros que lá vivem ou dos paraguaios de origem brasileira. Em relação ao o acordo de residência, esse é um acordo firmado que deve ser aprovado nos congressos de cada um dos países. O Brasil não aprovou. O Uruguai e a Argentina já aprovaram. No Paraguai, percebi que havia uma resistência para que o acordo fosse aprovado. É lógico que quando há a perspectiva de negociação de outro acordo, recorre-se a outro que não esteja aprovado: ó õComo é que vocês querem um novo, se não implementaram o anterior?ö

Agora, além de a boa parte dos brasileiros que lá vive não saber disso, o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ajudou as autoridades paraguaias no recenseamento dessa população. O próprio Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) colocou à disposição seus técnicos para orientar esse trabalho de busca de brasileiros. Então, é um processo lento. Depois de assinar um acordo, você passa a negociar a implementação desse mesmo acordo, em razão da emergência de negociações de novo acordo. Esse foi o caso

do Brasil. Nós cobramos o que não havia sido colocado em prática, em decorrência da resistência do Congresso Paraguaio.

Giordano Almeida ó Deputado, ao fazer críticas àqueles parlamentares, percebe-se que o senhor fala, bastante, a respeito da soberania e da integração da América do Sul, ainda que esse tema já tenha sido tratado por governos anteriores. O que o senhor acha que mudou em relação a esse tema entre o Governo do Partido dos Trabalhadores e os anteriores?

Dr. Rosinha ó Nos governos anteriores, a integração tinha um aspecto muito mais comercial. No Governo de Lula, procurou-se aprofundar todas as áreas, como as da saúde e da educação. Quando nós assumimos o Governo brasileiro, o Mercosul vivia um drama: Mercosul ou ALCA? O presidente Lula priorizou o Mercosul e deu a o bloco uma condição estratégica, o que os outros não o fizeram.

Como bloco estratégico, o Presidente passou a buscar sua ampliação. Convidou a Venezuela, agora, temos procurado incorporar a Bolívia. Com isso, amplia-se a capacidade econômica do bloco, a capacidade comercial, o que melhora a inserção política mundial.

Os outros governos não tinham esse tipo de preocupação. Além disso, o presidente Lula não só procurou dar mais institucionalidade ao Mercosul, como também reconhecer as diferenças, principalmente, as econômicas, as de assimetria infraestrutural. Então, o Presidente, juntamente, com a Argentina, propôs a criação do Parlasul, do FOCEM, o que acabou criando uma dinâmica diferenciada.

A questão das assimetrias sempre era levantada, mas não se debatia. O maior país recusava-se a dialogar sobre o tema. Então, procuramos mudar o caráter do Mercosul, e, como nem tudo era possível fazer, no âmbito do Mercosul, em razão de acordos bilaterais de outros países, propôs-se a criação da Unasul, um acordo mais político, que teve seus antecedentes com o Governo de Fernando Henrique, porém com outras características.

Giordano Almeida ó Quando se visita o Paraguai, imediatamente, percebe-se a grande influência brasileira. Em sua opinião, quando o Brasil negocia com os paraguaios, ainda,

hoje, após a assunção do Governo de Lugo, existe um ranço daquele discurso a respeito do imperialismo brasileiro, em terras guaranis?

Dr. Rosinha ó Existe muito. Não só no Paraguai, como também na maioria dos países da América do Sul. Alguns setores tomam o Brasil como um país imperialista. Em alguns momentos, se o Governo do Brasil não age dessa forma, algumas empresas o fazem. Na integração não pode existir um país ou um Estado menor. Na integração, devem-se tratar todos com a mesma igualdade, já que todos os Estados são soberanos na hora de negociar; porém, às vezes, há algumas posturas imperialistas, vindas até mesmo de alguns parlamentares. Eu vejo isso aqui dentro da Câmara dos Deputados, principalmente quando se diz respeito ao Paraguai e à Bolívia.

Giordano Almeida ó O senhor tem percebido a criação de mecanismo para tentar contornar esse discurso?

Dr. Rosinha ó eu contorno no debate. Eu não aceito um discurso que propague a visão de um Brasil imperialista. Eu faço o enfrentamento pelo debate, e procuro, quando viajo, corrigir essas distorções relacionadas a essa visão que eles têm do Brasil, e critico aqueles que adotam o discurso imperialista.

Giordano de Almeida ó O senhor é membro fundador do Partido dos Trabalhadores, cuja tradição em matéria de discussão de política externa ou de inserção internacional brasileira é muito forte. O Foro de São Paulo, por exemplo, existe desde 1990, e, atualmente, existem alguns setores da mídia brasileira que criticam uma possível ideologização da política externa brasileira, em razão dos vínculos existentes entre os partidos de esquerda da América Latina. Nesse sentido, que peso o senhor atribuiria ao Foro de São Paulo, nos processos políticos regionais e do Mercosul?

Dr. Rosinha ó O Foro de São Paulo é um espaço de debate político da centro-esquerda e da esquerda. O Foro não dita políticas interna em nenhum dos países, já que é um espaço para troca de experiências. É lógico que as discussões proporcionadas pelo Foro acabam ecoando nas discussões partidárias nacionais, o que pode ajudar no processo de integração, entre os países, ainda que isso dependa da formação individual dos quadros partidários; por isso, às vezes, creio que essas críticas são feitas ou de má-fé ou por falta de conhecimento,

desinformação. Recentemente, tem - se afirmar que a presidenta Dilma está buscando o diálogo com o Estado islâmico, quando, na verdade, nem se pode falar da existência político-jurídica de um Estado islâmico, reconhecido internacionalmente; porém escuto deputados falando a respeito disso. Então, creio que haja um uso muito distorcido disso.

Giordano Almeida ó O senhor acredita que os partidos de esquerda da América do Sul tem um comprometimento maior com a integração?

Dr. Rosinha ó Tenho certeza.

Giordano Almeida ó O senhor saberia dizer a razão disso?

Dr. Rosinha ó Quando você quer o bem-estar dos mais necessitados, por que deve haver fronteiras? Acho que os partidos de esquerda fazem um debate, com o foco, nos interesses do povo, e não, nos do capital. Dessa forma, ao se fazer isso, há uma unidade na defesa dos interesses do ser-humano; por isso não há fronteira. Para um sujeito de direita, há a preocupação pelo agronegócio. O interesse dele é pela vaca, pelo boi, pela soja. O povo que cheire o veneno que eles jogam pelos aviões. Então, acho que é decorrente da formação individual, da questão do cromossomo ideológico, do cromossomo maligno. Eu acho que a esquerda tem esse interesse pela integração, porque já percebeu que nenhum povo basta a si próprio, nenhum resolveu seus problemas, internamente.

Giordano Almeida ó Deputado, ainda durante a sessão pela ratificação das notas reversais entre o Brasil e o Paraguai sobre o aumento do preço pela cessão de energia, alguns deputados governistas foram à tribuna para defender os laços históricos entre os dois países e a questão da solidariedade. O senhor poderia qualificar o que seria essa solidariedade entre o Brasil e os demais países sul-americanos?

Dr. Rosinha ó Acho que poderia. Não lembro se já falei isso em um discurso; porém, certa vez, lá em Curitiba, um sujeito disse a mim: "Deputado; concordo que o Brasil empreste mais dinheiro ao Paraguai. Vamos supor que eu tenha um vizinho muito pobre, desempregado, enquanto eu tenho boas condições financeiras. Caso o filho dele adoça, e eu não o socorra, esse filho morrerá. Então, eu levanto, de madrugada, pego meu carro, e levo o aquele filho ao pronto-socorro. Aqui, do lado, há um povo que, caso o Brasil não ajude, morrerá, ou virão

para o lado de cá da fronteira, já que lá não há emprego. Disso indaguei: seria melhor construir um muro como os israelenses e os norte-americanos?

A integração deve ser feita com desenvolvimento, crescimento econômico. No caso do Paraguai, com distribuição energética, o que, hoje, proporciona que a energia de Itaipu chegue a Assunção, o que trará mais possibilidade para que o país se industrialize, o que não trará prejuízos para o Brasil, desde que haja um bom acordo negociado no Mercosul; por isso defendo a solidariedade. Essa ocorre entre os povos, que devem buscar a autonomia para seu desenvolvimento, e a integração para o que não produzem. Por que um país deve produzir tudo, em vez de distribuir a fabricação, de maneira que gere produtividade para todos? Um povo pobre, caso ele não tenha nada, migrará. Dessa forma, os equatorianos dirigem-se à Espanha, e os mexicanos e os centro-americanos, para os Estados Unidos.

Giordano Almeida ó o senhor acha que essa solidariedade, na política externa brasileira, é algo restrito ao Partido dos Trabalhadores?

Dr. Rosinha ó Creio que não seja algo só do Partido dos Trabalhadores, porém nós temos uma atuação destacada nesse sentido. O PSDB e o DEM jamais terão. Ainda que o PSDB pense a respeito de política exterior, eles enfocam, bastante, a visão comercial. Se dependêssemos dele, o Brasil teria aderido à Alca, e nós estaríamos como está o México, em sua situação terrível.

APÊNDICE C ó Entrevista com o Diretor da Itaipu Binacional Gustavo Codas

Em 24 de outubro de 2014, o diretor-geral paraguaio da Itaipu Binacional durante 2010 e 2011, Gustavo Codas, concedeu entrevista a mim e a pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas Sara Toledo, no sede do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de São Paulo (UNESPE). Gustavo Codas também foi consultor do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, entre outubro e dezembro de 2008, e, posteriormente, ministro da Assessoria Internacional da Presidência da República do Paraguai, em 2009, sempre durante o Governo de Fernando Lugo. Residente, no Brasil, desde a década de 1980, em decorrência de perseguições sofridas, durante a ditadura de Alfredo Stroessner, e ainda com um forte sotaque paraguaio, ao falar o português, Codas não só participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, como também das negociações relativas ao aumento de preço pago ao Paraguai pela energia de Itaipu em 2009. Atualmente, Gustavo Codas reside em São Paulo, onde realiza seu doutorado, em Energia, junto à Universidade Federal do ABC. Abaixo, por determinação de Codas, segue a transcrição da entrevista, *ipsis litteris*.

GUSTAVO CODAS ó Tem um texto que eu apresentei em um curso no Itamaraty, não sei se você vê e a exposição. A exposição são dois livros, em um está o texto em outro está a exposição. A coisa é um pouco enigmática porque era sobre uns slides e o slide não estava...

GIORDANO ó No texto.

GUSTAVO CODAS ó Então é...

GIORDANO ó O senhor me permite só fazer a introdução aqui?

GUSTAVO CODAS ó Sim.

GIORDANO ó No gravador. A gente está em São Paulo. Hoje é dia 25...

SARA ó 24.

GIORDANO ó Hoje é dia 24 de outubro, estamos eu, Sara Toledo e o professor Gustavo Cotas, no início dos trabalhos para entrevista a respeito de Itaipu. Professor, o senhor autoriza a divulgação desse material para pesquisa científica?

GUSTAVO CODAS ó Sim.

GIORDANO ó Ok.

GUSTAVO CODAS ó Se há algo que... Prefiro que vocês não divulguem o (ininteligível 00:56:07)

GIORDANO ó Ok.

GUSTAVO CODAS ó Bom, tem um problema que a passeata vai vir aqui, com o Lula.

GIORDANO ó O Lula vai estar aí hoje?

GUSTAVO CODAS ó Vai estar lá no Patriarca e eu acho que estão vindo para cá, mais tarde. Vai ter confusão.

SARA ó Só tem esse problema mesmo, que já está barulhento aqui, imagina.

GUSTAVO CODAS ó Muito bem. Vocês querem discutir a renegociação, eu entendo que o interesse de vocês é mais amplo, na tentativa de caracterizar a negociação ou explicar a negociação. Então eu daria para vocês alguns marcos que acho que são importantes a considerar na relação bilateral. Tem um marco muito importante que é a guerra de 1964 a 70, por que vai ser importante isso? Porque vai redefinir as fronteiras entre Paraguai e Brasil. Incluída de maneira, digamos, confusa a fronteira no começo de Itaipu que são os Saltos de Guairá os saltos de...

GIORDANO ó Sete Quedas.

GUSTAVO CODAS ó Sete Quedas. Além disso, a Guerra de 1970, vai influenciar, o tipo, o rumo do desenvolvimento paraguaio, o país vai ficar destruído e o tipo de relação que vai ter com o Brasil, que a grosso modo, sujeito a revisão. Se pode dizer que houve um ciclo até 1954 e outro ciclo depois de 1954, que tem a ver com o começo da ditadura Stroessner. Até

1954, grosso modo, o Paraguai estava mais no âmbito da influência de Buenos Aires e a partir de 1954, grosso modo, a influência do Rio de Janeiro, depois de Brasília. Por detrás de cada uma das opções, também grosso modo, a influência da Inglaterra e a influência dos Estados Unidos da América. Então, por que digo que grosso modo, porque obviamente, se vocês lembram os livros de (ininteligível 00:03:51) sobre as relações bilaterais, depois de guerra e agora acho que está para lançar, na época do Stroessner.

GIORDANO ó Já lançou.

GUSTAVO CODAS ó Já lançou?

GIORDANO ó Não, não. Lançou de agora até 54, agora vai lançar o (ininteligível 00:04:05)

GUSTAVO CODAS ó Vocês vão ver que na verdade em vários momentos teve os adquirentes. Mas podemos dizer que, em termos bastante gerais, até 54 o Paraguai atendeu prioritariamente os interesses da diplomacia Argentina e a partir de 54, um pouco mais para frente, os interesses estão mais vinculados a diplomacia brasileira, eu vou explicar de que maneira isso foi importante para o Paraguai e sua vinculação com a estratégia brasileira. Então isto é uma data importante, a outra, um outro momento importante, aí vão ser vários momentos, em 1900... Eu não estou com as datas certas agora e vocês têm que pesquisar. Em 1957 se funda, em frente a Foz do Iguazu, uma cidade que vai chamar Porto Presidente Stroessner, essa fundação tem um antes e um depois. O antes é o ano de 1939, veja só que antes de 54, 1939 o Marechal Estigarribia, líder militar da guerra contra o Chaco, nos Estados Unidos, vai negociar um crédito para uma estrada entre Assunção e Coronel Oviedo. Porque não estou seguro se naquela época já chamava Coronel Oviedo (ininteligível 00:06:08). Por que isso aqui é importante? Porque o primeiro movimento de infraestrutura concreto para conectar a capital com o Brasil. Eu não tenho em mente tudo, quanto foi desembolsado, quando foi construída a estrada, quando terminou e etc, não, isso tem que pesquisar, mas na sequência, nos anos 50, já vinculado com o Brasil essa estrada se termina até o ano de (ininteligível 00:06:54), nos anos 60. Eu, quando criança, ainda com o meu pai, fui de carro entre Coronel Oviedo e Porto Stroessner era uma coisa impressionante, o mato, a estrada era por meio do mato, hoje não tem mais mato e isso foi terminar nos anos 60, concomitante a Ponte da Amizade. Não sei se você vai poder gravar.

GIORDANO ó Tem outro lado Sara? Tem por outro lado?

SARA ó A gente pode tentar...

GUSTAVO CODAS ó Então, porque falei que o *ascenso* de Stroessner vai terminar alterando a história do Paraguai nas relações regionais. Mas estou indicando para vocês que, a primeira sinalização de mudança importante, na verdade acontece antes quando o Estados Unidos decide financiar a estrada que vai de Assunção a Coronel Oviedo (ininteligível 00:00:33) que é metade do caminho até a fronteira com o Brasil e posteriormente até os anos 60 vai terminar essa estrada, junto com a ponte da Amizade. Então você tem Estados Unidos financiando a estrada até a metade, depois o Brasil, não sei exatamente como se fez, mas sei que teve participação brasileira nesse segundo *tramo*, o Brasil vai financiar a ponte da Amizade, o Paraguai vai fundar a cidade aí na fronteira. Então, como eu dizia para vocês, o Paraguai tem uma mudança de eixo geopolítico, isso vai ser dito por um membro da ditadura, que começa antes de Stroessner, mas na verdade toma vigor mesmo com Stroessner. E por que começa antes de Stroessner? Porque os Estados Unidos, na época Roosevelt e aqui no Brasil também, para retirar esses países da área de influência da Alemanha nazista, o governo Roosevelt fez várias concessões aos países, com investimentos, aqui a companhia cirúrgica, Volta Redonda, fábrica nacional de motores tem um monte de coisa e com todos os países consegue uma recomposição menos com a Argentina. A Argentina vai ficar de fora, ao ponto que os Estados Unidos vai tentar vetar o ingresso de Argentina às Nações Unidas, pela política de autonomia que teve durante a Segunda Guerra Mundial, ou de, não é autonomia que chama...

GIORDANO ó É, terceira posição.

GUSTAVO CODAS ó Isso depois, mas na época chamava, neutralidade. Então, vejam só que nos anos 40 o Paraguai entre o ano de 40, quando, o Estigarribia é eleito com algumas aspas, Presidente da República, pelo governo liberal, pelo partido liberal e ele morre em um acidente de aviação e aí seu gabinete era composto por liberais e militares e aí entre os militares decidia então quem vai ser, o que vai suceder-lo e continua um militar, que chama Eugênio Muringo que vai ter características curiosas, parecido o que vai acontecer no Brasil, um cara com muita simpatia a Alemanha nazista, mas muito pragmático e que diz, õbom minha simpatia está para um lado, mas a possibilidade concreta estão pelo outro. Então ele acaba

rompendo com Alemanha nazista e continua os acordos que o Estigarribia tinha feito quando esteve nos Estados Unidos em 39. Então aí se retoma a questão da estrada e tudo mais. Mas de qualquer maneira isto é importante porque mostra que aí em torno da Segunda Guerra Mundial e depois da Guerra Fria, final dos anos 40, o Paraguai vai girar, vai sair dessa esfera prioritária de relações com a Argentina e a Inglaterra para ir a uma esfera de relações prioritárias com o Brasil e os Estados Unidos e aí é importante dizer, sejam quais forem os governos, nesse período no Brasil, teve tudo, começou Getúlio Vargas. Se vocês vão na Chancelaria paraguaia, na sala do Vice Chanceler (ininteligível 00:04:35) tem as fotos da visita do Getúlio ao Paraguai.

GIORDANO ó 54?

GUSTAVO CODAS ó Não, isso foi em 40, foi no Estado Novo ainda, 40 e poucos, inclusive, teve um incidente aí, porque eu acho, bom, era uma ditadura, mas acho que ele não avisou que estava saindo, não me lembro, teve algum incidente, porque acho que ele foi de avião até o Rio e aí ele desceu de barco pelo Rio Paraguai. Então, não sei se ele não avisou ao país que saía do país, não me lembro, na época teve uma confusão e aparece correndo ao lado do carro...

GIORDANO ó O segurança dele...

GUSTAVO CODAS ó O segurança Fortunato.

GIORDANO ó Negro. Saiu foto no livro do (ininteligível 00:05:25)

GUSTAVO CODAS ó Então é, aí você percebe que é o Getúlio mesmo, aparece o Fortunato. Tem um livro, que eu não sei se vocês viram, chama Um Giro Geopolítico, autor Edgar L. Ynsfran, com Y, Edgar L. de Lineu Ynsfran. O Edgar Ynsfran era um intelectual que foi o ministro do interior do Stroessner de 50 e poucos, 54, não sei se exatamente assim que ele assume até 65, eu acho. E responsável de boa parte dos assassinatos que a ditadura fez, era um assassino brutal, digamos assim, com estilo, com estilo como teve na ditadura lá vários assim, que eram broncos, era um cara refinado e assassino. Ele escreve um livro que chama Um Giro Geopolítico, onde o primeiro capítulo está escrito por ele uma historiadora, onde ele explica a história das relações da região e a importância da fundação do Porto Stroessner, como um

momento no qual o Paraguai estava girando para o Brasil. O argumento da ditadura não era que fazia opção pelo Brasil, o argumento da ditadura é que ia manter uma política pendular, ia para o Brasil aí negociava com a Argentina, ia para Argentina negociavam, supostamente, essa era a... Não foi bem assim, digamos, mas tudo bem, eu acho esse livro interessante, porque é um, o Edgar L. Ynsfran ele fundou a cidade como enviado do Stroessner, o ministro interior. Então aí tentou os argumentos e tal, foi publicado em 2012 esse livro, republicano, é um livro dos anos 90. Então, acho que uma referência é importante. Bom, o terceiro elemento importante, que vocês têm que considerar, também não estou seguro das datas, mas foi ao redor do ano de 65, quando tem um incidente na fronteira, em um lugar conhecido como Porto Renato. Eu vou explicar para vocês com um mapa. Não sou bom de desenho, mas quando termina a guerra dos 70, o Paraguai assim, tem o Rio Paraguai...

ORADORA DESCONHECIDA ó A Genira voltou, se vocês quiserem usar a sala de vídeo, ela falou que o som...

SARA ó Vocês preferem?

ORADORA DESCONHECIDA ó Porque lá é silêncio.

GIORDANO ó Qual sala é?

ORADORA DESCONHECIDA ó De vídeo conferência, que não tem janela.

GUSTAVO CODAS ó Aí depende de vocês.

ORADORA DESCONHECIDA ó Se quiserem ficar lá.

SARA ó Vamos lá, porque...

GUSTAVO CODAS ó O Rio Paraguai começa lá no Pantanal, não, é, aqui, como que é? E aqui vem o Rio Paraná, é uma coisa assim, mais ou menos e aqui são o Rio Iguaçu. Não exatamente assim. Aí o meu telefone eu não trouxe também.

SARA ó Será que não ficou dentro da bolsa? Não, não é?

GUSTAVO CODAS ó Não, porque eu tinha colocado lá para carregar.

SARA ó Mas então o primeiro elemento importante é a guerra e o desdobramento disso, que o Brasil depois a questão da estrada.

GUSTAVO CODAS ó Não, o giro geopolítico.

SARA ó O giro.

GUSTAVO CODAS ó São várias coisas que mudam.

SARA ó Que demonstram esse giro geopolítico. E agora que é esse incidente na fronteira, mais ou menos em 65.

GUSTAVO CODAS ó Eu acho que foi no ano de 65.

GIORDANO ó O incidente fronteiriço?

GUSTAVO CODAS ó É.

GIORDANO ó 65.

GUSTAVO CODAS ó Tem um norte americano que está querendo estudar isso.

SARA ó Ah é?

GIORDANO ó O acidente fronteiriço?

GUSTAVO CODAS ó Me escreveu agora. Ele quer estudar a relação aí dos imigrantes, do território.

SARA ó Os brasiguaios?

GUSTAVO CODAS ó Mas incluído o incidente.

GIORDANO ó O senhor sabe que eu li uma dissertação de um menino lá, acho que é de Dourados ele, que ele fez uma comparação com a documentação brasileira e a documentação paraguaia, já desde incidente já.

GUSTAVO CODAS ó Ah é?

GIORDANO ó É. Eu não sei se o senhor conhece o trabalho dele, a dissertação do mestrado.

GUSTAVO CODAS ó Não.

GIORDANO ó Interessante.

SARA ó É em história não é?

GIORDANO ó É em história.

SARA ó Eu já ouvi falar.

GIORDANO ó Você leu?

SARA ó Não, não, mas eu já ouvi falar.

GUSTAVO CODAS ó Eu estava pensando a propor para o Tomás, eu não sei quem, não sei se ele estaria, de criar uma espécie de rede, ou de e-mail, das pessoas no Brasil que estudam no Paraguai.

GIORDANO ó Eu acho que ele conhece todo mundo.

GUSTAVO CODAS ó Uma coisa é conhecer, outra coisa é...

SARA ó Criar uma rede de informação.

GUSTAVO CODAS ó Criar um contato, criar um ambiente, onde se disponibilizem tudo o que se escreve.

GIORDANO ó Ele está com um grupo de pesquisa agora, ele está montando um grupo de pesquisa, o senhor sabe não é?

GUSTAVO CODAS ó É, mas ele parece que o enfoque dele é fronteira.

GIORDANO ó Fronteira.

SARA ó É fronteira, é.

GUSTAVO CODAS ó Eu pensava assim, mas toda a pesquisa se faz sobre o Paraguai no Brasil. Tem muita coisa, história política internacional, de economia...

GIORDANO ó Sociologia.

GUSTAVO CODAS ó É uma coisa meio variada e nem sempre é Rio, economia, é um tema, tem até antropologia. Tem uma matéria muito interessante que chama made in china, teve antropologia sobre o comércio na Cidade do Leste, uma mulher, uma brasileira, uma doutora, agora no Rio Grande do Sul, foi à China, ao Paraguai e ao Brasil para estudar o comércio de muamba.

SARA ó Caramba.

GUSTAVO CODAS ó Em antropologia.

SARA ó Caramba.

GUSTAVO CODAS ó É uma coisa meio peculiar.

SARA ó Que legal.

GUSTAVO CODAS ó GANHOU UM desses prêmios aí de pesquisa, de doutorado em 2010, 12, não sei.

SARA ó Que legal, hein?

GUSTAVO CODAS ó Mas é tipo uma coisa, um lugar onde possa estar tudo, acho que poderia ser, mas aí tem que ter estrutura institucional para fazer.

SARA ó Acho que ele consegue fazer lá na universidade dele.

GUSTAVO CODAS ó Tem interesse para reunir. Bom, mas voltando, então, por que é importante esse conflito em 65? É uma coisa que eu propus, inclusive para o americano pesquisar ele lá. Vocês lembram das duas autobiografias do Chanceler brasileiro...

GIORDANO ó O Gibson Barbosa e o...

GUSTAVO CODAS ó Azeredo.

GIORDANO ó E o Azeredo Silveira.

GUSTAVO CODAS ó São importantes, as duas, é a visão brasileira, mas o que acontece, na guerra de 1870, tanto a Argentina como o Brasil, impõem novos limites ao Paraguai, no caso Argentina a coisa termina com uma mediação com o Presidente dos Estados Unidos.

GIORDANO ó O Paraguai ganha.

GUSTAVO CODAS ó Com o Presidente Ades, Eides, não sei como se pronuncia, que faz uma coluna do meio assim, dá uma parte para a Argentina e outra parte deixa com o Paraguai, que é o Chaco, inclusive causa protestos na Bolívia dizendo que...

GIORDANO - (ininteligível 00:13:29)

GUSTAVO CODAS ó Que isso era de Bolívia, não sei o que e tal, mas tudo bem. No caso do Brasil, principal conflito em torno do que hoje seria o Mato Grosso do Sul. Não estou com o mapa na cabeça para saber, mas é aí Mato Grosso do Sul, indo para cima, talvez começo do Mato Grosso atual, aquela parte Corumbá e tal, muito bem, o que acontece ali? Quando assina o acordo, 1872, Luiz Saga Cotegipe, ele diz assim, que a fronteira Brasil, Paraguai, sobre o Rio Paraná começa no Rio Iguazu, porque embaixo do Rio Iguazu é Argentina e diz na outra parte, como tem o Rio Apa aqui em cima e depois fica seco, tem uma fronteira seca. Então ele diz, pelas altas, como chama isso? Altas cúpulas, altas *cumbres*, em casteliano, da Cordilheira (ininteligível 00:14:57) até o Rio Paraná. Então o Rio Paraná vem subindo aqui e vai assim, as altas *cumbres* vem aqui, não sei, está tudo mal desenhado isso e aqui chega então o ponto do problema. Tem uma anedota engraçada nos anos 60 quando surge a confusão, se você entra no Estadão e coloca Guimarães Rosa...

GIORDANO ó Ele é um escritor brasileiro da época...

GUSTAVO CODAS ó Não.

GIORDANO ó Ele não estava envolvido na negociação?

GUSTAVO CODAS ó Não. O Guimarães Rosa era o chefe de fronteira do Itamaraty e vem um pedido para ele fazer um informe sobre a fronteira e ele protesta supostamente dizendo, que, como, eu só aceitei vir aqui, porque achava que o Barão de Rio Branco tinha resolvido todo o problema, mas a fronteira aqui não tinha trabalho, porque aqui estava escrevendo seus romances e tal e não queria saber de trabalhar e ele dá um parecer, eu li no Estadão isso, não vi os documentos originais e no Estadão saiu como uma coisa, uma causo do Guimarães Rosa. E qual que é a origem da confusão que tem aí? A origem da confusão é, vou dizer a interpretação dos dois lados, depois vocês pesquisam aí da, a origem da confusão é que no documento em português vai dizer que vem pela altas, não me lembro a palavra portuguesa, altas *cumbres* de (ininteligível 00:16:32) e diz até o Salto Grande das Sete Quedas. Na interpretação paraguaia, o nome desse Salto Grande é Sete Quedas, que no caso o Paraguai chama, Salto del Guairá, não tem, lá o brasileiro chama Sete Quedas, no Paraguai chama Salto del Guairá. Então el Salto Grande em las Sete Quedas é o próprio Salto del Guairá, não é um dos sete, aliás não eram sete, eram muito mais, parece. Se vocês entrarem na minha conta do Twitter eu tenho uma foto de 1909 do Salto del Guairá que encontrei em um arquivo, não sei se brasileiro ou Frances. Então o que acontece, vem as altas *cumbres*, aqui está o rio, para onde vamos aqui? Vou inventar, estamos no (ininteligível 00:17:30) 375, não me lembro o número exato, que até onde chegaram os militares recentemente, isso fica há uns 3, 4, 5 quilômetros do rio, pelo critério brasileiro, vai aqui, pelo critério paraguaio vai aqui, que aqui começa as Sete Quedas, esse aqui é a quinta queda das sete. Então, esta parte que são 3 mil hectares cada um diz uma coisa diferente e, supostamente, o argumento folclórico, um pouco folclórico de quando se constrói Itaipu, porque Itaipu se fez para resolver o problema da fronteira.

SARA ó Para inundar.

GUSTAVO CODAS ó Para inundar área de conflito, mas Porto Renato estava aqui. Hoje não existe mais, acho que tem ainda umas coisas. Então no ano de 65, há um destacamento brasileiro, se instala e bom, tem uma sequência de conflitos e tal e isso provoca uma mobilização no lado paraguaio reivindicando los Saltos del Guairá son paraguayos e bom, uma série de momentos diplomaticamente complicados, teve troca de documentação, isso eu vi em

uma biblioteca paraguaia, uma publicação feita pela embaixada brasileira em Paraguai dos documentos que argumentam a sua posição, não era um livro, era uma brochura, estava em uma biblioteca de Assunção lá, biblioteca pública. Por que eu falei para o pesquisador americano que seria interessante ele pesquisar, porque em alguns livros aparece que tem uma mediação americana entre as duas ditaduras, vejam só que já era Castelo Branco aqui e continuava Stroessner lá. E tem a visita de um enviado do governo dos Estados Unidos.

GIORDANO ó Eu já ouvi essa história, o Frank, qual o nome dele? Você lembra o nome dele?

GUSTAVO CODAS ó Não me lembro.

GIORDANO ó Não era o (ininteligível 00:19:45), que era o Secretário de Estado americano?

GUSTAVO CODAS ó Acontece então que em 1966 aí começa a história formalmente de Itaipu, se assina a Ata de Foz do Iguaçu, que é o primeiro documento ao qual vai se fazer referência e todo o processo digamos legal de Itaipu, essa é a primeira, inclusive no tratado se faz referência a ata de Foz do Iguaçu de 1966 e aí também sobre essa negociação tem versões diversas e tudo mais, mas seria interessante ver qual era a visão americana do conflito e se houve ou não houve realmente intervenção, assim interferência ou mediação de parte americana, se você quiser posso por você em contato com o (ininteligível 00:20:43) ele esteve pelo Brasil, me falou que agora vem para o Paraguai fim de ano. Outro antecedente importante, claro, dois antecedentes muito importantes, antes de avançar, vocês sabem que a construção de Itaipu foi motivo de grande polêmica aqui no lado brasileiro. Porque o presidente Eletrobrás, o Ferraz...

GIORDANO ó Marcondes Ferraz.

GUSTAVO CODAS ó Marcondes Ferraz defendia outra tese, bastante maluca de que antes de chegar ao território paraguaio desviar o Rio Paraná, fazer aí, digamos a usina e devolver água para o leito do Paraná. Obviamente isso era irremediável, teria veto do Paraguai, Argentina é uma confusão dos diabos aí, mas, inclusive isso está registrado, não sei se nesses livros, em outro, dele até o fim e quando assinou o tratado ele fez protestos e tal, até 73, mas o que eu ia

sugerir a vocês como fonte importante dessa parte e da construção de Itaipu, a Eletrobrás tem uma coisa, chama memórias da eletricidade.

GIORDANO ó A água no rio.

GUSTAVO CODAS ó E eles fizeram entrevistas com boa parte de todos os...

GIORDANO ó Diretores.

GUSTAVO CODAS ó Diretores, gestores, engenheiros que participavam de quase todas obras da Eletrobrás, inclusive de Itaipu. Então tem vários deles que estão entrevistados, eu li isso na biblioteca da PUC, encontrei os volumes da memória da eletricidade, porque não vi ainda que esteja disponibilizado on line, por uma vez que eu, porque antes de eu voltar para o Paraguai, em 2008, eu peguei e li tudo que encontrava aqui sobre Itaipu, publicava pelo Brasil, aí foi que li as memórias da eletricidade, são várias entrevistas de vários...

GIORDANO ó O nome da coleção é memórias da eletricidade, o nome dos volumes?

GUSTAVO CODAS ó Não sei, os volumes...

SARA ó Tem um site que eu já entrei, inclusive nesse site...

GUSTAVO CODAS ó Mas no site não tem.

SARA ó Mas eles têm um contato lá que eles conseguem, mas eu acho que você tem que ir até lá para ter acesso aos documentos.

GUSTAVO CODAS ó Mas eu sei que aqui na biblioteca da PUC são vários volumes e aí estão publicadas as entrevistas com os engenheiros.

SARA ó Na PUC.

GUSTAVO CODAS - Não, mas é uma coisa da Eletrobrás, chegou aí e bateu a coleção.

SARA ó Entendi.

GUSTAVO CODAS ó Mas aí é interessante porque aí você tem as duas autobiografias que são a visão diplomática, você vai ver aí a visão dos engenheiros, dos gestores, do administrador e tem algumas coisas interessantes nessas memórias da eletricidade. Tem que ver se tem mais coisas disponíveis, estou falando em 2008, eu li isso, não sei hoje. Depois eu entrei no site, mas não encontrei on line, as entrevistas, não sei se ainda não puseram, não sei. Mas voltando, outra questão importante para vocês entenderem o processo são duas coisas, primeiro, vocês são estudantes de relações internacionais, mas da linha do Clodoaldo, conheço menos, não conheço a tua orientadora, mas aqui na região vocês têm que considerar que até os anos 80 teve uma disputa muito forte entre Argentina e Brasil. Eu lembro o Coronel Cavagnari que acho que até hoje é pesquisador da Unicamp, uma palestra que ele deu há muitos anos atrás ele falou que até o ano de 85, quando Sarney assina com Alfonsín o acordo bilateral que é considerado a origem do Mercosul, a principal hipótese de conflito de guerra do Exército brasileiro era com a Argentina e vice versa, hipótese de guerra não é que vai ter uma guerra, é que os militares, dizem bom, qual a maior probabilidade de conflito armado que temos, então vamos estudar esse. Tudo hipótese, motivo pelo qual o principal destacamento do Exército brasileiro é o segundo corpo do Exército do Rio Grande do Sul, onde estavam todos preparados para a guerra com a Argentina, qual que era a crítica da turma que representava o Cavagnari e outros militares mais modernizadores, que na verdade o grande problema militar brasileiro era a Amazônia, não é a Argentina e o critério para ocupar militarmente a região amazônica não podia ser encher de militar, porque não tinha como, então tinha que modernizar, mudar a visão estratégica das forças armadas e tudo mais. Mas o Exército brasileiro só tirou da cabeça de que o conflito ia ser com a Argentina, quando digamos, os governos começavam o processo de aproximação Brasil, Argentina, com Alfonsín e Sarney e depois vai vir o Mercosul, isso resolve, mas por que é importante para o estudo de vocês isso? Porque até 85, principais formuladores de geopolítica brasileira e argentina que também a geopolítica foi uma obsessão dos dois, das duas forças armadas era como responder as ameaças do outro lado e tem literatura em relação a isso a espera de mais discussão talvez dos dois países, na Argentina era publicada uma revista chamada Estratégia que era muito interessante, onde escreviam tanto civis como militares e os interlocutores a polêmica era com a turma do Golbery de Couto e Silva e outros, porque tem vários, tem uma mulher, inclusive, agora tenho que olhar...

GIORDANO ó Terezinha Castro?

GUSTAVO CODAS ó Terezinha Castro, tinha um militar que era o pai de todos eles nos anos 30, 40...

GIORDANO ó Eu sei.

GUSTAVO CODAS ó Então, mas por que isso é importante? Porque na visão dos militares brasileiros, uma das preocupações era a fronteira, as fronteiras. Então o que vai acontecer? Isso está ainda à espera de uma melhor pesquisa, talvez, de repente tem uma pesquisa, mas eu não conheço. No giro geopolítico paraguaio, vai ter um movimento convergente do Brasil com o Paraguai, em 1960, data a confirmar, 1960, não estou seguro, mas acho que é, o Paraguai aprova um novo estatuto da terra. Qual a importância do estatuto da terra? Nesse estatuto, ao aprovar o estatuto da terra, o Stroessner retira da legislação paraguaia as limitações à compra de terras paraguaias por estrangeiros perto da fronteira, que era uma figura que exigia a legislação anterior, acho que tinha uma faixa de segurança, 20 quilômetros, algo assim.

GIORDANO ó Hoje votou essa legislação, não é?

GUSTAVO CODAS ó Voltou em 2005. Com Nicanor. Mas qual a importância disso? A importância disso é que a partir do ano de 64 e sobretudo os anos 70 a ditadura brasileira vai, em um processo que ainda está para ser estudado, frente a pressão que tinha por terra no sul do país, onde as antigas colonizações europeias, de alemães, italianos e as outras nacionalidades que tinham por conta do crescimento da família, a subdivisão das terras, uma série de coisas, tinha começado um processo de pressão por reforma agrária no sul do país. Vejam só que o antecedente mais longínquo que tem o MST, Movimento dos Sem Terra, não são as brigas agrárias do nordeste é o Master, Master é o Movimento Agrário Sem Terra, não sei o que, que era do Rio Grande do Sul, durante o governo do Brizola, final dos anos 50, então era uma coisa presente já na situação do Brasil que havia uma pressão camponesa por terra, que era diferente a pressão que tem no norte, no nordeste, aliás, porque no nordeste tinha muita proletariado agrícola, cortadores de cana, que o problema era outro, mas também tem problema de reforma agrária no nordeste, mas então o que vai acontecer com isso? Por que, o que tem a ver a questão da terra com o Golbery de Couto e Silva, o debate com os

argentinos, porque aí você tem que ler Golbery, que a importância que para ele tem defender a fronteira com população brasileira. E no caso paraguaio isso vai se fazer com brasileiros atravessando a fronteira, com anuência, aquiescência do governo paraguaio, então se vocês quiserem ver isso mais claramente, tem um francês (ininteligível 00:31:20) posso enviar e tem um paraguaio Fabrício Vásquez, acho que professor e aluno da escola francesa, onde tem estudos sobre as migrações brasileiras em relação ao Paraguai, desde a época a colônia e com destaque, digamos nesse último período, posso enviar, está pública.

GIORDANO ó É aquele de capa branca, que tem uma foto de uns camponeses na frente?

GUSTAVO CODAS ó Não sei. Eu conheço via internet.

GIORDANO ó É.

GUSTAVO CODAS ó Pública por Nações Unidas.

GIORDANO ó Ah, então não é não.

GUSTAVO CODAS ó São dois livros ou três e o Fabrício continua produzindo até hoje, o (ininteligível 00:31:55) não conheço, o Fabrício eu conheço. Então, vejam só que Itaipu vem no momento é parte do ponto da diplomacia brasileira de um movimento convergente com o giro geopolítico da ditadura paraguaia, que começa antes da ditadura, como eu disse, começa com o governo dos Estados Unidos, digamos, buscando financiar ou financiando aproximação da capital para a fronteira brasileira e toma-se movimentos que não vem somente da ditadura militar brasileira, vem de antes, inclusive na época do Jango, do Juscelino, tem uma série de momentos importantes. O Getúlio Vargas, como Eugênio Morina, então aí você tem que ver que Itaipu é parte dessa história, tem a ver com a guerra de 70, vai ter um problema de, digamos de, fronteira, que até hoje está, digamos, para terminar de finalizar, mas tem a ver sobretudo com esse movimento convergente que há de o estado paraguaio e o estado brasileiro para, digamos, vincular mais fortemente os dois países, a diplomacia aos dois países. No caso paraguaio é curioso, porque eu, como indivíduo, comecei a militar na esquerda paraguaia quando tinha 12, 13 anos com duas bandeiras importantes, isso era o ano de 71, 72. O salto (ininteligível 00:34:00) paraguaios e não o tratava de tipo, então isso incendiava a nossa imaginação, o nosso patriotismo, a nossa, o nosso espírito antiditatorial e

acusavam a ditadura Stroessner de estar entregando o país ao governo estrangeiro. Então eu, digamos, a história política é parte desse momento. O governo paraguaio por sua vez se auto declarava nacionalista, etc e tal, era parte de sua propaganda, mas nós questionamos fortemente essa questão. Então vocês têm que considerar esses elementos que são os elementos históricos, políticos e sobretudo geopolíticos, não é acaso que no mesmo ano de 73 se assine o Tratado de Yacyretá com o governo Peron, Yacyretá já vinha sendo discutida desde os anos 20, uma represa aí perto. Eu acho que até tenho um documento disso, posso passar para vocês, dos anos 50, mas tem uma publicação de Yacyretá, da história de Yacyretá que vão até lá atrás.

SARA ó Só uma perguntinha.

GUSTAVO CODAS ó Sim.

SARA ó Eu achei interessante que você disse que desde os 12 anos já entrou na militância e a grande bandeira era o tratado de Itaipu, não ao tratado de Itaipu.

GUSTAVO CODAS ó E que o Salto del Guaiá são paraguaios.

SARA ó Parece que essa visão de não ao tratado de Itaipu, então ela começou com a esquerda, mas depois ela virou um discurso de estado assim, como é dentro do Paraguai essa continuidade dessa oposição, assim, se tem documento, se de repente a gente poderia, porque eu acho legal que assim, essa questão que o Lugo levanta e tal, ela tem toda uma história desde o surgimento dentro do Paraguai que começa com a esquerda, mas parece que hoje a direita também compra esse discurso.

GUSTAVO CODAS ó Bom, isso vamos discutir depois, o sentido do nacionalismo no Paraguai, isso é um pouco complexo, digamos, eu até estou pensando em escrever um texto sobre isso, mas lá para o Paraguai, porque a direita tem um especial nacionalismo da ocasião, não é nacionalismo realmente. Não no sentido que pode ter a palavra nacionalismo. Então eu considero que na verdade o questionamento do tratado de Itaipu é fundamentalmente da esquerda e de alguns setores democráticos. A direita ao que faz mais bem é uma coisa de conveniência, não é uma postura propriamente de estado, isso no governo Lugo e curioso, porque o governo Lugo retoma o que nós discutimos nos anos 70, mas com estreitamento de

relação com o Brasil, não, Lugo não propôs, vamos levar para Aia a polêmica, vamos, não, propôs uma mesa negociações e, bom, aí entramos já na fase Lula, Lugo e tal, que depois vou expor e teve boa recepção lá o brasileiro, aliás, vocês conhecem o Fernando Moraes, o escritor, escreveu a biografia da Olga, Assis Chateaubriand, escreveu primeiro livro sobre Cuba, em 1976, A Ilha, chama, foi um sucesso aquele editorial ele era jornalista do jornal da tarde e cobriu, fazia cobertura da assinatura do tratado de Itaipu em 73 e no jornal da tarde ele escreveu uma frase profética, diz que um dia em que houvesse governo democráticos dos dois lados do Rio Paraná, esse tratado ia ser renegociado pelas iniquidades que esse tratado tinha e efetivamente, quando teve governos democráticos, não no sentido formal apenas, mas no sentido de conteúdo, o governo disposto a discutir conteúdo, que foi com o Lula e Lugo é que se começou a rediscutir realmente o tratado, teve negociações anteriores, mas é outra característica nela, bom, mas então de qualquer maneira o que eu digo sobre para vocês aí, eu não sei quando e o mais importante da tese de mestrado é terminar a tese de mestrado...

SARA ó É, isso é uma coisa, mas é uma coisa que eu tenho curiosidade, assim, essa...

GUSTAVO CODAS ó Inclusive eu agradeço muito a um professor que não foi meu orientador que me disse assim, quando ele ia entrar no mestrado, você tem que propor um tema que você já tenha lido tudo sobre o assunto e só falta escrever, porque não dá tempo para você pesquisar. Isso me ajudou muito.

SARA ó É verdade.

GUSTAVO CODAS ó Mas não estou querendo obstaculizar a tese de vocês, mas se vocês querem fazer um doutorado depois pelo tema ou se ilustrar já que estamos reunidos aqui, então queria aproveitar. A outra questão, então é ver o tratado por dentro do tratado, para vocês entenderem os conflitos que vai ter, tem que ver um pouco isso. Eu acho que a mudança mais complicada que houve entre o ano de 66 e o ano de 73, eu vou citar de memória, mas vocês depois vão aos documentos e veem concretamente. É que no ano de 66, o governo Castelo Branco, ainda era, eu acho, diz o seguinte, no aproveitamento hidrelétrico a energia produzida vai servir a partes iguais. Claro, vejam só que nessa época o Paraguai estava construindo Acaray com a ajuda do Brasil e a principal ajuda do Brasil, eu não conheço qual história do Acaray deveria ser escrita ainda também, mas a principal ajuda do Brasil que eu

conheço, é que o Brasil se comprometeu a comprar energia Acaray enquanto o Paraguai não consumisse toda, inclusive tinha uma linha de transmissão que atravessava o rio com um conversor de 50 para 60 hertz e durante muito tempo o Paraná comprou energia da Acaray enquanto o Paraguai não consumia tanto, se Acaray que produz quanto, 600 mega-hertz, um pouco mais, não sei, 900, uma turbina de Itaipu produz o que Acaray produz, o Paraguai nesse época não conseguia consumir toda e precisava de mercado a quem vender, imagina Itaipu, era óbvio que havia um problema a resolver. O que que diz o acordo, a ata de Foz do Iguaçu? Que aquele sócio, aquela parte, que não consumisse toda a sua energia, ofereceria a preferência a outro sócio. O que que é a preferência? É que se alguém me oferece o preço X e você me oferece X também, você tem preferência, mas veja só que na formulação de 66 está previsto a possibilidade de vender a um terceiro país a energia, que não fosse o Brasil. Como o tratado de Itaipu menciona a ata de Foz do Iguaçu, como parte do tratado, nossa interpretação, a interpretação paraguaia do governo Lugo é que a cláusula da cessão de energia do Paraguai ao Brasil, porque é disso que se trata, tinha que ser lida com a chave da ata de Foz do Iguaçu que era uma opção de preferência, mas não de exclusividade. A interpretação dura brasileira, digamos, é que o que não consome em um consome no outro e se nenhum dos dois consumir, ninguém consome, se joga água pelo (ininteligível 00:43:41) essa é a interpretação dura. Então vocês vão ver alguns formuladores do lado brasileiro a expressão de integração energética, mas integração entre os dois países. Isso é uma coisa importantíssima, acordo Lula e Lugo que pouca gente atentou para isso, que eu vou falar para vocês em seguida. Então, vejam só que do ponto de vista paraguaio, esquece o rio, esquece a hidroeletricidade, suponhamos que a Arábia Saudita compre petróleo, a Arábia Saudita não tem condições de explorar o petróleo, vem um país vizinho que tem condições e diz, olha eu vou explorar para você e você só pode vender a mim o petróleo que eu explorar no teu território e pelo preço que eu pagar de acordo desse tratado por 50 anos, nesse caso ficaria muito evidente que é um abuso, não é. Bom, aliás esses abusos fizeram lá no Oriente Médio durante muito tempo, mas ou coisa parecida pelas 6 irmãs lá, mas de qualquer maneira, a leitura tem uma mudança de redação entre a forma de cessão de energia que está na ata de Foz do Iguaçu e do que está no tratado de Itaipu e essa mudança de redação, esse interpretação sobre o que devemos entender pela cessão de energia e como se deveria fazer, tem, muda tudo e por isso, vocês vão ver que o ponto um da reivindicação paraguaia do governo Lugo é a livre disponibilidade da energia que serve, a energia é minha eu posso vender a quem eu

quiser, dentro de determinadas normas e a norma é a de 66 se você vai pagar o mesmo preço que o outro quiser me pagar, você leva, senão leva outro. E como digo novamente se quisermos ver melhor isso coloquemos poço e petróleo ao invés de hidroeletricidade aí fica claro e fica claro, inclusive, na história do petróleo, de que começou com uma coisa muito forte das 6 irmãs explorando o petróleo árabe e depois, digamos, com o surgimento da OPEP e tudo o mais muda essa política. Vejam só também que o governo Lugo chega à presidência no momento da crise de energia mundial. Então, também tem um elemento histórico diferenciador, estamos falando em 2008, 73, 83, 93, 2003, é 35 anos depois, mas em uma conjuntura muito específica crise energética mundial. Então, se vocês olham, tem um livro do Efraim que chama Itaipu, Águas que valem ouro, que na verdade...

GIORDANO ó É uma compilação.

GUSTAVO CODAS ó É uma compilação de um monte de coisa, não sei se é tudo, mas, tem uma parte interessante desse livro que é a parte dos debates parlamentares que teve no Paraguai, que eles para legitimar fizeram um arremedo ao debate, a ditadura já tinha aceitado e tal, os termos do tratado, mas teve um debate e aí vocês jovem tem que entender Itaipu dentro do contexto da história econômica dos anos 70. A ditadura militar brasileira estava lançando o segundo PND, junto com Itaipu vai ser lançado também Tucuruí. Tucuruí é outra iniciativa muito peculiar, porque na região que se lança Tucuruí, não tinha ninguém para consumir energia elétrica, quem tinha a ditadura não estava interessada em dar, as comunidades isoladas e tal. Então Tucuruí se justifica pelas eletro intensivas que a ditadura estava negociando sua instalação na região amazônica e acho que também aí, o Maranhão, não sei, toda essa região, norte do país, perto do Oceano Atlântico. Então, o que que dizem em um dos textos, não me lembro se em uma biografia, não, em um desses textos das memórias eletricidade, tem um deles que menciona como se faz o desenho financeiro e isso termina com uma conversa com Mário Henrique Simonsen.

GIORDANO ó Ministro da Economia.

GUSTAVO CODAS ó Que foi Ministro de Planejamento.

GIORDANO ó Planejamento.

GUSTAVO CODAS ó Já no ano de 77, 78, acho que já era governo...

GIORDANO ó Era Geisel.

GUSTAVO CODAS ó Final do Geisel começo de...

GIORDANO ó Médici, Figueiredo?

GUSTAVO CODAS ó Figueiredo. Estavam decidindo o problema da tarifa de Itaipu e eu lembro, porque o, eu lembro da frase que dizem, Simonsen diz, ah, não está certo isso é tarifa pelo direito. Então a segunda, a primeira coisa importante, o preço, que para o Paraguai tem que ser tratado de uma maneira e para o Brasil vai ser, ter que se tratar de outra. Então de onde vem a fórmula, a explicação brasileira, a defesa brasileira vai se fazer, que está nessas coisas de Simonsen, com essa turma então aí. Quando eles estão nos anos 70, discutindo, tem abundancia de capital no mundo. Primeiro vem os eurodólares, antes de 73, tinha excesso de dólares na Europa e a partir de 73 vem os petrodólares, então a ditadura brasileira diz, bom, vamos financiar o segundo PND com endividamento brasileiro, com o mercado financeiro. Então, o que que diz Simonsen e essa turma, diz bom, nós vamos construir Itaipu, vai custar, tem um livro que fala, 2 bilhões de dólares, tem um autor muito importante, um nacionalista, Osny Duarte Pereira.

SARA ó Eu já ouvi falar.

GUSTAVO CODAS - Osny com Y. Era um cara muito importante naquela época, hoje desapareceu da bibliografia.

GIORDANO ó Brasileiro ou paraguaio?

GUSTAVO CODAS ó Brasileiro. Escreveu vários livros, Osny Duarte Pereira.

SARA ó Engenheiro, não é?

GUSTAVO CODAS ó Pode ser. Ele escreveu muito sobre essas coisas, nos anos 70. Depois vai subindo, 7 bilhões ia custar a obra. Bom, finalmente carregando, a parte financeira vai custar 60 bilhões, claro que aí tem um problema de 30 e tantos anos de diferença, os bilhões

de dólares dos anos 70 não são os mesmos de hoje, mas o que que eles dizem? Qual deve ser a tarifa de Itaipu? A tarifa de Itaipu tem que ser o suficiente para pagar seu funcionamento, quer dizer, então tem uma parte operacional e como nós não, ninguém vai pôr um centavo disso aí, nessa conversa, ninguém vai pôr um tostão, vai pegar tudo de fora. Por isso eu acho graça, porque o argumento brasileiro, se vocês lerem o livro Tão Gomes Pinto, escreveu recentemente um livro, é curioso, porque não é ruim, o Tão Gomes é um bom jornalista aos anos 80, mas é um livro assim, de propaganda de posição brasileira, mas o Paraguai não pôs um centavo e o Brasil pôs todo o dinheiro, na verdade não. O argumento dele, aqui ninguém vai pôr um centavo. Então, pegaram emprestado tudo e a obra vai pagar, então, o argumento naquela época é que como o empréstimo estava barato, ia ser tudo por endividamento e a obra ia pagar a parte da tarifa ia ser igual ao custo operacional mais o custo financeiro e ano a ano, isso está no anexo sétimo, eu não lembro, ano a ano ia se revisar como foi a realização, Itaipu operando dólar, depende do valor lá e tal, se teve superávit, cobrando por essa tarifa, abate, diminui a tarifa, se teve déficit, aumenta a tarifa e compensa no ano seguinte. Essa é a lógica de Itaipu, ninguém pôs um tostão, tudo empréstimo do mercado financeiro internacional. Então qual deve ser a tarifa? A tarifa deve ser aquela que pague o funcionamento mais o custo financeiro que teve a obra. Então está resolvido e em 50 anos isso tem que estar finalizado, isso dá em 2023. Então o argumento usado no Paraguai, pelo Chanceler, naquela época, se mal não me lembro, chamava

GIORDANO - (ininteligível 00:54:14)

GUSTAVO CODAS ó E Itaipu não é um negócio, Itaipu é desenvolvimento. Então nós não temos que lucrar com isso, porque aqui não tem lucro. Aqui é apenas custo, pagar custo. Na verdade, paga o lucro, mas o lucro a ANDE e a Eletrobrás, que são as coproprietárias, mas como o capital integral é apenas de 100 milhões de dólares, 50 milhões de cada país, cada empresa, é o lucro de 50 milhões para uma coisa que vale 60 bilhões ou 30 bilhões se você tirar a espuma financeira. Então, falta atualizar o capital da empresa, isso tudo vai ser fazer quando se renegocia o anexo 100 2023, 2020, mas então como o lucro é sobre um capital tão pequenininho nem dá para perceber. Então o argumento (ininteligível 00:55:22) é por que nós deveríamos aceitar que não tivesse lucro, era esse, depois quando vão negociar mesmo, aí é, e em um dos textos aparece de que o (ininteligível 00:55:43) diz para os outros, não, mas não pode ser que nós entregando energia para vocês recebamos apenas o que está nesta tarifa,

porque na tarifa se coloca os royalties, se eu mal me lembro a primeira vez no Brasil que se usa esse conceito para exploração, não sei se já tinha no petróleo e nas outras hidrelétricas, nas hidrelétricas acho que a primeira vez mesmo, isso é pagar royalties aos municípios atingidos. Então, além dos royalties se negocia aquilo que ficou conhecido como compensação por cessão de energia, que na verdade só o Paraguai recebe, porque é quem sobra energia e que passa a ser o elemento, digamos, que supostamente aproxima uma venda, mas não se chama venda, eles são cuidadosos nisso é cessão de energia, para te ceder a energia você me compensa com isso, mas isso não é uma venda, estou cedendo, é uma coisa, uma palavra curiosa isso, se cuidaram de não por venda, para não suscitar, espera aí, mas se vendo para você, posso vender para outro. Estou cedendo e, se mal me lembro, o critério inicial para o primeiro valor da cessão de energia é completamente arbitrário, não tem base em nada. É um valor e pronto. Nós em 2008 tentamos estabelecer um critério de mercado para a cessão, que acho que significava, não sei, tinha um múltiplo do que finalmente foi negociado, mas não me lembro, tinha um valor que aproximaria essa energia ao valor de mercado que estava se pagando no Brasil.

SARA ó Me empresta uma folhinha.

GUSTAVO CODAS ó Tem outro lá também.

SARA ó Não. Tranquilo. Em cima da, não, pode ficar aí, eu vou fazer uns desenhos.

GUSTAVO CODAS ó Mas então a essa outra coisa é importante que vocês têm que ver, que a noção dos que laboraram o plano financeiro de Itaipu é aqui ninguém vai pôr um tostão, nenhum centavo, nem Brasil, nem Paraguai, vai ser todo empréstimos estrangeiro. Hoje isso chama-se project finance, você tem um negócio redondo, não tem um tostão, você convence o mercado financeiro, bom, daqui há três anos eu vou ter este negócio em funcionamento. Isso aí vai te pagar. E aí você consegue o financiamento para isso. É muito comum hoje nos projetos, digamos que tem, não sei hoje, anos atrás, não sei hoje como está o mercado financeiro, mas era muito comum fazer desse jeito, um governo X não tem dinheiro, tem uma obra que é um negócio muito evidente que vai render atrás da sua tarifa, então o mercado financeiro coloca dinheiro e recebe de volta em X anos esse. Então Itaipu foi pensado, pelo menos no relato que fazem nessas entrevistas e tal de memórias da eletricidade e tal, foi

pensando assim, como um projeto que ia se pagar a si mesmo, por isso que a tarifa não tem nada a ver com o mercado, nada. A tarifa tem a ver consigo próprio, com o que custa fazer funcionar as turbinas, a empresa e o que custa financeiramente. Hoje é mais ou menos 2 terços, 1 terço, a estrutura da tarifa, 2 terços é dívida e 1 terço são gastos operacionais. Então, essas são digamos assim a história de Itaipu e das reivindicações paraguaias tem muito a ver com essas duas coisas, a nuança de redação que tem a cessão de energia entre 66 e 73 e a forma de definir a tarifa, que foi definida nos anos 70, no anexo (ininteligível 01:00:29) acho que é, com esse critério aqui ninguém põe um tostão, nenhum centavo, vai ser tudo capital que está sobrando no mundo e é verdade, estava sobrando no mundo até o ano de 79 quando Paul Volcker, presidente do Banco Central dos Estados Unidos, decide levar a taxa de juros a 19, 20% e provoca uma quebradeira em todo o países que tinham confiado de que tinham excesso de capital circulando em forma de empréstimo e que podiam se endividar e pagar com o projeto. Então aí vem uma crise e aí tem a história, tem que ver com os relatos que fazem o gestor nessa época e tem uma decisão dos governos de continuarem Itaipu, mesmo que tivessem que pegar emprestado a 25% ao ano em dólar, segundo disseram. Então, mas, digamos assim, se vocês olharem o que são os principais focos de tensão e negociação tem a ver com a livre disponibilidade que estava claramente na tarifa de Foz do Iguaçu e não está claramente, a interpretação brasileira é oposta à livre disponibilidade no tratado e a tarifa que é uma tarifa definida pelo passivo, como disse, Mário Henrique Simonsen ou pelos custos, verso uma tarifa de mercado, que é o que defende o Paraguai. O Paraguai defende um preço justo, reivindicando que se dizia na ata de Foz do Iguaçu e pelo preço justo aquele que o mercado paga, dando preferência ao sócio que pagando o mesmo preço do mercado leve a energia e esses foram, digamos assim, tem várias outras coisas que derivam disso, mas não a dívida, a dívida Itaipu, Paraguai questiona porque, abrir parêntese para isso, Itaipu começa a produzir energia lá para 84, 85, primeiro uma energia de prova e tal e começa a comercializar, com praticamente toda a energia sendo levada pelo Brasil, bom, aí os gestores se vem na necessidade de definir a tarifa, dessa energia que vai ser vendida. A qual tarifa? Aí tem que ver os documentos, eu não tenho em mente, mas para dizer número aproximado, vocês não usem esses números, claro que não, vão ver diretamente aí ou no meu texto, tem uns livros do Canese, o Canese publicou vários livros, acho que inclusive publicou um sobre a negociação, mas não me lembro.

GIORDANO ó Sobre a linha energética?

GUSTAVO CODAS ó Sim.

GIORDANO ó Eu tenho.

GUSTAVO CODAS ó A última versão, porque tem várias versões.

SARA ó Ele tem um texto nesse livro (ininteligível 01:03:44)

GUSTAVO CODAS ó Isso antes da negociação.

SARA ó Ah, tá, depois ele publicou.

GUSTAVO CODAS ó Deixa eu ver se é esse, 7ª edição, deixa eu ver. É uma de 2011, é.

SARA ó Esse que você falou para mim?

GUSTAVO CODAS ó Deixa eu só ver se é esse.

SARA ó Xerox aqui, tirei xerox de livro.

GUSTAVO CODAS ó É esse aqui. Notas, é, esse aqui inclui eu acho já as negociações, é que eu não estou lembrado, ele publicou tantos ao longo desse período, mas aqui estão os resultados da negociação. Aqui está.

GIORDANO ó Essa parte aqui.

GUSTAVO CODAS ó Mas então o que acontece com, aí nesse livro se vão ter os dados exatos e talvez no texto que eu escrevi no curso do Itamaraty também. Quando eles vão calcular a tarifa, vejam só que eles tiveram que, como digo, a tarifa é o custo de fazer funcionar turbina mais o custo financeiro. O Brasil nessa época, 85, 86 estava sofrendo os efeitos da crise de 82 da dívida, quando Delfim Netto que era o Ministro na época, ele não declara uma moratória, mas ele deixa de pagar, é uma confusão entre 82, 83, depois consegue sair pagando dívidas com exportações e em 87 o Brasil vai entrar em moratória oficial,

quando Dilson Funaro foi Ministro da Fazenda e eu Paulo Nogueira Batista era o chefe da dívida externa, não sei se no Banco Central ou no Ministério.

GIORDANO ó Paulo Nogueira Batista, o Embaixador?

GUSTAVO CODAS ó O filho, o que agora é diretor do FMI pelo Brasil. O filho desse Embaixador do Itamaraty que tem coisa muito importante escrita aí, sobre o Paraguai não sei, mas de vários temas. Foi um cara muito importante no acordo Brasil, Alemanha de energia nuclear. Muito bem. O que acontece? Fazem os cálculos e a tarifa sai desses 6 dólares o megawatt-hora, quando falam para as empresas brasileiras que tinha que comprar energia falam, nós não vamos pagar isso, lembrem que era uma fase também que o governo Sarney estava usando represamento das tarifas de eletricidade para contemplação e em seguida para privatizar as empresas, isso um pouco mais adiante quando o neoliberalismo ganha entre os economistas já começou um processo que chamava na época de sucateamento, as empresas para vender mais barato, que começaria isso no começo dos anos 90, mas sucateamento começa antes, as empresas estatais são proibidas de pegar empréstimos do BNDES, uma coisa estranhíssima para quem olhasse assim, mas era uma tentativa com argumento de não, digamos, inchar o Estado, na verdade se estava enfraquecendo o Estado. Nesse contexto, houve ainda as empresas elétricas não podiam pagar a tarifa que o tratado obrigava aplicar. Então aí tem uma ata, vocês têm o livro do (ininteligível 01:07:42)

GIORDANO ó Notas sobre a História de Itaipu?

GUSTAVO CODAS ó Não sei, um livro de 300 páginas.

GIORDANO ó Ele só tem um livro.

GUSTAVO CODAS ó Só um livro.

GIORDANO ó Então eu tenho.

GUSTAVO CODAS ó Esse é importante. Os brasileiros usam esse livro de (ininteligível 01:07:54) como sendo, lá em Itaipu, lá o brasileiro, se você quer falar sobre Itaipu eles usam isso, aí tem um momento onde ele relata quando se vai fazer isso e ele relata, inclusive, estão tomando uma visão gravíssima, porque eles estão desconhecendo o tratado. Então o que

acontece? Acontece e do ponto de vista, não sei o quanto vocês conhecem de economia, mas digamos assim, a tarifa de Itaipu era essa, vamos supor, 11, o custo de Itaipu era desses 6, vamos supor, a partir do ano de 85 até o ano, aproximadamente, 90 que isso aconteceu, depois teve um reajuste disso. Então esta parte...

GIORDANO ó O governo paga?

GUSTAVO CODAS ó Han?

GIORDANO ó O governo pagou essa parte?

GUSTAVO CODAS ó Não. Essa parte, obviamente, porque muitos anos atrás eu aprendi com um amigo que é professor da USP falou, quando você é governo o final do mês você tem que pagar as contas, o dinheiro tem que sair de algum lado. Então isso aqui é custo, que não está sendo coberto pela tarifa. Então o que que faz Itaipu? Itaipu se sobre endivida para pagar isso aqui, se não é a tarifa que paga, quem paga?

GIORDANO ó Itaipu subsidiou a energia então?

GUSTAVO CODAS ó Não, calma, ainda não, o que eles fizeram foi endividar para pagar custos. Quais eram os custos? Operacionais e financeiros, isso era muito conhecido na época, é endividar para pagar dívida. O que acontece? No ano de 90, conseguem resolver essa situação e a tarifa e o custo se encontram. Bom, mas acontece que esta dívida tinha se acumulado como nova dívida, é uma dívida financeira agora. Então começa uma negociação que termina lá pelo ano de 94 e que vai se finalizar tudo, acho que até o ano de 97, que é para ver o que se faz com isso aqui, com essa dívida gerada pelo não pagamento da tarifa calculada.

GIORDANO ó Isso vocês chamam de dívida espúria?

GUSTAVO CODAS ó A dívida espúria vem a partir daí quando esta dívida se carga inteira a dívida de Itaipu e se passa a pagar na tarifa, a partir do ano de 97, como parte dessa renegociação que teve. Então o argumento brasileiro é, bom, não tínhamos condições de que isso funcione, etc. tivemos que fazer uma reestruturação, agora se normalizou. Agora a partir do ano 97 a tarifa é igual ao custo, operacional mais financeiro e está resolvido, pronto. Qual

o argumento do Paraguai? O argumento do Paraguai são dois argumentos. Tudo bem. Quem levou a energia? Brasil. O Brasil não podia pagar tarifa, mas vamos fazer um cálculo um pouco diferente. Você mora em Brasília, lá é CELESP o que é?

GIORDANO ó CEB.

GUSTAVO CODAS ó Han?

GIORDANO ó CEB.

GUSTAVO CODAS ó CEB. Você durante quatro anos não conseguiu pagar a tarifa plena, só uma parte, você pede para a CEB, vai lá na CEB e tudo bem. Depois do quinto ano a tua situação melhorou, a tarifa não pesa tanto então você diz, agora eu posso pagar. O que que faz a CEB? Diz, você está me devendo 4 mil reais, ou você está me devendo 4 bilhões de reais, que é o que devia, se devia por essa energia a Itaipu. Quem paga essa conta? Paga você. Então o argumento paraguaio, quem paga essa conta? Pagam as empresas brasileiras que levaram energia e a empresa paraguaia ANDE pagou um pouquinho, 2% disso, uma coisa assim. O que se fez? Se carregou como dívida de Itaipu, não como dívida de quem não pagou.

GIORDANO ó Da Eletrobrás, por exemplo.

GUSTAVO CODAS ó É, são duas ou três empresas brasileiras que deveriam pagar. Então o que o Paraguai diz, aí o credor assumiu a dívida do devedor e deveria ser o contrário. Então o que faz o Canese? Não sei se está nesse livro. Espera aí, tem um outro elemento importante. Então esse é o argumento paraguaio no ano de 97, dos que se opuseram a esse acordo, porque uma dívida das empresas elétricas estava sendo carregada como dívida de (ininteligível 01:13:43) e não devia ser, deveriam pagar as empresas elétricas, quem consumiu deveria pagar. Não era uma tarifa pelo passivo, isso não está escrito em pedra no acordo, no tratado? Cumpra-se o tratado. Não se cumpriu e (ininteligível 01:14:00) diz aí, na ata de Itaipu, aparece ele, copia a ata de Itaipu, mas acontece uma coisa mais complicada ainda, final dos anos 90, depois do acordo. A ANDE tem um problema X, que eu não lembro qual era, não consegue pagar Itaipu, o que Itaipu lhe entregou como energia. O que faz Itaipu quando a ANDE, no ano de 2001, 2, renegocia com Itaipu e passa a poder pagar, isso que a ANDE lhe devia foi integrado a dívida de Itaipu e paga pela Itaipu ou foi cobrada da ANDE? Foi cobrada

da ANDE, como se deveria fazer. Então o Paraguai diz duas coisas, uma que de argumento no ano de 94 a 97 quando se renegociou e outra com o caso concreto, quando a ANDE não conseguiu pagar o que devia a Itaipu, essa dívida não foi carregada a Itaipu, foi cobrada a ANDE, aliás, terminou em 2011 pagar, na época estava no governo Acha, foi anunciado, a ANDE terminou de pagar sua dívida com Itaipu. Então, vejam só que o tema da tarifa pelo passivo que está no tratado foi violado pela direção de tipo, pelos governos nos anos 80 e voltou a ser violado com acordo entre 94 e 97, (ininteligível 01:15:38) reestrutura de vida de Itaipu e isso ficou demonstrado para a posição paraguaia quando a ANDE é cobrada de uma, tínhamos conta que não tinha conseguido pagar por problema que tinha, etc. e tal. Então, este é digamos, o panorama antes da chegada de Lugo ao governo. Os governos durante a ditadura e depois da ditadura até o governo Lugo, que eu saiba, nunca questionaram os termos. Houve uma negociação no governo Duarte Frutos para aumentar a compensação por cessão de energia, teve um aumento pequeno e teve uma negociação da, como é, da aplicação de taxa juros sobre a dívida no Paraguai, não me lembro, tinha uma outra negociação na época do Nicanor também e só. Então quando chegou o governo Lugo, o governo Lugo recupera 6 temas que vinha desde o ano 70 que nós, desde a esquerda a posição contra a ditadura militar tínhamos levantado o questionamento que era primeiro a livre disponibilidade, que o Paraguai deveria ter, o preço justo, que deveria ser o preço de mercado, a revisão da dívida, falava da revisão da dívida, vou voltar sobre isso, a cogestão plena, que é uma divisão desigual das diretorias...

GIORDANO ó Administrativa, financeira de Itaipu.

GUSTAVO CODAS ó De Itaipu, a auditoria...

GIORDANO - (ininteligível 01:17:38)

GUSTAVO CODAS ó Não, auditoria de que há transparência que os órgãos de controle dos estados possam entrar na empresa, que do lado paraguaio existe, do lado brasileiro não, o TCU não tem...

GIORDANO ó Por causa da...

GUSTAVO CODAS ó Alçada, pelo caráter...

GIORDANO ó Da entidade.

GUSTAVO CODAS ó Da instituição e o último é as obras faltantes, que era tanto a eclusa de navegação, como do lado paraguaio faltava terminar a subestação margem direita para que o Paraguai possa retirar toda a energia, isso acho que já terminou agora, não foi?

SARA ó Engraçado, só interromper, você lembra, não sei se foi Álvaro Dias, a discussão no Senado brasileiro, engraçado que eles questionam isso mesmo, falam, Itaipu é uma caixinha de segredos, assim, ninguém consegue chegar, essa questão de não ser clara essas auditorias, até a direita, no Brasil questionou, mas o governo não acatou.

GUSTAVO CODAS ó Não, aí é uma coisa um pouco mais complicada. Na verdade, Itaipu tem órgão de controle, que são auditorias, etc. mas pela característica, Itaipu tem até um livro, que eu não lembro agora, uma tese de doutorado dos anos 80 sobre o tema, de um brasileiro sobre a natureza de Itaipu como um organismo, Paraguai, Brasil fizeram um organismo internacional entre eles. Então não é Eletrobrás que está sujeita ao TCU, não sei o que, é um organismo dos dois países, isso lhe dá características diferentes. Nas contas nacionais, na estatística paraguaia, por exemplo, Itaipu era considerada, tinha mesma característica que as Nações Unidas, que a sede era Nações Unidas no Paraguai, não entrava no PIB paraguaio, agora está entrando. Por que? Porque tem uma natureza que é supra nacional, não é nem Paraguai nem Brasil é binacional, tem uma discussão aí. Então nunca um paraguaio, também assim como no caso brasileiro, Itaipu defende que não está no âmbito do controle do que aqui o Tribunal de Contas da União, a diferença é que o Presidente Lugo, no caso de Itaipu, no caso Jaciretã não, no caso de Itaipu, mandou de que a diretoria receba ao Tribunal de Contas e mostre os documentos.

SARA ó Isso foi particular do Lugo?

GUSTAVO CODAS ó Do Lugo com Itaipu, com Jaciretã não fez e deixou entrar e bom, pode entrar, fez auditoria, várias coisas e tal.

GIORDANO ó Inclusive do lado brasileiro, não é? Não teve um...

GUSTAVO CODAS ó Não.

GIORDANO ó Só o Paraguai?

GUSTAVO CODAS ó Só o Paraguai. Mas a documentação é binacional, mas o sentido é mais ver as contas paraguaias e as contas gerais, mas não podia revisar as contas brasileiras, o gasto do lado brasileiro, compras, operacional do lado brasileiro, que é uma dificuldade, como vai invadir, vai questionar as contas, como se faz isso? Mas isso, todos, direita, esquerda, centro, claro, a oposição para questionar o governo levanta essas coisas, diz é uma caixa preta, mas quando são governos, todos eles defendem. Tanto o lado paraguaio, como o lado brasileiro. A diferença, como digo, Lugo, em relação a Itaipu, ele decidiu, como Presidente da república que a diretoria autorize entrar e aí a diretoria, inclusive assinaram um acordo para isso, com o lado brasileiro e foi habilitar um espaço dentro de Itaipu para que entre a Contraloría General de la República del Paraguay, mas é até o ponto a negociação, aí não sei, na negociação, esse texto que eu escrevi, relata exatamente o que aconteceu do nosso ponto de vista, não sei se vocês tem perguntas, depois eu digo, eu queria expor isso que o antes da negociação, depois você vai escrever sobre a negociação, mas eu queria mais explicara para vocês uma coisa que eu considero que são relevantes.

GIORDANO ó Então a gente pode começar as perguntas, professor?

GUSTAVO CODAS ó Claro.

GIORDANO ó Como o senhor deixou de uma forma implícita e...

GUSTAVO CODAS ó Ah, desculpa, só uma coisa. A história da dívida que eu tinha falado, o que que o Canese fez, Canese pegou a dívida em 1997, essa dívida que tinha se acumulado em 1997, que eu não me lembro o valor que dava, era 4 bilhões de dólares, uma coisa assim e trouxe para o, coloca aí, primeiro de dezembro de 2008, aplicando os mesmo critérios que Itaipu aplicou com a dívida da ANDE, aquela dívida que a ANDE não conseguiu pagar no ano de 98, 99, por aí e de como Itaipu cobrou da ANDE essa dívida, aplicou sobre a dívida que se tinha acumulado nos anos 80, de todas empresas elétricas, brasileira e a ANDE, para a ANDE é um pedacinho pequenininho e foi aí que ele chegou a conclusão de que, porque isso sim, é assim mesmo, por matemática financeira, essa dívida acumula, usando os critérios de Itaipu com a ANDE, levava a 2008 equivalia a 100% da dívida que Itaipu tinha com o tesouro e Eletrobrás.

GIORDANO ó Tesouro e Eletrobrás.

GUSTAVO CODAS ó É. E aí que eles diziam, que foi um argumento a negociação, que a dívida é zero, porque se você faz um encontro de contas do que devem, assim, o que é devido a Itaipu e o que Itaipu deve, aproxima de quase o mesmo, acho que só faltava um pouquinho. Se nos devem o que nós devemos, então não devemos nada é só que se ponha de acordo aí quem deve um com outro e acabou e a dívida está paga. Pelo critério aplicado a ANDE, com a dívida que tinha com Itaipu, esse foi o critério utilizado. Não sei se está no livro.

GIORDANO ó Não. Não está.

GUSTAVO CODAS ó Não está?

GIORDANO ó Na verdade nem se fala da questão da dívida espúria. Fala-se justamente de que houve a possibilidade da auditoria...

GUSTAVO CODAS ó Auditoria.

GIORDANO ó Mas não se diz como que foi, qual foi o resultado disso. Então hoje não existe mais dívida, é isso?

GUSTAVO CODAS ó Não. É nossa posição negociadora em final de 2008 é que a dívida deveria ser abatida o que era devido a Itaipu, por aquilo que Itaipu devia, e era uma dívida fundamental entre brasileiro com brasileiro, Eletrosul, Eletrobrás tinha que pagar ao tesouro e a Eletrobrás e acabou e aí a dívida estava zerada.

GIORDANO ó A dívida pela construção da usina.

GUSTAVO CODAS ó Toda a dívida.

GIORDANO ó Tanto da ANDE, quanto da construção, quanto...

GUSTAVO CODAS ó Não a ANDE vinha pagando sua dívida por outro lado. O que eu digo, aquela dívida gerada pelo não aplicação da tarifa nos anos 80, lembrem, 4 bilhões e tanto era no ano de 94, 95 por aí. Essa dívida que foi incorporada como dívida de Itaipu, sendo que era dívida das empresas elétricas, que compravam, que pegavam energia de Itaipu. Se essa dívida,

pegamos e trazemos para o dia de hoje, com os mesmos critérios usados pela Itaipu com a ANDE, o seu valor, o que deveria ser pago é equivalente a toda dívida de Itaipu com o Brasil.

SARA ó O que é interessante é que ele pega o argumento de prova do lado brasileiro de Itaipu que cobra a ANDE injustamente.

GUSTAVO CODAS ó Então, não, do lado de Itaipu, não é brasileiro, aí os dois lados decidiram aplicar isso sobre a ANDE.

SARA ó O lado paraguaio também então?

GUSTAVO CODAS ó Não, porque todas as revisões são conjuntas lá, se não é conjunta não tem...

SARA ó Tem que ser consensual.

GUSTAVO CODAS ó É, mas então, por isso que se defendia aqui no ano de 2008 a dívida zero. Não é porque não tinha dívida é que o que as empresas Eletrosul, Eletrobrás e ANDE deviam a Itaipu era igual ao que Itaipu devia a Eletrobrás e ao tesouro brasileiro. Sendo que a ANDE devia, sei lá, 300 milhões de dólares, o resto era dívida da empresa brasileira.

GIORDANO ó Mas assim, desculpa a incisão na pergunta, mas o que o Paraguai tem a ver então com isso? Se, porque se tem uma empresa binacional, correto? Empresas brasileiras estão devendo para essa empresa binacional, essas empresas brasileiras pagam a binacional, a dívida, está quite entre a empresa brasileira e a empresa...

GUSTAVO CODAS ó Mas não pagaram.

SARA ó Mas é que eles não pagaram a tarifa, a diferença de custo, lembra, aquele gráfico que ele fez? Essa diferença por 5 anos foram?

GUSTAVO CODAS ó 4 ou 5 anos, não me lembro, tenho que ver.

SARA ó 4, 5 anos que deu tipo 4 bilhões, porque o Brasil se recusou...

GUSTAVO CODAS ó Não, 4 bilhões era aos preços de 94.

SARA ó Isso, da época.

GUSTAVO CODAS ó Não, da época quando se recalculou isso. Então é 94...

SARA ó Em 97, não foi?

GUSTAVO CODAS ó 94 a 97 entrou em negociação.

GIORDANO ó Que aí esse valor, o Paraguai queria transformar em crédito?

SARA ó É que é meio confuso.

GUSTAVO CODAS ó Não, calma.

GIORDANO ó É isso que está...

SARA ó Espera aí que eu vou tentar explicar e você vê se eu entendi, porque é complicado.

GUSTAVO CODAS ó Não, eu vou explicar com tua conta com a CEB. Vejamos, você não pagou a CEB durante 5 anos, toda a tarifa, pagou parte. Aí você ficou, você tinha que pagar 100 cada ano, pagou 50. Então depois de 5 anos você deve 500, na verdade, você deve mais de 500.

GIORDANO ó Tem juros.

GUSTAVO CODAS ó Porque tem juros, correção monetária, toda essa confusão. Ano depois, 5 anos depois, a CEB diz, bom, esse sujeito não me pagou 500 durante 5 anos, como eu vou cobrir os meus custos com isso? Pegando empréstimo. Então, na verdade a CEB, 5 anos depois, o teu calote a ela, tinha se transformado em 4 mil reais, 4 bilhões de reais, vamos dizer assim. Agora esses 4 bilhões de reais, a CEB estava devendo para bancos, não por nada extraordinário que tinha feito, ampliou Itaipu, mas é assim, porque não cobrou a tarifa, que tinha que te cobrar, para pagar os seus custos e como a empresa tem que funcionar, pagando funcionários e dívida e ela não tinha de onde tirar, ela se endividou...

GIORDANO ó Pegou empréstimo.

GUSTAVO CODAS ó Por isso que não é 500, por isso que é 4 mil. Porque senão, seria 500 mais o reajuste, não, mas ela não tinha, ela foi se endividando. De algum lugar eu tenho a história dos endividamentos de Itaipu, é uma coisa impressionante, porque ano a ano se pegava novo empréstimo para pagar antigos empréstimos. Muito bem, aqui a CEB no ano de 95, por causa de teu calote, a CEB tinha um passivo de 4 mil reais, 4 bilhões de reais.

GIORDANO ó E nisso tinha incluso que eu não paguei a dívida pelos empréstimos que Itaipu fez.

GUSTAVO CODAS ó Não, toda dívida. Não, era só tua dívida. Só a tua. Então o que que ela faz? Aí, nesse período tem uma discussão, o que fazer com essa dívida? Que é uma dívida diferente do restante, aí se decide colocar como dívida de Itaipu. Como dívida da CEB, não como dívida do Giordano. Você ficou livre de dívida, passou a ser dívida de Itaipu e ao ser dívida de Itaipu foi incorporado na tarifa, a tarifa tinha que pagar esses 4 bilhões de dólares adicionais. Então, a partir daí houve reajuste da tarifa, etc. e tal, para pagar como se pagava o restante da dívida de Itaipu, os 30 bilhões que estava devendo Itaipu na época, não sei, não me lembro o saldo, devia 25, passou a dever 30, por conta desses 4 e tanto bilhões. Então, o que que o Canese faz? Espera aí, mas isso aqui na verdade não devia ter sido pago por Itaipu, devia ter sido pago pelo Giordano. Então vamos ver, não sei se você conhece matemática financeira, como se sabe o valor atual de um valor passado. Se sabe da seguinte maneira, no mercado das finanças, no mercado financeiro, o que teria acontecido se eu emprestasse esse dinheiro, então, o reajuste, digamos de inflação, mais aplicar uma taxa juros, suponhamos que eu tinha, tivesse pego 4 bilhões de dólares no ano de 95, 96. Quanto deveria ter pago por esses 4 bilhões de dólares até o ano de 2008, aí o Canese dá 15 bilhões, desses 6 bilhões de dólares, pela conta do Giordano, esqueça o resto. Aí o Canese diz, mas espera aí, Giordano, nos deve desses 6 bilhões de dólares e nós devemos ao Giordano desses 6 bilhões de dólares.

GIORDANO ó Mas essa dívida de Itaipu comigo é decorrente do que?

GUSTAVO CODAS ó De todo o resto que estava sendo feito, da construção, dos juros, dos empréstimos, não esquece a parte, chamada espúria de não cobrar da tarifa. Teve uma represa aí construindo, não é que não tinha nada e tem dívida, não, tem uma represa, teve, como chama? Endividamento, teve novos endividamentos não referidos ao problema da tarifa, tudo

isso teve. O que o Canese diz é que o Giordano nos deve o que nós devemos ao Giordano. Nossa dívida é zero, porque se nós pagarmos para ele, isso no mercado financeiro existe, chama *clearing*, que é o encontro de contas. Se eu te devo o que você me deve, ninguém deve nada a ninguém. Por isso é que o Canese dizia, nossa dívida é zero ou próxima a zero.

GIORDANO ó Mas o que eu não entendo é que, por exemplo, quando Itaipu pega o empréstimo, tanto na construção da barragem, quanto depois para financiar, eles têm como credores o Tesouro Nacional Brasileiro, não é isso?

GUSTAVO CODAS ó Não.

GIORDANO ó E a Eletrobrás.

GUSTAVO CODAS ó Não. Toda a construção de Itaipu não se fez com um centavo brasileiro. Tudo bancos internacionais, ponto.

GIORDANO ó Eles eram os credores?

GUSTAVO CODAS ó Eram os credores. O tesouro era, como chama o cara que sai...

GIORDANO ó Fiador.

GUSTAVO CODAS ó Fiador.

GIORDANO ó Exato, então o tesouro e a Eletrobrás eram os fiadores.

GUSTAVO CODAS ó Eletrobrás não sei, o tesouro sim.

GIORDANO ó O tesouro sim.

GUSTAVO CODAS ó Não me lembro os termos, mas o que acontece, quando vem a negociação, toda a dívida de Itaipu passa a ser com a Eletrobrás e o tesouro. Isso parte da negociação que houve nos anos 90.

GIORDANO ó Eles compram, então eles assumem a dívida dos...

GUSTAVO CODAS ó Não sei exatamente, tem que ver.

SARA ó Porque aí eles foram pagando os empréstimos internacionais, com o dinheiro do tesouro brasileiro.

GUSTAVO CODAS ó Não. Com o dinheiro de Itaipu. Itaipu cobrava uma tarifa, não é que Itaipu dava de graça a energia. Cobrava.

SARA ó E até nesses momentos, por exemplo, dos choques de petróleo, etc. que você tem essa crise da, do aumento das dívidas...

GUSTAVO CODAS ó Isso foi antes.

SARA ó É depois de 79 que tem a taxa de juros...

GIORDANO ó Mas ele teve que pagar em 90.

GUSTAVO CODAS ó Não, Itaipu começa a cobrar energia em 85, não cobra toda a tarifa, mas cobra. Uma parte consegue pagar com a tarifa, outra parte não consegue, por isso tem que ver, é que tem que conhecer um pouco matemática financeira, para ver, porque é uma coisa, depois de você conhecer matemática financeira é que vocês dizem, porque eu não fui ser banqueiro, era mais fácil ganhar dinheiro como banqueiro.

GIORDANO ó Só para ver se eu entendi então. Então quando Itaipu faz o seu empréstimo aí, ele faz diretamente com o banco internacional, se tem um fiador e aí depois, na hora de pagar, nesse caso aí, ela não teria de pagar para mim, ela não teria de pagar para o banco internacional?

GUSTAVO CODAS ó Mas aí que está. É que tem um momento onde o Brasil assume, digamos, não conheço a história financeira disso, vamos dizer assim, o Brasil passa a ser o credor de Itaipu e saí nos bancos internacionais, isso tem a ver no começo dos anos 90 o Brasil, no governo Collor, isso termina acho que no governo Itamar, tem uma negociação de sua dívida externa, onde participam os economistas que depois seriam os economistas Fernando Henrique Cardoso, Malan, Gustavo Franco e tal, negociam no âmbito que chamavam plano (ininteligível 01:36:23)

GIORDANO ó Reestruturação da dívida.

GUSTAVO CODAS ó E aí tentou uma reestruturação e tal, eu acho, não conheço em detalhe, eu acho que nesse momento, porque era outro questionamento, nós nunca conseguimos chegar a fazer essa discussão, o que aconteceu com a dívida de Itaipu quando o Brasil reestrutura sua dívida. Por que Itaipu não foi beneficiada com essa reestruturação da dívida? Mas tudo bem, isso é outra história, mas de qualquer maneira, o que aí acontece, é que a dívida que era de Itaipu, com terceiros.

GIORDANO ó Com bancos.

GUSTAVO CODAS ó *Citibank*, não sei o que, o banco da França, passa a ser dívida de Itaipu com o tesouro e com a Eletrobrás.

GIORDANO ó Então o fiador virou credor.

GUSTAVO CODAS ó Fiador virou credor, exatamente. Por isso é que o debate, a partir de 97, quando se termina de reestruturar a dívida de Itaipu e se faz uma nova discussão sobre tarifa e pagamentos e se você, não sei como está hoje, se apresenta os balanços de Itaipu, mas você vai ver que a partir de 97 tem um horizonte claro de que até 2023 vai terminar de pagar a dívida, sendo que, vai terminar antes, porque como teve uns excedentes, no período, aí nos anos 2008, 7, por aí, o Samek propôs e foi aceito, por fora do critério do tratado (ininteligível 01:38:10) de abater mais dívidas. Então...

GIORDANO ó De Itaipu com seus credores?

GUSTAVO CODAS ó De Itaipu com o Tesouro e com a Eletrobrás. Então, na verdade, pela gestão do Samek e companhia, encurtou a dívida. Vai terminar, em 2022 já não vai ter mais dívida, já vai ir terminando e vai ser quase insignificante, mas então o problema é esse, o argumento do Canese é de dívida zero, porque as empresas elétricas dele a Itaipu por aquele critério, o mesmo que Itaipu teve ao tesouro e Eletrobrás. Então, aí por fazer um encontro de contas e quem deveria pagar ao tesouro, Eletrobrás é a Eletrobrás e as outras empresas elétricas que estão, por esse critério, devendo a Itaipu, mas para entender isso, tem que considerar que, para trazer a valores de hoje de mercado, um valor passado tem que aplicar a inflação e uma taxa juros e aí Canese aplicou a taxa juros que tinha sido aplicado a ANDE e aí saiu o mesmo valor, uns 16 bilhões de dólares, que era o que se devia, aí no ano de 2008.

SARA ó Nossa, mas é bem complicado mesmo tudo isso, mas é porque acho que a gente tem que dominar, para falar isso a gente vai ter que dominar.

GUSTAVO CODAS ó Não, eu...

SARA ó E aí são os livros do Canese que explicam isso, assim dessa forma.

GUSTAVO CODAS ó Oi?

SARA ó Será, os livros do Canese têm, por exemplo, na própria Itaipu, lá na direção financeira, enfim, algo que a gente possa...

GIORDANO ó Eles têm um compêndio de todas as declarações, todos os tratados que foram feitos, não sei se você já viu já, a compilação.

GUSTAVO CODAS ó Tem uma série de livros.

SARA ó Mas, por exemplo, a posição da direção de Itaipu, na época da renegociação, acho que isso também é uma coisa legal, uma fonte legal para a gente consultar. Se eles concordavam ou não, com o que o governo brasileiro fez.

GUSTAVO CODAS ó Sempre se concorda com o governo.

SARA ó É?

GUSTAVO CODAS ó É, porque...

GIORDANO ó Eles são acionistas, no caso, se fosse uma empresa, eles seriam acionista majoritário.

GUSTAVO CODAS ó É um pouco diferente, porque quem manda em Itaipu são as altas partes contratantes, os dois estados, através de seus representantes.

SARA ó E nomeações pelo próprio Executivo?

GUSTAVO CODAS ó As duas chancelarias que mandam em Itaipu.

GIORDANO ó Na verdade o diretor de Itaipu ele não é nem funcionário do governo brasileiro, nem funcionário do governo paraguaio, ele é funcionário de Itaipu, Itaipu seria uma organização internacional.

SARA ó Mas quem o nomeia é o governo.

GUSTAVO CODAS ó É, o presidente de cada país com o apoio do Senado. Mas de qualquer maneira, o que digo é que não há diferença, entre Itaipu e a chancelaria, é uma posição.

SARA ó É sempre a mesma posição.

GUSTAVO CODAS ó É, sempre a posição é de consenso, não há possibilidade, que eu saiba, nunca se houve nem intenção de ir a um tribunal internacional, a uma mediação que são as modalidades que poderia ter e nesses casos.

GIORDANO ó Mas o senhor tem notícias a respeito de alguma cláusula, nesse sentido, se houver alguma querela entre essas duas altas partes...

GUSTAVO CODAS ó Não, é que as querelas entre Estados se tratam dessa maneira.

GIORDANO ó Ah, ok, alguns ofícios ou...

GUSTAVO CODAS ó Não tem, você não pode, no caso de Itaipu, você não pode ir a um juiz da comarca de São Paulo e dizer, ah o Paraguai, não, não tem nada a ver, não em alçada no Brasil que tenha jurisdição sobre Itaipu na relação Brasil, Paraguai.

GIORDANO ó Não, porque sabe porque eu pergunto isso? Na história da renegociação e do pagamento da Bolívia, do gás, está sendo discutido em uma corte americana, porque tanto a empresa brasileira, que o maior acionista é o governo, quanto o boliviano, assinaram o tratado e vai ser discutido lá no Tribunal de Investimentos dos Estados Unidos. No caso, Itaipu...

GUSTAVO CODAS ó Não, mas aí é um pouco diferente, sabe por que? Não é minha especialidade o petróleo, nem Petrobrás, mas aí tem uma...

GIORDANO ó Petrobrás Holanda ainda, na verdade, não é nem Petrobrás Brasil.

GUSTAVO CODAS ó Tem uma nuance aí, pelo seguinte, porque Petrobrás, quando faz investimentos fora do país, não faz como Petrobrás, faz como essa subsidiária holandesa.

GIORDANO ó Exatamente.

GUSTAVO CODAS ó E seria constrangedor para o Brasil recorrer a essa cláusula, porque o Brasil não tem nenhum tratado de proteção de investimento e recusou todos os tratados de proteção de investimento. Então o Brasil, como governo, que é proprietário majoritário da Petrobrás, não aceita esse tipo de tribunal, por isso que, para o Brasil era, não sei se, duvido que agora entrem com uma ação dessas, presumo que para o Brasil era muito constrangedor usar a via que a Petrobrás podia usar, porque realmente existe isso, acho que agora a Bolívia recusou todos os acordos SIAD acho que já rompeu com SIAD não estou seguro, mas acho que não existe mais a possibilidade hoje, mas então a coisa é bem complicada, porque o Brasil é o único país de toda a região que não tem nenhum acordo de proteção de investimento, nenhum e todos foram rejeitados pelo Senado brasileiro. Paraguai tem 27 acordos e assim, cada país desse, você vai ver tem um monte, acho que o Equador também agora rompeu todos e o...

GIORDANO ó Argentina teve uma bronca também.

GUSTAVO CODAS ó Saiu do SIAD. O problema é que a Argentina é uma coisa persistente. Então é, mas é isso.

GIORDANO ó E fazendo uma pergunta histórica, aqui na literatura brasileira a gente tem muito essa questão de que o partido liberal Paraguai tendenciosamente tenta ser mais próximo da Argentina e o partido Colorado tende a ser mais próximo do Brasil, isso ainda é verdadeiro?

GUSTAVO CODAS ó Ainda, bom, aí lendo (ininteligível 01:44:43) e lendo as coisas você vai ver que muito mais (ininteligível 01:44:49) do que isso. Tem uma tentativa aproximação com o Brasil ainda no governo do Manuel Domingues será? Inclusive uma proposta é a construção de uma ferrovia aí na região do Mato Grosso com o Paraguai e tal, que acabou não vingando, mas teve uma coisa interessante, teve várias tentativas de conexão Brasil, Paraguai, inclusive no final do século 19. Teve essa proposta de uma ferrovia lá na região do Mato

Grosso que chegaria e faria conexão com o Paraguai, depois nos anos 20, por aí também. Então, isso, para dizer com exatidão tem que fazer um estudo com detalhe, não...

GIORDANO ó Não é tão preto no branco assim.

GUSTAVO CODAS ó Não é tão preto no branco, não é tão geral. Agora, o que sim, eu posso dizer é que até que começa, porque uma coisa é tua intenção, tua preferência, outra coisa é a tua possibilidade, até que não teve estrada de Assunção até a fronteira, não tinha possibilidade de alguém querer se aproximar do Brasil, porque não tinha...

GIORDANO ó Meios.

GUSTAVO CODAS ó Meios, não era concreto e política de estado não se faz com declarações, tem que ser comércio, interesses concretos, intercâmbio, sei lá.

GIORDANO ó E quando a gente, também lendo a literatura do Stroessner falar a respeito do segundo pulmão paraguaio, que é justamente essa marcha para o leste, no sentido da fronteira brasileira, pelo que o senhor conhece, foi algo pensado? Porque o que me parece pela leitura é que o Paraguai era extremamente dependente da Argentina, até no sentido mais trivial, por exemplo, o acordo de livre navegação do Paraguai com a Argentina é de 67, 1967, então parece que o Paraguai tentou se livrar dessa influência Argentina. Como é que o senhor vê isso?

GUSTAVO CODAS ó Esse era o discurso do Stroessner, a tal diplomacia pendular, supostamente que ele fazia. Mas o que eu disse para vocês, no caso da marcha ao leste. Não é uma marcha ao leste é uma marcha brasileira ao oeste, o que aconteceu. Nos anos 60 o Stroessner efetivamente faz uma colonização com camponeses paraguaios perto da fronteira com o Brasil, isso tem a ver com uma estratégia de contra insurgência, tinha uma guerrilha, duas guerrilhas tiveram. Uma liberal e outra comunista, no começo dos anos 60. Então como parte de tirar pressão nas áreas camponesas de minifúndio, o Stroessner começou uma política de colonização na região de fronteiras, só que essa política de colonização foi tão só de fachada, que na verdade não tinha apoio nenhum aos camponeses que foram levados aí a essa região. Então quando vem o fluxo brasileiro, encontra camponeses paraguaios assentados em 20, em 30 hectares sumamente empobrecidos, com doenças, sem estrada, sem credito, então

tinha 20 hectares de mato e meio hectare plantado com mandioca para sobrevivência e passando fome, aí chegou a vaga de, digamos a fronteira agrícola brasileira, esse camponês o que fazia era vender...

GIORDANO ó Terra.

GUSTAVO CODAS ó Não só terra, porque não tinha ainda a propriedade da terra, era o que lá chama *derechera* é o direito a ter aquele pedaço de terra. Então, houve um processo todo de, digamos de expulsão da terra dos camponeses assentados, não propriamente pela violência, mas tendo esse contraste da fome versus um empresário ou um lavrador brasileiro que vinha com recurso para comprar aquele pedaço de terra. Isso hoje é uma fonte de conflitos generalizados no país, porque são pessoas que não poderiam ter comprado essa terra, inclusive essa terra não poderia ter sido vendida e foi vendida, com algumas aspas com um membro do governo paraguaio saindo de testemunha de que o camponês vendeu por tanto para o brasileiro e tal, mas todos os papéis são ilegais. Não valem nada e é fonte do conflito com os brasiguaios, principal fonte, não é a única, que tem porque houve esse processo. Eu tive oportunidade de conhecer isso de perto, porque no ano de 79 eu fui contratado para uma pesquisa sobre os brasileiros do lado paraguaio que fizeram três igrejas dos dois lados da fronteira. A igreja Católica, a igreja Luterana e a igreja Discípulos de Cristo. Pagaram uma pesquisa e eu fui (ininteligível 01:50:08) e tem o resultado dessa pesquisa, foi publicado pelo comitê igreja de ajuda a emergência, deve ter lá no Paraguai. Isso foi o Tomás Palau que morreu recentemente e o Ramon Fogel que está vivo e que continua publicando sobre os brasileiros no Paraguai, mas então o que o Stroessner queria fazer, teriam que me perguntar, o que ele fez foi outra coisa muito diferente a isso que ele prometeu, o que ele fez foi, dentro da estratégia de Golbery, uma ocupação do Brasil, com população brasileira do lado paraguaio e para, tem que ler Golbery, vocês podem ler umas poucas vozes críticas que teve naquela época, um jornalista gaúcho que morreu faz pouco tempo, chama Paulo Schilling.

GIORDANO ó Eu sei, é o...

GUSTAVO CODAS ó Ele publicou um livro na época, chama Expansionismo Brasileiro, que tem um capítulo dedicado a essa situação que está se vivendo no Paraguai.

GIORDANO ó Porque o que me parece, por exemplo, você pega a geografia do Brasil, no livro do Golbery ele fala muito na questão, claro, em termos geopolíticos, da conquista do *heartland* da América do Sul e o *heartland* seria o Paraguai e a Bolívia e depois se discutiu que a grande maneira de você realmente vincular esses dois países era por meio da energia e aí com o Paraguai se criou Itaipu e com a Bolívia se fez a questão do gás. Você acha que assim, como o senhor falou, parece que tem uma questão do Stroessner com fome, o Brasil com vontade de comer e se juntam, mas eu não consigo entender a intencionalidade disso, dentro da órbita do jogo da Bacia do Prata. Como é que assim, me parece que o Paraguai rifou, quem pudesse dar mais para ele e ele acabou se aproximando é isso que assim, não está claro.

GUSTAVO CODAS ó Não, veja só, é que tem que ver o ator principal aí é Alfredo Stroessner. Alfredo Stroessner é um militar vinculado aos militares brasileiros, lembra que ele se formou aqui.

GIORDANO ó Na academia do Rio, não foi?

GUSTAVO CODAS ó É, na artilharia. Lembra que militares importantes brasileiros foram adidos militares em Paraguai, Golbery inclusive, o general Figueiredo, o último presidente da ditadura, foi adido militar no Paraguai, ambos foram...

GIORDANO ó O Figueiredo Presidente brasileiro foi adido no Paraguai?

GUSTAVO CODAS ó Eu não sei com que cargo estive, eu sei que estive lá no Paraguai. É curioso porque se você ler aquele, Na diplomacia um traço da vida, do Gibson.

GIORDANO ó Do Gibson Barbosa.

GUSTAVO CODAS ó É curioso, porque ele estava na Áustria, chamam ele da Áustria para vir ao Paraguai no meio da crise aí com o Paraguai, ele vai vir atender a crise em 65, devia ser entendido isso como uma degradação.

GIORDANO ó Sair de Viena para ir para...

GUSTAVO CODAS ó E de Paraguai ele vai a Chanceler, para você ver a importância que dá os militares e o Itamaraty a esse tipo de (ininteligível 01:53:38)

GIORDANO ó História. Mas o que é mais interessante é que depois dele o Azeredo da Silveira, que era Embaixador em Buenos Aires.

GUSTAVO CODAS ó Pois é.

GIORDANO ó E que vai consertar as três nações ali em 79.

GUSTAVO CODAS ó Então, por isso que eu digo, tem, há uma preocupação, digamos, tanto do Itamaraty como os militares de ganhar espaço no Rio da Prata, na interpretação que eu vi depois do Coronel Cavagnari era para o setor mais moderno, pelo menos nos anos 80, para se liberar para ir para Amazônia e para modernizar as forças armadas, porque a lógica anterior era tropa e a lógica dos modernizadores era tecnologia, avião, pronta resposta, não é quantidade de soldado, é ter capacidade de reação, você não precisa ter um monte de soldados, você precisa ter um exército profissional, altamente tecnologicado, esse é o sentido, digamos da... Agora em que grau de consciência, se havia alguém tramando, isso é difícil saber, isso vocês são os pesquisadores aqui. Tem que...

GIORDANO ó O senhor também não mencionou a questão do acordo a partir de 79. O senhor acha que é importante nessa questão de Itaipu?

GUSTAVO CODAS ó Claro.

GIORDANO ó Não na questão em si da hidrelétrica, mas na questão do condicionamento do Paraguai dentro dessa política entre Brasil e Argentina.

GUSTAVO CODAS ó Na verdade, o acordo importante é o anterior. Aquele que acho que acontece em Nações Unidas, que um dos Chanceleres menciona, não me lembro...

GIORDANO ó O da Bacia do Prata? O da...

GUSTAVO CODAS ó O que permite a construção de Itaipu.

GIORDANO ó Questão da jusante e vazante, aquela...

GUSTAVO CODAS ó Porque a posição Argentina era que o Brasil e Paraguai tinha que consultar...

GIORDANO ó Exatamente.

GUSTAVO CODAS ó E o resultado final é que tem que informar.

GIORDANO ó Exatamente, eles levaram essa questão lá para conferência do meio ambiente humano em 72.

GUSTAVO CODAS ó Em 72.

GIORDANO ó E o Brasil conseguiu tirar isso da pauta Argentina.

GUSTAVO CODAS ó Inclusive aí o Chanceler, que não me recordo qual dos dois é, conta uma coisa, eu li em uma charge talvez um pouco maliciosa, porque ele era amigo do Chanceler argentino, o que está...

GIORDANO ó O brasileiro.

GUSTAVO CODAS ó O brasileiro. Então, através de sua amizade ele sabia da posição negociadora Argentina e ele manobra para derrotar o argentino com informação privilegiada que o outro deu em, como chama, por amizade, derrota ele e depois vai lá e consola ele, como amigo. Por isso se vocês vão ser, como chama, diplomáticos um dia...

GIORDANO ó Tenham cuidado.

GUSTAVO CODAS ó Tenham cuidado com as amizades diplomáticas. Não tem amizade, pode ser usado, tudo que eu disser pode ser usado. Mas talvez eu exagerei na minha leitura, mas quando eu vi isso, e claro, quando o Chanceler argentino aceita o acordo tem uma grita na Argentina que era na época da ditadura militar de (ininteligível 01:57:07) e era o auge dos geopolíticos argentinos.

GIORDANO ó Acabaram tirando o Perón?

GUSTAVO CODAS ó Não.

GIORDANO ó Não, a Isabelita?

GUSTAVO CODAS ó Não, não, eles, o Perón volta depois, volta em 73.

GIORDANO ó Então é um pouquinho antes.

GUSTAVO CODAS ó Então era o auge da editora Pleamar, da revista da Estratégia, era assim, como são os argentinos estar com uma, era paranoia dos brasileiros e tinha muito jogo. E acontece, entre as coisas pessoais que contam, os militares argentinos que eram tão fascistas de direita com Stroessner, tinha um problema com Stroessner, porque Stroessner tinha sido amigo do Perón.

GIORDANO ó Tem a questão do asilo político, não tem uma história dessa?

GUSTAVO CODAS ó Não, o Perón no Golpe de 55, ele se asila em um barco de guerra paraguaio que estava ancorado em Buenos Aires e ele vem...

GIORDANO ó Assunção, ele passa por Assunção?

GUSTAVO CODAS ó Assunção, vai a Vila Rica, depois os argentinos pressionam...

GIORDANO ó Porque o Paraguai não aceita...

GUSTAVO CODAS ó Para que expulsem ele e ele vai...

GIORDANO ó Para a Venezuela.

GUSTAVO CODAS ó Venezuela, Panamá, República Dominicana com...

GIORDANO ó Ele é assassinado?

GUSTAVO CODAS - (ininteligível 01:58:33) Não. E depois termina na Espanha de Franco. Era amigo de todos os ditadores aí da região. Era Pérez Jiménez, ditador da Venezuela, Panamá não sei quem estava, depois vai a Trujillo o grande ditador fascista, depois é o Franco, ditador de extrema direita na Espanha. Todos ditadores eram amigos dele.

GIORDANO ó Mas eu não queria me alonga, mas parece que tinha um plano, a ditadura argentina tinha tanto receio do Perón que tentaram elimina-lo de qualquer forma.

GUSTAVO CODAS ó Não sei. Isso não sei. Bom, mas isso é outra história. Eu estou dizendo só que o Stroessner tinha amizade do lado brasileiro e tinha problemas com os militares argentinos, tinha inimizades com os militares argentinos, até o plano Condor, onde tem uma cooperação na repressão dos anos 70, já com a ditadura argentina, em 76, na verdade tinha muito estranhamento entre os militares argentinos e o Stroessner, inclusive os militares argentinos, uma parte, de maneira ambígua, chegaram a apoiar uma das guerrilhas paraguaias, dando arma e tal aí no ano de 59, mas de uma maneira um pouco dúbia, assim apoiava, depois largava, não foi um investimento. Foi assim, era para incomodar o Stroessner, não era para...

GIORDANO ó Você que fazer alguma pergunta?

SARA ó Mas já sai dessa questão histórica, são mais questões assim, pontuais...

GIORDANO ó É, eu queria começar também nas questões mais...

GUSTAVO CODAS ó Não, aí depende de vocês. Eu estou precisando só de beber água.

GIORDANO ó Eu vou pegar.

GUSTAVO CODAS ó Se não for whisky, uma água.

SARA ó Tá, então vou espera-lo. Whisky...

GUSTAVO CODAS ó Em plena sexta-feira.

SARA ó Nossa gente, eu estou muito desesperada agora, porque eu tenho pouco tempo para escrever, eu fiquei por ser nas disciplinas aí eu peguei um capítulo agora que eu qualifiquei foi de política externa brasileira, sabe? E aí agora é porque eu estou falando da renegociação, mas eu falei só da, e agora que eu vou escrever os outros dois capítulos que é renegociação, Itaipu, então agora que eu estou começando a entrar mesmo. Só que assim, falta pouco tempo.

GUSTAVO CODAS ó Quando tem que defender?

SARA ó Março. Sua cara foi boa. Mas agora eu vou ficar, tipo assim, sabe, dia e noite. Mas então, as minhas dúvidas são em relação a renegociação e tudo mais. Primeiro assim, quem exatamente, me parece que foi o Canese, mas dentro de todo esse movimento, que acompanhava o Lugo de esquerda, quem formulou pontualmente esses 6 pontos da reivindicação?

GUSTAVO CODAS ó Isso está contado nesse livro que ele tem.

GIORDANO ó Esse aqui?

SARA ó Ah é?

GUSTAVO CODAS ó Teve uma, porque, foi assim, teve uma, a construção da candidatura Lugo começa lá pelo ano de 2000 e não vou me lembrar, 2006.

GIORDANO ó Mas isso não implica excluir antes a participação dele política como líder religioso.

GUSTAVO CODAS ó Não, eu sei, mas o que eu estou dizendo a decisão de começar na política...

GIORDANO ó Partidária mesmo.

GUSTAVO CODAS ó Política institucional eleitoral.

GIORDANO ó Isso está relacionado, perdão. Mas isso está relacionado com aquele embate da impossibilidade do Nicanor Duarte Frutos se recandidatar ou fazer o segundo mandato?

GUSTAVO CODAS ó Na verdade é um pouco diferente. O Nicanor no ano de 2006, ele sendo Presidente da República se lança a candidato a presidente do partido Colorado, na interna do partido colorado e a Constituição Paraguaia diz que o Presidente da República não pode ocupar nenhum outro cargo que não seja...

GIORDANO ó Presidente da República.

GUSTAVO CODAS ó De Presidente da República. Então Nicanor, por uma questão de controle do partido viola a constituição, ele ganha então do partido Colorado, assume durante alguns minutos, quer dizer, viola a constituição durante alguns minutos e se licencia, como presidente do partido e assume, não me lembro quem, (ininteligível 02:03:20) então conta essa violação que denunciava a seguinte violação que ia ser, poder ser reeleito, ou algo assim, é que força política liderada pelo Lugo convoca no dia 26 de março de 2006 uma marcha que foi muito grande, contra a violação da constituição, lembro data porque é meu aniversário, não é porque tem especial memória. Então é isso que projeta o Lugo, essa marcha e claro, aí os partidos da oposição variados tentam capturar isso para si e Lugo vai levando a turma em uma frentona, vai cozinhando o galo, assim, de que vamos, vamos ver depois quem vai ser o candidato e depois ele, evidentemente, de todos que compunha isso, era quem tinha condições.

GIORDANO ó O senhor acha que ele era um nome de consenso, então?

GUSTAVO CODAS ó Não, nada de consenso, de apelo popular e aí a frente se desfaz, quando o cara se lança, quando ele se lança, a frente se espatifa e uma parte fica, os liberais, a esquerda e vai embora os oviedistas...

GIORDANO ó O pessoal que está...

GUSTAVO CODAS ó Vai embora a pátria querida, mais setores caem fora, na verdade, todos queriam manipular ele para outro ser o candidato apoiado por ele e por esse processo, essa mobilização popular.

GIORDANO ó Mas quando fala consenso ele conseguiu unir então a esquerda, o Paraguai?

GUSTAVO CODAS ó A esquerda dos liberais.

GIORDANO ó A esquerda dos liberais.

GUSTAVO CODAS ó E uma parte dos colorados dissidentes, que estavam chateados com o curso que vinha do partido colorado e implicitamente uma parte dos, porque a interna do partido colorado seguinte, que define o candidato foi muito acirrada e com muitas denúncias de que foi roubado o resultado, foi roubado.

GIORDANO ó Foi a Blanca, não é, que ganhou?

GUSTAVO CODAS ó É, então a turma que perdeu, uma parte chama o eterno Lugo, compra, derrotar a Blanco Avelar. Então o resultado do Lugo tem um pouco de tudo. Tem consensos e dissensos, digamos de tudo que é jeito aí.

SARA ó Agora só uma pergunta específica, tem uma explicação, porque que os liberais, naquele momento específico assim, mais meticulosamente eles resolvem...

GUSTAVO CODAS ó Porque sabiam que eles não ganhariam a eleição, como nunca vão ganhar a eleição. (ininteligível 02:06:07) vão perder.

GIORDANO ó Se você puder voltar também, acho que ele não deixou tão clara a sua pergunta.

SARA ó Não, era a questão de quem formulou pontualmente essas reivindicações.

GUSTAVO CODAS ó Então, o que eu quero dizer é, então o processo pode se considerar começando em 2006, com esse evento de 26 de março de 2006. Claro, que vinha antes o Lugo, desde os anos 70, quando era seminarista, participou das atividades contra Itaipu, contra a ditadura, então, bem tem uma história política anterior. Eu encontro ele no fórum social mundial que aconteceu em Caracas em janeiro de 2006, encontrei ele lá, ele tinha uma participação política, assim, para o que aconteceu depois, o primeiro evento, ato esse de março de 2006. Quando a esquerda o assume, porque não foi toda a esquerda primeiro, depois foi toda a esquerda. Obviamente, há uma presença de setores que tinha essa reivindicação da luta pela renegociação de Itaipu, que o mais conhecido é o Ricardo, quem vem desde a época que ele era estudante de engenharia.

GIORDANO ó Eu peguei texto dele de 83, já falando sobre isso.

GUSTAVO CODAS ó No ano de 73, ele era estudante ainda e era um dos organizadores dos debates na faculdade de engenharia, que ficava a 3 quarteirões da minha casa, diga-se de passagem, mas então quando se faz o programa do Lugo, então o programa de 6 pontos, um dos temas é recuperação da soberania energética. Qual que é a soberania energética? A livre disponibilidade e a partir daí então se cria um grupo que está relatado em livro de Efrain, onde

variadas personalidades discutem o que seria a agenda e o ponto 1 é livre disponibilidade, o segundo é preço justo, renegociação, revisão da dívida. Depois tem, transparência, congestão e horas faltantes, aí o antecedente mais importante disso é que, ainda na campanha eleitoral, a eleição lá é em abril, acho que em 2 de abril de 2008, 2 ou 3, não me lembro, teria que entrar na internet, o Lugo vem a Brasília para uma audiência com o Lula.

GIORDANO ó Não, mas isso em 2008?

GUSTAVO CODAS ó 8.

GIORDANO ó Antes de estar como candidato favorito já, não é?

GUSTAVO CODAS ó Não, como candidato. Primeiro o Lula tinha recebido o Lino Oviedo e corria a versão de que ele apoiaria o Lino Oviedo, inclusive eles tinham um amigo em comum, um empresário do Paraná que era amigo do Lino Oviedo e era amigo do Requião.

GIORDANO ó Do senador e...

GUSTAVO CODAS ó Quando Lino Oviedo esteve refugiado no Paraná, inclusive chegou a participar da atividade com o governo Requião, não lembro assim, parecia nos eventos públicos, sentava na fileira e tal, bom mas que seja, nessa reunião o Lula, o Lugo, apresenta para o Lula a discussão da renegociação, entre outras coisas, mas sem ponto, sem nada assim muito claro e aí se produz a primeira declaração importante que vai ser Marco Aurélio Garcia que vai falar na saída reunião, Lula não vai falar nada, nessa reunião, Marco Aurélio diz na relação do Paraguai com o Brasil não tem nenhum tema tabu. Seguinte ato é uma ida de Marco Aurélio Garcia ao Paraguai, que acontece em agosto, acho, desse ano. Foi antes de assumir. No livro do Efrain ele vai relatar que aí entrega os 6 pontos para o Marco Aurélio, não sei a data exata, foi antes de Lugo assumir, antes de Lula ir a cerimônia lá. E o seguinte evento vai ser no dia 19 ou 17 de setembro de 2008.

GIORDANO ó 20 de abril de 2008 eles se encontram pela primeira vez.

GUSTAVO CODAS ó Quando?

GIORDANO ó 20 de abril de 2008, ele como candidato.

GUSTAVO CODAS ó Não.

GIORDANO ó Faltando apenas 18 dias para eleição de 20 de abril.

GUSTAVO CODAS ó Então, 2 de abril, não 20.

GIORDANO ó Exato, exatamente.

GUSTAVO CODAS ó Mas está 20 ou 2?

GIORDANO ó Não, 18 dias antes da eleição, que é 20. Então dia 2, exatamente.

GUSTAVO CODAS ó Depois Marco Aurélio vai a Assunção, recebe os 6 pontos e depois o Lugo vem a...

GIORDANO ó Primeiro de agosto.

GUSTAVO CODAS ó Não.

GIORDANO ó Que ele vai a Assunção.

GUSTAVO CODAS ó Em setembro, Lugo vem a Brasília, 17 de setembro, se mal não lembro, 19 e aí apresenta a proposta de renegociar Itaipu e há uma discussão se podia, se não podia e o Lula diz, bom, não quis dizer que não vamos aceitar, mas aceitamos que esteja presente em todos os temas que...

GUSTAVO CODAS ó Pois é, o Canese ele fala que isso é um marco muito importante nas relações brasileiro, paraguaias que foi uma mudança de postura no Brasil. Como é que se dava antes essa questão das reivindicações, como é que se dava a aceitação brasileira diante das reivindicações paraguaias e o que que o senhor considera que seja tão importante nessa renegociação 2009/2011 que distinga das outras renegociações, como, por exemplo o aumento de tarifas na década de 80, 90, no início dos anos 2000?

GUSTAVO CODAS ó É que o, na visão tradicional ou dura da diplomacia brasileira, o tratado de Itaipu é um tratado pétreo, escrito em pedra, não há nada a se mudar. E, evidentemente, se o ponto 1 que o Paraguai disse que era discutir livre disponibilidade, nessa

interpretação dura, é discutir a (ininteligível 02:13:08) então não se poderia discutir, é um novo assunto, quando o Lula diz, mas claro que vamos discutir, que aceitemos é outra coisa, mas tudo se pode discutir é uma primeira mudança assim, gigantesca, de postura, do estado brasileiro na figura do seu principal representante, digo o Presidente da República. Não há um acordo como aparece isso, o acordo aparece de duas maneiras que são importantes de tratar, primeiro, não estou com o acordo aqui, mas nas primeiras partes do acordo, vocês vão ver que os dois presidentes colocam Itaipu na integração energética regional. Isso é uma mudança gigantesca de postura do estado brasileiro, como eu disse para vocês, até então, Itaipu era um marco da integração com o Paraguai e energia que sobrasse em Itaipu, porque que nenhum dos dois consome, se joga pelo vertedero, ninguém consome, quer dizer a água que se desperdiça, que os dois presidentes digam que Itaipu tem que ser discutida no marco da integração da região é uma mudança completa. Aquí, õconsiderando asignar la importancia solidaridad como componente director del proceso de integración regional en curso, así como la intención de continuar su esfuerzo y talö. õDestacamos los beneficios.õ Aquí, õretiramos o compromiso con la integración energética regional e subrayamos el potencial para promover desarrollo social y económico y la erradicación de la pobreza. Renovamos el empeño y tal, celebramos los avances y ahí viene la siguiente parte, este Artículo 6, é que dar segundo Itália, porque coloca Itaipu en la relación bilateral, en la integración energética regional e vai dizer assim, õcuando no hay un acuerdo entre las partes, acuerdo entre las partes, eso aquí es de consignar un avance, cada uno dice una cosa. Entonces aquí dice: El Presidente Lugo reitero la reivindicación de que Paraguay pueda habilitarse a sí mismo de disponer gradualmente energía de Itaipu para ofrecer a terceros mercados, con derecho de preferencia a Brasil. Que es la Itaipu de Foz do Iguaçu. El Presidente Lula ha sido considerando el nuevo marco de cooperación entre los dos países. Resaltó que Paraguay y Brasil deben trabajar juntos en la busca de una efectiva integración energética regional, que contemple inclusive la posibilidad de que Paraguay y Brasil puedan comercializar energía Itaipu en terceros mercados a partir de 2023, contribuyendo al desarrollo sustentable en la mayor seguridad energética para los países sudamericanos. En ese sentido consideraran recomendar una propuesta sus respectivos congresos nacionales. Esto aquí está lleno de consideraciones a hacer. Lleno. Porque claro que como es un tema de divergencia.

GIORDANO ó Ya estás hablando español.

GUSTAVO CODAS ó Como tem uma divergência...

SARA ó Eu estava aqui pensando, as vezes ele está lendo aí ele já fala.

GUSTAVO CODAS ó Como tem uma divergência, não é preto no branco, mas vejam só, começa falando em integração, falam da relação bilateral, fala da integração energética regional então aí é um braço de ferro diplomático, quando chega na livre disponibilidade, o ponto 1, não há acordo. Mas veja a mudança de postura do governo brasileiro e do Itamaraty que assessorava isso aqui, porque o Presidente Lugo defende novamente livre disponibilidade. O Presidente Lula responde com 2 coisas, responde, marco de cooperação entre os dois países, tudo bem, continua na batida do Itamaraty, diz, juntos na busca da efetiva integração energética regional, espera aí, estavam cooperando entre os dois, mas estamos falando em integração com terceiros países, que contemplem, inclusive a possibilidade de que Paraguai e Brasil possam comercializar, aqui isso aqui vai levar 100 anos, juristas discutindo se Paraguai e Brasil são os dois juntos ou um ou outro. Terceiro mercado a partir de 2023, por que 2023?

GIORDANO ó A cláusula do tratado de Itaipu.

GUSTAVO CODAS ó Porque em 2023 termina de se pagar as dívidas e fica só o funcionamento a ser pago e o anexo se diz que tem que ser rediscutido o anexo para saber que tarifa vai se cobrar, porque atualmente a tarifa é pelo custo, mas isso enquanto tiver que pagar a dívida, a partir que pagou toda a dívida, que vai ser 2021, 22, por aí, dependendo de como vai a coisa, antes de 2023, não tem mais esse problema. E todo o argumento de que a tarifa tinha que ser amarrada, porque tinha que pagar (ininteligível 02:19:22) para que Itaipu não tenha mais dívida com terceiros países, com...

GIORDANO ó Com credores.

GUSTAVO CODAS ó Com credores, termina esse drama, a partir daí, Itaipu vai ser uma represa 100% paga que vai pensar, reparação, atualização tecnológica, tentou um plano atualização tecnológica para os próximos 30, 40 anos, tem turbina funcionando, faz 30 anos lá então. Mas aqui está falando que Itaipu é parte de integração energética nacional, não é mais parte só da relação bilateral.

GIORDANO ó Nunca houve essa discussão antes?

GUSTAVO CODAS ó Jamais e era um tema tabu.

GIORDANO ó Para o Brasil?

GUSTAVO CODAS ó Totalmente. Inclusive, porque aí você tem que ir para trás dizendo, bom, porque do ponto do estado do Brasil, hoje não sei, Itaipu deve ser 15, 18% da energia, quer dizer, a parte paraguaia deve ser 8%, 9%, 7% de todo o consumo de energia elétrica do Brasil. Então do ponto de vista da segurança energética brasileira, essa energia excedente, na leitura dura do tratado é energia que o Brasil dispõe, não está em discussão isso. Então, pense com cabeça de um militar brasileiro e você vai entender essa, ou de alguém que planeja na energia o setor energético brasileiro. Esse considerando recomendar uma proposta a seus respectivos congressos nacionais, porque vai ter que revisar o tratado, na verdade para fazer isso. Então, isso aqui, claro que pode ter leituras mais ousadas, menos ousadas, mas de fato, houve uma mudança de postura negociadora brasileira nesse 25 de julho. Não é uma mudança escancarada, não é, mas para a posição dura, vamos dizer assim, da leitura diplomática tradicional brasileira foi um passo muito grande e para, digamos pensamentos diplomáticos, como de a escola do Itamaraty mais antiga, não dos neoliberais do Itamaraty, da parte boa do Itamaraty, dos nacionalistas e tal, foi uma coisa realmente, como chama, de como emocionar o ambiente, porque houve uma mudança muito forte. Então não é qualquer coisa o que aconteceu aí. Agora vejam só que é um, foi parte do que está em curso hoje. Estamos a 2 dias das eleições, em alguma medida, o pensamento, digamos, para dividir com facilidade entre o pensamento vinculado ao projeto PCDB, não se coloca esse tipo de problema, porque o pensamento expresso por gente como esse cara que...

GIORDANO ó Das relações internacionais?

SARA ó O Rubens Barbosa.

GUSTAVO CODAS ó O Rubens Barbosa e tal, é assim, o Brasil é visto prioritariamente na sua relação com o norte e subordinariamente nessa relação, então é um país que busca, por isso que, digamos assim, tem uma certa continuidade com o pensamento de Fernando Henrique Cardoso no livro dele de, como é? Independência e sub...

SARA ó E desenvolvimento.

GUSTAVO CODAS ó Dos anos 60. Porque aí o que ele está mostrando é que a dependência não impedia necessariamente o desenvolvimento do país, provocava outro tipo de desenvolvimento. Sei lá, é como se o Canadá. O Canadá é um país que da órbita dos Estados Unidos, agora, não é um país atrasado. Canadá é quase que um departamento do estado da política exterior americana, uma coisa impressionante. Então, o pensamento diplomático vinculado, é a essa matriz, pensa o Brasil, sem veleidades, sem maiores veleidades é um modo, então que partido nós vamos tirar, que vantagem vamos tirar nessa ordem na qual não podemos interferir. Então a negociação da ALCA, no período do Fernando Henrique tinha essa lógica. Não era se entregar a ALCA, mas era assim, era a ALCA, que é nosso destino, vamos ver que, quais são as melhores possibilidades que temos no nosso destino, que ser área de influência dos Estados Unidos. O pensamento que vem de outra tradição dentro do Itamaraty, que não conhecia os barbudinhos do Itamaraty que eram todos formados pelo Paulo Nogueira Batista, o velho, o pai, uma certa tradição que, inclusive se externava em alguns desses chanceleres como quando o Brasil é um dos primeiros países a reconhecer...

GIORDANO ó É Angola.

GUSTAVO CODAS ó Angola, Moçambique e tal, que foi uma coisa bastante ousada, que era uma tentativa de ter seu próprio espaço, digamos, geopolítico, acordo nuclear com...

GIORDANO ó Com Alemanha.

GUSTAVO CODAS ó Com Alemanha, então, vejam só, não é propriamente Marco Aurélio Garcia, porque tentaram demonizar o Marco Aurélio Garcia, ah o PT aí, não, é uma coisa que vem do Santiago Dantas, a política externa é independente, que aliás é um período Jânio Quadros que é um...

GIORDANO ó Que é um jurista.

GUSTAVO CODAS ó Que é um jurista.

GIORDANO ó Foi apoiado pela ODN para o governo.

GUSTAVO CODAS ó Mas que tem, digamos, essa visão de que o Brasil, ou mesmo, acabei de terminar anteontem o terceiro volume da biografia de Getúlio em três volumes do Lira Neto. Muito bom, vocês têm que ler é uma coisa impressionantemente (ininteligível 02:27:02)

GIORDANO ó Rico de detalhes. Gostosa de ler.

GUSTAVO CODAS ó Exatamente. E muito interessante, porque aí vocês vão ver que o próprio Getúlio, que pode ser lido pelos seus acordos com Roosevelt em uma chave dessa aí, mais tipo Celso (ininteligível 02:27:12) mais colados, no entanto, permanentemente ele estava pensando no Brasil, não estava pensando na, ele estava tentando criar, nas condições da polarização Alemanha, Estados Unidos, condições para que o Brasil, tenha capacidade própria, ao ponto que a última briga dele é a legislação que limita as remessas de lucro, que provoca o rompimento do acordo, Brasil, Estados Unidos, comissão mista.

GIORDANO ó Abbink.

GUSTAVO CODAS ó Hã?

GIORDANO ó Comissão Abbink deí

GUSTAVO CODAS ó Comissão mista de cooperação...

GIORDANO ó Investimento.

GUSTAVO CODAS ó Investimento, não sei o que. Então, mas eu digo, não é uma coisa do Marco Aurélio Garcia que é um capeta que está aí com tridente e tal, (ininteligível 02:28:13) é uma trajetória que tem dentro do Itamaraty que, curiosamente tinha uma parte dos militares que tinham essas veleidades de Brasil potência, no século 21 e que pensavam na região, não em termo de solidariedade. Quem de vocês me falou, diplomacia de amigo, quem me falou dela? Falava sobre...

SARA ó Agora? Não, não.

GUSTAVO CODAS ó Como chama?

SARA ó É, da generosidade.

GUSTAVO CODAS ó Da generosidade.

SARA ó O Rubens Barbosa que criou esse nome em um artigo, ele falou que o Lula tinha a diplomacia da generosidade.

GUSTAVO CODAS ó Na verdade, não tem nada de generosidade. Aquilo que os militares brasileiros fizeram com Itaipu e os brasiguaios, que é colar interesses brasileiros e paraguaios no mesmo espaço de interesses. Essa diplomacia é o que faz uma busca de que os interesses sejam comuns. Claro que os interesses brasileiros são muito maiores que os outros, mas são interesses comuns. Então, por exemplo, é eu participei, convidado pelo instituto Lula em um seminário que ele convocou em janeiro de 2013 e teve uma apresentação aí do problema da aliança do Pacífico com o Mercosul. O Lula fez uma intervenção muito peculiar, mas qual que é o problema com o Chile? Nós temos, nós, Brasil, não sei quantos bilhões de dólares de empresa brasileira investidas no Chile, vendemos não sei quantos bilhões e eles tem não sei quantos bilhões investidos no Brasil, que tem que fazer é aumentar, investimento, comércio...

SARA ó Porque está havendo confluência de interesses dos países aqui...

GUSTAVO CODAS ó Claro, então, por exemplo, quando o Lula propõe, aceita na negociação que o Brasil faça um aporte extra para a construção da linha de 500 do Paraguai, vejam só que essa modalidade de porte extra é aprovado na cúpula do Mercosul em 2008 na Costa de Sauipe.

GIORDANO ó Isso é pelo FOCEM, não entra em ajuda brasileiro, paraguaio, vai no fundo do FOCEM.

GUSTAVO CODAS ó Mas é o Brasil é fundo que sai do orçamento brasileiro, aprovar...

GIORDANO ó Mas também tem dinheiro paraguaio, tem dinheiro argentino...

GUSTAVO CODAS ó Não, não, não, espera aí. Calma, estou lá, tem que estudar mais, a Costa de Sauipe, porque lá aconteceu tudo, a não ser que os baianos deram de viver lá, mas aconteceu várias, até a fundação da CELAC. O FOCEM tem uma entrada e tem uma saída, cada país aporta e cada país retira e é proporcionalmente diverso. O Paraguai aporta 1 milhão de dólares ao ano e retira 50, uma coisa assim. O que em Costa de Sauipe foi aprovado é que

fora isso que são apporto compulsórios, obrigado, qualquer país possa fazer aporte voluntários. Então isso aqui é a parte obrigatória, o Brasil aporta, creio que 70 milhões...

ORADORA DESCONHECIDA ó A Janaína precisa sair, que ela tem compromisso. Vocês querem voltar para a biblioteca? Ela tem que fechar.

GUSTAVO CODAS ó Sim, claro.

SARA ó A gente volta.

ORADORA DESCONHECIDA ó Vocês pretendem ficar até que horas?

GIORDANO ó Até acabar.

ORADORA DESCONHECIDA ó Eu tenho que sair.

SARA ó Que horas você vai?

ORADORA DESCONHECIDA ó Todo mundo vai embora as 5.

SARA ó Que horas são agora?

ORADORA DESCONHECIDA ó 4:10, por aí.

SARA ó Tá, então...

ORADORA DESCONHECIDA ó A gente tem essas limitações ou vocês ficam no vãozinho ali.

SARA ó A Janaína está indo embora às 5:00 ou agora?

ORADORA DESCONHECIDA ó Apesar de que só um povo foi embora. (ininteligível 02:32:22)

SARA ó A gente pode ficar ali no vãozinho.

ORADORA DESCONHECIDA ó É que tem equipamento e tudo, não pode deixar...

GUSTAVO CODAS ó Aí depende de vocês.

ORADORA DESCONHECIDA ó Infelizmente vou te expulsar.

GUSTAVO CODAS ó Ai, ai, bom...

GIORDANO ó Estava mencionando do FOCEM. A questão do aporte extra que aconteceu na Costa de Sauipe.

GUSTAVO CODAS ó Não, porque vejam só, você, essa questão da linha 500 é uma história curiosa, porque, quem mais insistiu, antes do governo Lugo, sobre o tema foi o próprio Lula. O Lula começou a falar do tema dizendo que era um absurdo, que o Paraguai com tanta energia sofresse apagões em Assunção e insistiu, acho que no ano de 2005, em um dos encontros de Mercosul, ele chegou a assinar algo, agora tenho que revisar isso, com Nicanor Duarte Frutos, no sentido de construção da linha, não me lembro em que modalidade e tal e a coisa não foi para frente, não tinha vontade política por parte do governo paraguaio, mas sim com o governo Lugo, que isso virou, que o tema do planejamento energético virou uma coisa central. Então aí, por isso eu digo, nesse caso, o que está acontecendo hoje? Tem um pesquisador...

SARA ó Pega aí vai.

GUSTAVO CODAS ó O que?

SARA ó Você sabe, essa coisa?

GUSTAVO CODAS ó Que coisa?

SARA ó Quando cai é que a pessoa está querendo...

GUSTAVO CODAS ó Ah é?

SARA ó É, você olhou...

GUSTAVO CODAS ó Não, mas como estou falando, posso falar agora...

SARA ó É brincadeira...

GUSTAVO CODAS ó Não posso falar...

GIORDANO ó Pode sim.

GUSTAVO CODAS ó Se vocês não comerem tudo...

SARA ó Come, come.

GUSTAVO CODAS ó Não, se vocês não comerem tudo...

SARA ó Mas o senhor não sabia dessa?

GUSTAVO CODAS ó Não.

SARA ó Quando a pessoa está comendo aí você olha assim, aí caí alguma coisa, o outro pega, é olho gordo...

GUSTAVO CODAS ó Mas então, o que está acontecendo com isso? Está estimulando investimentos brasileiros e estrangeiros, de outros países...

GIORDANO ó História da Alcoa?

GUSTAVO CODAS ó Han?

GIORDANO ó O senhor sabe da história da Alcoa? Como é que está essa discussão lá?

GUSTAVO CODAS ó Que acordo?

GIORDANO ó Daquela grande siderúrgica que quer se instalar no Paraguai...

GUSTAVO CODAS ó Ah, não, isso acabou.

GIORDANO ó Isso acabou?

GUSTAVO CODAS ó Isso acabou. Isso não sei. Isso é outro processo, não tem nada a ver...

GIORDANO ó Não se fala mais nisso?

GUSTAVO CODAS ó Não, mas não tem nada a ver com esse tema, eu não sei porque não é usado a linha aqui 500.

GIORDANO ó Mas é usado Itaipu...

GUSTAVO CODAS ó Sim, mas ia usar outra coisa, ia ter uma linha dedicada para eles, não tem nada a ver com esse investimento da linha 500. Então, está provocando aquele efeito que o Lula falou em relação ao Chile que é, estimulou investimentos brasileiros e internacionais no Paraguai, está estimulando, para produzir para o mercado brasileiro. Então, isso não tem nada a ver com generosidade, isso é ter visão.

GIORDANO ó Pragmatismo.

GUSTAVO CODAS ó É um pragmatismo total, é ter visão de como fazer as coisas.

SARA ó Mas o discurso oficial é da solidariedade, então esses interesses se escondem nesse discurso. Você acha isso?

GUSTAVO CODAS ó Não sei se o discurso oficial é da solidariedade, eu nunca vi o Lula dizendo que era solidariedade.

GIORDANO ó Mas...

SARA ó O Celso Amorim fala muito, o Marco Aurélio parece que também.

GUSTAVO CODAS ó O que eles dizem é uma coisa um pouco diferente a solidariedade, dizem que o vou me lembrar a frase, mas o sentido é o seguinte, você não pode progredir em uma vizinhança pobre e hostil.

GIORDANO ó O Rio Branco, já falava isso.

GUSTAVO CODAS ó Então, aliás, vem do Rio Branco.

GIORDANO ó Exatamente.

GUSTAVO CODAS ó Eu vi um deles visitando Rio Branco.

GIORDANO ó Era importante para o Brasil ter uma região estável e rica, que isso não está (ininteligível 02:36:48)

GUSTAVO CODAS ó Então eles não estão, pode ter elementos solidariedade e tal, mas o sentido é esse, aliás agora que você falou, me lembrei que algum deles, não sei se Marco Aurélio, citou Rio Branco para começar a discutir a coisa. Mas então o sentido é temos que progredir juntos para poder falar na nova ordem mundial que está se desenhando.

GIORDANO ó Samuel Pedro Guimarães fala muito isso.

GUSTAVO CODAS ó Então esse é o sentido da coisa. Vejam só, aí tem um contraponto, porque se o sentido é, vamos ver como adaptamos o Brasil ao hemisfério no qual nos toca participar, com a potência que nos toca, digamos, seguir, tem um grau de negociação também, não é seguir atrás, mas é uma lógica, se a lógica é o mundo está se redesenhando, estão surgindo vários polos. O polo que não se tocava antes está em processo de decadência ou está sendo questionado. O que nos toca fazer? Construir capacidade de interferir no novo desenho internacional. Qual a nossa capacidade? Nossa capacidade é pensar desde o Brasil, as capacidades são a região, que é uma e aquela que são similares é outro. Quais são os similares do Brasil? Até onde eu consigo ver tem uma de similares que é o himbas, que pensa a África do Sul e a Índia, porque, que eles falam são as maiores democracias emergentes, tem outra similitude que a do bricks que inclui essas (ininteligível 02:38:51) que aí saí do critério democracias para países que estão no GIORDANO0 e podem interferir diretamente no redesenho e tem a região Unasul fundamentalmente que tentou esforço de fazer convergir o Unasul, o Mercosul e tal e agora, com a nova postura diplomática do Chile, de aproximar aliança do Pacífico ao Mercosul, o âmbito disso vai ser a própria Unasul. Mais tempo, menos tempo, com um governo do PT vai ocorrer isso. Então, essa é a, digamos, essa é a polaridade que hoje tem na política externa brasileira, uma é uma herança do pensamento Fernando Henrique dos anos 60, do desenvolvimento associado ao que ele chamava e outra que era lançar a política externa independente, Santiago Dantas, o Barbudinho, Paulo Nogueira, Getúlio Vargas. Então, por aí, por isso que, claro, se você vir o que aconteceu no governo Lula, aconteceu uma coisa que não estava em nenhum script, por exemplo, o Itamaraty ouvir

movimentos sociais, para eles sociais civil sempre foram empresários, não é que eles não ouviam sociais civil, mas quando não ouviam sociais civil, falaram, o que estamos discutindo aqui, comércio agrícola, vamos ver a CNA o que pensa, de repente chamaram o MST e tal, era uma coisa assim, uma violência. Eu lembro, eu trabalhava na CUT, aqui na época quando chamaram a primeira reunião para discutir o tema de serviços.

GIORDANO ó Da OMC? Dentro da OMC?

GUSTAVO CODAS ó Não me lembro se da ALCA, OMC ou o que? Acho que era OMC, não me lembro. Eu fui em representação da CUT brasileira e foi um companheiro de outros sindicatos e o funcionário do Itamaraty, não era embaixador, era um daqueles conselheiros, ele nos falou da surpresa dele, nunca tinha feito uma coisa dessa...

GIORDANO ó Que antes reunia com os reivindicistas...

GUSTAVO CODAS ó Claro, com banqueiros, com dono de empresa de, como chama, de escritório de advogado, eles sempre reuniram, porque essas negociações têm a ver na área de banco, escritório de advocacia, não sei o que, isso para eles é normal. Por que? Porque eram os donos de capital que iam ser afetados para bem, para mal, nessas negociações, agora os trabalhadores, ou os, a parte fraca da economia nunca esteve no centro. E isso começou efetivamente com o governo Lula e com Amorim, que ele mandou chamar então, inclusive saiu agora o livro que fizeram de 10 anos de política externa, não sei se vocês viram.

SARA ó Eu não vi.

GIORDANO ó Esse da Fundação Perseu Abramo ou aquele que vai ser lançado essa semana na UFRJ.

GUSTAVO CODAS ó É o mesmo.

GIORDANO ó É o mesmo?

GUSTAVO CODAS ó É o mesmo.

GIORDANO ó Porque eu vi o da UERJ, ela (ininteligível 02:42:22) no texto e o da Perseu Abramo era bem pequenininho.

GUSTAVO CODAS ó Não, não. É o mesmo, é o da Fundação Friedrich Ebert.

GIORDANO ó Exatamente.

GUSTAVO CODAS ó Com a federal do ABC e não sei quem mais.

GIORDANO ó Agora, professor, aqui é interessante quando a gente lê...

GUSTAVO CODAS ó Uma pergunta larga, longa agora.

SARA ó Vamos falar agora para ele (ininteligível 02:42:45)

GIORDANO ó A gente, quando a gente lê a literatura paraguaia a gente descobre outra história da renegociação de Itaipu, se a gente pega a literatura brasileira e ainda, se a gente pega a repercussão da renegociação do tratado dentro do Congresso Brasileiro é outra coisa, parece que a gente está narrando duas histórias distintas. Então, nesse sentido, o senhor falou do redimensionamento das relações entre Brasil e Paraguai com esse acordo, a mudança da postura brasileira. Como é que se dava então as renegociações antigas, antes dessa renegociação de 2009? E em que marco se dava? Porque realmente houve aumento do pagamento pela cessão de energia, mas não, pelo que ficou bem claro, não se falava em integração regional energética, não se falava em solidariedade que é uma coisa que está presente aí no tratado, que foi operação conjunta, riqueza...

SARA ó Então, aproveitar, uma outra questão que eu sempre tenho dúvida é a seguinte, eu perguntei para o Amorim, aí vai ter um evento, aí eu perguntei e já ouvi outro, eu não lembro quem, mas membro da chancelaria brasileira, eles dizem que eles não renegociaram o tratado, tanto que o termo que eles negociaram são notas reversais, na verdade, é transversais, reversais...

GIORDANO ó Reversais. Que é outro procedimento brasileiro, não sei o que...

SARA ó Exato. Então assim, o que o senhor disse, foi que assim, até então sempre houve uma reivindicação paraguaia, mas nunca se mexendo nos termos do tratado, sempre o que, exigindo dentro dos próprios termos que seja cumprido. O Lugo, ele está querendo a alteração dos termos de um tratado, mas o senhor acha que essa renegociação alterou esses termos ou essas notas reversais, elas só ficaram, essa é uma dúvida, que eu tenho assim e que casa com a sua questão.

GUSTAVO CODAS ó Então, isso é uma questão importante.

SARA ó E assim, a chancelaria brasileira fala que não, isso que eu acho que é engraçado, eles falam assim, não mas não foi uma renegociação do tratado. Me dá umas três folhinhas por favor.

GUSTAVO CODAS ó É uma questão difícil de responder preto no branco isso. Porque vocês vão responder o que, não vou responder as perguntas, vou responder coisas e vocês...

GIORDANO ó Interpretem.

GUSTAVO CODAS ó Interpretem como seja da matriz de interpretação de vocês. Tem um problema formal que não é menor, qualquer alteração do tratado tem que passar pelo congresso. Em consequência, haveria mais gente na mesma negociação que dois governos, haveria quatro congressos, porque está Senado, Câmara dos Deputados, confusão, partido oposição, partido mais ou menos, tudo isso. Então, a posição pragmática das partes, foi de tentar evitar, digamos, de que houvesse mudanças que significasse, mais esforço político do que uma decisão de dois governos. Mas veja só, quando se decide o tamanho da mudança da compensação por cessão de energia, se vocês olham a mudança que houve no governo Nicanor que acho que foi por 2005, 2006, isso foi tratado no congresso, pode ser que de Brasil.

GIORDANO ó Não. Não foi.

GUSTAVO CODAS ó Por que não foi?

SARA ó Mas olha só, aí é que está, eles só tentaram alterar o que já estava constando no tratado, ele não mexeu em termo nenhum.

GIORDANO ó O que, por exemplo, o que a literatura diz é o seguinte, é essa questão dele de passar para o congresso, porque haveria um aumento de recursos do tesouro nacional pela União e toda vez que há esse aumento o congresso tem que ratificar essa decisão. Por isso foi para o congresso.

GUSTAVO CODAS ó Não.

SARA ó Mas, por exemplo, a venda de energia a terceiros saí do tratado, então teria que passar por lá.

GIORDANO ó Mas isso não foi aprovado.

SARA ó Não.

GIORDANO ó Não.

SARA ó Não, mas depois de 2023 pode.

GIORDANO ó Não, depois de 2023, mas está no tratado lá em 73.

GUSTAVO CODAS ó Isso é outra coisa.

SARA ó Agora entendi. Eu estou confundindo.

GIORDANO ó Realmente essa questão para mim está em aberto. Porque a de 2009/2011 passou pelo congresso e as outras não passaram?

GUSTAVO CODAS ó Então, essa foi uma decisão que se tomou politicamente aí na hora da negociação.

GIORDANO ó De passar para o congresso?

GUSTAVO CODAS ó Através de nota reversão e não apenas por uma questão administrativa.

GIORDANO ó Não, porque o que a gente lê é que as notas reversais são instrumento realmente menor, dentro de um tratado que servem para fazer pequenos ajustes dentro daquele

tratado. Agora o que eu não entendo é por que que essa nota reversal teve de passar pelo congresso, o senhor falou que foi uma decisão política e se, no passado, já havia toda uma...

GUSTAVO CODAS ó É que antes...

GIORDANO ó Uma tradição de não passar, por que que passaram agora?

GUSTAVO CODAS ó Então, foi uma decisão política, porque se você olha que foram os anteriores reajustes, você vai ver que são ajustes da fórmula. Porque o por que foi aquele valor inicial? Ninguém sabe explicar, lá em...

GIORDANO ó 74.

GUSTAVO CODAS ó Foi um pouco posterior que elaboramos isso. Porque foi reajustado em determinado valor no ano de 2005? Ninguém sabe explicar. E por que foi triplicado no ano de 2009? Ninguém sabe explicar, são todos valores políticos. Inclusive nossa reivindicação era diferente, não me lembro se multiplicava por 6 ou por 8, por 8 acho que era, não por 3, e nós aceitamos por 3, quer dizer, triplicar e não octuplicar.

GIORDANO ó O Brasil queria por 2 se não estou enganado...

GUSTAVO CODAS ó O Brasil não me lembro, o Brasil era um pouco mais complexa a posição brasileira, mas então o argumento que foi usado pelos diplomatas brasileiros é que na verdade a fórmula estava sendo alterada, que não era mais um ajuste. Havia uma alteração da fórmula, talvez a ampliação, porque o argumento paraguaio era aproximar o preço do mercado. Então quando os presidentes, porque todos foram decisões dos presidentes, quando os presidentes decidem esse valor, então a área diplomática brasileira falou bom, pelo tamanho do reajuste, o argumento, inclusive foi interessante, tem duas vias, vamos fazer uma última vez, vamos e mandamos ver. Na última vez foi assim, ninguém chiou, agora assinou, mas o que provavelmente vai acontecer é que alguém da oposição vai entrar com uma ação no Supremo e vai bloquear e aí vão ficar por anos esperando que o Supremo decida sobre um negócio que é puramente político e que vai saber com que critérios o Supremo vai ter que decidir uma coisa dessa. Então aí houve a decisão política, dizer vamos submeter ao congresso e vamos dar a batalha política, dar legitimidade a isso, que foi o discurso da Gleice.

GIORDANO ó O que a Gleice falava exatamente, foi relatora da matéria?

GUSTAVO CODAS ó O discurso mais político, o discurso requião.

GIORDANO ó O Dr. Rosinha também, não é?

GUSTAVO CODAS ó O Dr. Rosinha. Então é essa digamos, esse é o sentido, mas já tinha se mudado outras vezes, porque essa vez, precisava de uma mudança no tratado, por isso teve que passar pelo congresso, foi uma decisão política, assumir de que tinha uma conotação política na relação bilateral e defender essa nova conotação. E, por isso, se decidiu submeter ao debate político. Onde se faz debate político não no Supremo se faz no Congresso e vamos debater nos dois congressos, quer dizer, nas duas câmaras dos dois congressos. No caso paraguaio, obviamente era a favor, no caso brasileiro onde teve efetivamente debate. O problema dos governos anteriores é que todos eles, com exceção de Nicanor, que se foi considerado que já foi uma certa ruptura antes do...

GIORDANO ó Do Macchi?

GUSTAVO CODAS - Do Lugo, mas até o González Macchi, todos eles foram continuidade do stroessnismo e na gestão de Itaipu isso era muito forte. Então não tinha nenhuma vontade política de alterar as relações bilaterais, porque todos eles, em alguma medida eram herdeiros da política Brasil, Paraguai que tinha sido construída pelo Stroessner, pela chancelaria stroessnista. Por isso que não teve, todas as negociações que eu conheço que teve, que houve, depois da democracia e da democratização até antes do Lugo, foram basicamente questões que precisava resolver pela empresa, ou iniciativas que tomavam o Brasil, quando criou, por exemplo, no ano de 2003 no orçamento da empresa a noção de gasto social, não, não era gasto social, tem um nome lá, que teve que incluir, porque fazia parte da estratégia brasileira também de amenizar os impactos sócio ambientais, não somente de Itaipu, mas de todas as represas, aí que Itaipu virou a vitrine para defender outras hidrelétricas que deveriam ser construídas, mostrando projetos sociais, ambientais. Então era, também não era boníssimo, não era ser bonzinho, era dentro da estratégia de expandir a produção de energia hidrelétrica. Eu assisti uma palestra de um velho diretor da Eletrobrás que foi muito interessante, porque ele foi relatando, desde os anos 70 com que critério se construía a hidroelétrica no Brasil e era possível mudança completa, quando começou a construção de Itaipu fizeram algumas

amenidades, fizeram relevamento de questões antropológicas, arqueológicas, dos dois lados, salvamento de fauna, mas o fundamental foi jogar água e acabou. Então o cara era testemunho de um engenheiro da velha guarda, de como o cara tem que ir mudando sobre o impacto da sociedade que exigia, cada vez mais, esse tipo de grandes obras. Por isso eu digo, era muito difícil em todas as negociações anteriores, porque não tinha uma agenda paraguaia, vou te dizer mais, no cronograma de Itaipu, elaborado ainda no período da ditadura, estava que no ano de 97, 98 começasse a ampliação da subestação margem direita, isso começou no ano de 2010, quando eu fui diretor de Itaipu, 2010 para, dá 13 anos de atraso.

SARA ó O senhor foi diretor de Itaipu de que ano até que ano?

GUSTAVO CODAS ó 2010, 2011. Mas então com 13 anos de atraso começou a ampliação da margem direita que era obrigação de Itaipu fazer, não era nem seque dinheiro paraguaio, é dinheiro...

GIORDANO ó Da empresa.

GUSTAVO CODAS ó Da empresa. 13 anos depois. Não sei se vocês conhecem Itaipu, lá tem umas linhas de transmissão que saem da usina e vão assim, as linhas para Brasil e Paraguai, tinha duas linhas que saiam da usina e iam para o Paraguai, para o lado paraguaio e daí direto, sem tocar nenhuma coisa, a linha passava pelo Paraguai e vinha direto para o Brasil. Nós fizemos um seccionamento dessas linhas, quer dizer um seccionamento quando se corta elas e coloca uma subestação embaixo para permitir aproveitamento. Quando foi feito isso, em 2012. A linha de transmissão terminou agora em 2013, começou em 2010, com as licitações que nós fizemos. Então, isso é parte da minha tese, espero que vocês não usem na sua tese.

GIORDANO ó Não, não.

GUSTAVO CODAS ó Minha tese de doutorado é por que os governos, por que as classes governantes paraguaias dos anos 80 e 90 não se interessaram em transformar poço de petróleo que eles tinham em desenvolvimento. O que que aconteceu, tinha condições para fazer da energia uma alavanca do desenvolvimento, como dizia Lugo e não se interessavam nisso. Então minha tese de planejamento energético é me perguntando por que essa riqueza energética não se transformou em desenvolvimento, porque o país continuou rateando, mais

ou menos por aí e isso se refletiu na gestão da empresa, do lado paraguaio e mais, se vocês querem ver o absurdo, no ano de 2007, empurraram pelo Lula o lado brasileiro de Itaipu, contrata uma empresa Leme de Minas Gerais, uma empresa de engenharia para que faça o estudo do projeto básico da linha de transmissão entre Itaipu e Assunção, o que seria a linha 500. Com o dinheiro do lado brasileiro de Itaipu. O Brasil contrata o primeiro estudo, que está pronto em 2008, tal a intenção do governo Lula de que se resolva o problema da falta de energia no Paraguai, porque claro, via, isso não era problema do Brasil, mas o Lula enxergava, é óbvio que os caras vão ficar putos da vida tendo toda essa energia e não tem energia em Assunção, como pode, quem pode explicar isso? A explicação que você vai ler em ABC Cores é que os brasileiros roubam energia, o que eu quero entender é por que os paraguaios governantes e administradores de Itaipu nesse período, não se colocaram nesse problema. Essa é minha, se teve um empurrão brasileiro, isso também, mas porque não teve, até o governo Lugo não teve nenhuma iniciativa importante do lado paraguaio para transformar energia em desenvolvimento, esse que deve se perguntar.

SARA ó A gente, se deixar. Então, um dos argumentos do Canese, aliás, o principal argumento do Canese aqui nesse livro é que, o artigo que está nesse livro é que os ganhos com a energia, eles tem que ser também capitalizados como recursos sociais e que o Paraguai ele tem que usar essa renegociação e tudo mais, ele fala de (ininteligível 03:01:33) também, mas os ganhos energéticos para ser capitalizados como recursos sociais e aí a minha dúvida é, o que foi feito com o dinheiro, com essa renegociação, para onde foram canalizados esses recursos?

GUSTAVO CODAS ó Na verdade o Paraguai recebe royalties e cessão de energia desde os anos 80. Tem umas estatísticas, depois vamos procurar, não sei onde estão, de todo esse período, isso é conhecido. No caso paraguaio o que acontece é que isso vai para o orçamento geral da nação, diferente do Brasil onde os royalties vão para...

GIORDANO ó O Estado.

GUSTAVO CODAS ó Han?

GIORDANO ó Estado da Federação.

GUSTAVO CODAS ó Não, vão para os Municípios que foram afetados e alguém me disse que inclusive, todos os municípios que tem rios que terminam no Paraná, inclusive falam que Brasília recebe uns 10 mil reais por mês.

GIORDANO ó Pelo (ininteligível 03:02:52) da bacia do Paraná.

GUSTAVO CODAS ó Então quer dizer que tem royalties que chegam a Brasília, vindo de Itaipu. Mas nunca olhei isso. Então o que acontece no Paraguai é que Paraguai tem uma baixíssima pressão tributaria é uns 12% de imposto sobre o PIB.

GIORDANO ó E imposto de renda é novo no Paraguai.

GUSTAVO CODAS ó Imposto de renda começou ano passado. Então, boa parte do orçamento da república se financia com dinheiro de Itaipu, é isso, ou seja, os ricos não pagam imposto e se financia o Estado com recurso de Itaipu, parcialmente, por isso é que o que o Canese defende é que, mas esse livro tem que ter cuidado, que é antes da negociação, mas o que ele defende é que os resultados de Itaipu serão usados para o setor elétrico, para financiar o próprio setor elétrico contra as ideias privatizadoras de que, como não tem recurso para isso, privatizemos a eletricidade para que tenha investimento e para os setores sociais, investimentos sociais, estradas para os povos pequenos, para área cooperativa, então era pouca coisa.

SARA ó Será que tem alguma, porque assim, uma das partes que eu queria discutir, eu não sei se vai dar tempo, mas era ter acesso a documentos e algo que mostrasse o que foi feito com o dinheiro desse recurso?

GUSTAVO CODAS ó Eu não conheço estudos mais precisos, vamos ver lá no Paraguai se o Ministério da Fazenda tem. Eu tenho um amigo que trabalhou aí no Ministério da Fazenda no governo Lugo que era o encarregado de trabalhar com as prefeituras e os governos departamentais. Então ele acompanhava isso, mas algo feito eu não conheço.

SARA ó Trabalho não é?

GUSTAVO CODAS ó Não.

SARA ó Mas deve ter documentos, por exemplo, ele pode indicar, não é?

GUSTAVO CODAS ó Eu, olha só, eu não conheço.

SARA ó Porque acho que isso dá uma outra dissertação, o que foi feito com isso, mas pelo menos algum mapeamento, alguma coisa assim.

GUSTAVO CODAS ó Tem que ver. Eu não conheço.

SARA ó Aí, no caso, não sei se é muita ousadia, mas será que você poderia passar o contato desse seu amigo para a gente?

GUSTAVO CODAS ó Eu posso perguntar para ele se existe.

SARA ó Ta.

GUSTAVO CODAS ó Eu nunca vi. Mas suponho que a turma da Fazenda tenha, é parte do seu emprego isso.

GIORDANO ó Professor, quando a gente lê a história a respeito da renegociação, os paraguaios falam muito que o Brasil bate na pedra do Pacto sunt servanda enquanto que os paraguaios falam da questão do (ininteligível 03:05:50) que mudam-se as circunstâncias você pode mudar o acordo e o senhor consegue entender a fundamentação de que circunstâncias mudaram? Eu sei que é uma pergunta meio tendenciosa, mas é...

GUSTAVO CODAS ó Não, a principal questão para uma revisão do tratado é que o tratado assinou por duas ditaduras. Então, obviamente que isso coloca sob questionamento a legitimidade, um tratado dessa imensa circunstância. A outra questão, não tão forte como essa primeira, tem a ver com a crise energética, digamos assim, os anos 2000, sobretudo, presenciaram uma crise energética mundial que supõe um cenário completamente diferente para os países exportadores de energia, como é o caso do Paraguai e os países importadores de energia como este caso brasileiro, o Brasil importa essa energia. Então essas são circunstâncias, digamos decisivas, mas a circunstância mais forte é um tratado assinado por duas ditaduras que foram repudiadas nos dois países, não tem, com exceção do Jair Bolsonaro

aqui no Brasil, não tem ninguém. Lá tem uma parte do partido colorado ainda que reivindica, tem mais bolsonaros do que no Brasil, mas esse é o principal elemento.

SARA ó Ah eu nem lembro, pode perguntar então agora, porque...

GIORDANO ó Posso? Uma coisa também que sempre me intrigou na leitura dessa declaração, construindo uma nova relação, primeiro fala da questão energética, depois fala da questão do desenvolvimento que são assim, na minha opinião, são temas assim que são muito frequentes nas declarações brasileiras aí com os países da região...

GUSTAVO CODAS ó Na verdade aí então todos os temas que estavam pendentes.

GIORDANO ó Exatamente. É nesse ponto que eu quero entrar. Por que que essa questão de Itaipu, da renegociação acabou entrando na renegociação dos residentes, naquela questão do acordo de residentes do Paraguai? Não sei se o senhor lembra.

GUSTAVO CODAS ó Ah sim.

GIORDANO ó Que aqui no Brasil chega-se até a inventar que o Brasil comprou o direito dos brasiguaios morarem no Paraguai.

GUSTAVO CODAS ó Não, aí, como digo, entram todos os temas, ponte, tem mais coisa.

GIORDANO ó Basicamente era a infraestrutura, energia e migração.

GUSTAVO CODAS ó Mas tinha mais coisas, desenvolvimentos também tem um fundo, desenvolvimento. Era tudo que estava pendente na relação bilateral, recorreram as chancelarias e colocaram e negociaram aí no período anterior. Agora o (ininteligível 03:09:11) principal era o tema da, como que chama...

SARA ó Brasiguaios.

GUSTAVO CODAS ó Não, de Itaipu.

GIORDANO ó Mas durante as negociações chegou-se a levantar essa questão dos brasiguaios?

GUSTAVO CODAS ó Eu não lembro.

GIORDANO ó Estava lá já no começo já.

GUSTAVO CODAS ó Esse aqui, esse ponto 9 é outro ponto importantíssimo, que ninguém discute, satisfação que a ANDE e Eletrobrás desenvolvam uma ampla agenda, a cooperação inclui entre outros pontos, otimização do sistema... Esse aqui na verdade é um ponto onde se discute a possibilidade de conectar Itaipu com Yacyretá. Não está escrito aqui, mas na agenda de Eletrobrás com a ANDE, faz parte e se conectasse com a linha 500 de Itaipu com Yacyretá que é o ponto 9 aqui, permitiria que o Paraguai seja a coluna vertebral de integração energética em toda a região. Porque por aí passaria toda a energia de Argentina para o Brasil, de Brasil para Argentina, para o Uruguai, seria uma mudança completa e isso faz parte digamos da negociação, por isso eu digo, são questões que... Aqui estão as obras de finalização (ininteligível 03:11:00) turismo, financiamento do BNDES e do Proex, que eram coisa que... O regime e tributação unificada, que era outro tema também da agência pendente, que logo depois se resolveu, a Ponte da Amizade, isso também se resolveu, controle, aqui a outra ponte de Porto Murtinho, ponte Carmelo Peralta, acho que (ininteligível 03:11:42) isso aqui já faz 10 vezes que se resolve e que se desfaz, mas agora está indo, está faltando a parte paraguaia, aqui a conexão de ferroviária, esse aqui é a interconexão...

GIORDANO ó Do Pacífico, não é isso?

GUSTAVO CODAS ó Bioceânica, que parte do projeto Unasul, as hidrovias, isso aqui é interesse brasileiro, aí da soja, do cerrado, aqui a coisa, como é que chama, dos grupos, os residentes, a TV pública o Paraguai acabou assumindo a tecnologia, essa que propõe ao Brasil...

GIORDANO ó Adotar nossa TV digital?

GUSTAVO CODAS ó Isso. Por isso eu digo, aqui todos os temas, plano esse movimento de fronteira que o Brasil propôs, na minha época começamos com o Brasil, não sei o que se fez depois, drogas, formação constitucional, isso aqui está funcionando também. É, eram todos os temas que estavam pendentes que foram tratados...

GIORDANO ó Mas foram tratados separadamente, não estava...

GUSTAVO CODAS ó Eram todos mesa separados, porque tinha uma mesa agrária e de migração, eu acho, o Mercosul, eu não estou lembrado, quando se tratava esse tema, então foram chegando e se compôs na hora, o que nós fizemos, porque na negociação de Itaipu concretamente o que foi feito, foi o seguinte, tinha uma comissão de negociação que era constituída pelas duas chancelarias e os presidentes decidiram que os temas onde os negociadores percebessem que não dava para resolver nesse nível parassem a negociação e remetessem aos presidentes, então o que aconteceu no dia 25 de julho foi que nós apresentamos para os dois presidentes uma minuta de todos os temas, desses 6 pontos na jurisdição, onde estava o acordo e em destaque se havia uma divergência. E qual eram as duas posições, a brasileira e a paraguaia e aí os dois presidentes, em um mano a mano decidiram o que fazer com as divergências, mas assim. Então, os outros temas vieram, mas nesse dia não se negociou nenhum outro tema, no dia 25 o resto, com as duas chancelarias, com os grupos e as comissões juntaram e preencheram os outros temas da relação bilateral, mas nesse dia só se discutiu a pauta que nós levamos de Itaipu e que de parte do Paraguai fui eu que levei ajuda Alemanha.

SARA ó Acho que duas coisas só e acho que o senhor também já está cansado.

GIORDANO ó Eu tenho mais algumas perguntinhas aqui. Se eu puder abusar um pouco mais da sua paciência.

GUSTAVO CODAS ó Se eu estiver disposto.

SARA ó Na verdade, agora tipo mais questão do Lugo, você acha que a renegociação ela acabou prolongando mais a sustentação do Lugo, mesmo com todas as controvérsias, acabou criando ou por exemplo, que essa foi a plataforma de campanha dele, conseguiu, mesmo assim foi deposto, o que que você acha?

GIORDANO ó E só complementando a gente também leu no Paraguai a questão dos Barões de Itaipu, parece que o dinheiro de Itaipu era tipo uma festa que faziam com esse dinheiro e parece que o Lugo tinha um discurso muito mais, moralizante, anticorrupção com esse dinheiro.

GUSTAVO CODAS ó Mas vem de outro lado. De fato, Lugo adquiriu um imenso prestígio com o resultado da negociação, prestígio que dura até hoje, assim como o Lula também adquiriu um grande prestígio no Paraguai (ininteligível 03:16:18) mas o golpe contra Lugo foi claramente uma coisa da política interna da direita preocupada com essa realização e outras como na área da saúde, o Lugo não pudesse fazer sua sucessão, não pudesse ser derrotado. Então a direita estava procurando um motivo para o impeachment e quando conseguiu se lançou de cabeça na proposta, na (ininteligível 03:17:03) agora o que você tinha perguntado?

GIORDANO ó A questão do discurso moralizante do Lugo.

GUSTAVO CODAS ó O padrão Itaipu refere ao seguinte, quando construiu Itaipu, tem toda uma história a construção de Itaipu nos anos 70 e 80. Os padrões de Itaipu são aqueles empresários, ou que vieram a ser empresários, que são as pessoas que Stroessner escolheu para ser beneficiados com o contrato de Itaipu e que viram grandes milionários. Entre eles está, ex presidente, gente que ainda está ativa na política ou no negócios, então são como que sinônimos de gente que enriqueceram na corrupção dos contratos não de agora, mas dos anos 70 e 80 na fase de construção de Itaipu, essa é a...

GIORDANO ó Mas hoje ainda tem essa, antes do governo Lugo ainda havia essa discussão do uso indevido de...

GUSTAVO CODAS ó Mas aí era diferente, porque era uso indevido dos atuais recursos de Itaipu que são muito menos do que foram de 70 e 80 e em geral se houve algum mal feito em uma licitação de alguma obra, mas são todas coisas pequenas, mas não do vulto do...

GIORDANO ó Do vulto da Década de 70. Existe politização do lado paraguaio para ocupação de cargos dentro da administração de Itaipu?

GUSTAVO CODAS ó Total. É muito politizado, não se conseguiu profissionalizar o lado paraguaio.

GIORDANO ó O senhor também menciona que o governo Lula, o governo do PT, fez uma mudança muito grande na questão de ouvir (ininteligível 03:18:58) consenso de política externa, o senhor falou também dos sindicatos e tudo mais. O senhor atribui alguma

importância aos movimentos sociais tanto brasileiro, quanto paraguaios no processo de renegociação do tratado de Itaipu?

GUSTAVO CODAS ó Não, uma coisa que foi muito importante, se inicia lá no Paraguai, foi que o movimento sociais como sem-terra, a CUT do Brasil, durante as negociações se expressaram a favor do Paraguai, na negociação, motivo pelo qual o Estadão acusou de traição à pátria e coisa do gênero, mas no Paraguai isso teve um impacto político muito favorável, de ver que o Brasil não é um bloco único de espoliadores, que hoje o discurso, digamos que se faz, antibrasileiro no Paraguai, mas sobre esse assunto, nacionalismo eu vou escrever o artigo e vou enviar para vocês, porque o nacionalismo no Paraguai é uma coisa muito peculiar. O Stroessner, supostamente era um nacionalista e foi um cara, como ditador, uma pessoa, um governante, que destruiu o Estado paraguaio na sua relação com o Brasil ao provocar isso que aconteceu na fronteira. Hoje é uma situação irreversível, nós temos que recuperar o Estado paraguaio. Vocês como estudantes de ciência política sabem que a definição básica do Estado é uma população, território, quem etc., em Paraguai, simplesmente, na época de Stroessner, por interesses escusos, não sei se fala assim, porque obviamente tinha a ver com a corrupção, com o tráfico de drogas, ele desmontou o Estado paraguaio naquilo que é fundamental, que são o controle das fronteiras e as negociatas que ele fez, porque boa parte dessas terras aí da região eram terras públicas, porque tinha uma parte com camponeses que tinham colonizado naquelas condições que eu falei, tinha uma parte de umas empresas antigas que tinham ido à falência e tinha uma parte de terras públicas, isso tudo foram negociatas feitas pelos generais, dinheiro com o qual eles enriqueceram, para vender a imobiliárias brasileiras, agente de comercialização do lado brasileiro que atraíam os brasileiros para comprar terras no Paraguai. Então, ao mesmo tempo que fazia isso, dissolvendo o Estado naquilo que é mais elementar que é controle da sua fronteira, permitindo que uma população estrangeira ocupe completamente a fronteira, hoje a faixa de fronteira do Brasil é quanto? 50, 100 quilômetros?

GIORDANO ó Não tenho esse dado.

GUSTAVO CODAS ó É por aí, 50 ou 100 quilômetros, qualquer país tem faixa de segurança de fronteira onde estrangeiro não pode comprar, talvez pode comprar uma casa, mas não pode comprar 1000, 10000 hectares como tem produções de soja brasileira do lado paraguaio. E se

vocês olham, está completamente dissolvida a fronteira do lado paraguaio pela presença, digamos de, hoje são paraguaios de origem brasileira que, curiosamente se, imbricaram com políticos colorados e liberais e com empresários paraguaios. Hoje quem defende os paraguaios, os brasiguaios no Paraguai são fundamentalmente, produtores de soja e grande latifundista paraguaios, que tem negócio com ele, que são da mesma classe, digamos que eles. Então os defendem, não como brasiguaios, mas como produtores de soja e o direito a propriedade, todo esse bla bla bla, quando Lugo tentou regulamentar a faixa de fronteira, foi armado um escândalo, mas não os brasiguaios, os paraguaios armaram um escândalo, pela regulamentação que era a forma de aplicar a faixa de fronteira de 50 quilômetros, eu acho que tem agora, por que? Porque como a lei não pode ser retroativa, dizia bom, se tem um brasileiro ocupando aí não se pode tirar, mas não pode vender, se for vender então o que acontece? Tinha que regulamentar a lei. Lugo, um dos motivos por quase caiu foi, teve tanto escândalo pelo decreto de regulamentação em termos e quem fez o escândalo não foram movimento do Brasil, foram movimentos de paraguaios, de grêmios empresariais paraguaios, criticando a regulamentação.

GIORDANO ó Mas quando o senhor fala lá que houve o apoio da CUT aqui no Brasil com relação a negociação, o senhor chegou a ouvir a respeito de pressão desses grupos brasileiros dentro do governo para que o Brasil renegociasse esse acordo?

GUSTAVO CODAS ó Pressão, como pressão?

GIORDANO ó No sentido...

GUSTAVO CODAS ó Era conhecido e os negociadores brasileiros conheciam. Jornais aqui publicaram, até o Estadão publicou criticando, mas isso era sabido, quer dizer, era parte da negociação que tinha o movimento social brasileiro apoiando a posição paraguaia.

GIORDANO ó Entendi. E pelos seus contatos, tanto aqui no Brasil, quanto no Paraguai, como é que o senhor entende a relação de partidos políticos, entre os dois países?

GUSTAVO CODAS ó Como partido político?

GIORDANO ó Por exemplo, um dos partidos que alçou o Presidente Lugo a Presidência faz parte do fórum de São Paulo, assim, como um dos criadores e dentro do fórum de São Paulo existem muitas declarações, obviamente, que se fala a respeito de alguns princípios, como solidariedade, apoio as esquerdas e tudo mais. Como é que o senhor entende essa relação entre o fórum de São Paulo, esquerda paraguaia, esquerda brasileira, um projeto único para América do Sul?

GUSTAVO CODAS ó É, mas isso aí, vocês têm que um dia acompanhar o fórum de São Paulo, vamos dizer assim, a mim causa um pouco de graça dos relatos assim que os, como chama, os jornalistas de direita estilo Lauer Carvalho, como chama o outro?

GIORDANO ó Constantino?

GUSTAVO CODAS ó Constantino, estava falando assim, como se fosse o...

SARA - (ininteligível 03:26:17)

GUSTAVO CODAS ó Não, a...

SARA - (ininteligível 03:26:19)

GUSTAVO CODAS ó A conspiração, Fórum de São Paulo é um espaço de convergência de troca de informação entre partidos muito diferentes. No caso da Argentina, então desde partidos kirschnerista até antikischnerista, no caso do Chile estão partidos socialistas Bachelet junto ao partido comunista. Agora estão juntos, mas durante 20 anos estavam separados e oposto. Então, não tem, digamos, nem vocação, nem uma condição de conspirara e tirar uma posição no fórum de São Paulo, então aí os partidos levam a seus governos e seus governos aplicam, isso não existe. Existe um ambiente, obviamente, um ambiente de proximidade, mas os partidos nessa negociação não tiveram nenhum papel, nenhum.

GIORDANO ó Mas uma coisa interessante, porque o Canese deixa de uma forma explícita que ele acha que o tom da renegociação, o rumo da renegociação aconteceu quando o Lula e o Lugo se encontraram no fórum social de Belém e naquele fórum também estavam presentes o Presidente Hugo Chaves, o Presidente Evo Morales e o Presidente Rafael Correia e chega a

afirmar que, parece que depois do discurso do Lugo e posteriormente dos demais Presidentes, eles se reuniram e aí sai um consenso disso aí.

GUSTAVO CODAS ó Não, nada a ver. É tudo verdade, mas tem que ver a interpretação, vocês sabem que eu trabalhei como jornalista um período, porque poder falar, juntando todas as verdades e dizer uma grande mentira, está tudo certo isso que você falou, mas vamos reinterpretar. Lugo e Lula foram a Belém em janeiro de 2009. Eles foram a Belém 4 dias depois de que nós tivemos uma reunião em Brasília de negociação, onde negociaram 3 Ministros do lado paraguaio e 3 Ministros do lado brasileiro. Essa negociação foi muito ruim. A negociação de 26 de janeiro, deve ter sido, 25, não sei, foi muito ruim, veja só que nós tínhamos negociado até então sempre em Itaipu, lá em Foz do Iguaçu, cidade leste na fronteira, a mesa que fica a metade em um país, metade no outro. Então foi a primeira negociação que foi feita em uma das chancelarias. Fomos ao Brasil, não me lembro o porquê, mas tudo bem, foi uma negociação, aí essa negociação foi muito ruim, não se avançou em relação a última reunião que tivemos em dezembro, acho que até recuo, não me lembro, eu sei que o clima foi muito ruim. Então, Lugo e Lula, nem Lugo nem Lula tiveram em Brasília nessa reunião, isso foi uma coisa de Ministros, da Comissão de Negociação. Lula e Lugo iam a Belém em final de janeiro, dia depois da negociação em Brasília e nesse evento participaram junto com Evo, Chave e Correia em um evento gigantesco, 10 mil pessoas, um coisa agitativa, cada um falou e aí decidiram, como todos ali decidem quando se encontram, ter uma reunião separada. Nessa reunião separada, eu posso dizer porque eu estive presente, pelo lado paraguaio estivemos, Lara Castro que era o Vice Chanceler, Canese e eu e pelo lado brasileiro estiveram Dilma, que na época era...

GIORDANO ó Ministra de Energia?

GUSTAVO CODAS ó Não.

GIORDANO ó Não era, não? Casa civil?

GUSTAVO CODAS ó Era casa civil, Marco Aurélio Garcia e Samuel Pinheiro Guimarães, que na época ainda era o vice Chanceler, o secretário geral, como eu disse antes.

SARA ó Só uma coisa, essa era a Comissão da Negociação, não?

GUSTAVO CODAS ó Não, isso era a visita a Belém do Pará.

GIORDANO ó Era uma comitiva.

GUSTAVO CODAS ó Era comitiva, era a turma que acompanhou a cada presidente lá e como iam se encontrar entre eles, chamaram mais ou menos os internacionais, porque a comitiva tinha mais gente. Nessa reunião, Lugo faz um relato a Lula dizendo, Lula a reunião que houve em Brasília, 3, 4, 5 dias atrás foi muito ruim e fala coisas, que foi ruim, é o informe que nós passamos ao lado brasileiro aí nesse momento. Nesse momento, então Lula ouve e diz o seguinte, olha que estava o Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia, ele diz o seguinte, Dilma, você que é do setor, que tinha sido Ministra de Minas e Energia, porque você não dá uma olhada no que estão falando aqui os paraguaios e me dá uma outra opinião e aí começou a mudar a negociação. Por isso que o Canese fala, é verdade, mas não tem nada a ver com o fórum de São Paulo, não tem nada a ver com o auê, com 10 mil pessoas, Chaves, não tem nada a ver, é um mano a mano entre os dois que Lula ouvindo o relato paraguaio, não é que subscreveu o relato paraguaio, Samuel, me diga o que está acontecendo e contrapõe e fica empatado, ele decidiu desempatar, Dilma, você que não está nessa roda, nessa negociação e você é do setor, me fale uma opinião, me prepare uma opinião, posteriormente a isso, em maio, nós tivemos uma visita oficial do Lugo ao Lula, acho que 4 de maio de 2009, onde chegaram a Brasília e aconteceu uma coisa muito importante que é o seguinte, chegou Lugo, com sua comitiva e Lula cumprimenta no Palácio do Itamaraty e diz Lugo, mas vem cá conversar um pouco e levou ele, desapareceram 1 hora os dois sozinhos.

GIORDANO ó Os dois.

GUSTAVO CODAS ó E ficaram as duas delegações sem saber, aí eles voltaram e falaram bom, agora falem, claro como ninguém sabia o que que eles tinham combinado, todo mundo foi cuidadoso, não aconteceu nada, os Chanceleres deram uma floreada, dizem em castelhano, pilotear, se falou onde estavam, terminou. O que tinha acontecido nessa reunião? Que aí a negociação não avançou, foi apenas uma exposição de lá, lá, lá, de que foram os avanços, de que foram os problemas e os presidentes calados e os chanceleres terminaram arredondando assim. Nessa reunião o Lula propôs ao Lugo, negociar eles dois.

GIORDANO ó Sozinhos?

GUSTAVO CODAS ó Claro que não sozinhos, mas eles decidiriam, não os negociadores.

GIORDANO ó Ah, entendi.

GUSTAVO CODAS ó Que foi o que acabou acontecendo e nessa reunião eles definiram essa metodologia, que a comissão continue negociando e cada vez que eles trombem com a parede, parem de brigar e empenhem aos presidentes e assim foi feito entre o 4 de maio e dia 25 de julho, quer dizer, um pouco mais, quase 2 meses. Eles receberam sucessivos informes das coisas onde estava se parando a negociação até que resolveram, com ajuda a memória, no dia 25 de manhã e eles, não sozinho, tinham alguns negociadores por lá, decidiram qual era o ponto de equilíbrio na negociação, mas por isso eu digo, nisso aí, o fórum de São Paulo, o fórum de Belém, isso não cumpre nenhum papel direto, mal grado a direita, vai ver o Marco Aurélio Garcia, escrevendo, brigando, Amorim, isso é uma bobagem completa, não foi assim e até onde eu vi, nesse e em outras negociações é muito diversa e tem, como digo, tem essa matriz por trás, que eu falei antes, diferenciar propostas do PCDB com a tropa do PT que é, digamos assim, não é, como é a palavra?

SARA ó Generosidade.

GUSTAVO CODAS ó Não é generosidade, a pesar que possa, é uma visão de como construir a região. Vou contar uma anedota que não tem nenhum valor para vocês, no ano de 2006, quando Evo Morales, no dia primeiro de maio, nacionalizou Petrobrás em Bolívia, eu era aluno do Oliveira S. Ferreira, não sei se vocês ouviram falar dele.

SARA ó Sim, ele dá aula aqui.

GUSTAVO CODAS ó Oliveira é o último pensador da direita brasileira, porque o resto da direita não pensa, mas o Oliveira vale a pena, eu...

SARA ó Ele é ótimo.

GUSTAVO CODAS ó Muito bom, é um cara que realmente vale a pena ouvir e dialogar com ele, porque ele tem uma estrutura de pensamento.

SARA ó E é difícil debater o que ele fala.

GUSTAVO CODAS ó Mas de qualquer maneira, eu estava viajando na próxima aula, a nacionalização e não estive na aula dele. Então encontrei ele em um evento e o peguei, assim ele, professor, assim todo cerimonioso, ele é um senhor já de...

SARA ó 84 eu acho.

GUSTAVO CODAS ó 84, professor, não pude estar, quero saber sua opinião, porque eu sabia que tinha tratado o tema nacionalização, sua opinião sobre o que o Brasil deveria ter feito com Bolívia e ele me disse assim, um pouco, burlo, não sei, eu teria mandado mobilizar tropas do lado brasileiro, não para ataca-los, mas para que eles saibam do que somos capazes. Então, mas aquilo que o Chico Buarque falou, de que o Brasil falava grosso com Fernando Henrique com os pequenos e fino com os Estados Unidos e agora, estão invertendo, é um pouco isso, quer dizer, eu não tenho visto que o Lula e o Amorim tivessem transigido nenhuma coisa que fosse de princípio para o Brasil, mas obviamente eles estavam tratando com um tema que tem uma contradição para a sua estratégia, que é Itaipu fechado na relação bilateral e eles propondo um tratado energético na América do Sul, na Unasul, então como fica, é um debate que está em curso na Unasul. Um tratado energético Unasul altera os tratados pré-existentes ou eles continuam como estão? Mas isso é uma contradição entre dois momentos diferentes de uma estratégia de Itamaraty que era um tratado bilateral. Então o acordo de Assunção é uma espécie de momento de transição, por isso vocês vão ver que o acordo reafirma que Paraguai e Brasil e fala na integração regional, mas esse é um problema da transição entre dois momentos históricos. Em 73 esses negociadores brasileiros estão querendo apressar antes que os argentinos façam uma movida, agora eles querem que os argentinos estejam na mesma mexida, mas o ideal seria isso, trazer a Venezuela, enquanto que a outra posição é assim, não nos interessa se eles quiserem vir que venham, se não quiserem vir, que não venham. Então não existe um interesse do outro, se tua estratégia não incorpora o outro na tua própria estratégia. A estratégia do Amorim, do Lula, incorporavam os países da região e tentava isso, é curioso, porque eu lembro de uma declaração do Ministro Palocci, quando estava na Fazenda, diz a declaração que me surpreendeu, que falou, com a América do Sul não nos interessa o saldo da balança comercial, não interessa o fluxo, porque saldo é assim, exportação menos importação, fluxo de comércio de exportação mais importação, quer dizer, não interessa que haja mais intercambio, não é ganhar dinheiro, quando fizemos essa reunião em setembro de 2008, Lula perguntou para Amorim, quanto é o saldo da balança comercial,

Brasil é superavitário, aí (ininteligível 03:40:28) estar comprando mais deles. Aí o Mantega tentou consertar e falou é, mas cresceu aí, o Amorim corrigiu o Mantega, não isso é uma ficção estatística, porque na verdade, não me lembro qual era a ficção estatística, mas Lula falou, é um absurdo, nós devemos comprar mais do Paraguai que o Paraguai da gente, mas isso não tem a ver com generosidade ou com solidariedade, apesar que pode ter, isso tem a ver com aquilo, a resposta ao Lula a ideia de que há uma oposição entre Pacífico e Atlântico na América do Sul, para o Lula isso não interessa, pode até que tenha gente na aliança ao Pacífico querendo, mas para que você vai insistir nisso? Faz o seguinte, abraça esses caras. Como se abraça? Com investimento, com não sei o que, com acordo migratório, agora toda América do Sul vai poder andar, trabalhar em qualquer lugar, reconhecimento de profissões, tudo isso. Então é construção de um ator coletivo, agora é problema que vai se colocar, sempre se coloca é o problema da Alemanha na Europa, tem a União Europeia e tem a Alemanha, até que ponto é União Europeia, até que ponto é Alemanha, isso se poderá discutir sempre. Mas tem União Europeia.

GIORDANO ó Exato.

GUSTAVO CODAS ó Então, mas é um problema diferente a Alemanha sem a União Europeia, não acredito que esteja inventando nada, nem que seja o fórum de São Paulo que tenha tramado isso...

SARA ó Mas aqui...

GUSTAVO CODAS ó É uma visão, digamos, bastante sensata, em condições geopolíticas mundiais, onde os blocos de poder estavam em desenvolvimento, isso aqui não está congelado, ninguém sabe, vou dizer para vocês, no ano de 92, 93, acho que foi, assisti a um debate no Instituto Lula, naquela época chamava Instituto da Cidadania e os três debatedores foram, Genuíno, quer era deputado naquela época, Gushiken, que morreu faz pouco tempo, um sindicalista bancário que era deputado também e o Coronel Cavagnari, tanto Genuíno como Gushiken estavam entusiasmados com o fim da Guerra Fria e a hipótese de que as Nações Unidas virariam o grande parlamento do mundo, onde se resolveriam todos os problemas, aproximação da paz mundial e fizeram as duas exposições iniciais e o terceiro a falar foi Cavagnari e ele falou uma frase que foi de uma profecia e que é uma frase, eu

gostaria de poder falar assim sobre o futuro, ele começou sua exposição dizendo assim, a nova ordem mundial que se abre será mais desigual, mais instável e mais violenta que a que acaba de terminar. Agora, tinha acabado a União Soviética, tinha caído o Muro de Berlim, a China estava em reciclagem, quem ia pensar, claro, ia pensar isso quem tem uma estrutura de análise que contempla teoria de relações internacionais, geopolítica e tal e vê que realmente o mundo bipolar organizava a ordem e dava uma certa estabilidade, dava uma certa lógica, teve tempo depois, um jornal Wall Street Journal, escreveu um editorial, saiu publicado aqui na Gazeta Mercantil, que era um jornal empresarial, muito bom, diga-se de passagem, foi engraçado o editorial que dizia, que bons tempos aqueles em que se tinham países comunista e grandes partidos comunistas, porque isso dava estabilidade a disputa política dentro dos países e entre os países. Então o Wall Street Journal estava com saudades do período bipolar, negócio da Guerra Fria das duas super potências. Por isso eu digo, nessas circunstâncias nós continuamos nesse período de confusão que Cavagnari falou, faz 20 anos e que era difícil ver, tinha que ter potência analítica para chegar a uma conclusão dessa em um momento desse, porque o discurso todo era paz e amor, agora se soube tudo, a democracia, fim da história, tudo era uma maravilha, a coisa estava assim.

GIORDANO ó O senhor fala bastante na sua exposição a respeito do Lula e do Celso Amorim, mas a gente lendo aí os relatos, parece que nos momentos mais importantes quem estava dialogando com os paraguaios era o Marco Aurélio Garcia, como é que o senhor vê a importância dele dentro da negociação?

GUSTAVO CODAS ó Olha, como digo, a quem o Lula mandou revisar o acordo, foi a Dilma, não o Marco Aurélio Garcia e quando o Lula decidiu que os dois presidentes tratariam do tema, encarregou ao Gilberto Carvalho que era o seu secretário privado e não o Marco Aurélio que...

GIORDANO ó O senhor pode repetir...

GUSTAVO CODAS ó Gilberto Carvalho.

GIORDANO ó Gilberto Carvalho quando os dois presidentes decidiram que...

GUSTAVO CODAS ó Eles iam tratar...

GIORDANO ó E ele já como chefe da casa civil já o Ministro da casa civil...

GUSTAVO CODAS ó Não, secretário.

GIORDANO ó Ah, chefe do gabinete do Lula.

GUSTAVO CODAS ó Era secretário privado, não sei como chamava o cargo, era secretário privado dele, quem fazia a agenda, era do lado brasileiro era Gilberto, do lado paraguaio era eu, que era assessor internacional do Lugo, não era nem da chancelaria. As chancelarias negociavam e passavam a esse canal o meu lado, o lado brasileiro não sei como funcionava, mas os encarregados com os presidentes era Gilberto Carvalho e eu. O Marco Aurélio não teve participação nisso.

GIORDANO ó Por que que ele foi quem foi receber os 6 pontos paraguaios?

GUSTAVO CODAS ó Porque ele era assessor internacional, naquela época não tinha nem negociação, depois na negociação ele não participou nenhuma vez, participou em Belém, porque estava na comitiva, mas as outras vezes, que eu me lembre, ah, estava em Assunção também, ao final, mas do lado brasileiro, em Assunção, quem conduziu com o Lula foi Amorim, aí foi entre Amorim e o Lula, quer dizer Amorim apresentava para ele o dilema e Lula batia o martelo. Sinto decepcionar a conspiração internacional.

SARA ó Estou cansadíssima também já, nossa, olha, fazem 3 horas...

GUSTAVO CODAS ó Não, porque as perguntas são todas vem da ideia que Marco Aurélio... Fórum de São Paulo, mas não tem nada disso, e mais...

SARA ó Mas professor...

GUSTAVO CODAS ó Querem ver alguma coisa, vejam Getúlio Vargas, eu fiquei impressionado com a política externa independente, Santiago Dantas, aí havia respiração, o problema é que é tão medíocre a diplomacia da subserviência e tão forte, porque parece tão lógica, porque pode dar tantos créditos no mercado financeiro, na carreira acadêmica e tal, que as pessoas tem muita dificuldade de entender que é possível outro mundo, que não seja o mundo onde os americanos mandam, é uma coisa que parece fora de lógica, porque a lógica

realmente é que os americanos mandam. Eu recomendo a muita gente que leia uma literatura que é absurda, que foi a tentativa, melhor tentativa que foi feita para elaborar isso, foi um argentino...

GIORDANO - (ininteligível 03:49:01)

GUSTAVO CODAS ó Não.

GIORDANO - O (ininteligível 03:49:05)? O Guido Stella.

GUSTAVO CODAS ó Não, não. Esse aí foi das relações de...

SARA - (ininteligível 03:49:12)

GUSTAVO CODAS ó Não, esses são gente fina. Tem um cara que elaborou uma teoria, chama realismo...

GIORDANO ó Periférico.

GUSTAVO CODAS ó Periférico.

GIORDANO ó isso é o Carlos Escudé.

GUSTAVO CODAS ó Escudé.

SARA ó Ah, é.

GUSTAVO CODAS ó Merece ser lido, porque o ponto final dessa visão, subserviente a ordem mundial é ele elabora.

GIORDANO ó Sim, mas ele é odiado na Argentina.

GUSTAVO CODAS ó Não importa.

GIORDANO ó O pessoal cai de pau nele.

GUSTAVO CODAS ó Não, não importa. Não importa, porque ele foi de uma sinceridade intelectual completa, porque, ele fez aquilo que nenhum dos outros, nem Fernando Henrique, nem Celso Olivier se atreveria a dizer e que no caso do Menem, ele elaborou, intelectualmente o chanceler, como chamava...

GIORDANO - (ininteligível 03:50:07)

GUSTAVO CODAS ó Elaborou a ideia de relações carnavais com os Estados Unidos, mas tinha uma elaboração intelectual do outro. Agora me falaram que virou kirchnerista...

GIORDANO ó O (ininteligível 03:50:19)

GUSTAVO CODAS ó Não, Escudé.

GIORDANO ó Ah, o Escudé.

GUSTAVO CODAS ó Eu estive em Buenos Aires...

SARA - Como assim?

GUSTAVO CODAS ó Não sei, não sei como consegui, mas eu estive em Buenos Aires, 15 dias atrás e mencionei em um debate sobre uma universidade, aí um cara lá me falou, agora é kirchnerista, estou falando, a parte exotérica eu não conheço...

GIORDANO ó Não é parte exotérica.

GUSTAVO CODAS ó Todo mundo tem direito a enlouquecer, mas aí eu acho fantástica, porque é uma tentativa muito boa de pensar como um país dependente, para ser dependente e ser o melhor dependente possível que se possa ser, coisa que, como todo os outros tinham prurido que somos um país independente, eu não se atreveria a chegar a esse ponto, mas o Escudé tem essa virtude intelectual, se despiu de qualquer pudor e foi em frente até chegar ao abismo e se jogou no abismo, mas então eu acho que essa questão de um ambiente, digamos que eu acho que é o que precisa, é um ambiente intelectual de ordem diferente de pensar o mundo de maneira diferente, não para fazer a revolução mundial. Eu, particularmente continuo nessa, mas não preciso compartilhar com todo mundo, mas para alterar uma ordem

que não é uma ordem da natureza, é mais, o mundo está mudando, o problema inclusive, nesta eleição é que tem gente, escutou aquele debate que houve com a Marina e tal e querendo colocar a roda de história para trás, porque a ideia de que através de tema direitos humanos vamos nos incompatibilizar com a China, com a Rússia no tema de interesse geopolítico, bem isso é estratégia americana, se for por o problema de direitos humanos tem que romper relações com os Estados Unidos que é o maior país violador de direitos humanos no mundo, de toda a história do planeta e ninguém pensa isso, todo mundo é pragmático e com a China todo mundo é pragmático também, inclusive os Estados Unidos. Então eu acho que é uma miséria intelectual, realmente o debate é assustador, porque, sei lá, 20 anos atrás poderíamos ter essa confusão mental, que estava o Genuíno e o Gushiken aí e que o Coronel Cavagnari nos salvou a noite aí no instituto da cidadania, mas hoje, depois de tudo que aconteceu e tudo que está acontecendo, mas sinto decepcionar, não há conspiração, há um bom ambiente que eu acho que tem toda a sua dificuldade.

GIORDANO ó Mas...

GUSTAVO CODAS ó Toda sua dificuldade, inclusive por que, porque não está claro, o problema é como compatibilizar, ou ensamblar interesses que são contraditórios, ou que não são naturalmente ensambláveis, como chama isso em português?

GIORDANO ó Mesclados.

GUSTAVO CODAS ó Mesclados. Então toda a dificuldade que tem com a Argentina, tem uma fala do Aldo Ferreira, no encontro que teve aqui em, como chama, no encontro sobre a relação internacional que deu origem a esse livro da fundação Ebert, você tem que resgatar a fala dele na mesa que eu estive, a fala dele vale a pena para ver o tipo de lema argentino. Ele não é peronista, ele vem do radicalismo, ele foi Ministro da Fazenda do Alfonsinho, eu acho, mas ele apoia atualmente o kirchnerismo por um critério de resgatar instrumentos de política industrial, é isso. Então, ele tem um aumento, que não sei reproduzir onde ele explicita o problema visto do ponto de vista argentino e é difícilimo de tratar. Então, não é também que de um lado tem inferno de outro lado tem o paraíso, mas eu acho que o tipo de problema que tem esse outro enfoque da integração é muito melhor que o tipo de problema de que nos colocaria a ALCA ou essa política do Celso Lafer.

GIORDANO ó Mais alguma pergunta Sara?

SARA ó Não, eu só queria complementar, porque assim, complementar a pergunta também nesse sentido, porque na verdade assim, a gente se questiona, a grande acusação da oposição que é quem tem o maior poder de voz, a academia ainda não produziu nada em relação a parte da idealização da política externa, o que se tem é a oposição, que não se sabe se é uma criação para bater no governo ou de fato é algo que eles acreditam dessa acusação, como se dá a mescla dos interesses partidários na execução da política externa, um dos pontos centrais, um exemplo é a renegociação do tratado e de qual acusam, de fato, o Partido dos Trabalhadores, que o Lula representa esses interesses e enfim. Qual seria então o papel das esquerdas no âmbito desse novo regionalismo, não solidário, mas nessa ideia de...

GIORDANO ó Integração.

SARA ó De integração...

GUSTAVO CODAS ó São solidário, mas não é...

SARA ó O papel das esquerdas e o papel das esquerdas, especificamente que o senhor fala aqui nessa, me chamou atenção, eu até risquei assim, com esta publicação, identificamos elementos que queremos que a esquerda brasileira dispute e aprofunda, exercitando compromisso com internacionalismo, além dos discursos de solidariedade, que deve se transformar e passos concretos, reparando as devidas deixadas pelo capitalismo brasileiro no Paraguai. A esquerda brasileira tem o dever e compromisso de superar a herança maldita do imperialismo regional. Então essa é a ideia, a esquerda tem um papel nessa renegociação, enfim...

GUSTAVO CODAS ó Olha esse livro foi uma iniciativa dos movimentos sociais, que eu morava aqui, trabalhava com ele, me pediram para ajudar a organizar e escrever a introdução. A questão é que as esquerdas têm mais afinidade com esse enfoque que eu falei que as direitas, no caso brasileiro, em particular, porque a direita brasileira, talvez tirando algum setor militar de direita que ainda mantém algum nacionalismo, mas no grosso da direita brasileira está muito tomada por uma visão que é supostamente cosmopolita, mas que na verdade é de inserção passiva na globalização, na área de conhecer os Estados Unidos, esse

tipo de coisa. Então, obviamente uma diplomacia de outro enfoque é mais fácil com a esquerda, que com a direita e aí eu retomo que Fernando Moraes profetizou antes de 73, o dia que tiver democracia desregulada, esse dia vai ser revisar o tratado.

GIORDANO ó Agora, o que eu também gostaria de perguntar ao senhor é porque essa questão da integração sul americana ela não é uma coisa que vem do governo Lula, se por exemplo, pegar a primeira reunião de presidentes sul americana que aconteceu na história...

GUSTAVO CODAS ó Quem foi o primeiro a falar sobre América do Sul como prioridade brasileira?

GIORDANO ó Não, é que eu quero entender...

GUSTAVO CODAS ó Não, você estudante de...

SARA ó É que existe ainda uma polêmica, alguns falam...

GUSTAVO CODAS ó Não tem nenhuma polêmica.

SARA ó Com o governo do Fernando Henrique...

GIORDANO ó A minha dúvida é a seguinte, o Fernando Henrique...

GUSTAVO CODAS ó Foi Dom Pedro II, o primeiro a definir que América do Sul era prioridade do Brasil. Leiam Moniz Bandeira, no artigo que ele escreveu na mesma sociedade, anos atrás, posso enviar o link para vocês. É impressionante. Dom Pedro II, que não é de minha...

GIORDANO ó Da sua época...

GUSTAVO CODAS ó Fizeram uma guerra contra ele, definiam que a América do Sul era o território de prioridade para o Brasil. Passou a América do Sul, Panamá (ininteligível 03:59:16), Estados Unidos convidaram ele para, não sei que acerto dizendo, não é nossa área. Moniz Bandeira, Dom Pedro II, não tinha fórum de São Paulo, não tinha Marco Aurélio Garcia. Então, vocês vejam que tem coisas que tem sentido, que não é uma invenção, dizer, veio um sujeito e inventou...

GIORDANO ó São forças que...

GUSTAVO CODAS ó São forças que estão colocadas, essa é tua região, o que você quer fazer com tua região, não quero nada, quero militarizar a fronteira que se fodam os outros. Dom Pedro II entende?

GIORDANO ó Mas a minha pergunta é no sentido assim, Fernando Henrique já falava muito disso e eu queria entender se deu uma diferença na atuação...

GUSTAVO CODAS ó Vou te falar uma diferença que acho trágica e hilária. Nos anos 90 eu participava do Mercosul como representante dos trabalhadores brasileiros, pela CUT, em algumas instancias do Mercosul, o grupo 11 de relações de trabalho e se discutia muito as assimetrias e posição dos negociadores brasileiros, assimetria e pobreza, a posição dos negociadores brasileiros dizia o seguinte. Sim, temos que atacar a pobreza, qual o país que tem mais pobres no Mercosul? Brasil.

GIORDANO ó O Brasil, óbvio.

GUSTAVO CODAS ó Se alguém tem que ser ajudado, tem que ser o Brasil. Mas era, primeiro que aritmeticamente é verdade...

GIORDANO ó Claro.

GUSTAVO CODAS ó Mas estão falando de Estados, de Estados com desenvolvimento desigual em uma região que você quer construir, que quer harmonizar, que tem que fazer convergência. Então essa é a diferença entre Fernando Henrique e Lula. Fernando Henrique, não sei ele o que pensava, mas seus negociadores dizem, alguém que tem que ser ajudado, tem que ser o Brasil, porque o Brasil é que está mais cheio de pobres. E Lula com o discurso, há um problema no Mercosul, Assunção está sem luz e esse é um problema do Brasil, que não é um problema do Brasil, é que o Brasil se mete a resolver um problema de iluminação, Paraguai não recebe royalties e porque não paga eles, esse é o discurso que poderia ter feito a direita.

GIORDANO ó O problema é deles.

GUSTAVO CODAS ó O problema é deles. O discurso do Lula é, nós queremos um Paraguai que progrida. Então, abre em dezembro de 2008, ainda não tinha acontecido a reunião de Belém do Pará onde o fórum de São Paulo, através de Marco Aurélio Garcia chega e muda, não tem nada a ver isso. Ele decide ampliar a possibilidade da porta do Mercosul, do Brasil ao FOCEM, unilateralmente e o Brasil, não é que o Paraguai reivindicou que alguém, se alguém dá mais dinheiro para o FOCEM para receber, não, o Brasil propôs. Então, sabe qual foi a origem inclusive disso, até onde eu sei? Teve uma tentativa do Lula de, como que chama, de apoiar o Paraguai em um seca que teve lá forte e aprovou, sei lá, 4 milhões de dólares de apoio e como tinha que passar pelo Congresso a coisa demorou tanto que...

GIORDANO ó A seca acabou...

GUSTAVO CODAS ó A seca acabou e até no tramitar estava obcecado com poder ajudar sem ter que, mas não sei, ouvi um relato dele assim, se queixando, não era possível apoiar ninguém, porque qualquer troco que tinha que passar, não sei o que lá, ampliar o orçamento, apesar de que isso deu uns 300 milhões, isso não passou no congresso, ou passou, não.

GIORDANO ó Passou o aumento do percentual para fazer cessão de energia, isso foi aprovado.

GUSTAVO CODAS ó Eu sei. O do FOCEM apenas se aprova quando aprova o orçamento. Não precisa aprovar especificamente, aparece como um aumento a contribuição do Brasil ao FOCEM e aparece no orçamento, aí poderia cortar, mas aí, como tem tantos interesses no orçamento entre os deputados, mas foi assim, isso mesmo, foi por isso que eles estavam procurando, porque quando falaram de, ah não, essa foi a origem, na negociação quando decide um acordo que o Brasil seria feito sem custo para o Paraguai, aí o Lula lembra o caso da ajuda de emergência que terminou a emergência e não tinha terminado de tramitar. Então aí ele manda a seu negociador, agora vocês me encontrem uma maneira de...

GIORDANO ó Passar pelo congresso.

GUSTAVO CODAS ó De passar pelo congresso e não ficar travado durante anos e aí foi que não sei quem veio através do Itamaraty a solução, isso não sei quem resolveu, mas quem

trouxe foi um alto cargo do Itamaraty a solução via FOCEM. Mas é isso, não me lembro qual era a pergunta que, com a qual eu cheguei aí, mas...

GIORDANO ó Acabou?

SARA ó Eu tenho mais umas, acho que... Está cansado já?

GUSTAVO CODAS ó Não, mas é a última vez que eu vou falar. Ou fala agora ou...

SARA ó Então tá bom, deixa eu pensar... Eu acho que eu perguntei tudo o que eu queria assim e aí, por exemplo, a gente ainda vai falar com o Lugo.

GUSTAVO CODAS ó Através de quem vocês vão chegar ao Lugo?

GIORDANO ó Pelo pessoal da juventude do PPS.

SARA ó Teria algum documento...

GUSTAVO CODAS ó E ele está confirmado?

GIORDANO ó Segundo ele, terça-feira, 7:30 da manhã.

GUSTAVO CODAS ó Aonde?

GIORDANO ó Lá no Senado.

SARA ó Tomara que o com o Canese dê certo, já pensou o Lugo está em algum lugar...

GUSTAVO CODAS ó E Canese também foi acertado com ele?

GIORDANO ó Com ele também e demorou muito tempo, foi quase 8, 9 meses negociando isso.

GUSTAVO CODAS ó Nossa.

SARA ó Então, existe algum documento, alguma coisa fundamental que a gente não pode assim, não consultar para falar da renegociação, assim dicas, nesse sentido, sabe?

GUSTAVO CODAS ó Documento como?

SARA ó Enfim, alguma coisa que está lá no Paraguai, enfim, na própria Itaipu...

GUSTAVO CODAS ó Não, em Itaipu não tem nada, que eu conheça. Em Itaipu tem dados sobre Itaipu, mas as negociações em si seriam na chancelaria.

SARA ó E todas essas descrições dessas reuniões elas estão por escrito em nenhum lugar, são só...

GUSTAVO CODAS ó Talvez na chancelaria deve ter, que sempre...

SARA ó Talvez na resenha de um crítico superior...

GIORDANO ó Do Brasil eu sei que tem, no Paraguai acho que isso é classificado, não tem acesso ao público.

GUSTAVO CODAS ó Não conheço. Eu sei que tinha um pessoal da chancelaria que toma nota, faz informe ao chanceler, mas eu não conheço o material.

SARA ó Não disponibilizam isso, não é?

GUSTAVO CODAS ó E tem um problema que as atas de Itaipu também não são públicas. Então, não é possível...

GIORDANO ó Está em um processo de desclassificação.

GUSTAVO CODAS ó Han?

GIORDANO ó Está em um processo de desclassificação, por causa dessa lei de acesso à informação.

GUSTAVO CODAS ó Itaipu não. Digo porque eu tentei, quando fui diretor. Eu tenho uma tese, nós não vamos ser piores que o imperialismo americano. Então eu defendo, se o imperialismo americano, depois de 30 anos abre seus arquivos, nós vamos abrir pelo menos igual foi o imperialismo americano, pior é que não vamos ser, aí então, coloquei a proposta de

tudo que se fosse mais, estabelecer uma coisa assim, tudo o que foi sob ditadura, abre já, então até 85, 84 quando foi a eleição, de 85, de 73 a 85 abre tudo, de Itaipu, do governo é outra coisa. O que foi em democracia segmenta de acordo a legislação, não sei o que, mas não...

SARA ó E só, em relação a...

GUSTAVO CODAS ó Não sei agora, mas na minha época, eu como diretor de Itaipu não consegui empurrar isso, nem, está nesses livros publicados que são decisão da diretoria de publicar, mas é só a parte mais normativa. Isso tem que ser público mesmo, para que as pessoas saibam como se definiam as coisas.

SARA ó Em relação ao cargo que o senhor ocupou, o senhor foi nomeado pelo Lugo para ser diretor, pode descrever o que o senhor fazia e por que, como se decidiu isso de te nomear e a sua saída, porque foi bem curta não é?

GUSTAVO CODAS ó Não, o problema, não sei exatamente no Brasil como é, no lado Paraguaio o Presidente nomeia e o Senado confirma.

GIORDANO ó Ratifica.

GUSTAVO CODAS ó Ratifica, no meu caso, no caso paraguaio, anterior diretor na época o Lugo era um político liberal...

GIORDANO ó (ininteligível 04:09:19)

GUSTAVO CODAS ó Ele escreveu um livro.

GIORDANO ó Exato, eu já li.

GUSTAVO CODAS ó Que ele brigou com seus correligionários, se indispôs, teve uma proposta de tirar, então por uma questão política interna do governo o Lugo decide tira-lo e me nomeia, aí eu não fui ratificado pelo Senado, também não fui rejeitado, eu fui e fiz todos os procedimentos, teve uma audiência com senadores, fizeram perguntas e ficou suspenso e 1 ano e 9 meses depois, tentando atingir o governo, o Senado, na mesma sessão, rejeitou ao

diretor de Yacyretá, que estava menos tempo que eu, inclusive e a mim. Na mesma sessão fizeram duas votações e derrubaram as duas indicações.

SARA ó Desde a nomeação, até eles decidirem ratificar...

GUSTAVO CODAS ó Não tem prazo.

SARA ó Você fez nova era, foi exercendo o cargo, não é?

GUSTAVO CODAS ó Porque não era obrigatório que ratifiquem, não pode rejeitar, mas já era parte da fragilização do governo e quando nos derrubaram, ao de Yacyretá e a mim, obviamente já tinham, demorou 7 meses para o golpe. Isso foi em final de outubro, novembro, final de outubro ou novembro e o golpe foi em junho do ano seguinte, já era parte da conspiração para retirar o Lugo, digo eu, não sei.

SARA ó E os outros, porque assim, tem vários diretores...

GUSTAVO CODAS ó Os outros quem? Sei, caíram todos na mesma semana.

SARA ó Todos caíram também. Caramba, que coisa.

GUSTAVO CODAS ó Quer dizer, os outros renunciaram para não serem, como chama, rejeitados.

SARA ó Legal também isso.

GUSTAVO CODAS ó Tinha um diretor jurídico que vinha da gestão anterior e que estava ratificado, esse não renunciou. Então foram 5, fomos 5, mas ainda ficou um jurídico, que era do partido liberal.

GIORDANO ó O mesmo Ministro da Economia do Nicanor Duarte foi seguir o governo Lugo, o nome dele é Borda.

GUSTAVO CODAS ó Borda, Dionísio Borda.

GIORDANO ó Exatamente, isso foi uma decisão política, foi uma decisão...

GUSTAVO CODAS ó Mas o Borda foi Ministro no começo do Governo Nicanor, depois brigou com Nicanor e ele renunciou. Então ele...

GIORDANO ó Não houve continuidade?

GUSTAVO CODAS ó Não, não. Ficou dois anos com Nicanor ou algo assim ou menos e foi embora, depois voltou e ficou todo o período e não aceitou nem voltar aí com Frederico Franco. Foi solidário com o...

GIORDANO ó E o papel do (ininteligível 04:12:33)

GUSTAVO CODAS ó Quem?

GIORDANO ó O cara do Banco Mundial.

GUSTAVO CODAS ó Ah, o ex (ininteligível 04:12:27)?

GIORDANO ó Isso.

GUSTAVO CODAS ó Ele foi economista chefe do Banco Mundial nos anos 90, mas não...

GIORDANO ó Ele chegou a acompanhar o governo Lugo?

GUSTAVO CODAS ó Não. Ele esteve lá convidado e foi uma coisa meio patética. Até uma turma de direita convidou ele para dar uma palestra, achando que um cara que foi do Banco Mundial ia falar coisas de direita e foi lá e falou coisas de esquerda, foi uma decepção total para a turma.

GIORDANO ó Então ele não tem nada a ver com o governo Lugo?

GUSTAVO CODAS ó Não, não. Isso foi antes do governo. Ou no comecinho, foi lá palestrar, como palestrante, não teve nenhuma importância, quer dizer teve importância porque foi falar coisas não conservadoras, ele estava já com esse livro A globalização e seus descontentes, o que reformar na América Latina, sei lá, com vários textos dele já mostrando um viés mais progressista.

SARA ó Acabou.

GUSTAVO CODAS ó É isso.

GIORDANO ó Acabou?

GUSTAVO CODAS ó O que eu devo a vocês então, falei que ia levar...

APÊNDICE D ó Entrevista com o Vice-Chanceler Jorge Lara Castro

Em outubro de 2014, o diplomata Jorge Lara Castro concedeu entrevista a mim e a pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas Sara Toledo. Além de ter ocupado o posto de vice-chanceler paraguaio, entre 2009 e 2011, Lara Castro é bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica Nossa Senhora de Assunção, e mestre em sociologia pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais de Santiago do Chile. Abaixo, seguem, em espanhol, os trechos mais importantes da entrevista, que foram editados com o objetivo de proporcionar mais clareza e fluidez ao texto.

JORGE LARA CASTRO - Por la política exterior del Paraguay a partir de la presidencia (ininteligível 00:09)í

GIORDANO - ¿Usted me deja solamente empezar? Porque no estaba grabando.

JORGE LARA CASTRO ó Está bien.

GIORDANO - ¿Puedo? ¿Si? Assunção, 28 de outubro de 2011. Encontramos aqui com o Vice Chanceler da República do Paraguai, o Sr. Jorge Lara Castro e com a pesquisadora da Universidade de São Paulo, Sara Castilho e com Leonardo Gomes, estudantes da Universidade de Direito. ¿Señor Lara Castro, usted nos permite esta entrevista sea utilizada para fines académicos?

JORGE LARA CASTRO - Sí. No tiene inconveniente.

GIORDANO - Está bien, muchas gracias. Entonces, se usted pudiera empezar.

JORGE LARA CASTRO - Bueno, hay que entender que básicamente el origen del tratado exterior en un contexto de la dictadura de Stroessner y de la dictadura de Brasil. Por lo tanto, a partir de eso se estableció una relación desigual y asimétrica con respecto a las relaciones bilaterales. Durante esto, esta reconstrucción de este proyecto, se ven proporcionado los recursos necesarios para el desarrollo del Brasil, en caso de Paraguay, permitió que la dictadura se consolidara a partir de la década de 70. Porque partía de la base que, la dictadura

se constituyó en 1954 y por lo tanto en la conjuntura de los años 70, empezaba a darse señales de crisis. (ininteligível 02:12) contexto regional, (ininteligível 02:16) bilateral, pues le dio los recursos necesarios económicos para se obtener el proyecto dictatorial de la (ininteligível 02:25). Bueno, durante todo ese periodo, prácticamente hemos vivido, con monopolio de un mismo partido, de 61 años y en ese sentido, la experiencia nos dice que esta democracia lo que hizo básicamente, con este término democrático lo que hizo fue legitimar a través de la continuidad de una cultura oligárquica en el Paraguay.

Entonces, con eso ubicamos la importancia política de la elección de Lula, porque es básicamente el resultado de una larga experiencia de resistencia de este pueblo reivindicando entre otros aspectos fundamentales, lo que se ha asociado, por la modificación de la estructura oligárquica y estos aspectos pasaron fundamentalmente por la recuperación de espacios de soberanía. En nuestra perspectiva Paraguay había renunciado prácticamente al espacio de soberanía y entonces la negociación por el gobierno de Brasil se escribe básicamente en este proyecto político estratégico del gobierno (ininteligível 04:00). De allí respondo esta pregunta, porque es importante, digamos la renegociación del Tratado de Itaipu y a partir fundamentalmente de antes de una (ininteligível 04:16) la recuperación de soberanía, sobretodo porque la merecía. Es un recurso de fundamental importancia para, como motor digamos, del desarrollo por una parte y por otro lado la energía en un contexto de crisis energética internacional es muy importante para vincularlo con un proyecto de integración.

Entonces desde esta perspectiva, iniciamos, digamos, la negociación diplomática con Brasil desde otro enfoque que marca la diferencia por anteriores negociaciones y que las anteriores negociaciones se han dado la misma lógica de la herencia dictatorial que era simplemente políticas conjuntarles de ajuste. Y que finalmente nada beneficiaba la modificación, digamos, de instalar un enfoque diferente en el país. Esto a su vez coincide con otra visión importante de que estamos viviendo una redefinición de los procesos de integración regional y entonces las relaciones de desigualdades y asimetría para nosotros era muy importante escribir esta renegociación en un marco mucho más amplio que lo bilateral en términos, de precisamente redefinir esta situación desde una perspectiva también de integración y de recuperación de nuestro recurso estratégico en la perspectiva latinoamericana.

Por otro lado también era muy importante en términos internos, retomó, era una causa nacional. La recuperación en esta negociación también para el pueblo la causa nacional. Y por lo tanto como causa nacional, también (ininteligível 14:34) la unidad de diferentes sectores sociales y políticos en torno a este proyecto. Fue una cuestión muy importante también en términos de unidad, frente a este nuevo tema. Y por supuesto, también tenemos otra vinculación que es la recuperación de la soberanía, nuevo proyecto de integración que tiene mucho que ver con la modificación de los cambios estructurales que nos permitiría, digamos, ir desarrollando políticas sociales sobre la base, digamos, de redefinir también lo concepto de la democracia que estaba concentrado fundamentalmente en una máquina electoral para legitimar las mismas por (ininteligível 07:19) autoritarias y represivas. Así que hay una serie de elementos que digamos, que también por ora (ininteligível 07:28).

Ahora esto puede ser una conjuntura muy importante desde la perspectiva de la política exterior del Brasil de Lula. Lula entendió de que efectivamente la política bilateral en este marco regional y en las relaciones de Brasil con el resto del mundo, pues también era muy importante, digamos, considerar una negociación en la cual digamos, podíamos compartir de una manera mucho más razonable los recursos de la (ininteligível 08:09).

Y por supuesto esto también abrió un espacio de comprensión, de flexibilidad para que se conforme, digamos, una mesa bilateral de negociación diplomática. Por supuesto que en esta misión (ininteligível 08:41) de Lula también facilitó muchísimo, digamos, la apertura a pensar esta negociación desde otra perspectiva. En ese sentido estas negociaciones desarrollaran dentro de esta lógica y dentro de este compromiso. Así, que hubo coincidencias entre nuestra posición de redefinir la relación bilateral con pensamiento también del Presidente Lula da Silva.

GIORDANO - Mientras usted hablaba, usted me dijo que en estas nuevas negociaciones hay un enfoque distinto en el Paraguay en la cuestión de Itaipu. ¿Usted podría ser un poco más claro. Hablar un poco más cuál sería el enfoque de la época de la parte del Gobierno Colorado y del Gobierno de Lugo?

JORGE LARA CASTRO - Toda política exterior está condicionada a su proyecto interno. Se el proyecto interno de la dictadura (ininteligível 10:00) fue masacrar el pueblo paraguayo con

toda una política básicamente de su ordinación y del neocolonialismo, no precisamente de recuperación de espacio de soberanía que en este caso, en ese (ininteligível 10:16) se trata de un espacio de ciudadanía de recuperación de uno de los recursos estratégicos fundamentales importantes. De la misma manera con que Lula en Brasil, Chaves en Petrol, de Correa, Cristina. Hay una nueva concepción. Ahora, entonces nosotros justamente la alternancia que sea con Lugo, pues entendemos de que no se trataba de simplemente de un gobierno más de recambio político. Porque basta observar las unidades internas de Paraguay para hacer cuenta que todo este periodo de transición, el monopolio de los recursos estratégicos, pensando por la (ininteligível 11:18) va estar en mano de 3% de propietarios. ¿Si?

¿Entonces porque? Porque justamente es un enfoque, más un enfoque más que de nación, un enfoque en la economía. Entonces nuestra reflexión iba más allá de lo bilateral. Porque el enfoque también de Brasil que es un (ininteligível 11:52) binacional y por lo tanto la relación debería estar, digamos ubicado en un marco bilateral. Nosotros entendimos que desde otroí , entendimos que esto debemos exprimirlo dentro un marco mucho más amplio que es el marco de integración. Pensar lo bilateral de la integración, no pensar en lo bilateral, de lo bilateral mismo.

Por eso la propuesta nuestra, no era simplemente ir haciendo los ajustes conjuntarles del Tratado. Se iba precisamente ver de qué manera podemos recuperar, por ejemplo, un presupuesto de la energía. O la posibilidad de vender la energía a tercer país. Eso noí , (ininteligível 12:47), o ponerle fin al Tratadoí , en un momento del acuerdo. No llegar otra vez al final y decir, bueno, ahora vamos a negociar de nuevo el Tratado. No. El Tratado tiene que finalizarlo. Entonces, ahí entra (ininteligível 13:05) y políticas, porque se nos adoptamos las variables simplemente bilaterales políticas delí , pues seguimos ayer así, porque el gobierno de (ininteligível 13:25) fue un gobierno (ininteligível 13:27). Entonces, se nos seguíamos exclusivamente al marco del (ininteligível 13:33) de la Amnistía Internacional, pues seguimos quedar externamente digamos, (ininteligível 13:37). Entendimos que había una nueva conjuntura política y en Brasil había una nueva conjuntura política. Y por lo tanto, deberíamos pensar esa negociación, no solamente en términos jurídicos, en términos financieros, en términos técnicos, si no pensar esa realidad desde el punto de vista de un proyecto político, las cuales estamos por lo menos en el aspecto conjuntural, comprometidos.

Y eso cambia desde nuestro perspectiva, cambia, eso porque no fue fácil. Cambia esta negociación a introducir, digamos de que el problema no es básicamente el problema y ahí hay un cambio en la perspectiva. La perspectiva anterior era un problema financiero, o un problema técnico, problema jurídico. Nosotros escribimos y ahí hay un cambio fundamental, de que el problema en este caso, era un problema político. Entonces, a partir de que se acepta por parte del Presidente Lula, de que el problema que tiene es problema político. ¿Y porque político? Porque estamos en una nueva conjuntura histórica. Estamos con dos presidentes que tienen un enfoque diferente. Estamos con dos presidentes que están comprometidos con su pueblo. Estamos con dos presidentes, que por supuesto también contribuyen al desarrollo en la región. Entonces la problemática, bueno es (ininteligível 15:07) ¿Cuánto me das? ¿Cuánto van nos auxiliar? Etc. Voy a pasar los saldos. Entonces, cuando tenemos una reunión muy importante a un alto nivel con Lula y le planteamos que el problema es la política. Entonces a partir de esa aceptación del Presidente Lula, se redefine la relación. Y eso nos facilita muchísimo porque podemos empezar a discutir los aspectos técnicos, financieros, aspectos de la auditoria, sobre otras bases. Y eso nos facilitó muchísimo la negociación diplomática sobre la base que realmente estamos comprometidos en las relaciones bilaterales, pero también comprometidos desde una perspectiva más latinoamericana.

SARA ó Giordano, deixa eu perguntar?

GIORDANO ó Sim.

SARA ó Duas coisas. No hablo espanhol muito, muy bien. Se dentro dessa perspectiva do diferencial do Governo Lula, o que ele acha que o Fernando Henrique então concordou em renegociar na verdade, não o tratado, mas enfim, em 1997 e também qual é o peso do Partido dos Trabalhadores nesse processo de renegociação? (ininteligível 16:53) Isso aí. Fala pra ele em espanhol. É melhor né?

GIORDANO - ¿Usted comprendió?

JORGE LARA CASTRO - Sí. ¿La primera parte?

SARA - Embora o Governo Lula tenha esse diferencial da integração política, porque o senhor acredita que o Fernando Henrique em 1997, o governo anterior, ele aceitou fazer uma correção nos valores pagos por Itaipu, ele fez aquela renegociação em 1997. Quais seriam essas intenções que se diferencia, de repente do governo do Lula? E a segunda, se o senhor vê algum peso do Partido dos Trabalhadores e da Esquerda Paraguaia, nesse processo de renegociação?

JORGE LARA CASTRO - Bueno, respondo por la segunda pregunta.

SARA - Sim.

JORGE LARA CASTRO - Si, evidentemente que el Partido de los Trabajadores está bien comprometido con un concepto diferente de integración. Porque el proyecto de integración a partir de los marcos anteriores que se ligan hasta el Mercosur, serian en un marco de integración por la vía del comercio. No tanto por la vía de la integración productiva. Eso entre Brasil y Argentina que fue muy importante por supuesto, digamos, para una relación bilateral entre Brasil y Argentina. No tanto así con respecto a los países como Uruguay y Paraguay. En cambio a esto alguna cosa (ininteligível 18:43). Estamos hablando (ininteligível 18:44) de una responsabilidad e integración productiva. Y como integración productiva, Brasil tiene una gran responsabilidad. (ininteligível 18:52) y entiendo que en ese sentido, la perspectiva del Presidente Lula, tendría que tener una base de coincidencia, una base de apoyo, una base de respaldo en el Partido de los Trabajadores. Porque en Brasil también vemos que hay un, es decir, (ininteligível 19:22) de Brasil dominios genéricos, Brasil tiene diversas perspectivas, verdad, en su política exterior que refleja también los intereses económicos y también los intereses regionales. Igual lo que pasa también en Paraguay. La diferencia es que en Paraguay, en este proyecto de renegociación, (ininteligível 19:47) el apoyo. ¿Verdad? Por adoptarse el proyecto que la gente entendió como una redefinición en función de un proyecto nacional, una causa nacional. No ha sido lo mismo en Brasil. Entonces, me refiero que el Presidente Lula tuvo que hacer también trabajos bastante arduos para introducir una visión diferente, en relación con aquellos sectores que evidentemente los beneficiarios directos de estos acuerdos desiguales, para transmitirles también las diferencias entre un proyecto y otro. Y eso se notó fundamentalmente en el levante que hubo en el Senado de Brasil, en el levante

ahí era clarísima la posición. Recuerdo que Itamar Franco era uno de los que se oponían fuertísimo, fuertemente. Porque había una cosa de autonomía evidentemente. En Paraguay no funcionaba. Entonces el Brasil puso todo. Sobre ese razonamiento pues muy poco se podía avanzar, porque finalmente (ininteligível 21:08) cuando te doy algo porque finalmente como tú no pusiste nada, salvo lo que lo se dice que no se puso nada porque se puso (ininteligível 21:19), se puso la gente, se pusieron los trabajadores. Entonces así se notó claramente en ese debate, una concepción de país grande que le concede algo al país chico.

La diferencia de la visión de Lula y el Partido de los Trabajadores, pues obviamente estamos hablando por cierto nivel de respeto. No tanto (ininteligível 21:58) una negociación de poder, un poder bilateral que en esa lógica con una negociación (ininteligível 22:11) entonces, no es difícil saber los resultados. Sé que van a ser la, digamos, diferentes misiones, diferentes intereses están vinculados por supuesto, a interés por (ininteligível 22:33). Una fuerte (ininteligível 22:35) también en sectores clave de laí , para esta economía. Y eso se refleja también como sabrás, en estos organismos, bastante fuertes. O sea, se refleja en estas visiones también diferentes, en estos tiempos diferentes. Para nosotros era muy importante también de llegar el tiempo, avanzarlo lo más rápido posible para determinado punto, pero como de apurar esta, el precio de su energía, la posibilidad de poder vender energía para, vender a otros países. Porque este acuerdo no podemos entrar, o sea, porque como comprenderán, el monopolio tiene el Brasil.

Las demostraciones que aquí se quedaron las redes, pero, fue una hora para utilizarlas. Entonces para la construcción brasileira, vemos que si hay elementos para curso estratégico, para el desarrollo. Aquí no, aquí fue para formar una oligarquía que en su momento lo definimos como los barones de (ininteligível 24:04). Eso aquí se pareció una relación de colonia. Y evidente esta relación de colonia se reflejó en la aceptación sin ningún condicionamiento porque la finalidad no era el desarrollo del pueblo paraguayo, ha sido la (ininteligível 24:23) fue la apropiación de estos recursos y la formación de una oligarquía económica financiera vinculada por supuesto, al foro político. Ahí si se los...(ininteligível 24:35 - Voz muito baixa longe do gravador). Entonces fueron los elementos que nos permitieron, digamos, redefinir, desde una mirada, que se hicieron muchos trabajos también. Porque había que explicarla también a, muchos de los paraguayos habían intenciones, pero

habían que también construir los apoyos sociales necesarios para llevar a cabo estas negociaciones. Bueno, en sentido las (ininteligível 25:21) construimos avanzando en esta perspectiva y culminamos en este proceso en una manera razonable. Pero, evidentemente se acertaron las bases de futuras negociaciones. Pero hay que entender que, no sé, fue excepcional talmente que quizá por primera vez, un gobierno en el Paraguay estaba negociando de igual a igual con su vecino. Y demostrando también de que era posible, porque aquí también se instaló la idea de que no era posible, que la mentalidad colectiva era de que no se puede hacer. Bueno, pues también para nosotros fue muy importante, en condiciones muy desiguales. Porque Itamaraty se comparando con la Cancillería del Paraguay hay una pequeña diferencia. Entonces, también nosotros tuvimos que apelar al máximo a nuestros recursos intelectuales y a la formación de equipos y por esto logramos formar un buen equipo de negociación. Técnica, política diplomática y también en esa perspectiva, los permitió, digamos, este proceso (ininteligível 26:59)

GIORDANO - ¿Usted cree que la posición de la Cancillería brasileña cambió durante el proceso?

JORGE LARA CASTRO - Sí, sí, claro. Sí, claro que cambió.

GIORDANO - ¿Pero cree que sería más una iniciativa del Presidente de la República o sería de los embajadores que tomaron esta frente en el proceso de negociación?

JORGE LARA CASTRO - Yo pienso que fue más una iniciativa del Presidente de la República. El Presidente de la República, básicamente dio la orientación. Por eso que el cambio de una concepción a otra, resultó muy importante.

GIORDANO - ¿Eso fue el rol del Presidente?

JORGE LARA CASTRO - Ahí el Presidente tuvo un rol importante en plantear esto como una problemática política. No es simplemente como, porque en el enfoque anterior que había un Tratado y que como las políticas de estado había que cumplir este Tratado de acuerdo a la letra.

GIORDANO - Señor Lara Castro, muchas gracias por su tiempo, por su entrevista. Le saludamos mucho. Gracias.

JORGE LARA CASTRO - No, gracias a ustedes. Pero queí

APÊNDICE E ó Entrevista com o Deputado Ricardo Canese

Em outubro de 2014, deputado Ricardo Canese concedeu entrevista a mim e a pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas Sara Toledo. Formando em Engenharia Industrial pela Universidade Nacional de Assunção, Canese publicou mais de 20 livros sobre energia, e foi um dos principais articuladores para esse tema, nos jornais La Tribuna, ABC Color, Última Hora e La Nación. Foi um dos principais formuladores e negociador técnico do pleito paraguaio referente à renegociação do Tratado de Itaipu. Desde 2008, vem exercendo o cargo de deputado, junto ao Parlasul. Abaixo, segue, em espanhol, a transcrição da entrevista, *ipsis litteris*.

ORADODOR DESCONHECIDO ó ... una vez llegó un muchísimo í .sobre Itaipu.

RICARDO CANESE - Bueno. í no tiene no.

GIORDANO - Sí. Sus artículos hayí .. los artículos y periódicos que usted escribió en 82, 83,

(Vozes simultâneas 00:21)

RICARDO CANESE - La última ha sido del libro también.

GIORDANO - Si, sí. ¿2009 no? 2011.

RICARDO CANESE - 2011

GIORDANO - La Soberanía Energética.

RICARDO CANESE - Si. Entonces tiene ya. Mi primero artículo sobre Itaipu, fue en el año 78. í .si hay un centro de estudiantes. Pero firmado por mí en 78 (ruídos no local 00:54). Es un ejemplo.

GIORDANO - í . ¿Todos los artículos que habrán sobre Itaipu en que año era?

RICARDO CANESE - En otro ano empezamos en 83, con í . Empezamos en 73.

(Vozes simultaneas 01:18)

í í ..

RICARDO CANESE - Si, sí, es unái

RICARDO CANESE - Del año 75 esa de Brasil.

GIORDANO - Y otro en 2009.

RICARDO CANESE - Claro, fue las dos ediciones. Las dos edicionesí .ante los mismos.
Bueno pero están bien informados.

(ininteligível 01:58)

SARA - Conhece Igor Fuzer?

RICARDO CANESE - Como?

SARA - Igor Fuzer?

RICARDO CANESE - Igor?

SARA - Fuzer.

GIORDANO - Igor Fuzer, um professor de Brasil.

RICARDO CANESE - Igor Fuzer, no. No le conosco.

SARA - Ah, sí. Solamente para saber. Ele é meu professor e ele que me estimulou no início dos meus estudos. Ele falou, õah, tem um autor, o Gustavo Cudas e o Ricardo Caneseö e na, na, nam. Aí ele conhece todas, aí eu fiquei curiosa se você o conhecia.

RICARDO CANESE - Quizá me conoce por la publicación. No recuerdo.

SARA - Sim. Deixa eu ver aqui de filmar.

(vozes simultâneas e longe do gravador 02:55)

RICARDO CANESE - Pueden filmar, gravar, no es problema. Bueno, adelante.

SARA - Não esquece de primeiro gravar e falar sobre a autoria.

GIORDANO - Ah, sí. Hay una cosa formal ahí. Primero, Ricardo se usted nos autoriza utilizar esta grabación para fines académicos.

RICARDO CANESE - Si, totalmente.

GIORDANO - Muchas gracias.

RICARDO CANESE - Yo tengo tiempo hasta las seis.

GIORDANO - Si, vamos hacer ahí media hora.

RICARDO CANESE - Estando así, no es problema.

GIORDANO - Ingeniero, en su opinión, Lugo llego a la presidencia del Paraguay en la campaña con el tema Itaipu, y parecía que era un tema muy central en su campaña.

RICARDO CANESE - Si.

GIORDANO - ¿Por qué usted cree que esto se pasó?

RICARDO CANESE - Porque ese tema ahora no está

GIORDANO - En el pasado, en esa versión pasada, porque no fue un tema tan importante. ¿Porque Lugo llego con esa bandera así como si fuera el gran cambio en su administración, caso fuera electo?

RICARDO CANESE - Tengo una pregunta. En el caso Itaipu había una situación de inequidad, que se í .desde la misma firma, í Itaipu y bajo nuestro gobierno, el gobierno final de Lugo este, digamos, llegado el acuerdo 25 julio 2009, que fue un paso muy importante. Fue un avance. Nosotros nos decimos que eso había resuelto todo. Ese tratado con Brasil fue un avance importante y los reconocen inclusive quienes políticamente estaban en contra. O sea, quienes andaban í ..entonces conocen el hecho a Lulaí .pero en este respeto yo no puedo atacarle lo más mínimo. Entonces, no digamos, ahora el acuerdo de 25 julio 2009, preveía entre otras cosas e iba avanzando. Y de hecho nosotros mientras tuvimos la gobernanza 2012,

avanzamos en varias cosas importantes en la línea. Avanzamos muy bien, pero también en otro aspecto de la navegación, son muchos estudios que pasan. También son las propuestas de energía del Brasil. Bueno, de alguna manera, las elecciones de 2013 en tema Itaipu, no estuvo en la agenda porque ya se habían dado avances. Los sectores conservadores no tenían nada que proponer y siguen el levante electoral, nosotros desde siempre resaltamos que habíamos avanzado y que queríamos seguir avanzando. Lo presentamos inclusive con un logo de importante. Pero no tuvo las características de 2008 porque en 2008 sí, los gobiernos conservadores, en particular el de entonces, no había hecho absolutamente nada, o sea, frente a un cambio, en particular en sectores progresistas, que estamos en este particular con cambio, particular Partido Popular. Uno de los partidos más importantes del sector progresista, fue el que levantó la necesidad de recuperar la soberanía, todos estos puntos. Y eso fue una gran polémica por los sectores de la derecha, este, como digo una muy grande, caso de Lula iba a ser el mejor embajador, decir en portugués, verde e amarelo en palacio. Creyendo con eso el que congraciándose con intereses del Brasil, iba a tener más votos. Y no fue así. Con eso de alguna manera también el mío Partido Colorado no tenía propuesta. Estaba en la defensiva. Entonces la propuesta nosotros lanzamos de recuperar la soberanía energética, tuvo un impacto muy importante. Y fue un impacto también en la prensa brasileña.

Hay que decir que todo contexto, Bolivia se había también en materia de gas. En poco tiempo, entonces. Muy este presente. Entonces a tomar, Lugo, esta bandera, entonces eso quedo una polémica muy grande. Modelo 2013 ya era otra la situación porque todo caso, la situación había mejorado mucho, gracias al avance que tuvimos en el 2009.

GIORDANO - ¿Pero la renunciación de la concesión el montante pago para Itaipu, no fue la primera vez que fue negociado. Se fue negociado otra vez en la década de 90 y aun también en el gobierno de Nicanor. Cuando leemos las notas acerca de este tratado y de la declaración conjunta con los dos presidentes que empezaban a dar en Itaipu, los dos gobiernos pusieron esta negociación como se fuera un nuevo marco en las relaciones en los dos países. ¿Entonces, en su opinión, lo que sería tener un marco, lo que cambia con las negociaciones anteriores? ¿Lo que sería adoptar nuevo?

RICARDO CANESE - Claro, realmente es un cambio radical. El acuerdo de 25 julio 2009 es

un cambio radical. Lo que había hecho Nicanor, fue que de todos los anteriores presidentes quien más intentó eso algo, fue un ajuste mínimo en razón de la compensación. Y es hecho que no se corren intereses í de í . Yo no estoy ni siquiera minimizando lo que ha obtenido Nicanor. No se trata de eso. Pero Nicanor se í .muy reducido. No planteó, está bien, se planteó algo y lo consiguió. Digamos, que no se trata de dar el mérito a él. Pero í planteamos, imagínate, primero la recuperación de la soberanía en nuestro país. í .al tercero país, esto es un cambio radical. Lo mismo al precio de costo de energía y la iluminación de la deuda ilegítima, no. La reducción de interés o cosa así. Entonces í .pero, punto no más no hay que una, realmente es un í ., y lo importante es que en el acuerdo que firmamos con el Brasil, firma Lula í ., Brasil que lo firma, se avanza en esos, en todos los puntos, en los seis puntos. Pero en estos seis puntos fundamentales. En el primero por ejemplo, se acepta que desde 2023 se va vender energía a tercero país. O sea, a principio entonces de que como debe ser, uno hablando con técnico de otro país. Pero, eso es, todo que son del campo progresista. La integración energética es fundamental. Entonces en el mismo acuerdo, la parte de reivindicar que Paraguay y Brasil puedan vender su energía a un tercero países, se lo hacen en el marco de integración energética. Que es un cambio concepcióní .concebido para que sea energía para Paraguay y para Brasil, sobretodo. Hay que dar había la limitación por no hacer prohibición, la limitación de venta a terceros países y, o sea, toda una concepción no integracionista que viene de la dictadura militar. Es prácticamente la í brasileña que lo veía como una cuestión de seguridad nacional. O sea, entonces, al í .Brasil, y no como un instrumento de integración. Entonces, í .lo ve como instrumento de integración. Como una reafirmación de la soberanía y la posibilidad de vender energía a terceros países, o í .Paraguay como Brasil. Entonces, cambia la misma concepción de Itaipu. Es un cambio radical del propio tratado. Hay que decir, se viene a hacer otro tratado, se Lugo lo ve bien, no hay una prohibición así, expresa a la venta a tercer país. Es una vieja polémica, pero en la práctica, esa ha sido la interpretación. Sobretodo, de parte de Itamaraty. Siempre ha sido la interpretación. Yo me recuerdo en las negociaciones directas, í .de Itamaraty llego a decir, ño, la energía paraguaya de Itaipu no se va a vender a terceros países, aun después 2023.ö O sea, fue muy categórica. Lo dijo eventualmente, pero bueno, esa es la de una í . Postura de Itamaraty, esa postura cambia con esto pueblo. Esta postura noí .como instrumento de integracióní los dos países y de toda la región. La otra cosa que cambia también, que Paraguay, el segundo punto de los seis puntos, donde viene soberanía

hidroeléctrica. Segundo punto, precio justo. Es que el Paraguay va a vender al mercado brasileño. Se también es un cambio radical porqueí .talvez una compensación sin ningún criterio de mercado. O sea, é soloí , fue un cambio importante. Es un aumento que í le había conseguido en í .., conseguido un aumentoí ...mucho mejoramiento con la í .en realidad, la posibilidad de vender energía al Brasil, a precios de mercado. Y dice el acuerdo, hay la realidad posible. Bueno, ese es un cambio fundamental que es cierto, todavía no se ha implementado. Porque cuando nosotros estábamos en tratativas técnicas para ver cómo implementar eso, porque eso tiene su complejidad técnica,í .no terminó. Ciertamente. Pero, yo vengo de una í que este, la importancia estaba, que tiene los puntos 1 y 2, soberanía energética y venta a precio de mercado. Eso ya unos meses antes el golpe de estado, estaban reunidos, todavía í .no? y cuando estábamos reunidos, í .y de hecho estadísticamente nosotros, este es í .técnico ha demostrado que tira agua, que fue í .capacidad de í .puede í .., en torno a 5, 6 millones de í .., es un 5%, 6% de la capacidad media, que es 5% o 6%, no puede decirí .es muy significativo. Eso puede ahorrar unos 1.000 millones de dólares a la región. Y se tira.

Y bueno, entonces, sabe, Samec (15:59) pudiera sido, él dijo, pero credo de no evitar que esta energía se tire. Bueno, decimos nosotros, í ..planteamos que esa energía se deje tirar y ganamos todos, porque cuando la dijera, se tira la Itaipu, al mismo momento están quemando, petróleo, gas en Argentina, Uruguay y Chile. Entonces qué sentido tiene tirar esa de ahí. Bueno esa fue la concepción del tratado de la seguridad nacional, de í Itaipu solamente para el Brasil, actualmente Paraguay y no con una misión de integración. Todos podemos ganar. Se ahí, se está tirando 1.000 millones de dólares al año, bueno, podemos repartir los tres países. Ya, para nosotros Colorados es una buena cifra, para Brasil también, 700 millones de dólares al año no es. Quizá hay año que se tira más, se tira menos. Bueno, entonces yo quiero decir ese acuerdo de 2009 tubo cambios fundamentales, o porque algunos no se terminaron de completar, pero están firmados, son acuerdos. Cuando Brasil dice, estamos de acuerdo con la energía de Paraguay e Brasil se dan a terceros países, esto es un acuerdo. Cuando dice que está de acuerdo que nuestro país pueda vender a precio de mercado al mercado brasileño, es un acuerdo. No se completó, está bien, no se completó, pero es un acuerdo. Ciertamente. Y en cuanto la deuda, se í .por lo tanto que fue la auditoria de la deuda. Siguiendo que la Argentina nunca ha aceptado auditoria de la deuda, nunca. En este caso que

es un, en ese sentido, es un cambio importante, porque anteriormente, tampoco Brasil aceptaba. Anterior gobierno no ha aceptado í .., entonces. En caso de que así, se lo quieren hacer ellos en esa negociación con Brasil, puso la impresión de que no quieren que participe, ordenó de Lula, sí. Porque allí creo, se participa í .Brasil y ahí hay cualquier í .se tiene que ir delante la justicia. Está bien, nosotros podemos entender eso. Pero autorizaron que no haya contraloría, la auditoría. Para nosotros fue muy, fue un paso también positivo que después tampoco no se pudo un informes preliminares, no se pudo terminar de avanzar, digo, porque hay ahí también inclusive, dentro mismo de la estructura Itaipu, hay este, personas que a veces retacean datos, no querían dar y la contraloría no í .y nosotros estábamos como comisión buscando que hay que ser todos los datos. Si, en ese trámite vino golpeado y después quedó todo, pero sí. El acuerdo, esto es un acuerdo que cambia radicalmente, más un cambio radical, sobretodoí energética, no. La integración de soberanía de los recursos y la, digamos, de que la energía se va abrirse en términos de mercado. Como costo del gas en Bolivia. El gas de Bolivia cuando se vende a Brasil, el de Argentina está cotizado según precio de mercado. Entonces e eso es una de las conversaciones que lo te voy a contar. Hablamos con Lula personalmente y yo le dije que el tubo un rol muy importante en llegar a este acuerdo con ello. Hace falta pues concretarlo, no. Pero están las bases. Están las bases.

GIORDANO - En su libro, usted escribe, usted cuenta que Itamaraty siempre tuvo una posición muy dura a respecto de la negociación del pacto. Llegaran al principio jurídico de pacto (ininteligível 19:58).

RICARDO CANESE - Si.

GIORDANO - ¿Y qué crees que fue el elemento clave, elemento central que posibilito una reinterpretación de este principio por parte de la cancillería de Brasil?

RICARDO CANESE - Yo creo que es la nueva orientación que tubo Brasil. Yo creo que se no iba estado, de hecho la historia se escribe como ocurre. No sabemos se hubiera un gobierno conservador en Brasil que hubiera í .., no sabemos. Pero yo creo que es seguramente un poco hubiéramos avanzado. A nosotros lo que ha sido í que el mismo Presidente Lula tubo una intervención para flexibilizar esta postura. Porque de hecho estos acuerdos son bonificaciones al mismo tratado. Estamos dedicados a esa posibilidad de vender

a terceros países. Se vende, los í .bueno, 2023 no falta tanto, tampoco. Es un cambio radical. O sea, yo por lo menos la interpretación, lo mismo de que Paraguay puede vender según criterio de mercados, su excedente al mercado brasileño, también es un cambio radical. Entonces, porque se podemos avanzar en ese sentido, y yo creo pues una nueva visión de integración de América latina í .equitativa. Creo que América, en mi opinión la América latina tiene una gran potencialidad. Para que tenga esa gran potencialidad tiene que resolver ese problema de la energía y sobretodo no tiene que tener casos de injusticias que son imposibles de se obtener. Cuando, yo creo que Lula entendió eso. Y eso ha motivado finalmente, í finalmente Itamaraty también aceptó estos cambios. A firmar el presidente de la república, es un cambio propio de hecho a Amorim, que hay que decirlo, o sea diciendo, este hecho Amorim, en algunos casos no estaba de acuerdo, pero finalmente ha aceptado algo que, yo tengo varias í Amorim era una de él. Él tenía una postura, por ejemplo, el tema sobre í .y ética, en la primera reunión que tuvimos, él no quería tratar ese tema. No quiso tratar. Pidió para no tratar. Como Brasil, í .Paraguay. Nosotros detuvimos, y yo fue inclusive en la situación de pedirle al Presidente Lula que se trate, por ese ser un tema fundamental y Lula aceptó tratar el tema sobre la soberanía energética. Pero que yo dije una cosa muy simple, o sea Brasil exige soberanía energética a nivel mundial, o sea, caso el Pré-sal y muchos hechos ante Estados Unidos. Y de hecho el principio de la soberanía y un principio universalmente aceptado. ¿Entonces cómo vamos dejar de tratar ese tema? Entonces, bueno, y eso yo entiendo que eso fue, pero, de ahí yo te diría que de alguna manera, gracias que tuvo un gobierno progresista en Brasil, por en vez de ser una confrontación, se puedo llegar a un buen acuerdo.

GIORDANO - Usted sabe que en Congreso brasileño la parte de la oposición ha hecho una oposición muy fuerte contra el acuerdo. Y mientras leemos los discursos de los parlamentares contrarios, leía muchas veces que hay una crítica que dije que estos acuerdos son entre dos gobiernos que tienen ahí una afinidad ideológica, que existió una solidaridad de parte de Partido de los Trabajadores hasta la izquierda paraguaya. ¿Usted cree que existe ahí una crítica, de hecho cree que es algo que í ?

RICARDO CANESE - No, yo creo que esto es, va más allá de la izquierda y la derecha. Creo que, bueno yo siguiendo el debate sobre el tan conocido problema de la quitación de la compensación, no sé, se hice un debate público, o sea í un directo. La gente escuche varios

discursos a favor y contra. Quizá este discurso tiene alguna fortificación interna, digamos, con la gente que se está oponiendo a Lula o fin, al gobierno Lula, él tenía en realidad una concepción errónea. Yo creo que el actor, sea de izquierda o de derecha, todo el Brasil conviene tenerla acciones cortas con Paraguay. Todo Brasil, o sea, la medida en que haya relaciones de í bueno, ahí, claro, yo no, algunos sectores de la derecha brasileña como piensa í en Europa o Estados Unidos, pero finalmente la buena relación dentro la América del Sur es fundamental. Y como no decirlo con Paraguay. En materia energética, toda la sociedad paraguaya tiene criterio similar. Es decir, no es solamente siendo que nosotros como gobierno progresista lo pudimos e tuvimos la consecuenciaí , lo que ocurrió en Paraguay es que muchos de los gobiernos conservadores reclaman e dicen así, õvamos hacer eso y voy decirlo con bastante crudeza, a la hora de la realidad después, chanzan, negocios de valor a mesa, o sea, pero no es que la sociedad paraguaya tiene esa cultura, no es que se, finalmente tiene un trato corto. Lo que nosotros hemos pedido al Brasil, al Presidente Lula es un trato corto. Inclusive, una frase un poco fuerte, yo le dije personalmente al presidente Lula es que el gobierno precedido por Fernando Lugo, gobierno democrático, podía, al fin acordar muchas cosas, pero jamás podía aceptar peores condiciones que las que ofreció la dictadura militar brasileña al dictador Alfredo Stroessner. Cierto. Yo creo que habiendo gobiernos democráticos apenas, quitando el lado al sector ideológico. Y bueno, la democracia tenemos que poder ofrecer entre los pueblos, condiciones mejores que la que en su momento se ofrecieron antes si, la dictadura militar. Si no tenemos la visión estratégica, bueno, lo que vamos a estar es por bien de una época y acá si habla bastante el neocolonialismo. O sea, de una situación donde Paraguay dependió mucho de lo que sería en Brasil, o Argentina. Tenemos que buscar estar entre iguales, donde el trato sea fundamentalmente justo. Y esto yo creo que esa es una visión estratégica que le conviene al Brasil. Y yo creo que la misma derecha debería revisar, la derecha brasileña debería revisar esas posturas y no tener posturas muy cerradas en torno a no sé, í ..Bolivia, te van a í en Paraguay, y otros temas que no tienen una visión, más bien de interacción de precio justo. Finalmente Brasil está vendiendo precio justo, un cierto justo concepto. ¿La Unión Europea, con aumentos y porque no, exigir también un í .punto con países menores?

GIORDANO - Pero cuando estudiamos la política externa también en gobierno Fernando Henrique, que es anterior a Lula y que usted ya trabajaba en Itaipu

RICARDO CANESE - Yo no trabajé en Itaipu.

GIORDANO - ¿No?

RICARDO CANESE - Yo nunca trabajé en Itaipu. No.

GIORDANO - Ah, solamente hay la tuya negociación que estabas ahí

RICARDO CANESE - Yo estuve, yo he dicho, nunca fui funcionario de Itaipu.

GIORDANO - ¿Estaba en Ministerio de Obras Públicas?

RICARDO CANESE - No. Yo fui Vice Ministro de Minas y Energía. Es mi único cargo. Fui Vice Ministro de Minas y Energía después del Marzo Paraguayo. Cuando vino el Marzo Paraguayo, fue una, digamos, una armonización popular y es claro que había sectores muy de derecha, pero también había contra lo que laí sí. Se hizo un político con un gobierno de Unidad Nacional y los sectores sociales pidieron que yo vaya como Vice Ministro de Minas y Energía y yo estuve como Vice Ministro de Minas y Energía. Pero no, no estuve. Y de hecho ya encontraba unas pequeñas í que salió en la prensa, pero a mí me quitan como Vice Ministro de Minas Energía tanto por pedir un estado justo en relación a Itaipu. O sea, el propio gobierno paraguayo me demite. Se trataba todavía, en eso una, todo este tema de la deuda espuria, de Brasil había retirado energía a más bajo costo. Entonces yo elaboré una propuesta que el mismo canciller tuvo el acuerdo de un Presidente de la República de Paraguay tuvo un acuerdo, son sale más que de que le pidamos al Brasil que nos de la misma cantidad de energía, la misma tarifa subsidiada. Sé cómo Brasil llegó enorme cantidad de energía subsidiadaí todos los conocen entonces este rolí .entonces, bueno, no hablar de laí bueno, que o él le corresponda la misma cantidad de energía subsidiada. Y el gobierno al lanzarí envés de plantear eso, planteó un negocio que se dio. Y bueno, y yo protesté por eso, de que como no se va plantear, para que algo que yo no concordaba me demitieron. Pero, eso fue, pero nunca estuvo en Itaipu.

GIORDANO - Y solo para completar. Pero Fernando Henrique en su discurso tiene hay una posición muy fuerte acerca de la integración con los países de América del Sur, principalmente con países del Mercosur. Y Lula también sigue con este discurso muy fuerte a

respecto de la integración. ¿Usted sabría cuál sería entre los dos discursos, en las dos prácticas? Digo, además de las dos prácticas en relación a energía de Itaipu hasta Brasil?

RICARDO CANESE - Bueno, yo como digo muchas veces, me dieran una í de Fernando Henrique Cardoso, que es simpática pero es, como muchos de esos problemas entre nosotros. Todo el gobierno paraguayo más que, por eso yo digo, creo que esa crítica en solo la derecha en relación al acuerdo son infundadas y creo que tenían que apoyar firmemente este acuerdo que firmó Lula, cierto. Pero que es conveniencia tanto de Brasil, como de Paraguay. Cuando Fernando Henrique Cardoso fue electo, vino acá, no era todavía presidente, no sé, le invitaron y dio una conferencia y un ciudadano paraguayo le pregunta porque su gobierno se niega a tratar la renegociación del Tratado OIT (31:47). Estamos hablando de 1994, 1995. Porque él su gobierno se niega a tratarla. Fernando Henrique Cardoso estaba medio perdido todavía, no. Le consulta al embajador brasileño que estaba ahí al lado y entonces responde, dice òel Paraguay nunca planteó ninguna renegociaciónö. Y í Fernando Henrique í obtener que ningún gobierno paraguayo lo había planteado. Porque muchas veces sí, las declaraciones que demos, el primer gobierno que planteó una renegociación en serio fue el nuestro gobierno. Nosotros planteamos al gobierno y entregamos el 1º de agosto de 2008. Catorce días antes de asumir Fernando Henrique Cardoso, le entregamos los seis puntos y hubo la primera mesa de negociación entre Lula y Lugo. í 19 septiembre 2008. Pero lo que í pero hay lo que ocurría muchas veces, que muchas veces se iban con algunos planteamientos y después la gente acuerdada bajo la mesa, algo así, no. Este, pero, realmente como gobierno paraguayo, la primera vez que se planteó una renegociación fue el gobierno Fernando Lugo.

GIORDANO - Usted habla también que la reunión del Fórum Social en Belem, fue un hecho muy importante para las renegociaciones. ¿Usted podría detallar un poco más la importancia de esta reunión para las renegociaciones?

RICARDO CANESE - Si. Sí, porque, creo nosotros teníamos, estamos hablando de enero 2009, el acuerdo llego en julio de 2009 y hay que decir que el Brasil mantenía una postura muy dura. Está bien, es, í pero yo creo que no tendríamos nosotros, pero esa es la realidad, o sea. Y tuvimos una negociación día 26 de enero en Brasilia, donde el gobierno brasileño hizo una propuesta oficial que no tiene nada que ver con lo que uno acuerdo. La propuesta que era, que yo diría un poco similar a lo que había acuerdado con í , más o menos lo mismo, en esa

misma manera, un poquitito, quizá un poquitito más, no se esperaba duplicar las compensaciones. Después crédito, final. O sea, realmente no se tenían en cuenta los seis puntos que habíamos planteado. Y bueno, entonces fuimos con Presidente Lugo allí enero, o sea, unos días después. Y al plantear, nosotros, plantear Presidente Lugo a ese Fórum tan importante, cuál era la, este, lo que pedíamos aquello que decía, dijo el Presidente Lugo en ese Fórum, bueno lo que estamos pidiendo es exactamente lo mismo que Brasil pide, que es soberanía energética, precio justo para nuestro, para que no corresponde. Este, bueno, y esa propuesta, Presidente Fernando Lugo tubo un apoyo inmediato de toda la concurrencia, no. Hay que decir que por lo hecho y todos son importantes, la delegaciones brasileñas, sobretodo Itaipu del lado brasileño, luego imprimiéndose, yo tengo un precio cierto, un folleto en colores, todo muy lindo, atacando la postura paraguaya, no. La postura que estaba en aquella mesa. Y digamos, estaban destruyendo eso en el Fórum de Belem. O sea, í reconocer esa inmensa en toda parte es maravilloso. Estaban defendiendo de alguna manera como gobierno brasileño. Porque eran altos ejecutivos de Itaipu, no. Bueno, creo que el Presidente Fernando Lugo fue y fue apoyado nada más, por otros presidentes de la república, le estaban

GIORDANO - Evo Morales.

RICARDO CANESE - Con Evo Morales, estaba con Chaves.

GIORDANO - Ha estado Correa.

RICARDO CANESE - Correa, y donde, hay que decir, Presidente Lugo tiene una gran ventura, el no plantea nunca en términos conflictivos. Plantea siempre de la hermandad, a parte nosotros tenemos esa convención de que en realidad, todos íbamos salir fortalecidos, según un trato más corto con el tema Itaipu, el Brasil mismo iba salir fortalecido. El presidente Lula no participó de esa charla previa, todavía quizá la í donde iba el Presidente Lugo con otro presidente en el acto central, donde había como 10.000 personas, no sé cuánto, estaba ahí toda la dirigencia social mundial y sobretodo brasileña, con í Lugo plantea lo mismo que estábamos planteando con el país. Un trato corto, soberanía energética, precio justo, no. Así como Brasil plantea también exactamente. Bueno, y ahí toda la concurrencia le apoya, le aplaude el Presidente Lugo, cuando Lugo pone eso, no. Véase que la mayoría eran unos 90% de la gente era brasileña. Entonces sin embargo, el Presidente Lugo fue

ovacionado. Lula digo que es un dirigente extraordinario por él, este, finalmente esa propuesta que se había hecho cinco días antes 26 enero, él había autorizado, yo no tengo esa información, pero supongo que sí, no. Era una propuesta, este, si siquiera estar totalmente contrario, y nosotros planteamos como país. Y ahí el, le habla después de todos los demás presidentes, le dice, òbueno, vamos a resolver este tema con el Paraguayö. Se compromete ante la gente a resolverlo. El día siguiente tuvimos la reunión ya en el hotel, donde normalmente se compromete, ahí yo le hago algunos cálculos y donde le digo esa frase que yo le dije de que, la í han puesto el Brasil en la mesa de negociaciones, era menos hacerlo de lo que la dictadura militar brasileña le había ofrecido, simplemente comprando los precios energéticos. No hay ningún cálculo extraordinario. Yo le explique ese cálculo de forma sencilla, estaba con personas de Itamaraty, también del., y ahí, antes que los í vamos resolver, vamos a í estudios y vamos a ver la posibilidad de.. yo creo que ahí es donde se en verdad, el acto central í , después la reunión ya, el día siguiente el hotel, donde él toma la decisión de buscar una nueva orientación.

GIORDANO - Pero me parece que las informaciones que tenemos es que en esta parte, usted y Lugo estaban ahí con Dilma Rousseff, con Amorim y con Marco Aurelio García y Lula pasó la parte de este tema para Dilma Rousseff y me parece que ahí que cambió la ...

RICARDO CANESE - Yo, el no hablo, tenía sido, en la verdad el no pasó, vamos decir, Tomas Kim (ininteligível 39:44) habíaí

GIORDANO - ?Tomas Kim?

SARA - Tomas?

RICARDO CANESE - Tomas Kim, es una persona del área energética. Pero obviamente que trabajaba probablemente con Dilma Rousseff.

GIORDANO - Ah, porque era Ministra de la Casa Civil.

RICARDO CANESE - Si. Y el aparte, había trabajado el tema energético. Él no le mencionó expresamente a Dilma, yo por lo menos no recuerdo. Toca a í recuerda o se le mencionó, pero no como, digamos lo que iba a ser, digamos el (toque de celular 40:16) no cierto. Pero si,

í ella estuvo, quizá el colocó para presévala, porque ella tenía una posibilidad. Se él decía, bueno acá Dilma es la que se va encargar cuando ella, el fundo, dejarle toda responsabilidad. Ella dijo, no, vamos hacer un estudio, acá tenemos, yo creo que era í lo que yo me recuerdo era Tomas Kim, pero si, él se comprometió a una nueva orientación con nuestra gente, vamos estudiar y vamos a ... pero lo que yo rescató es que el mismo Tomas en la decisión de cambiar y probablemente la conversación con Dilma, entonces ahí ella finalmente a Brasil, solamente la que, digamos, la principal opinión. O sea, en todo ese aspecto, por encargo y por el conocimiento que tenía.

GIORDANO - ¿Quieres hacerlo?

SARA - Si. Você, duas perguntas. Ele entende? Entende português?

RICARDO CANESE - Eu entendo português.

SARA - (Risos) A primeira é a respeito dos cálculos. São difíceis para nós que não somos economistas ou matemáticos, é difícil pegar a matemática financeira da coisa. Mas assim, você acha que na verdade, o grande encarregado de fazer todas essas contas e falar da dívida espúria foi o senhor, dentro do governo Lugo e nesse processo de negociação, você acha que a chancelaria brasileira aceitou essa diferença de cálculo entre as duas partes? E foi por isso que aceitou fazer a renegociação? Ou foi toda uma questão mais política, embora discordando? E depois eu faço uma outra.

RICARDO CANESE - Claro. Obviamente los cálculos tienen algo que ver, pero fue también las dos cosas en el tema política. De hecho la compensación de lo que Paraguay estaba recibiendo hasta entonces era una cantidad pequeña, 120 millones de dólares, yo no recuerdo, el año 73. Estaban en torno unos treinta y tanto millones de dólares. Ese era el rol del beneficio, pero a ver con todo beneficio, es ciento. Pero hacer como un cálculo sencillo, ochenta millones í ., bueno la cotización del petróleo en año llegó a U\$ 3.00 el año, era U\$100.00. Entonces había una diferencia muy grande. Entonces una mera duplicación no resolvía. Eso podía ser casi cualquiera, no í . Entonces había una avance técnica de digamos este beneficio muy achatado, muy deprimido que era evidente, pero estaba la cuestión política sobretodo, no. Y nosotros por eso reivindicamos el tema la soberanía, que fue un tema que el mismo Amorim lo dice, ões un inicioö, no.

organizaciones sociales y bueno, viene el golpe, pero no habíamos conseguido el acuerdo, esa ley, viene el golpe de estado, entonces, la idea, a lo mejor, no es mala, que donde í .para dar educación. Esto pero, los fondos obtenidos igual a estas leyes í mucho de formas í . Ahí hay varios problemas. Uno es que claro, í ser, tener un aspecto mucho más amplio y no concentrar. Y después tiene un manejo bastante elitista e avance descontrolado. O sea, fue í en teoría, pero muchas veces, bueno este, con qué criterio va í , por no hay áreas más convenientes. Y lo segundo que es más grave, va a cargo de las municipalidades y coordinaciones con un total descontrol. Entonces ha habido un rol fenomenal, lo que ha sido denunciado ya, de hecho habido í , muchos de los municipios í , pero, bueno, eso es lo que ha ocurrido. No cierto no, el fondo, nosotros de cualquier manera, o sea, esos fondos están, que es importante. Que se usen bien ya es un problema interno nuestro. Nosotros vamos a, y he dicho, estamos propugnando que se le rueguen saber lo que í , tiene una ley, primero que mucho más controle y control social que la gente pueda ver donde va. O sea, pueda controlar donde van estos fondos y este, y después que se í la misma gente donde tiene que í o sea, la honestidad entonces, aquí también todos los usar de manera que sirva para el desarrollo del país.

SARA - Ou seja, essa instabilidade política acabou prejudicando inclusive a negociação, os benefícios da negociação.

RICARDO CANESE - Los beneficios se ven poco. Bueno, algunos intendentes son inmensamente millonarios. La gente í mucho, pero algunos también, es decir, que algunos usaran bien, no, o sea, que algún beneficio también tubo. No puede generalizar así que todo fue robado. No. Este, una parte se utilizó bien, bueno, la educación no es un mal destino tampoco.

SARA - E tem algum lugar que a gente pode saber assim, exatamente para qual eles foram aplicados, assim?

RICARDO CANESE - Y ahí hay que ver con el Ministerio de la Hacienda, Ministerio de Educación Y Cultura. Usted van a preguntar y ellos tendrían que dar lo que se hizo.

(Voz distante do gravador 49:12)

GIORDANO - Mi información es que se está armando una plataforma en que se í .

RICARDO CANESE - Si.

GIORDANO - Porque í en gran parte, igualmente es, son 300 millones í fondos de otras í .120 millones, pero que son blindados por un í entoncesí .

RICARDO CANESE - Si. Hay uno que le va í , hicieron una obra que valía 10 y facturaron por 100 y cosas así. Pero, si, hay que pedir. Nosotros de acuerdo con nuestra constitución, al sexto, la información es libre. Una ley que va facilitar, pero, de hecho hoy deberían llegar todas las informaciones. Uno tiene que pedir yí

GIORDANO - Tem mais alguma coisa?

SARA - Não.

GIORDANO - Ingeniero, muchas gracias por su tempo. Fue muy importante para la memoria de nuestro país este tipo de entrevista. Y ojalá en tiempo próximo que usted escriba su memoria. Y seí

ANEXO A

Crescimento total da População
Taxas anuais médias por cada 100 mil habitantes

Ano	Argentina	Bolívia	Brasil	Paraguai	Uruguai
1950-1960	1,9	2,1	3,1	2,6	1,4
1960-1965	1,5	2,5	2,9	2,6	1,2
1965-1970	1,4	2,6	2,9	2,7	1
1970-1975	1,3	2,7	2,9	2,8	0,1
1975-1980	1,3	2,6	2,9	3	0,6
Média (%)	1,48	2,5	2,94	2,74	0,86

Fonte: CEPAL. Anuario Estadístico de América Latina: 1979. Santiago:
ONU. 1980. p. 3

Crescimento Econômico Global
Taxas Anuais Médias

ano	Argentina	Bolívia	Brasil	Paraguai	Uruguai
1960-1965	4,4	4,7	4,5	4,9	0,8
1965-1970	4,3	6,3	7,7	4,2	2,3
1970-1975	3,7	5,9	10,8	6,1	0,7
1976-1979	1,32	3,77	6,87	9,7	3,87
Média (%)	3,43	5,1675	7,4675	6,225	1,9175

Fonte: CEPAL. Anuario Estadístico de América Latina: 1979. Santiago:
ONU. 1980. p. 55

ANEXO A ó Continuação

Crescimento das Importações de Bens e Serviços Taxas Anuais Médias

Ano	Argentina	Bolívia	Brasil	Paraguai	Uruguai
1960-1965	-0,6	12,5	-6,5	6,8	-6,8
1965-1970	8,1	5,4	20,8	5,6	13,7
1970-1975	16,4	25,4	34,6	24,3	16,2
1976-1978	3,76	15,5	4,7	24,16	11,5
Média (%)	6,915	14,7	13,4	15,215	8,65

Fonte: CEPAL. Anuario Estadístico de América Latina: 1979. Santiago:
ONU. 1980. p. 54

Crescimento das Exportações de Bens e Serviços Taxas Anuais Médias

Ano	Argentina	Bolívia	Brasil	Paraguai	Uruguai
1960-1965	5,2	16,8	3,7	8,8	8,1
1965-1970	5,4	10,8	11,9	6,1	2,8
1970-1975	10,7	20,3	25,6	18,6	13,7
1976-1978	28,26	11,16	13,4	25,06	19,76
Média (%)	12,39	14,765	13,65	14,64	11,09

Fonte: CEPAL. Anuario Estadístico de América Latina: 1979. Santiago:
ONU. 1980. p. 55

ANEXO B

Taxas Anuais Médias

Ano	Argentina	Bolívia	Brasil	Paraguai	Uruguai
1960-1965	5,9	4,9	5,7	7,2	7
1965-1970	9,3	6,8	8,6	9,9	4,8
1970-1975	6,3	4,9	12,1	15	3,6
1976-1978	5,03	6,26	11,2	4,66	8,26
Média (%)	6,6325	5,715	9,4	9,19	5,915

Fonte: CEPAL. Anuario Estadístico de América Latina: 1979. Santiago de Chile: ONU. 1980. p. 68

Produção de Energia Elétrica (GW/h)

Ano	Argentina	Bolívia	Brasil	Paraguai	Uruguai
1960-1965	10459	466	22865	96	1244
1965-1970	15383	566	30128	135	1744
1970-1975	25789	893	61795	369	2426
1976-1978	32318	1135	99696	623	3034
Média (GW/h)	20987,3	765	53621	305,75	2112
Variação (%)	2,09	1,44	3,36	5,49	1,44

Fonte: CEPAL. Anuario Estadístico de América Latina: 1979. Santiago de Chile: ONU. 1980. p. 410

ANEXO C

Índice de Capacidades Nacionais

Argentina (estimativas médias)

Ano	Produção de aço (t)	Gastos militares (Mil US\$)	Número de tropas (mil)	Produção de energia (t/carvão)	População total (mil)	População urbana (mil)	Índice de capacidade nacional
1954-1960	223,14	354 480,3	134	16 800,86	19 609,14	7 856,14	0,0062
1961-1966	987,16	385 919,8	146	27 831,33	21 765,83	8 933,66	0,00687
1967-1971	1 649,8	415 147,6	152	37 319,33	23 622,4	9 465,4	0,00636
1972-1976	2 067,4	562 771,6	153	55 027,78	25 620,6	10 010,8	0,00591
1977-1979	2 804	1 717 932,66	155	62 965,13	27 267,66	11 261,66	0,00628
Variação Média (%)	11,5	3,8	0,15	1,74	0,39	0,43	0,01

Fonte: Elaborado pelo autor, de acordo com os dados de SINGER, J.Reconstructing the Correlates of War Dataset on Material Capabilities of States: 1816-1985. International Interactions, 14: 115-32,1987

Brasil (estimativas médias)

Ano	Produção de aço (t)	Gastos militares (Mil US\$)	Número de tropas (mil)	Produção de energia (t/Carvão)	População total (mil)	População urbana (mil)	Índice de capacidade nacional
1954-1960	1459,14	346686	180	10136,28	64768,9	12954,7	0,00739
1961-1966	2879,83	459042,8	271	23756,5	80726,5	23394,2	0,0087
1967-1971	4902,6	871438,8	356	62491,816	93530	32354,8	0,00805
1972-1976	7730,2	1279731	434	134631,36	105564	33503,8	0,00805
1977-1979	12387,33	1885025	450	174107,9	115873	47017,7	0,00826
Variação Média (%)	7,5	4,4	1,5	16,2	0,78	2,6	0,18

Fonte: Elaborado pelo autor, de acordo com os dados de SINGER, J.Reconstructing the Correlates of War Dataset on Material Capabilities of States: 1816-1985. International Interactions, 14: 115-32,1987

ANEXO D

Comparativo entre as capacidades nacionais de Brasil e de Argentina

Ano	1954-1960	1961-1966	1967-1971	1972-1976	1977-1979	Varição acumulada
Argentina	0,006199	0,006866217	0,0063644	0,00591	0,00628	
Brasil	0,007394	0,008696958	0,0080454	0,00805	0,00826	
Varição Média (%)	0,19	0,27	0,26	0,36	0,31	1,39

Fonte: Elaborado pelo autor, de acordo com os dados de SINGER, J. Reconstructing the Correlates of War Dataset on Material Capabilities of States: 1816-1985. *International Interactions*, 14: 115-32, 1987

ANEXO E

Comércio Bilateral Argentina - Paraguai (em milhões US\$)

Ano	Importações Argentina Paraguai	Exportação Argentina Paraguai	Corrente de Comércio	Saldo Argentina Paraguai
1954-1958	15,28	9,95	25,23	-5,33
1959-1963	9,58	7,88	17,46	-1,7
1964-1968	15,82	11,87	27,69	-3,95
1969-1973	19,49	15,99	35,48	-3,5
1974-1979	41,51	52,32	93,83	10,81
Média	20,336	19,602	39,938	-0,74
Variação (%)	1,77	4,26	2,72	-3,03

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados de BARBIERI, KATHERINE, OMAR et all. TRADING DATA: Evaluating our Assumptions and Coding Rules. Conflict Management and Peace Science, Harrisburg, v. 26, n. 5 p. 471-491. 2009.

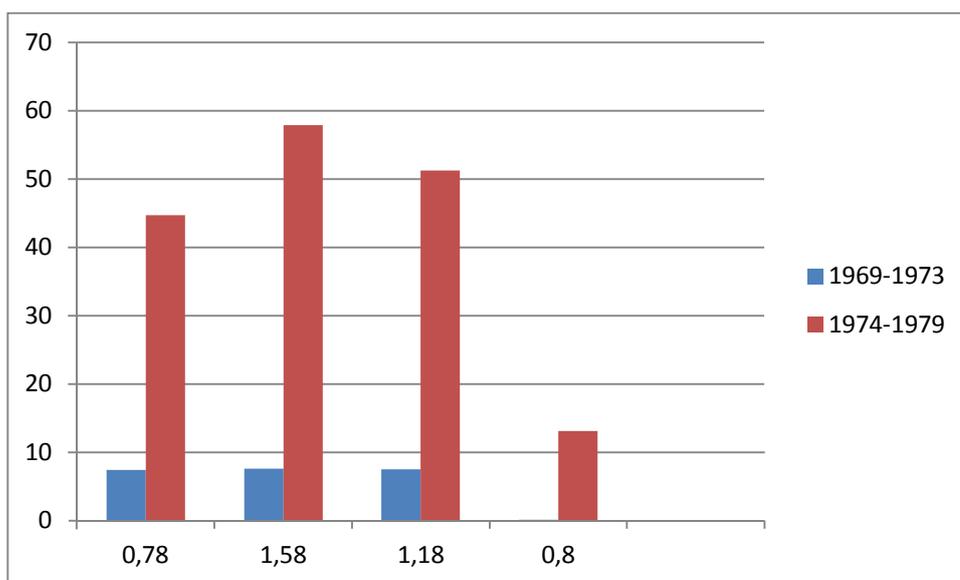
Comércio Bilateral Brasil - Paraguai (em milhões US\$)

Ano	Importações Brasil Paraguai	Exportações Brasil - Paraguai	Corrente de Comércio	Saldo Brasil Paraguai
1954-1958	0,09	0,33	0,42	0,24
1959-1963	0,67	0,29	0,96	-0,38
1964-1968	0,78	1,58	1,18	0,8
1969-1973	7,45	7,62	7,535	0,17
1974-1979	44,71	57,87	51,29	13,16
Média	10,74	13,54	12,28	2,798
Variação (%)	495,77	174,36	121,12	53,83

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados de BARBIERI, KATHERINE, OMAR et all. TRADING DATA: Evaluating our Assumptions and Coding Rules. Conflict Management and Peace Science, Harrisburg, v. 26, n. 5 p. 471-491. 2009.

ANEXO F

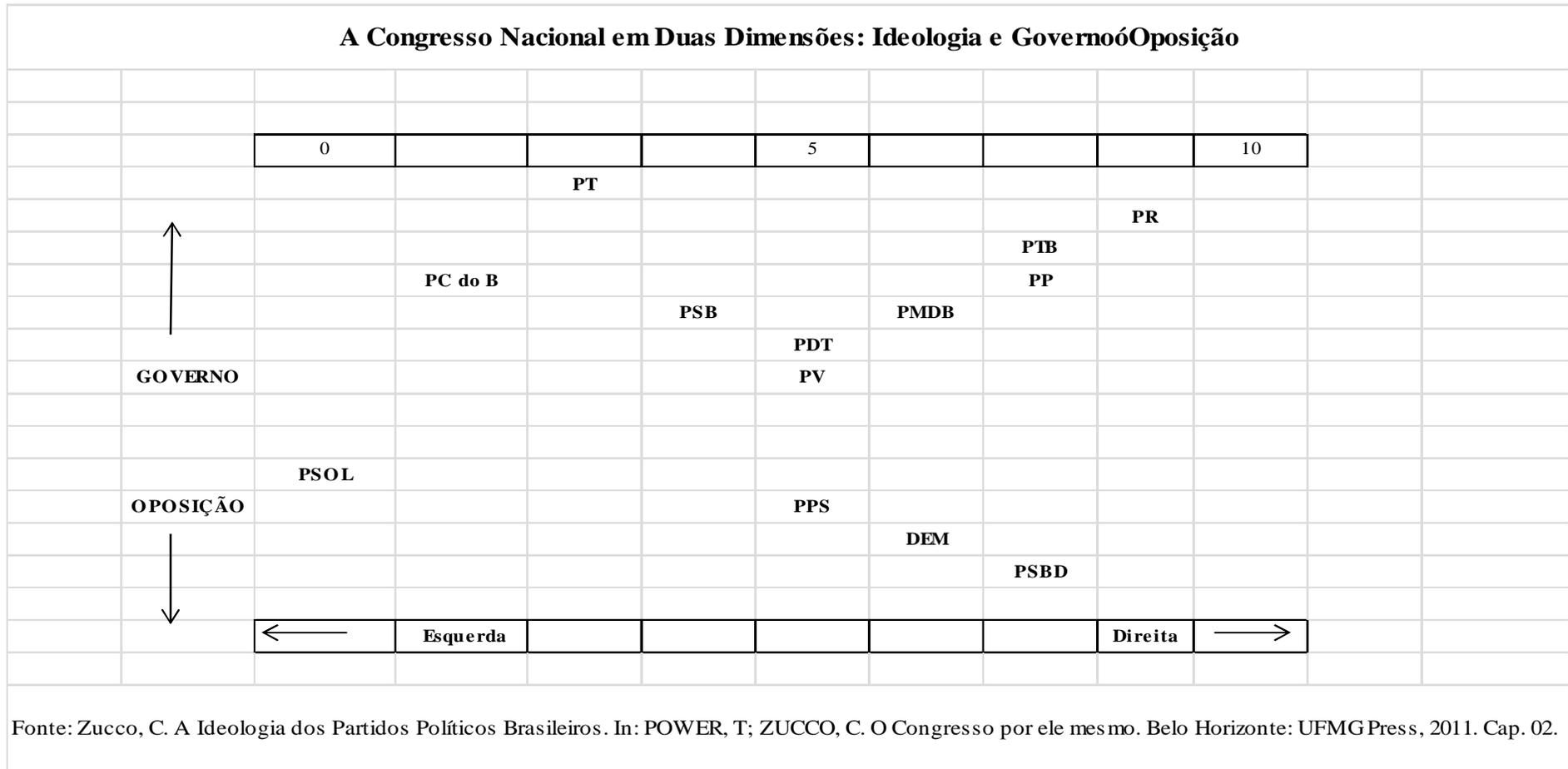
Exportações Brasil e Argentina para Paraguai (1954-1979)



País	1954- 1958	1959- 1963	1964- 1968	1969- 1973	1974- 1979
Argentina	9,95	7,88	11,87	15,99	52,32
Brasil	0,33	0,29	1,58	7,62	57,87

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados de BARBIERI, KATHERINE, OMAR et All. TRADING DATA: Evaluating our Assumptions and Coding Rules. Conflict Management and Peace Science, Harrisburg, v. 26, n. 5 p. 471-491. 2009.

ANEXO G



ANEXO H

<p>Posicionamento dos Deputados da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo n° 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1° de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos deputados a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais da Câmara dos Deputados em 07 de abril de 2011.</p>
Deputados contrários	Partido	Unidade da Federação	
Bruno Araújo	PSDB	Pernambuco	o governo está modificando cláusula pétrea do Tratado de Itaipu, e ainda afirma que não consenso no setor elétrico brasileiro a respeito da renegociação do Tratado. Ademais, Araújo defende que deve haver uma contrapartida por parte do governo paraguaio, como medidas que aumentem a fiscalização e a repressão a crimes de tráficos de drogas e de armas, para que o acordo seja ratificado pela Câmara. Por último, em decorrência das especificidades jurídicas referentes à empresa Itaipu Binacional, os valores repassados ao Paraguai deveriam ser oriundos do FOCEM, já que esse instrumento pode ser auditado pelas instituições brasileiras.
Ronaldo Caiado	DEM	Goiás	O acordo em tela é decorrente de entendimentos entre os presidentes Lugo e Lula, no sentido de aumentar a popularidade de Fernando Lugo, e, por consequência, viabilizar seu governo, e de assegurar o posicionamento paraguaio a respeito da pretensão brasileira ao assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Posicionamento dos Deputados da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo n° 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1° de setembro de 2009		Resumo do pronunciamento dos deputados a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais da Câmara dos Deputados em 07 de abril de 2011.	
Deputados contrários	Partido	Unidade da Federação	
Antônio Carlos Magalhães Neto	DEM	Bahia	Não há sustentação econômica que viabilize o tratado. Consequentemente, esse só pode ser entendido por meio da aliança ideológica entre o Partido dos Trabalhadores e o Presidente paraguaio, já que o PT passou a defender os interesses do país vizinho.
Antônio Imbassahy	PSDB	Bahia	O acordo é oriundo de entendimento político-ideológicos entre os presidentes brasileiro-paraguaios, já que o Brasil se proponha a pagar três vezes a mais pela mesma quantidade de energia.
Paulo Abi-Ackel	PSDB	Minas Gerais	Os recursos destinados ao Paraguai deveriam ser encaminhados para o atendimento de demandas básicas da população brasileira.
Mendonça Filho	DEM	Pernambuco	Não existe nenhuma contrapartida por parte do Governo paraguaio. Os valores destinados ao acordo deveriam ser metidos às necessidades nacionais.
Onyx Lorenzoni	DEM	Rio Grande do Sul	O Brasil vai retirar considerável montante destinado a setores básicos brasileiros, como segurança pública e saúde, para doar ao Paraguai.
Eduardo Sciarra	DEM	Paraná	O Paraguai já é beneficiário de investimentos oriundos do FOCEM. A decisão do governo só pode ser entendida como decorrência de uma política externa equivocada, que tomou para si as demandas do povo paraguaio.

Posicionamento dos Deputados da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo n° 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1° de setembro de 2009			Resumo do pronunciamento dos deputados a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais da Câmara dos Deputados em 07 de abril de 2011.
Deputados contrários	Partido	Unidade da Federação	
Fernando Francischini	PSDB	Paraná	O Governo brasileiro foi o único responsável pelo financiamento da obra. Não há sentido no aumento do valor pago ao governo do Paraguai, país esse beneficiado, há muito tempo, pelo Brasil e cujo tratamento dispensado a esse é superior ao dado a muitos estados brasileiros. O Brasil, na verdade, deveria exigir contrapartidas, como o combate ao tráfico de drogas e ao de armas, como condição para ratificação do acordo.
Nelson Marchezan Junior	PSDB	Rio Grande do Sul	Não existe irmandade alguma entre Lula e Lugo. Existe, sim, um acordo de companheiros, ainda mais quando se considera que, ao longo dos anos, o valor pago ao Paraguai pela energia de Itaipu já foi modificado três vezes e que o próprio Itamaraty tomou como principal justificativa para a ratificação do acordo as promessas feitas por Lula.
Hugo Napoleão	DEM	Piauí	O governo desrespeitou o princípio <i>do pact sunt servanda</i> e age, por meio de um acordo político-partidário, generosa e ideologicamente
Pauderney Avelino	DEM	Amazonas	Enquanto a presidente Rousseff contingencia o orçamento, o Governo brasileiro doa R\$ 6 bilhões ao país vizinho
Domíngos Sávio	PSDB	Minas Gerais	O acordo é uma doação dos recursos do povo brasileiro ao governo do Paraguai.

Posicionamento dos Deputados da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo n° 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1° de setembro de 2009			Resumo do pronunciamento dos deputados a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais da Câmara dos Deputados em 07 de abril de 2011.
Deputado Favoráveis	Partido	Unidade da Federação	
Eduardo Cunha	PMDB	Rio de Janeiro	O deputado saliente a grande quantidade de brasileiros, vivendo no país vizinho, e alerta para o estremecimento das relações brasileiro-paraguaias, caso o acordo não seja ratificado. Ademais, Cunha afirma que o consumidor brasileiro ainda assim pagaria baixo valor pela energia de Itaipu, após a elevação das tarifas.
Celso Maldaner	PMDB	Santa Catarina	O acordo simboliza a justiça no tocante ao relacionamento com o país vizinho.
Anthony Garotinho	PR	Rio de Janeiro	A oposição defende a adoção de dois parâmetros na atuação diplomática brasileira: a política de potência, direcionada aos países pequenos, e a da subserviência, em relação a grandes potências.
Fernando Ferro	PT	Pernambuco	Afirma que a ratificação do acordo estaria relacionada à legalização de 200 mil brasileiros que vivem no Paraguai. Além disso, a iniciativa brasileira fortalece os laços brasileiro-paraguaios, de forma justa e proporcional, o que fortalece o Mercosul e a integração latino-americana.
Ivan Valente	PSOL	São Paulo	Entende que o povo paraguaio vive importante e singular momento, já que, pela primeira vez, em sua história, o Paraguai estaria sendo conduzido por um governo progressista. Ademais, a iniciativa do Governo brasileiro fortalece o espírito de integração latino-americano.
Rubens Bueno	PPS	Paraná	A decisão a respeito da ratificação do acordo encontra-se no melhor espírito de grandeza e de nobreza do Governo brasileiro, que, por meio da renegociação do Tratado de Itaipu, elegeu a o fortalecimento do processo de integração regional como diretriz política, o que comprova a visão humana e internacionalista brasileiras.

Posicionamento dos Deputados da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo n° 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1° de setembro de 2009			Resumo do pronunciamento dos deputados a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais da Câmara dos Deputados em 07 de abril de 2011.
Deputados contrários	Partido	Unidade da Federação	
Cândido Vacarezza	PT	São Paulo	A decisão brasileira não se trata de ajuda, mas, sim, de uma política adequada em relação a um país vizinho. Além disso, o deputado responde às demandas do PSDB, no tocante à vinculação da ratificação das mudanças no Tratado de Itaipu à assinatura de instrumentos a respeito do combate aos tráficos de droga e de armas, argumentando que acordos referentes às ilicitudes mencionadas poderiam ser tratados, posteriormente, com o Governo paraguaio.
Silvio Costa	PTB	Pernambuco	Jocosamente, o deputado afirma que o Governo paraguaio já se encontra ômal das pernas, e que deixar de pagar R\$ 4 bilhões ao país vizinho inviabilizaria o governo guarani.
Jilmar Tatto	PT	São Paulo	A solidariedade também é exercida internacionalmente, ainda mais quando o país em questão é extremamente pobre e se encontra no entorno estratégico brasileiro. Tatto entende que a ratificação do projeto de lei elevaria as relações brasileiro-paraguaias e beneficiaria o grande contingente de indivíduos e de empresas brasileiros que escolheram o Paraguai como meio de sobrevivência e de expansão de seus interesses econômicos.
Chico Alencar	PSOL	Rio de Janeiro	O deputado entende que deve haver melhor equidade dos benefícios financeiros referente à Itaipu. Isso viabilizaria a justiça e a igualdade entre os povos.

Posicionamento dos Deputados da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo nº 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009			Resumo do pronunciamento dos deputados a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais da Câmara dos Deputados em 07 de abril de 2011.
Deputado Favoráveis	Partido	Unidade da Federação	
Dr. Rosinha	PT	Paraná	O deputado paranaense afirma que a renegociação do Tratado de Itaipu deve ser entendida dentro do amplo redimensionamento nas relações brasileiro-paraguaias, já que a criação da nova ponte entre os dois países, o aumento da infraestrutura da hidrovia dos rios Tietê e Paraná, o acordo de residência e de regularização migratório do Mercosul e a regularização da situação fundiária dos brasileiros em solo guarani também foram decididas entre os presidentes Lugo e Lula. Ademais, o Tratado de Itaipu já fora renegociado outras vezes nos anos de 1986, de 1992, de 2000 e de 2009. Nesse sentido, não há violação ao direito internacional dos tratados. Na verdade, o Brasil entende as dificuldades socioeconômicas do país vizinho, e a renegociação desse Tratado perpassa pelo entendimento de que o Governo brasileiro deve trabalhar no sentido de diminuir as assimetrias entre os países da região, de aumentar a prosperidade de seus vizinhos e de correlacionar o processo de integração regional ao desenvolvimento. Especificamente, o deputado entende que, como no caso da Alemanha no tocante à União Europeia, o Brasil também tem maior responsabilidade diante o processo de integração, ainda mais quando os custos econômicos são muito inferiores aos ganhos políticos, econômicos e diplomáticos desse acordo.

<p>Posicionamento dos Deputados da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo n° 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1° de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos deputados a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais da Câmara dos Deputados em 07 de abril de 2011.</p>
Deputado Favoráveis	Partido	Unidade da Federação	
Jilmar Tatto	PT	São Paulo	<p>A solidariedade também é exercida internacionalmente, ainda mais quando o país em questão é extremamente pobre e se encontra no entorno estratégico brasileiro. Tatto entende que a ratificação do projeto de lei elevaria as relações brasileiro-paraguaias e beneficiaria o grande contingente de indivíduos e de empresas brasileiros que escolheram o Paraguai como meio de sobrevivência e de expansão de seus interesses econômicos.</p>

ANEXO I

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo nº 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
Senadores Contrários	Partido	Unidade da Federação	
Itamar Franco	PPS	Minas Gerais	<p>Vota contra o projeto de lei e afirma que não houve estudo suficiente diante da complexidade e importância da proposta. Ademais, contesta o posicionamento da Senadora Gleise Hoffmann, no tocante a fórmula paramétrica utilizada pelo Governo para a atualização do cálculo da tarifa elétrica de Itaipu, e discorda da afirmação de Hoffmann que entende que Itaipu foi responsável pela eliminação dos problemas energéticos brasileiros, no momento de sua construção.</p>

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo nº 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
Senadores Contrários	Partido	Unidade da Federação	
<p>José Agripino</p>	<p>DEM</p>	<p>Rio Grande do Norte</p>	<p>Entende a renegociação do Tratado como um acordo entre governos ideologicamente afins. Ademais, afirma que o argumento do Governo a respeito das condições de pobreza e miséria paraguaias, com o intuito de justificar o aumento do montante pago ao Paraguai pela energia de Itaipu, não é verdadeiro, já que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país guarani é mais elevado do que o de muitos estados brasileiros, como o Piauí, por exemplo. Por último, condiciona a mudança de seu posicionamento a respeito da aprovação do projeto de lei, caso o Governo do Paraguai se comprometa a aplicar parte do dinheiro oriundo do aumento da tarifa energética de Itaipu no combater ao contrabando de armas, destinado ao Brasil.</p>

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo nº 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
Senadores Contrários	Partido	Unidade da Federação	
Demóstenes Torres	DEM	Goiás	<p>O senador entende que o acordo foi decorrente da promessa do Presidente Lula viabilizar o governo de Fernando Lugo. Torres também afirma que o acordo foi uma forma de resolver a situação dos brasileiros que vivem no Paraguai, , uma vez que, após a assinatura do acordo, o Governo paraguaio depositou o acordo migratório do Mercosul. Nesse sentido, o senador entende que esse acordo foi feito entre os companheiros à custa do desenvolvimento brasileiro.</p>

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo nº 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
Senadores Contrários	Partido	Unidade da Federação	
Jarbas Vasconcelos	PMDB	Pernambuco	<p>O acordo é de cunho ideológico, e objetiva a viabilização do governo de Fernando Lugo, já que o Governo brasileiro não relacionou a questão da renegociação de Itaipu à insegurança jurídica vivida pelos brasileiros residentes no Paraguai. Ademais, o Tesouro Nacional foi o único fiador da obra, e, em 2023, o Estado paraguaio será proprietário de metade da hidrelétrica de Itaipu sem ter colocado qualquer valor. Por último, o senador afirma que, durante a década de 1990, o consumidor brasileiro pagou valores quase três vezes maiores que o paraguaio para a utilização pela energia de Itaipu, e, no momento em que os preços se estabilizaram e se tornaram competitivos para o mercado brasileiro, os paraguaiois propõem a renegociação da tarifa.</p>

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo nº 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
Senadores Contrários	Partido	Unidade da Federação	
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	São Paulo	O senador entende que a aprovação do acordo é lesiva à pátria, não só porque aumenta o valor pago pelo consumidor brasileiro como também coloca a diplomacia nacional a serviço do companheirismo político. Ademais, a tarifa de Itaipu tem sido sistematicamente aumentada no decorrer dos anos, e o Brasil desrespeita o direito dos tratados em prol de um projeto político que busca a liderança continental.
Paulo Bauer	PSDB	Santa Catarina	O senador entender que o acordo possui matizes ideológicos, assim como a postura brasileira decorrente do processo de nacionalização das refinarias da Petrobras na Bolívia.

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo nº 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
Senadores Contrários	Partido	Unidade da Federação	
Paulo Bauer	PSDB	Santa Catarina	O senador entende que o acordo possui matizes ideológicos, assim como a postura brasileira decorrente do processo de nacionalização das refinarias da Petrobras na Bolívia.
Álvaro Dias	PSDB	Paraná	O senador entende que a aprovação do projeto não atende aos interesses do Brasil, tendo em vista a condição de insegurança jurídica vivida pelos brasileiros no Paraguai e a posição governamental, contrária à renegociação do Tratado, em 2008. Ademais, o senador entende que a população brasileira não é favorável a renegociação desse instrumento, ainda mais pela impossibilidade de acesso às contas da empresa binacional de Itaipu por parte ou do Tribunal de Contas da União, ou do Supremo Tribunal Federal ou ainda por parte do Senado Federal.

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo nº 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
Senadores Contrários	Partido	Unidade da Federação	
Mário Couto	PSDB	Pará	De acordo com Couto, os brasileiros estão doando recursos ao Paraguai, em decorrência dos altos impostos pagos pelo contribuinte e que não se materializam na melhoria da infraestrutura brasileira.
Cyro Miranda	PSDB	Goiás	Miranda entenda que não houve a devida contrapartida das autoridades paraguaias no tocante aos ganhos relacionando à renegociação do Tratado, já que o aumento de 200% no valor repassado ao Paraguai beneficia somente o país vizinho e é uma forma de agradar o Presidente Fernando Lugo, ainda mais quando Lugo afirmou que, sem a revisão do Tratado, a presidente Dilma Rousseff não seria bem-vinda ao Paraguai. O senador entende que o Brasil deve, sim, ajudar os países latino-americanos, porém essa ajuda não deve estar relacionada à alienação do patrimônio nacional. Especificamente, no caso paraguaio, o Brasil deveria usar a renegociação do acordo como um meio para discutir a agenda bilateral entre os dois países e para fazer valer seus interesses no cenário internacional.

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo n° 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1° de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
Senadores Contrários	Partido	Unidade da Federação	
Lúcia Vânia	PSDB	Goiás	<p>A aprovação do projeto pode representar aumento da energia elétrica para os usuários brasileiros. A senadora também relembra que o Brasil cedeu em várias outras reivindicações paraguaias e que, embora a venda da energia de Itaipu represente 15% da receita total do país vizinho, o Governo brasileiro foi responsável pelas garantias do financiamento da obra. O Tratado só deveria ser discutido em 2023, conforme a letra do acordo entre os dois países. A aprovação do acordo Lula-Lugo é política e nada há de elementos jurídicos ou econômicos.</p>

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo nº 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
Senadores Contrários	Partido	Unidade da Federação	
Flexa Ribeiro	PSDB	Pará	<p>O senador entende que a renegociação do Tratado não atende aos interesses nacionais, tendo em vista que o Brasil foi o único a pegar pela obra da usina e a arcar com as dívidas dessa empreitada. De acordo com Flexa, essa renegociação só pode ser entendida, caso tomada como a aceitação, por parte do Brasil, do mote de companhia do presidente Fernando Lugo.</p>

Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo nº 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009			Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.
Senadores Favoráveis	Partido	Unidade da Federação	

Vanessa Grazziotin	PC do B	Amazonas	A senadora entende que o Mercosul além de um bloco econômico, também deve ser um bloco solidário. Nesse sentido, Grazziotin defende a aprovação do projeto como meio de fortalecimento das relações brasileiro-paraguaias e como economicamente viável, visto que o reajuste da tarifa energética ainda manteria os preços relacionado à geração de energia de Itaipu muito baixos.
Inácio Arruda	PC do B	Ceará	Arruda entende que o acordo deve ser entendido como instrumento que supera a lógica econômica, visto que o Brasil possui muitos interesses no Paraguai, tanto em decorrência da grande quantidade de brasileiros, vivendo no país vizinho, como também da grande de empresas e de capital brasileiros presentes no Paraguai.

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo n° 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1° de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
Senadores Favoráveis	Partido	Unidade da Federação	
Francisco Dornelles	PP	Rio de Janeiro	O senador afirma que a aprovação do acordo presidencial fortalece o Mercosul e a projeção internacional do Brasil. Ademais, relembra que Itaipu é fonte de aproximação diplomática entre os dois países. Dessa forma, Itaipu não deve ser tomada apenas sob o prisma energético.
Eduardo Suplicy	PT	São Paulo	Afirmou que o Mercosul tem sido estratégico não só para o comércio exterior brasileiro como para sua política externa. O bloco gera grande quantidade empregos e rendimentos para indústria brasileira. Consequentemente, para aprimorar o processo de integração, é necessário o desenvolvimento de mecanismos que equacionem as assimetrias regionais. Ademais, Suplicy lembrou que sem a água do lado paraguaio não haveria a usina.
Walter Pinheiro	PT	Bahia	A revisão do Tratado é acordo econômico entre países que participam de um processo de integração, já que o valor repassado ao Paraguai não corresponderia à construção de hidrelétricas da envergadura de Itaipu.

Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo nº 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009			Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.
Senadores Favoráveis	Partido	Unidade da Federação	
João Pedro	PT	Amazonas	O senador saliente as relações históricas entre Brasil e Paraguai, e afirma que a aprovação do acordo em tela fortalece o Mercosul e a liderança brasileira na região. Além disso, o senador entende que o acordo deve ser entendido no âmbito do quarto artigo da Constituição Federal que versa a respeito da integração latino-americana. Por último, João Pedro entende que as relações internacionais brasileiras devem ser pautadas, também, pela solidariedade.
Lindbergh Farias	PT	Rio de Janeiro	O senador entende não só que o Mercosul tem sido estratégicos para as políticas comercial e exterior brasileiras como também é responsável pela geração de empregos e de recursos para o Brasil. Ademais, Farias coloca Itaipu como tema sensível para o Brasil, tendo em vista que 20% da energia brasileira é oriunda dessa usina. Por último, o senador afirma que o aumento do pagamento acarretaria o incremento de quase 10% na receita do Estado paraguaio. Consequentemente, Lindbergh coloca-se favorável à aprovação do projeto

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo n° 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1° de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
Senadores Favoráveis	Partido	Unidade da Federação	
Delcídio do Amaral	PT	Mato Grosso do Sul	O acordo deve ser entendido como mecanismo para o desenvolvimento. O senador também aponta que Itaipu é resultado da cooperação entre Brasil e Paraguai, e que o valor da energia decorrente da usina, caso comparado com o do mercado brasileiro, é muito baixo.
Gleisi Hoffmann	PT	Paraná	A senadora entende que o acordo em tele deve ser visto no âmbito do jogo de soma positiva, tendo em vista que, no Paraguai, 300 mil brasileiros são residentes, o que torna o desenvolvimento do país vizinho estratégico para o Brasil, que fortalece o desenvolvimento regional. Gleise também afirma que o reajuste do valor ainda manterá a tarifa a níveis muito baixos, caso comparado à realidade brasileira. Ademais, a senadora entende que Itaipu é uma obra geopolítica, tendo em vista o fim do conflito fronteiriço ocasionado por essa.

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo n° 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1° de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
Senadores Favoráveis	Partido	Unidade da Federação	
Humberto Costa	PT	Pernambuco	<p>O senador entende que, no Tratado de Itaipu, já consta a diretiva no intuito da realização de preços justos no tocante à cessão de energia. Ademais, a aprovação do acordo é símbolo do comprometimento brasileiro não só com a América do Sul, mas, também, com o Paraguai, país que possui população majoritariamente mísera. Consequentemente, a aprovação desse acordo aumentaria as receitas do país vizinho em 20%, o que fortaleceria o Mercosul e o Brasil nesse país, já que empresas brasileiras têm grandes interesses no país.</p>
Pedro Simon	PMDB	Rio Grande do Sul	<p>O Brasil agiu assertivamente, tendo em vista a atual posição brasileira no contexto regional. Além disso, a ratificação do projeto de lei visa à promoção da integração e do desenvolvimento tanto do Brasil quanto dos demais países latino-americanos.</p>

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo n° 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1° de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
Senadores Favoráveis	Partido	Unidade da Federação	
Roberto Requião	PMDB	Paraná	Requião afirma a respeito do fortalecimento de uma visão imperialista brasileira, caso o acordo entre os presidentes Lugo e Lula não seja retificado pelo Senado. Ademais, o senador entende que não há caridade nesse acordo, tendo em vista que tanto o Brasil quanto o Paraguai foram parceiros na construção desse projeto. Por último, Requião entende que a revisão de contratos é um processo comum decorrente de qualquer relação comercial, e que o desenvolvimento e a modernização paraguaios são de interesse do Brasil.
Marinor Brito	PSOL	Pará	Entende que o acordo brasileiro-paraguaio deve ser tomado como instrumento de melhoria de vida da população dos países. Afirma que o Brasil possui dívida social com o país vizinho, e que deve trabalhar para o desenvolvimento da América Latina.

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo nº 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
Senadores Favoráveis	Partido	Unidade da Federação	
Raldolfe Rodrigues	PSOL	Amapá	Rodrigues entende que o valor pago ao Paraguai, caso o acordo for aprovado, ainda é muito baixo em decorrência da dívida histórica que o Brasil possui com o país vizinho. Ademais, a dívida do Governo paraguaio em relação ao brasileiro é extremamente onerosa, uma vez a construção de Itaipu foi orçada em um valor muito inferior ao valor de sua construção e possui taxa de correção monetária muito elevada. Por último, o senador afirma que a economia paraguaia é 70 vezes inferior a do Brasil, consequentemente, a renegociação deveria ser vista no âmbito do processo integracionista sul-americano.
Cristovam Buarque	PDT	Distrito Federal	O senador não concorda com a rejeição do acordo, já que isso poderia acirrar o relacionamento não só entre os dois governos, como também entre as duas sociedades. Por fim, Buarque entende que o Brasil ganha muito mais com a ratificação do acordo, visto que esse melhoraria a relação bilateral.

<p>Posicionamento dos Senadores da República Federativa do Brasil no tocante à votação do projeto de decreto legislativo nº 115 de 2011, responsável pela aprovação do Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009</p>			<p>Resumo do pronunciamento dos senadores a respeito da renegociação do tratado de itaipu, de acordo com os anais do Senado Federal em 11 de maio de 2011.</p>
<p>Senadores Favoráveis</p>	<p>Partido</p>	<p>Unidade da Federação</p>	
<p>Marcelo Crivella</p>	<p>PRB</p>	<p>Rio de Janeiro</p>	<p>Crivella afirma que a renegociação deve ser vista como meio para a formação de uma comunidade latino-americana de nações. Nesse sentido, é justa a atualização do valor pago, ainda mais se for comparada o valor pago pela energia elétrica no Brasil e a paga ao país vizinho.</p>